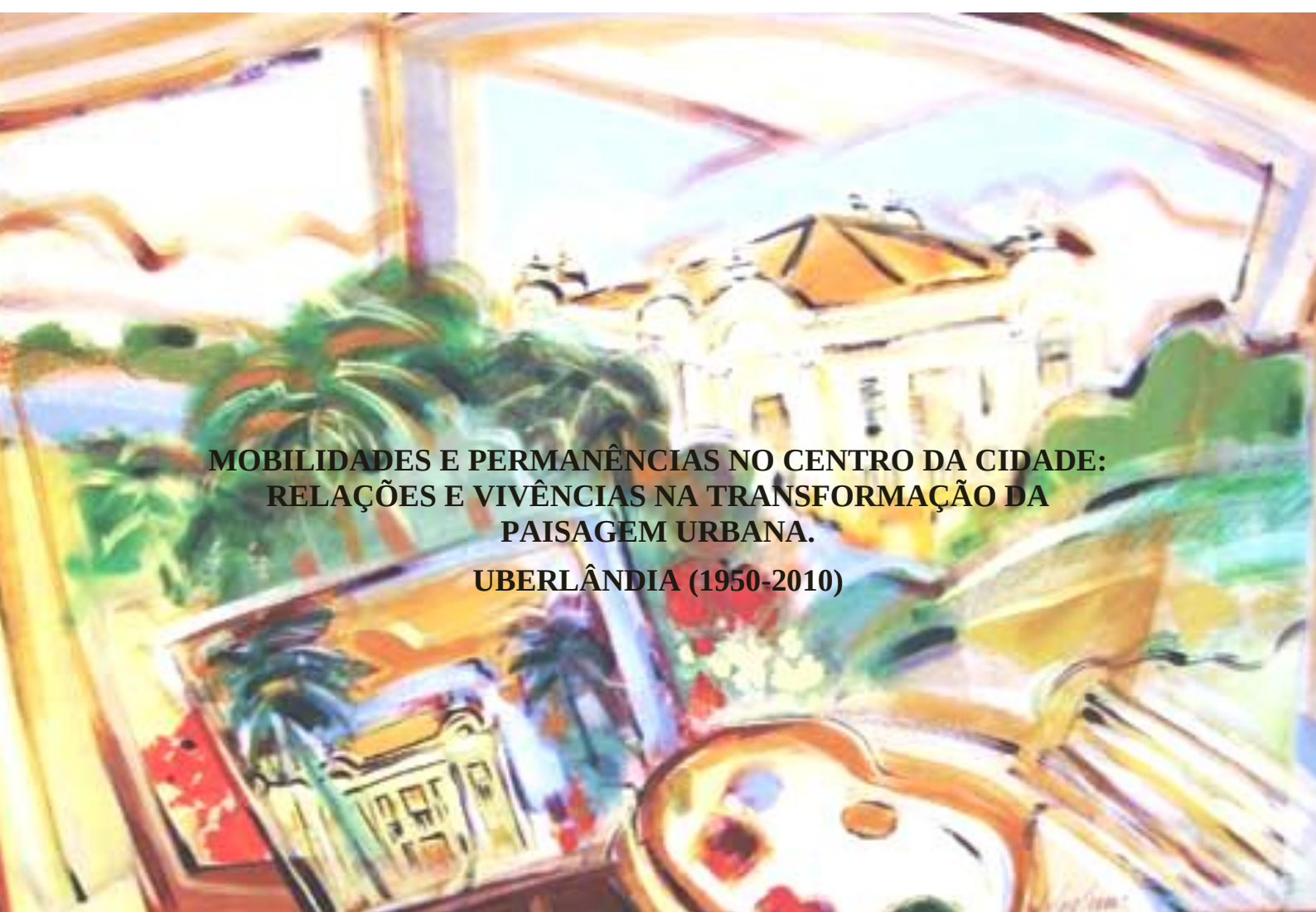


UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
IVANILDA APARECIDA ANDRADE JUNQUEIRA



**MOBILIDADES E PERMANÊNCIAS NO CENTRO DA CIDADE:
RELAÇÕES E VIVÊNCIAS NA TRANSFORMAÇÃO DA
PAISAGEM URBANA.**
UBERLÂNDIA (1950-2010)

UBERLÂNDIA

2011

IVANILDA APARECIDA ANDRADE JUNQUEIRA

**MOBILIDADES E PERMANÊNCIAS NO CENTRO DA CIDADE: RELAÇÕES
E VIVÊNCIAS NA TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM URBANA.
UBERLÂNDIA (1980-2010)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em História, sob orientação do Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto.

Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais.

Uberlândia

2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

J95m Junqueira, Ivanilda Aparecida Andrade, 1960-
 Mobilidades e permanências no centro da cidade [manuscrito] : relações
 e vivências na transformação da paisagem urbana. Uberlândia (1980-2010)
 / Ivanilda Aparecida Andrade Junqueira. - Uberlândia, 2011.
 208 f. : il.

 Orientador: Wenceslau Gonçalves Neto.
 Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de
 Pós-Graduação em História.
 Inclui bibliografia.

 1. Uberlândia (MG) - História - Teses. 2. Crescimento urbano -
 Uberlândia (MG) - Teses. 3. História social - Uberlândia (MG) - Teses. 4.
 Cidades e vilas - Uberlândia (MG) - Teses. I. Gonçalves Neto, Wenceslau.
 II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
 História. III. Título.

CDU: 981.51(*UDI)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
2011

**MOBILIDADES E PERMANÊNCIAS NO CENTRO DA CIDADE: RELAÇÕES
E VIVÊNCIAS NA TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM URBANA.**
UBERLÂNDIA (1980-2010)

Ivanilda Aparecida Andrade Junqueira

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em: 26 de agosto de 2011.

Prof. Dr. Wencelau Gonçalves Neto (UFU/MG)
(orientador)

Profa. Dra. Regina Helena Silva Simões (UFES/ES)

Profa. Dra. Sandra Mara Dantas (UFTM/MG)

Profa. Dra. Dilma Andrade de Paula (UFU/MG)

Profa. Dra. Marta Emísia Jacinto Barbosa (UFU/MG)

Ao meu pai...

Do tronco de árvore, fazia seu sofá...
Da calçada, sua varanda...
Era no final de tarde que ali, na esquina, contava seus maravilhosos "causos" para quem
quisesse ouvi-lo.
Que seus caminhos sejam iluminados pela mesma luz com que suas histórias
iluminaram nossas vidas.
Saudades do mais querido e exímio Contador de Histórias!

AGRADECIMENTOS

Professor Wenceslau, com você, aprendi a trilhar os caminhos da pesquisa, e que o respeito pela independência é fundamental na relação orientador/orientando.

Professoras Regina, Sandra, Dilma e Marta Emísia, sua contribuição por meio da arguição torna possível novos desdobramentos e outros caminhos a seguir.

Cícero, “o seu amor... tem um jeito manso, que é só seu!” Por isso, consegui o equilíbrio que precisava e encontrei forças para não desistir quando tudo parecia perdido.

Tales, seu bom humor e alto astral iluminaram aqueles dias negros...

Berta, seu carinho e a disposição para ler criticamente os meus escritos me encorajaram a seguir em frente, sempre!

Luciana, nossas conversas foram fundamentais nos momentos difíceis. Você será sempre uma irmã muito querida.

Velso, amigo muito querido, nestes cinco anos em que convivemos no CDHIS, você me ensinou a enfrentar os conflitos do dia a dia de cabeça erguida e a contornar “as pedras no caminho”.

Professores do Instituto de História/UFU, com vocês, aprendi que “problematizar” é preciso!

Professores da Faculdade de Ciências Sociais UFG, foi ótimo contar com seu apoio.

Amigos historiadores (Floriana Rosa, Ana Karina, Rodrigo de Freitas, Gilberto, Tadeu, Roberto Camargos, Lígia Perini, Poliana Lacerda, Geanne, Ana Flávia, Laila Carol, Andréia, e todos os meus outros caros amigos) nossos curtos contatos via WEB alegraram os momentos de tristeza.

A vocês, que de alguma forma contribuíram para a conclusão desta tese, muito obrigado!

JUNQUEIRA, Ivanilda A. A., 2011, “Mobilidades e Permanências no Centro da Cidade: relações e vivências na transformação da paisagem urbana. Uberlândia (1950-2010) Tese de Doutorado, Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, Uberlândia, MG, Brasil.

RESUMO

As cidades são dinâmicas, portanto, seu espaço encontra-se em constante mutação de forma a se adequar às novas realidades urbanas e às novas propostas de ordenamento de seu espaço. No Brasil, após a aprovação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Cidade, em 2001, novos valores nortearam a elaboração de planos diretores que se tornaram obrigatórios para as cidades brasileiras com mais de vinte mil habitantes. Por meio deste estudo, procurei compreender o processo de transformação da cidade de Uberlândia/MG, durante o período de 1950 a 2010, o qual foi marcado por várias propostas de planejamento. Meu objetivo consistiu em investigar a partir de que momento surgiu uma preocupação com a organização do seu espaço urbano por meio dos planos urbanísticos. A análise dos planos diretores de 1954 e 1994 contribuiu para que percebêssemos que as propostas apresentadas - no momento em foram implementadas - nem sempre beneficiaram a população, uma vez que sua participação no processo decisório foi muito pequena. A ênfase dada ao progresso e o investimento no projeto modernizador se concretizaram por meio das ações desenvolvidas para organizar a urbanização e saneamento, a instalação de indústrias, o sistema de transporte, criando outra imagem da cidade, onde tudo aquilo que representava o “atraso” precisava ceder espaço para o “novo”. As mudanças também ocorreram nos hábitos e costumes da população que procurou se adaptar conforme as exigências dos novos tempos. Por isso, foi fundamental problematizar o papel dos sujeitos sociais, os usos que fazem do Centro da cidade e os discursos sobre a noção de progresso que foram construídos pela classe dominante com vistas a convencer população de que os ideais de modernidade, progresso e civilidade, correspondiam aos anseios de “todos”. Por meio dessa análise, busquei compreender em que medida as práticas de planejamento têm contribuído para a solução e/ou manutenção das desigualdades sócio-espaciais na estrutura urbana de Uberlândia, dando ênfase para o centro da cidade.

JUNQUEIRA, Ivanilda A. A., 2011, “Mobilidades e Permanências no Centro da Cidade: relações e vivências na transformação da paisagem urbana. Uberlândia (1950-2010) Master Science Tese, Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, Uberlândia, MG, Brasil.

ABSTRACT

The cities are dynamic, therefore, your space is constantly changing to adapt the new urban realities and the news proposals of organization spatial. In Brazil, after the approval of the articles 182 and 183 of the Federal Constitution of 1988 and the Statute of the City, in 2001, news values guided the elaboration of plans directors; those plans became obligatory for the Brazilian cities with more than twenty thousand habitants. Through this study, I tried understand the process of transformation of the city of Uberlândia/MG, during the period from 1950 to 2010, which was marked by many proposals of planning. My objective was investigated when started the preoccupation with the organization spatial through of urban plans. The analysis of the plans directors of 1954 and 1994 contributed to us understand that the proposals exposed - at the time were implemented – rarely benefit the population, because your participation in this process was very small. The emphasis given to the progress and the investment in modernization project materialized through actions developed to organize the urbanization and sanitation, the installation of industries, the transport system, creating another image of the city, where everything that represented the "delay" needed to give space to the "new". The changes also occurred in their habits and customs of the people who tried adapt according to the requirements of the new times. Therefore, was essential problematize the role of the social subjects, the uses that they does of the Center of the city and the speeches about the notion of progress that were built by the dominant class with views to inculcate in the population the ideals of modernity, progress and civility. Thereby of this analysis, I sought understanding how the practice of planning has contributed to the solution and/or maintenance of inequalities socio-spatial the urban structure of Uberlândia, giving emphasis to the center of the city.

Keywords: City. Urban Planning. Social History. Heritage. Landscape.

LISTA DE IMAGENS

Fig. 1: Mapa da cidade, 1856. Fonte: Fonseca (2007).....	28
Fig. 2: Mapa da cidade, 1891. Fonte: Fonseca (2007).....	29
Fig. 3: Família sob viaduto. Fonte: Jornal Correio de Uberlândia.....	90
Fig. 4: Ponte do Val abriga sem tetos. Fonte: Jornal Correio de Uberlândia.....	92
Fig. 5: Mapa de Uberlândia em 1927.....	104
Fig. 6: Mapa da cidade em 1915.....	136
Fig. 07: Praça Tubal Vilela.....	142
Fig. 08: Comércio ambulante ocupa boa parte do espaço da praça.....	143
Fig. 08: O mapa foi modificado pela autora com o intuito de destacar as praças do Bairro Fundinho.	167
Fig. 9: Festa no Coreto.....	171

Divisão de capítulos

Capa: Palácio dos Leões. Quadro de Hélivio Lima.....	01
Introdução: Pátio da estação ferroviária na década de 1960. Fonte: Arquivo Público Municipal. apud Fonseca 2007.....	14
Capítulo 1: Centro de Uberlândia na década de 2010. Fonte: Correio de Uberlândia.....	47
Capítulo 2: Alagamento no cruzamento da Av. João Naves de Ávila com a Av. Rondon Pacheco. Jornal Correio.....	99
Capítulo 3: Museu Municipal de Uberlândia. Fonte: Jornal Correio.....	161
Conclusão: Congestionamento de trânsito no cruzamento das avenidas Afonso Pena e João Pessoa. Fonte Jornal Correio.....	179

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de municípios nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 1960/2010	78
Tabela 2 - Crescimento da população urbana no Brasil	87
Tabela 3 - Crescimento da população urbana em Uberlândia	89
Tabela 4 – Instrumentos e mecanismos de controle social prescritos no Plano Diretor	98

LISTA DE SIGLAS

(Conselho Internacional de Monumentos e Sítios)
ACIUB Associação Comercial e Industrial de Uberlândia
ALMG Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais
ANSUR Articulação Nacional do Solo Urbano
ARENA Aliança Renovadora Nacional
ASSAMBUR Associação dos Trabalhadores Ambulantes de Uberlândia
BNH Banco Nacional de Habitação
CDHIS/ UFU Centro de Documentação e Pesquisa em História (da Universidade Federal de Uberlândia)
CEC Conselho de Entidades Comunitárias
CEPEU Centro de Pesquisa e de Estudos Urbanísticos-
CIAM Congresso de Arquitetura Moderna
CGT Comando Geral dos Trabalhadores
CONPHAC Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia
CPT – Companhia Paulista de Teatro
DPH Divisão de Patrimônio Histórico
FAMERJ Federação das Associações dos Moradores do Rio de Janeiro
FASE Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FEPASA Ferrovia Paulista S/A
FGTS Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IAB Instituto dos Arquitetos do Brasil
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços
ICOMOS International Council on Monuments and Sites
IEPHA Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU Imposto predial e territorial urbano
MNRU Movimento Nacional pela Reforma Urbana - MNRU
MONUVA Movimento Negro de Uberlândia Visão Aberta
ONG Organização Não Governamental

ONU Organização das Nações Unidas

PAC Pacto de Ação Conjunta

PAEG Programa de Ação Econômica do Governo

PDI's Planos de Desenvolvimento Integrados

PND's Planos Nacionais de Desenvolvimento

SERFHAU Serviço Federal de Habitação e Urbanismo - SERFHAU

SIT Sistema Integrado de Transportes de Uberlândia

UNESCO Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura -
Unesco

ZC1 Zona comercial 1 (da Lei Complementar Municipal 245/ 2000)

ZER Zona especial de revitalização (da Lei Complementar Municipal 245/ 2000)

SUMÁRIO

Introdução:

A paisagem se transforma...	14
-----------------------------	----

Capítulo I

... e a cidade se faz moderna!	47
1.1 Na cidade do capital... planejar é preciso!	54
1.2 Notas históricas sobre planejamento urbano no Brasil	63
1.3 A Constituição de 1988 e o Estatuto da Cidade	80

Capítulo II

As propostas de urbanização em Uberlândia: De quem? Para quem?	99
2.1 Plano de Urbanização da cidade de Uberlândia - 1954	107
2.2 Plano Diretor de 1994	131

Cápítulo III

Os lugares de memória: mobilidades e permanências no Centro da cidade	161
---	-----

Considerações finais	179
----------------------	-----

Fontes	191
--------	-----

Referências bibliográficas	196
----------------------------	-----

A cidade é feita das relações entre a medida do seu espaço e os acontecimentos do seu passado. [...] A cidade se embebe como uma esponja que reflui das recordações e se dilata. [...] Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimões das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.

Ítalo Calvino, 1972.



A paisagem se transforma...

A paisagem se transforma...

“Ser cidadão, portar um *ethos* urbano, pertencer a uma cidade implicou formas, sempre renovadas ao longo do tempo, de representar essa cidade, fosse pela palavra, escrita ou falada, fosse pela música, em melodias e canções que a celebravam, pelas imagens, desenhadas, pintadas ou projetadas, que a representavam, no todo ou em parte, fosse ainda pelas práticas cotidianas, pelos rituais e pelos códigos de civilidade presentes naqueles que a habitavam.”

Sandra Jatahy Pesavento, 2007.

Pesquisar o processo urbano uberlandense nas últimas décadas. Tarefa difícil se considerarmos a complexa rede de relações que orientam o cotidiano dos sujeitos sociais que se apropriam de seus espaços diariamente e neles reinventam novas formas de viver, trabalhar ou morar. Espaços que se constituem em uma multiplicidade de territórios definidos pela atribuição de significados que lhes é imposta e que resulta em uma cidade “sensível, imaginária, que é construída pelo pensamento e que identifica, classifica e qualifica o traçado, a forma, o volume, as práticas e os atores desse espaço urbano vivido e visível, permitindo que enxerguemos, vivamos e apreciemos desta ou daquela forma a realidade tangível”.¹

Espaços que se tornam um “lugar comum”², e que ao mesmo tempo em que são partilhados fisicamente também são considerados símbolo da participação em uma comunidade urbana. Cada ator social procura controlá-los conforme seus interesses próprios, mas, sem deixar de vivê-los como espaços de confronto, de contato, de mistura. Tais “espaços” me foram apresentados ainda na infância, por meu pai ao narrar suas inúmeras histórias sobre personagens que compuseram a trama desenrolada na

¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: *Revista Brasileira de História*, (53) jan.-jun., 2007, p. 14.

² MONNET, Jérôme. *O Álibi do patrimônio: Crise, Gestão Urbana e Nostalgia do Passado*. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Nacional*, 2002, p. 127.

cidade em que vivíamos: Prata, Minas Gerais. A beleza com que as contava atraía, além de mim, várias pessoas que, ao vê-lo sentado no “tronco” colocado por ele na calçada, ali na esquina de nossa casa, paravam apenas para ouvi-lo. Assim como Leskov, meu pai transmitia sua experiência, a qual é a fonte a que recorreram todos os narradores. Conforme Walter Benjamin, a figura do narrador só se torna plenamente tangível se temos presentes dois grupos: aquele que viaja e tem muito que contar, mas também escutamos com prazer o homem que ganhou honestamente sua vida sem sair do seu país e que conhece suas histórias e tradições. Na realidade, esses dois estilos de vida produziram de certo modo suas respectivas famílias de narradores. Cada uma delas conservou, no decorrer dos séculos, suas características próprias.³ Meu pai se enquadrava nesses dois estilos, pois tanto conhecia as histórias e tradições da nossa cidade, como também nos contava como eram as outras cidades pelas quais ele já havia passado.

Entretanto, Benjamin destaca que por mais familiar que nos pareça, o narrador não estaria de fato entre nós. A descrição de Leskov como narrador chama a atenção para o fato de que a arte de narrar está em vias de extinção. Para o autor os seres humanos estão se privando hoje da faculdade de intercambiar experiências porque, segundo suas argumentações, as ações da experiência estão em baixa, e tudo indica que continuarão caindo até que seu valor desapareça. Conforme argumenta, as melhores narrativas escritas são aquelas que não se distinguem das narrativas orais contadas, que se tornaram possíveis graças a duas experiências: a experiência de quem vai - do viajante, do comerciante, e a experiência de quem fica - do camponês sedentário. Por isso, a narrativa é comunicação artesanal e encerra em si uma dimensão prática, de um conselho, de um ensinamento moral ou de uma forma de vida, e nos adverte que "se dar conselhos parece hoje antiquado, é porque as experiências estão deixando de ser comunicáveis. [...] Aconselhar é menos responder a uma pergunta que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada".⁴ A arte de narrar enquanto discurso vivo aparece como uma nova beleza ao que está desaparecendo.

Benjamin diferencia a informação da arte de narrar: enquanto a informação só tem valor enquanto é nova, a verdadeira narrativa não se entrega ao tempo imediato para explicar os fatos, pelo contrário, depois de muito tempo é capaz de suscitar espanto e reflexão. Da mesma forma, se diferencia o cronista do historiador. "O cronista é o

³ BENJAMIN, Walter. O Narrador - Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov". In: *Obras Escolhidas: Magia, Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 197.

⁴ Idem. p. 200.

narrador da história [...] O historiador é obrigado a explicar de uma ou outra maneira, os episódios com que lida, e não pode absolutamente contentar-se em representá-los como modelos da história do mundo" ⁵. A narrativa tem seu fundamento na memória, na idéia de reminiscência que funda a cadeia da tradição.

As narrativas do meu pai orientaram os caminhos que escolhi trilhar no campo da pesquisa e me tornar uma historiadora. Ouvindo suas histórias conheci uma cidade que não era marcada apenas pela harmonia proposta em outras narrativas, pois, no seu seio também se desenrolavam conflitos, os quais se tornavam visíveis, principalmente em relação à distinção pela cor, pela situação econômica, ou mesmo nas relações políticas. Constatei que a população pobre da cidade sempre foi discriminada pelas elites e que as negociações eram realizadas com vistas a atender os interesses de uma pequena parcela da população.

Ao escolher o espaço da área central da nossa cidade como objeto de estudo, a experiência que me fora transmitida pelo meu pai, nortearam meus primeiros passos. Inicialmente, pensei em investigar de que modo as mudanças interferiram no cotidiano das pessoas que freqüentavam a praça? Por que não havia interesse em preservar antigos elementos arquitetônicos ali presentes? Como se davam as relações de sociabilidade que ali aconteciam? Mas, à medida que a pesquisa se desenvolvia, fui percebendo que a imagem construída por mim em relação ao objeto de pesquisa não se consubstanciava.

Em relação à preservação do patrimônio, por exemplo, a bibliografia me levou a perceber que as políticas relativas ao assunto são extensas, complexas e, no caso do Brasil, de uma diversidade imensa. Percebi que, apesar de eu julgar importante que a história de determinada sociedade fosse preservada, não bastaria uma vontade isolada para que ações nesse sentido surtissem o efeito desejado. Para preservar qualquer coisa, sejam bens materiais ou imateriais, é necessário que isso seja significativo para a população que se relaciona com os mesmos.

No início, enxerguei o espaço da praça, sendo abandonado, tanto pelos órgãos públicos quanto pelas pessoas. Essa visão se modificou aos poucos e concluí que houve uma re-elaboração na utilização do espaço estudado. Os quiosques ali instalados - apesar da opinião de vários depoentes de que deixam a praça mais feia - eram responsáveis por uma movimentação constante das pessoas que os freqüentavam.

⁵ BENJAMIN, Walter. Op. Cit. p. 209.

Surgiu então um questionamento: se eles não compusessem a atual paisagem, as pessoas para lá se dirigiriam? Penso que não.

Por outro lado, percebi que quase tudo o que acontecia em Prata, sofria a influência dos acontecimentos nacionais. Sempre houve um alinhamento das classes dirigentes locais com os governos estaduais e nacionais, por isso, essa influência externa teve grande representatividade nas obras realizadas pela administração pública. A pesquisa sobre a Praça XV de Novembro em Prata levou-me a pensar se a situação era diferente em outras cidades. Então, quando surgiu a oportunidade de concorrer a uma vaga para o curso de Doutorado em História da Universidade Federal de Uberlândia, resolvi mudar o foco de meus estudos para a análise do processo de transformações ocorrido no centro de Uberlândia, Minas Gerais, cidade onde passei a residir desde o ano de 2003.

Meu objetivo com este estudo consistiu em compreender as transformações decorrentes das várias propostas de reordenação urbana durante o período de 1950 a 2010, investigando a rede de interesses que as nortearam - lembrando-me sempre de considerar a visão de ambos os lados envolvidos com a questão - com o intuito de compreender os seus reflexos na construção da imagem da cidade que se quer difundir atualmente. De que modo as mudanças interferiram no cotidiano daqueles que moram ou trabalham nas redondezas? Como se apropriam do centro para atender seus interesses? Que marcas imprimem e/ou imprimiram, nos vários territórios que são instituídos ao longo de suas vivências urbanas? Como se dão as disputas que ali ocorrem? Essa cidade moderna e progressista, que é reconstruída constantemente, está em acordo com os anseios de seus habitantes? De que maneira os habitantes lidam com os inúmeros conflitos que permeiam as suas relações sociais?

Minha intenção foi compreender as transformações em curso na sua área central e a partir de que momento surgiu uma preocupação com a organização do seu espaço urbano por meio dos planos urbanísticos. A questão da preservação do patrimônio cultural aparece, mesmo que de maneira incipiente, nas propostas desses planos, portanto investiguei em que bases se desenvolveram as discussões relativas à preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade.⁶

⁶ A análise da Dissertação intitulada “Apenas uma fotografia na parede: caminhos da preservação do patrimônio em Uberlândia (MG)”, de autoria de Maurício Guimarães Goulart, contribuiu por tratar das

A delimitação da pesquisa⁷ compreende o período que vai da elaboração do Plano de urbanização da cidade de Uberlândia (Otávio Roscoe), em 1954, pelo Departamento Geográfico Estadual - o qual previa a construção das novas estações ferroviária e rodoviária, além dos Centros Cívico e Administrativo - perpassando pela década de 1980, quando ocorre a criação da Secretária Municipal de Cultura na administração do Prefeito Zaire Rezende, e 1990, década em que ocorre a promulgação da Lei Estadual 12.040/1995 (primeira Lei “Robin Hood”)⁸. Citar essa lei é necessário porque, segundo Carrijo, apesar de seus recursos serem escassos e insuficientes para repor as perdas de municípios como Uberlândia, “deve-se ao programa a reativação do CONPHAC e a emergência de uma política de preservação que, buscou superar a mera sucessão de tombamentos ocorrida até então”.⁹

A análise dos planos diretores de 1954 e 1994, contribuiu para que percebêssemos que as propostas apresentadas - no momento em foram implementadas¹⁰ - nem sempre beneficiaram a população, uma vez que sua participação no processo decisório foi muito pequena. A ênfase dada ao progresso e o investimento no projeto modernizador se concretizaram por meio das ações desenvolvidas para organizar a

possibilidades da preservação no município destacando a resistência encontrada por parte da comunidade quanto à idéia de se manter algumas estruturas arquitetônicas e urbanísticas, selecionadas por serem portadoras de diversos valores vinculados à trajetória histórica da cidade.

⁷ Segundo orientação dos professores Paulo Roberto de Almeida e Heloísa Helena Cardoso Pacheco durante as discussões realizadas na disciplina Seminário de Tese I, a opção pela delimitação de um “tempo longo” é importante para esse trabalho porque possibilita visualizar o movimento de mudança, a maneira como as pessoas o interpretam. É possível perceber como a memória vai se modificando, os focos vão se alterando sendo que alguns permanecem, como por exemplo, o Museu Municipal, a Praça, o Coreto, dentre outros.

⁸ Ver MACHADO, Jurema. *Espaço Público, Patrimônio e Cultura no Planejamento Urbano*. GUM – Brasília, julho/2000. Conforme a autora, para a difusão de políticas de preservação para o nível local, pode ser considerado um marco na história da preservação em Minas Gerais a decisão de se incluir o patrimônio cultural como um dos critérios para o repasse do ICMS aos municípios, através da Lei Estadual 12040/95, que ficou conhecida como Lei Robin Hood. Para se beneficiarem de maiores repasses do ICMS, os municípios tiveram que atender a uma norma estrategicamente concebida pelo IEPHA que, a princípio, foi de fácil cumprimento, para, nos anos subseqüentes, ir se consolidando e, dessa forma, possibilitando um amadurecimento gradativo e monitorado. Vale dizer que os municípios que cumprissem um conjunto gradual de tarefas passavam a receber uma pontuação, traduzida em seguida em índice, que iria se refletir na cota de ICMS a receber do repasse do Estado. O resultado é que apesar da difusão de conceitos aparentemente sofisticados como o próprio conceito de patrimônio, os conceitos de tombamento, de inventário e de política municipal de em mais de 200 municípios de Minas, também se nota o interesse da classe administrativa em alcançar a pontuação necessária para obter o repasse. Isso fez com que projetos voltados para a preservação fossem encomendados sem que se tenha levado em conta a realidade local.

⁹ GOULART, Maurício Guimarães. *Apenas uma fotografia na parede: caminhos da preservação do patrimônio em Uberlândia*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, 2006.

¹⁰ Observando o Plano Urbanístico de 1954, constatamos que nem todas as propostas foram implementadas, pois, em sua grande maioria foram realizadas a partir da década de 1970.

urbanização e saneamento, a instalação de indústrias, o sistema de transporte, dentre outras. Criou-se outra imagem da cidade, onde tudo aquilo que representava o “atraso” precisava ceder espaço para o “novo”. As mudanças também ocorreram nos hábitos e costumes da população a qual procurou se adaptar conforme as exigências dos novos tempos.

Por meio dessa análise, busquei compreender em que medida as práticas de planejamento urbano têm contribuído para a solução e/ou manutenção das desigualdades sócio-espaciais na estrutura urbana de Uberlândia com ênfase no bairro central. A hipótese com que trabalho é que a construção de um planejamento crítico que vê na gestão urbana uma ferramenta de promoção de justiça social e de melhor qualidade de vida, não se concretiza, e isso decorre de inúmeros fatores, os quais são influenciados pela diversidade de interesses que permeiam as discussões no âmbito administrativo da cidade.

Os estudos historiográficos produzidos sobre Uberlândia nos revelam um cenário cuja abordagem sobre o “fenômeno urbano” não se preocupa apenas em compreender os processos econômicos e sociais que ocorreram na cidade, mas também com as representações que se constroem sobre ela por meio do imaginário popular. Segundo alguns autores¹¹, a obsessão pelo progresso em Uberlândia, sempre norteou as

¹¹ Vários estudos foram realizados com o objetivo de compreender o processo histórico de Uberlândia nas últimas décadas. Alguns deles subsidiaram a pesquisa realizada por mim para elaboração desta tese, dentre os quais destaco:

BRITO, Diogo de S.; WAPECHOWSKI, Eduardo M. (Org.) *Uberlândia Revisitada: memória, cultura e sociedade*. Uberlândia: EDUFU/Programa Municipal de Incentivo à Cultura, 2008.

CORSI, Elaine. *Patrimônio Cultural Arquitetônico e Plano Diretor em Uberlândia: uma proposta de revitalização para os distritos de Miraporanga, Cruzeiro dos Peixotos e Martinésia*. 144f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Geografia do Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

DANTAS, Sandra Mara. *Veredas do Progresso em Tons Altissonantes: Uberlândia (1900-1950)*. 2001. 168f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2001.

_____. *A Fabricação do Urbano: Civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888-1929)*. Tese. (Doutorado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP. Franca, 2009.

FONSECA, Maria de Lourdes Pereira. *Forma Urbana e Uso do Espaço Público: as transformações no centro de Uberlândia, Brasil*. Tese (Doutorado em Urbanismo) Universidad Politécnica de Cataluña. 357f. Barcelona, 2007.

FREITAS, Sheille Soares de. *Por Falar em Culturas... Histórias que marcam a cidade*. Tese (Doutorado em História). Instituto de História. Universidade Federal de Uberlândia. 290f. Uberlândia, 2009.

SILVA JÚNIOR, Renato Jales. *Cidade e Cultura: memórias e narrativas de viveres urbanos no Bairro Bom Jesus-Uberlândia (1960-2000)*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2006.

ações da administração pública quanto ao planejamento urbano, mas nem sempre esse progresso teve como objetivo atender às necessidades da população. De acordo com Sandra Mara Dantas, por meio deste discurso criava-se “um projeto político para projetar a cidade e não apenas ela, mas também os sujeitos que o elaboraram”, com vistas a convencer o interlocutor de sua veracidade. “As expressões, de considerável ufania, ao contrário do que possa parecer para o leitor, não expressam as condições reais, antes, são reveladoras do caráter projetivo que revestiu os discursos elaborados “na” e “sobre” a pequena cidade da zona triangulina”.¹²

Referenciando-se em Maria Stela Bresciani a autora destaca que a ciência urbana não é neutra ou definitiva. A cidade é lugar de tensão e seus habitantes se apropriam dela diferentemente conforme seus interesses e anseios os quais, além de gerarem conflitos, influenciam na construção de novas paisagens e modos específicos de vivência. O espaço urbano é plural e, neste sentido, reporto-me a Bernard Lepetit, para quem, pensar a cidade significava pensar junto a malha urbana e territorial, enfocando-a ainda como um observatório das relações entre os homens, “onde ‘passados’ diversos se encontram formando novos sistemas”¹³ e os elementos desses sistemas adquirem sentido uns em relação aos outros. Para Lepetit, a cidade deveria ser entendida a partir de questões parciais colocadas frente a suas múltiplas dimensões. As possibilidades de ação que se constroem por meio das diferentes experiências dos cidadãos podem ter resultados positivos ou negativos, sendo que a intervenção do Estado passa a ser vista como necessária à disciplinarização do espaço urbano e da sociedade por meio de mecanismos de controle social.¹⁴

SOARES, Beatriz Ribeiro. *Formação e Desenvolvimento dos Bairros Periféricos em Uberlândia*. 1991. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 236f. São Paulo, 1988.

_____. *Uberlândia: da cidade jardim ao portal do cerrado* - imagens e representações no Triângulo Mineiro. Tese. (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia da Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 366f. São Paulo, 1995.

RAMIRES, Júlio César de L. *A Verticalização do Espaço Urbano de Uberlândia: uma análise da produção e consumo da habitação*. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 320f. São Paulo, 1998.

REDUCINO, Marileusa de Oliveira. *Uma Praça e seu Entorno: plasticidades efêmeras do urbano. Uberlândia-Século XX*. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de História. Universidade Federal de Uberlândia. 207f. Uberlândia, 2003.

¹² DANTAS, Sandra Mara. Op. Cit. p. 2.

¹³ LEPETIT, Bernard. *Por uma Nova História Urbana*. Eliana Angotti Salgueiro (org.). Trad. Celi Arena. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 15.

¹⁴ Para uma análise mais aprofundada sobre o tema da disciplinarização em Uberlândia, ver: MACHADO, Maria Clara Tomaz. *A Disciplinarização da Pobreza no Espaço Urbano Burguês*:

As características do desenvolvimento de Uberlândia se assemelham às enunciadas acima. Seu reconhecimento como cidade representava mais que autonomia política e o mundo urbano que aqui se constrói “é consoante às percepções e experiências que seus moradores elaboram diante da realidade com que se defrontam, isto é, à proporção que suas práticas se transformam suas sensibilidades também se alteram”.¹⁵ O progresso é consolidado com a modernização dos equipamentos urbanos e das relações:

Ao lado da introjeção das maneiras de comportar-se e demonstrar refinamento, educação e elegância, a modernização das relações, do espaço, da produção e da comercialização engendraria uma nova paisagem, garantindo o aspecto moderno aos moldes do projeto liberal das elites locais, que consistia em manter as estruturas tradicionais que lhes garantiam o poder e o *status*, excluindo outros grupos sociais”.¹⁶

As condições político-econômicas forjaram o desenvolvimento de uma estrutura urbana compartimentada, expressa na divisão social do espaço. A forma resultante deste processo é o congestionamento do núcleo central, a expansão das periferias, que abrigam diferentes atividades e usos do solo e o seu desenvolvimento urbano ocorre de maneira semelhante ao da maioria das cidades. A população cresce em um ritmo acelerado cuja conseqüência é uma qualidade de vida baixa devido à precária infra-estrutura que não atende a população de modo abrangente. À medida que ocorre esse processo de urbanização, começam a surgir habitações improvisadas nos bairros periféricos, conseqüência do aumento da pobreza e do desemprego, fator que influencia na expansão de atividades informais cujos agentes tendem a se instalar em locais como o centro da cidade, procurando o contato com as pessoas que por ali transitam e que são considerados como possíveis clientes. Esse espaço é permeado pela diversidade de indivíduos, grupos e formas de apropriação, e nele, todos desempenham o papel de atores sem deixar de serem espectadores. Ali existe o mundo dos camelôs, vendedores ambulantes, solitários anônimos, ilustres desconhecidos, turistas, colegiais, pessoas em trânsito, estátuas, obras de arte, monumentos, enfim, uma multidão que caminha com os olhos fixos no chão, nos ponteiros dos relógios ou nas vitrines das lojas, uma multidão que dá vida à dinâmica urbana criando uma série de imagens.

Assistência Social Institucionalizada – UBERLÂNDIA, 1965/1985. Dissertação (Mestrado). SP. Dep. História /USP, 1990.

¹⁵ DANTAS, Sandra Mara. Op. cit. p. 99.

¹⁶ Idem. p. 99.

De acordo com Lucrécia d'Alessio Ferrara, “é indiscutível que a cidade se faz representar através das suas imagens e é através delas que se dá a conhecer concretamente; as imagens urbanas são signos da cidade e atuam como mediadores do seu conhecimento.”¹⁷ Neste sentido, entendemos que essa história pode ser lida por meio do estudo dos espaços, seus usos, seus significados, e:

Do debate a respeito da memória e do patrimônio (os quais) estão, muitas vezes, permeadas por essa visão que toma a cidade como um texto, no qual, os homens imprimem simbologias e significados diversos. Texto a ser decifrado, e a partir do qual se torna possível acompanhar uma ou várias histórias. A vida de uma cidade de dá a ler em suas ruas, suas praças, suas casas, edifícios. Ela está impressa em cada um desses lugares.¹⁸

Ao discuti-la, alguns autores fazem uso não só da literatura e da história, mas também dos discursos políticos, urbanísticos, dentre outros, todos carregados de conceitos aplicáveis ao fenômeno urbano¹⁹. Pensando nisso e devido à infinidade de conceitos utilizados, me reporto a Reinhart Koselleck²⁰ quando ressalta a importância de se estabelecer uma distinção entre conceito e palavra. Segundo o autor, não é toda palavra existente em nosso léxico que pode se transformar em um conceito, pois cada uma delas remete-nos a um sentido, que por sua vez indica um conteúdo. Um conceito relaciona-se sempre a alguma coisa que se quer compreender e se articula a certo contexto sobre o qual pode atuar, tornando-o compreensível.

A partir de uma pesquisa multifacetada sobre a noção de tempo histórico, Koselleck expõe a riqueza erudita da história dos conceitos e suas conseqüências quando articulados em termos de uma teoria da história. O tempo é visto como uma construção cultural que, em cada época, determina um modo específico de relacionamento entre o já conhecido e o experimentado como passado e as possibilidades que se lançam ao futuro como “horizonte de expectativas”.

¹⁷ FERRARA, Lucrécia d'Alessio. Cidade: imagem e imaginário. In: SOUZA, Célia Ferraz; PESAVENTO, Sandra Jatahy Pesavento (org.). *Imagens Urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. 2. ed.-Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 193.

¹⁸ SILVEIRA, Anny Jaqueline T. Acerca da Leitura das Cidades. In: *Vária História*. Belo Horizonte, Set/96, n. 16, p. 79.

¹⁹ Dentre tais conceitos destacam-se: ordenamento urbano, governança urbana, planejamento participativo, planos diretores, leis de zoneamento, cujos significados foram se modificando ao longo do tempo, ou então, foram criados recentemente para dar suporte às novas propostas de urbanização.

²⁰ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC Rio, 2006.

Koselleck salienta que as fontes do passado “são capazes de nos dar notícia imediata sobre fatos e idéias, sobre planos e acontecimentos, mas não sobre o tempo histórico em si”. É necessário considerar as transformações ocorridas ao longo do tempo e o diferente ritmo de modernização além da associação do tempo histórico à ação social e política a homens concretos que agem e sofrem as conseqüências de suas ações. É importante salientar que o significado do conceito de futuro para o autor é diferente do que é para nós, pois, diz respeito a um tempo já decorrido, mas, se considerarmos sua afirmação de que se no cômputo da experiência subjetiva, o futuro parece pesar aos contemporâneos por ele afetados, é porque um mundo técnica e virtualmente formatado concede ao homem períodos de tempo cada vez mais breves para que ele possa assimilar novas experiências, adaptando-se assim a alterações que se dão de maneira cada vez mais rápida, e ao contextualizá-la ao nosso tempo, perceberemos que existe uma relação com a aceleração da “modernidade” vivida atualmente pelos homens que habitam as cidades.

Neste sentido, ao observar que os modelos temporais têm o presente como centro de gravidade, Lepetit concorda com Koselleck sobre as relações entre história e tempos, regimes de historicidade ou temporalidades específicas e múltiplas das situações urbanas vividas pela experiência humana. A todo o momento, uma organização do território origina-se do conjunto das configurações anteriores. No jogo das atualizações sucessivas das formas passadas em combinações territoriais novas, as sociedades usam menos as possibilidades fornecidas por seu meio do que aquelas que a história lhes fornece. Aí se inclui a idéia de uma adaptação ativa, realizada pelos atores sociais ao sabor de seus equilíbrios e de suas capacidades, dos enquadramentos espaciais por eles herdados. Devido à multiplicidade das formas antigas de organização do espaço e a diversidade das temporalidades nas quais elas se inscrevem²¹, o problema está mais em associar uma trajetória histórica e uma evolução futura do que em estudar as modalidades de presentificação dos passados. “As sociedades urbanas não se alojam em conchas vazias encontradas por acaso: procedem continuamente a uma reatualização e a uma mudança de sentido das formas antigas. Elas as reintrepretam”.²²

²¹ Lapetit ressalta que a cidade não dissocia, mas sim faz convergirem, num mesmo espaço tempo, os fragmentos de espaço e os hábitos vindos de diversos momentos do passado. Ela cruza a mudança mais difusa e mais contínua dos comportamentos citadinos com os ritmos mais sincopados da evolução de certas formas produzidas.

²² Idem. p. 147.

Nessa ação de reinterpretação, as sociedades recorrem a alguns conceitos, contudo, segundo Koselleck, eles são produto da nossa modernidade, como revolução por exemplo. É muito importante não vê-lo como unívoco, pois possui uma grande variação de significados, mas, a partir de 1789 esse conceito cristaliza-se em um coletivo singular, então, podemos dizer que os significados dos conceitos são vários sendo, portanto, necessário saber a partir de que momento eles passam a ser empregados como indicadores de transformações políticas e sociais de profundidade histórica. Em relação a este fato, Lepetit considera que os conceitos utilizados pelo urbanismo atual devem ser confrontados com aqueles pelos quais os substituímos, pois, acredita que é útil avaliar por quais etapas se operou a passagem de uns para os outros. Assim como os autores citados, procurei me manter atenta para a alteração dos conceitos com os quais lidaria.

No decorrer da pesquisa, a palavra com que mais me deparei nos discursos que compunham as fontes analisadas foi “melhoramentos”. Conforme afirma Maria Stella Bresciani, a palavra “melhoramentos” e a expressão “melhoramentos materiais” são presença constante nos diferentes enunciados sobre a cidade²³. A autora traça um panorama sobre a ocorrência da palavra melhoramentos e das expressões correlatas, no período de 1850 a 1950, na cidade de São Paulo.

A longa permanência da palavra melhoramentos para designar benefícios feitos nas vias de comunicação, pontes, praças, mercados, e demais lugares de utilização coletiva, levou-me a situá-la entre duas possibilidades opostas. Seria uma palavra guarda-chuva (*mot valise*) recobrindo uma lista de situações tão diversas que a tornaria inespecífica e sem qualquer valor significativo? Ou seria um termo associado a um lugar-comum uma palavra cuja compreensão é imediata e considerada, portanto, do ponto de vista de uma coletividade, ‘parte de um fundo comum onde se trocam palavras, crenças, preconceitos, argumentos e opiniões’? Ou seja, uma palavra que permite as falas vindas de pontos diversos se encontrarem no lugar-comum onde as representações das experiências de natureza variada se acumulam e entrecruzam-se, designando, neste caso, sempre um acréscimo positivo a uma situação dada. Constituiria, então, um dos desdobramentos identificáveis da noção mais ampla de progresso; um sinal localizável por sua materialidade apreensível e mesmo mensurável?²⁴

²³ BRESCIANI, Maria Stella. Melhoramentos entre intervenções e projetos estéticos: São Paulo (1850-1950). In: *Palavras da Cidade*. Porto Alegre: E. Universidade/UFRGS, 2001, p. 343.

²⁴ Idem. p. 344.

Desse modo, entendo que a palavra melhoramentos, além de ser um lugar-comum, em que a troca de opiniões sobre coisas diferentes sempre manteve relação com a idéia de um acréscimo positivo àquilo que se refere, ela também se apresenta como “algo que articula um sentido a uma representação, ou a uma realização mental sob a forma de uma imagem”. Então, ela reúne três dimensões: a de lugar-comum, a conceitual e a figurativa. “Prove com imagens, por vezes interligadas, a uma opinião e/ou um conceito”. Também observei que, tanto aqui quanto em São Paulo, houve um deslocamento da palavra das intervenções mais simples para as intervenções mais articuladas como os planos de urbanização que ora estudo. A palavra “refere-se sempre a objetos concretos, projeções de intervenções e/ou obras realizáveis, que pela dimensão imagética desenhada ou sugerida pela linguagem são capazes de provocar em quem escuta, lê ou vê o sentimento de serem partícipes (ou de estarem excluídos) de uma ação coletiva orientada no sentido de um modelo ideal de cidade moderna”²⁵.

As propostas de uma Uberlândia ideal também não se concretizaram como uma imagem imobilizada numa dada representação, “mas se deslocou constantemente, acompanhando os sucessivos deslocamentos nas concepções de cidade ideal”, dependendo das intenções dos grupos que detinham em mãos o poder administrativo ou do momento histórico vivenciado. Foi com esse intuito que na administração do Prefeito Tubal Vilela da Silva, de 1951 a 1954, foi concluída a elaboração do Plano Urbanístico para a Cidade de Uberlândia, pelo engenheiro Otávio Roscoe. Por meio deste plano, vários melhoramentos seriam realizados no sentido de ordenar o espaço urbano da cidade e as páginas dos jornais foram permeadas com matérias que denotavam a aprovação do projeto:

Estávamos ainda na era das tropas de burros, dos carros de bois e cabrioletes puxados a cavalo, daí nossa admiração aos incentivadores da nova planta urbanística, dando-nos essas largas e belas avenidas, as admiráveis ruas transversais que permitem hoje, o trânsito de automóveis, ônibus e caminhões.²⁶

Com a execução desse plano, pretendia-se escrever uma outra história da cidade de forma a moldar a paisagem urbana, por meio da qual se imporia nova uma ordem social que se orientasse pelos interesses políticos e econômicos locais. Enquanto me dedicava à leitura da cidade escolhida como objeto de estudo, fui percebendo que

²⁵ BRESCIANI, Maria Stella. Op. cit., p. 344.

²⁶ Sem título. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, p. 06, 17 fev. 1970, apud SOARES, 1995.

hábitos, costumes e formas de viver e conviver dos habitantes também se modificaram perante essas conveniências econômicas, sociais e políticas e que as transformações do espaço urbano acabaram por impor uma nova disciplina e um novo sistema de valores, e as propostas de reorganização urbana, na maioria das vezes, foram norteadas por resoluções carregadas de sentidos e intenções. Desse modo, as relações que se estabeleceram foram permeadas por elementos contrários que resultaram em uma série de conflitos colocando em lados opostos aqueles que pregam o progresso e o desenvolvimento e aqueles que lutam pelo direito de se apropriarem dos vários territórios conforme seus interesses momentâneos.

É importante destacar que a área central das cidades como ponto mais denso de um “campo de forças”²⁷ passou a ser difundida pelo pensamento urbanístico em meados do século XIX partindo de uma concepção mais dinâmica marcada por um centro irradiador, por meio do qual as coisas se dispõem numa ordem não determinada a priori. Os centros urbanos são definidos pela combinação de características tais como a pressão demográfica e a força das atividades comerciais. Quando reunidas, imprimem-lhe esse papel irradiador em que os valores comerciais tornam-se transparentes; ofertas e demandas confrontam-se instantaneamente. Passa a ser também o lugar da cultura, talvez pelo seu *status* de berço da cidade, o centro histórico.

O Centro de Uberlândia segue tal modelo. Ele é resultado da iniciativa de Felisberto Carrejo ao projetar a construção de uma capela curada no local onde hoje funciona a Biblioteca Pública Municipal, na Praça Cícero Macêdo. Segundo informações contidas no Relatório de Gestão do prefeito Virgílio Galassi, do período de 1997 a 2000²⁸.

O local era um vasto capão de mato, porém, não tinha água, o que inviabilizava a construção. Foi necessário investir na construção de um rego d’água que saía do ribeirão São Pedro, próximo da Faculdade de Educação Física, e, acompanhando o declive do terreno, passava pela atual Av. Rio Branco, rua Barão de Camargos, rua Mal. Deodoro e seguia até a Praça Cícero Macedo. Desse modo, a primeira igreja de São Pedro de Uberabinha foi construída em 1861 e demolida em 1943. O mapa mostra a configuração urbana da cidade em 1856.

²⁷ Ver: LEPETIT, Bernard. Op. Cit., p. 291.

²⁸ PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Relatório da Gestão de Virgílio Galassi, 1997/2000, p.12.

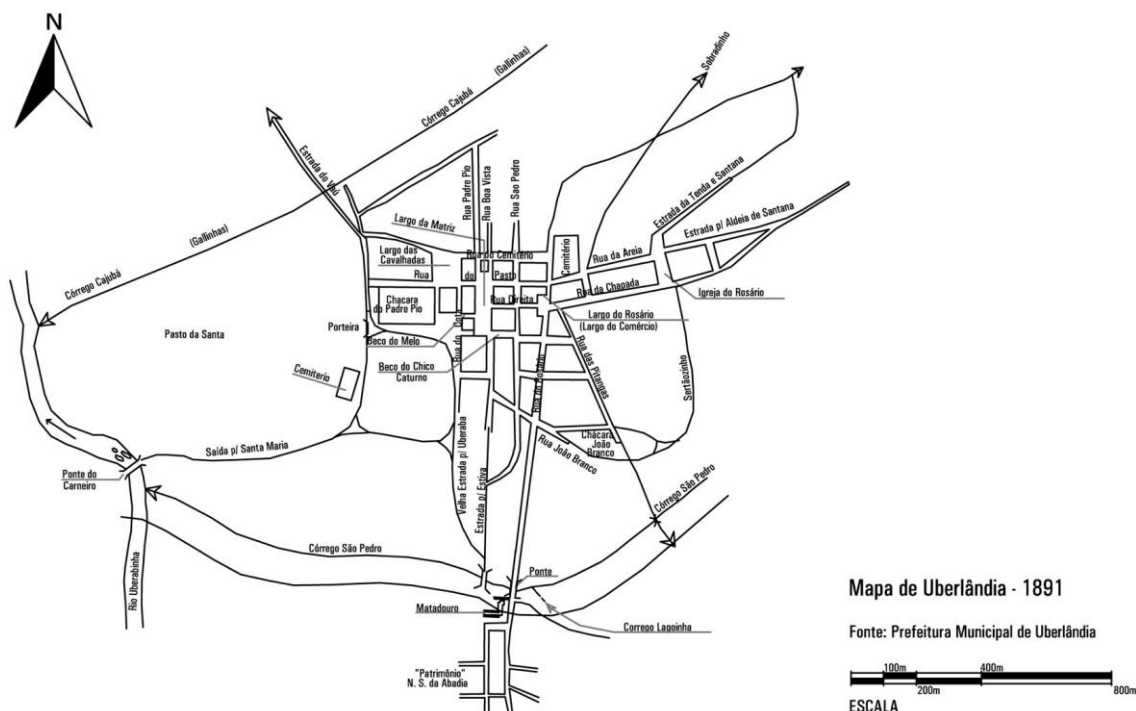


Fig. 2: Mapa da cidade, 1891. Fonte: Fonseca (2007)

Dessa forma, a cidade se expandia ao mesmo tempo em que se consolidava a ocupação da área central consolidando o centro polarizado pela Praça Tubal Vilela, as avenidas Afonso Pena, Floriano Peixoto e João Pinheiro, essa última como o lugar das residências das classes sociais mais privilegiadas. A Tubal Vilela complementava a Praça Clarimundo Carneiro no exercício das principais funções urbanas. Ali foram construídos o ginásio mais importante da cidade, o novo Fórum e, em 1941, uma nova matriz. A antiga igreja foi, então, transformada em rodoviária e a sua praça, a Cícero Macedo, passou a ser, a partir dos anos 1960, o local de parada final de todas as linhas de ônibus urbanos da cidade. Essa praça, antes a mais central, passou a assumir uma importância secundária.³⁰

Porém, foi a partir da década de 1950 que se observou um crescimento urbano mais acelerado. A área central foi ampliada com o intuito de melhorar a comunicação entre os bairros mais próximos e, segundo Fonseca, nesta década investiu-se na canalização do córrego Cajubá que separava o centro das Vilas Oswaldo, Carneiro e Martins resultando na Avenida Rio de Janeiro, hoje Getúlio Vargas. Tal avenida se converteu numa das mais importantes da cidade, tornando-se alvo de vários investimentos por parte do poder público com a finalidade de dotá-la dos serviços

³⁰ FONSECA, Maria de Lourdes Pereira. Op. Cit. 94.

necessários ao seu funcionamento e beleza como forma de fazer justiça ao papel que ora desempenhava.

Na década de 1960, o centro, que já abrigava vários edifícios de três ou quatro andares, passou a receber os primeiros edifícios mais altos. Conforme reportagem publicada no jornal *O Correio de Uberlândia*, em 1965³¹, um vereador propõe uma lei proibindo a construção de edifícios com menos de três andares nas avenidas Afonso Pena e Floriano Peixoto com a finalidade de resguardar a imagem progressista. A Praça Tubal Vilela se tornou o centro nervoso da cidade cujo espaço abriga, atualmente, novas sedes de bancos, edifícios comerciais, hotéis e várias lojas de departamento destinadas, principalmente, ao público de renda média e alta.

O ritmo de vida da população tornou-se mais acelerado por causa das novas imposições advindas com o progresso, tais como a maior utilização do automóvel, principalmente após o período desenvolvimentista com JK, quando houve um investimento maciço na indústria automobilística. Esse novo ritmo de vida faz com que o cidadão precise contabilizar o seu tempo de maneira precisa, e, nesse sentido, reporto-me às argumentações de Koselleck quando chama a atenção para a experiência da aceleração do tempo, a qual “hoje faz parte da nossa experiência cotidiana, graças à explosão demográfica e à capacidade técnica”.³²

Se relacionarmos a aceleração do tempo à experiência dos cidadãos uberlandenses, veremos que, nas últimas décadas, os seus modos de viver sofreram grandes transformações, pois, precisaram se adaptar às novas tecnologias que não só interferiram no desenvolvimento urbano da cidade, mas, também no seu cotidiano. A cidade que emergia na década de 1960, antes tranqüila, passou a buscar o novo, o moderno, inclusive o padrão das construções civis. Para impor essa nova imagem da modernidade, tornava-se necessário interferir na paisagem onde as construções antigas, que embora tenham se destacado em tempos anteriores, já não correspondiam mais às exigências do progresso. Inicia-se uma série de demolições que são motivo para que os jornais da época fizessem apologia do novo como sinônimo das transformações positivas advindas desse progresso.

³¹ CENTRO da cidade não pode comportar prédios de 1 andar. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, 28 fev. 1965.

³² KOSELLECK, Reinhart. Op. Cit. p. 187.

Esse interesse em construir uma cidade moderna faz com que, onde tudo que lembra o velho e o arcaico perca seu valor, e, desse modo, corroborando com Koselleck, entendo que o conceito de modernidade significava para os uberlandenses a emergência de um “tempo novo”, que só ganha sentido a partir do contraste com o tempo anterior, o tempo “velho”, ou ao ser empregado como conceito de época, quando se opõe às definições do período anterior, o qual é, na maioria das vezes, desqualificado.

Contudo, conforme afirma o autor, para se chegar à experiência de um novo tempo é necessário recorrer à semântica. Para ele, a expressão “tempo moderno pode significar ou a simples constatação de que o ‘agora’ é novo, de que o tempo atual se opõe ao tempo passado, seja qual for a profundidade desse passado. Neste sentido se forjou a expressão ‘modernus’, que desde então não perdeu o significado de ‘atual’.”³³

No entanto é necessário ressaltar que o tempo do qual trata Koselleck, refere-se ao tempo dos conceitos, o que é diferente do tempo dos sujeitos. O tempo dos conceitos leva a algumas considerações teóricas em que ele é homogeneizado e isso não ocorre no tempo dos sujeitos. Sendo assim, quando consideramos a reivindicação qualitativa de novo tempo que pode significar algo inteiramente novo, diferente, ou até mesmo melhor do que o tempo anterior; observamos que essa idéia norteia os artigos publicados em alguns jornais uberlandenses, cujas matérias foram utilizadas como fontes históricas³⁴, as quais foram cruzadas com outras, como por exemplo, documentos oficiais, mapas, fotografias, dentre outras, com o objetivo de sustentar a tese defendida. Além das fontes históricas acredito que para estudar a cidade, devido à imensidão de questões a serem investigadas em seu cotidiano, com suas imagens e representações, existe a necessidade de considerar, para sua análise, diferentes correntes filosóficas e áreas do conhecimento que renovam e ampliam a reflexão teórica. Dentre os estudos realizados sobre Uberlândia, destaco alguns que contribuíram para uma melhor compreensão do meu objeto de estudo.

³³KOSELLECK, Reinhart. Op. Cit. p. 274.

³⁴ Nesse sentido, ver: FERNANDES, Orlanda Rodrigues. *Uberlândia Impressa: a década de 1960*. Dissertação (Mestrado). Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. 2008, p.19. A autora chama a atenção para o fato de que a repetição incessante de idéias é o que as torna senso comum, por isso torna-se importante analisar a forma como o jornal é utilizado para difundir opiniões. A leitura do jornal possibilita compreender a aceleração do tempo que afeta a memória e a lembrança, bem como a duração das coisas e das imagens, pois vivemos a cultura da velocidade e, ao mesmo tempo da nostalgia. Segundo ela, esta é uma contradição do momento atual, entre a memória que tenta solidificar o presente que desaparece rapidamente e num tempo acelerado.

Em relação ao questionamento sobre o papel da imprensa como formadora de opinião, Orlanda Rodrigues Fernandes problematiza a luta por hegemonia analisando o jornal *Correio de Uberlândia* na década de 1960 com o objetivo de compreender de que modo a imprensa se constituiu enquanto prática social na cidade durante o Regime Militar investigando quais são os sujeitos que constroem esse veículo de informação e como se articulam as forças sociais.

A autora chama a atenção para a questão da produção de memória sobre a cidade por meio da imprensa tentando desvendar os significados e interesses que nortearam a publicação das matérias referentes ao período da ditadura militar em Uberlândia. Havia uma intenção de se legitimar a intervenção militar por meio da produção ideológica articulada entre o jornal e o militarismo voltada para o projeto de cidade? A conclusão é que essas e outras construções visavam legitimar práticas autoritárias que, para a classe dirigente significava conter “a violência e a medicância causados, exatamente, pelo projeto de progresso que se tentou e tenta implementar na cidade”.³⁵

Assim como Fernandes, acredito que a imprensa se articula com os projetos e disputas pela cidade e a luta política não se trava apenas no espaço, mas na visão que se quer transmitir sobre ela, nos valores que se quer difundir entre os cidadãos. Desse modo, pode-se dizer que a imprensa compõe os cenários onde ocorrem os embates e ela se apresenta mais como uma expressão de lutas e de visões de mundo. Nesse sentido, Heloísa Faria Cruz destaca que as matérias produzidas pela imprensa, quando utilizadas como fonte histórica, possibilitam desvendar os processos e práticas sociais que articulam sua constituição/instituição em um processo histórico determinado. Entretanto, é necessário considerar que elas não são sinônimos da realidade, não devem ser vistas como uma verdade pronta e acabada, pois existe uma série de fatores que influenciam a sua produção e veiculação, os quais denotam sempre os interesses daqueles que detêm o seu controle.

Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes, em “Caminhos e Trilhas: transformações e apropriações da cidade de Uberlândia (1950-1980)”, discutiu o processo de construção do espaço urbano da cidade por meio da análise do Plano de Urbanização elaborado pelo engenheiro Otávio Roscoe, em 1954. A premissa da autora se alicerça na argumentação de que o passado de Uberlândia está calcado em uma

³⁵ FERNANDES, Orlanda Rodrigues. Op. Cit. p. 147.

postura política que a qualifica, desde a sua emancipação em 1888, como potencialmente progressista e desenvolvida. Contudo, segundo a autora, nas entrelinhas dos discursos, é possível perceber as deficiências na infra-estrutura de uma cidade a qual foi se modificando conforme as exigências dos novos tempos e aos diversos interesses, principalmente das elites locais.

Em relação à estação ferroviária, Lopes ressalta que ela simbolizou, num espaço de tempo muito curto, tanto o progresso quanto o atraso. “Num primeiro momento significou o desenvolvimento porque trazia a tecnologia, o comércio, a possibilidade de se percorrer grandes distâncias em um tempo bastante reduzido. [...] Num segundo momento foi considerado que ela atravancava o espaço urbano.”³⁶ Para a autora, o ordenamento da cidade correspondeu aos anseios das elites, que desenharam com antecedência, os caminhos por onde a riqueza deveria circular, assim como quais os obstáculos deveriam ser removidos.

Cito ainda, dois outros estudos que tratam da importância da ferrovia para a configuração urbana de Uberlândia: o de autoria de Célia Rocha Calvo reflete sobre os espaços da cidade e sobre as transformações nas vivências urbanas analisando a forma que cada indivíduo vivencia essas mudanças e como se posicionam perante os vários territórios apagados, dentre eles a estação da Mogiana. A autora buscou os lugares onde as imagens se instalavam como marcos de memória da cidade investigando o modo como elas instituíram sentidos e significações sobre os direitos à cidade e o modo como promoveram ideologicamente o esquecimento das diferentes práticas e modos de pensá-la e vivê-la. Em relação à Mogiana, Calvo procurou problematizar os significados atribuídos pelos trabalhadores às mudanças ocorridas na década de 70, mais especificamente aqueles que moravam próximos às áreas onde ficava a ferrovia e que trabalhavam na rede de serviços vinculados aos movimentos dessa empresa interpretando os sentidos dados por esses moradores “ao apagamento desses territórios da paisagem urbana e que permaneceram em suas memórias, como lugares de muitas

³⁶ LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante. *Caminhos e Trilhas: transformações e apropriações da cidade de Uberlândia (1950-1980)*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Historia. Uberlândia, 2002, p, 14.

histórias, que foram lembradas porque perderam a referência no viver urbano da cidade”.³⁷

Geovana de Lourdes Alves Ramos³⁸, assim como Calvo, aborda os modos de viver de morar e trabalhar dos moradores à época em que a cidade era cortada pelos trilhos da linha férrea. Por meio dos depoimentos, a autora procurou interpretar suas experiências e as relações sociais estabelecidas entre eles. Ela destaca que são experiências elaboradas e reelaboradas cotidianamente, e é a partir delas que os moradores disputam, por meio de suas práticas, o viver a/na cidade. Os conflitos aparecem quando as estratégias de resistência e de sobrevivência são traçadas pelos moradores que residem nas imediações da Avenida João Naves de Ávila e que disputam o direito de compartilhar o espaço urbano, atribuindo-lhe novos significados, reinterpretando-os. A autora chama a atenção para o fato de que a cidade é produzida por diversos atores sociais, os quais constroem espaços e defendem seus interesses, por isso, ela é também espaço de conflitos políticos, culturais e sociais, e isso se reflete na configuração do espaço urbano.

Para Eliene Dias de Oliveira Santana, a cidade que emergiu a partir das narrativas orais, apontou também para a existência do conflito na luta pelo direito à cidade. Ela aborda o “Quebra-Quebra” de 1959 partindo das vivências de pessoas que viveram em Uberlândia na época em que ocorreu a mobilização popular, analisando suas diferentes posturas e questionando a imagem de “Cidade Jardim” construída pela imprensa local como símbolo da beleza, magnitude e paz aqui reinantes. O caminho escolhido pela autora consistiu na análise das narrativas, dos inquéritos policiais e dos artigos de jornais, com o intuito de vislumbrar qual a relação estabelecida entre a população e o poder policial àquela época, evidenciando a repressão como prática costumeira e quais elementos de conflito e tensão permearam tanto o momento histórico em que ocorreu o quebra-quebra, quanto nos anteriores e posteriores a ele.

A autora concluiu que “no jogo pela preponderância de uma visão linear do acontecimento, houve a tentativa, não de todo vitoriosa e, não de todo frustrada, de

³⁷ CALVO, Célia Rocha. Muitas Memórias e Histórias de uma Cidade: experiências e lembranças de viveres urbanos - Uberlândia (1938-1990). Tese (Doutorado). Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2001.

³⁸ RAMOS, Geovana de Lourdes Alves. *Entre trilhos e trilhas: vivências, cotidiano e intervenções na cidade - Uberlândia (1970-2006)*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia: 2007.

soterrar perspectivas contraditórias à eleita por aqueles que almejavam manter intacta a imagem da cidade”.³⁹ Sua intenção foi compreender de que forma o protesto se inseriu no viver a cidade buscando respostas para uma série de questões sobre as influências do poder hegemônico local e sua importância na configuração social da cidade.

O diálogo com a obra de Beatriz Ribeiro Soares foi importante porque a autora aborda aspectos relacionados aos processos políticos, econômicos e sociais, sob a ótica da geografia, os quais se consolidaram no espaço urbano de Uberlândia, fazendo com que a cidade se transformasse em um centro regional de expressiva importância no contexto de Minas Gerais. Ela considerou o papel desempenhado pelas elites locais que elaboraram projetos políticos com vistas a (re)criarem o seu espaço e mais, produzirem imagens que representassem o progresso e a modernidade. Conforme destaca a autora, foram criadas formas e rituais espaciais que reforçaram o discurso político, no que diz respeito à reprodução de valores e símbolos que materializassem a cidade metrópole, moderna, limpa e ordenada, instrumento de hegemonização regional e de homogeneização social. Todavia, esta ordenação que impôs um padrão arquitetônico e urbanístico moderno, trouxe à luz os seus contrários, uma cidade segregada e fragmentada.

Já a tese de Maria de Lourdes Pereira Fonseca aborda transformações em curso na área central de Uberlândia, MG, Brasil, e, por isso, conversar com essa autora foi importante principalmente pelos elementos comuns inerentes ao nosso objeto de estudo. Fonseca aponta para o início de um processo de decadência do centro, a exemplo do que vem ocorrendo em outras cidades brasileiras e latino-americanas. Sua intenção é contribuir para o entendimento da dinâmica das áreas centrais urbanas e verificar de que maneira isso ocorre nas cidades médias colocando como hipótese que, neste caso específico, esse processo se deve a: mudanças nas relações de consumo nos países capitalistas - cuja introdução dos centros comerciais e dos lugares especializados de consumo e trabalho é uma de suas facetas; mudanças nos padrões de convívio da sociedade atual; que prioriza cada vez mais a utilização dos espaços fechados para o desenvolvimento de relações sociais; e mudanças na morfologia dos espaços públicos e privados do centro; dado pelo aumento dos espaços isolados e fechados em si mesmos,

³⁹ SANTANA, Eliene Dias de Oliveira. *Cultura Urbana e Protesto Social: o Quebra-Quebra de 1959 em Uberlândia-MG*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2005, p. 137.

o que dificulta sua utilização pela população. Dessa maneira, busquei demonstrar que são as mudanças, ao longo do tempo, na forma urbana, nos usos e atividades ali instaladas e nas características da sociedade que são determinantes para a diminuição de sua diversidade e importância.

Fonseca destaca que, a exemplo do que vem ocorrendo em outras cidades brasileiras e latino-americanas, aqui também as transformações da área central também apontam para o início de um processo de decadência. Ela trata da dinâmica das áreas centrais urbanas e verifica de que maneira isso ocorre nas cidades médias, uma vez que a bibliografia produzida a respeito deste tema diz respeito principalmente às grandes cidades. A abordagem que faz do desenvolvimento das cidades se pautar na perspectiva do capital.

O debate se trava em paralelo à discussão sobre que tipo de ações deve-se desenvolver para reverter ou minimizar o problema. Segundo análises desenvolvidas pela autora, desde 1980 várias ações de revitalização dos centros urbanos têm sido colocadas em prática, mas nem sempre essas ações atingem um resultado satisfatório. A diferença entre centro e periferia existe de longa data sendo que, no centro se comprova as qualidades urbanas máximas, contando com ampla rede de infra-estrutura, ao contrário do que ocorre na periferia, carente de infra-estrutura e cujo ambiente é de baixa qualidade. É nesses locais que se acomodam as classes desfavorecidas.

Na introdução Fonseca esboça os caminhos adotados na realização de sua pesquisa ressaltando a contribuição que a bibliografia selecionada - que conta com a produção de estudiosos de diversas áreas, tais como: arquitetura, antropologia, história, geografia, sociologia, e economia - trouxe à análise que desenvolveu acerca do centro de Uberlândia. Com base nas obras de Flávio Villaça, Paul Singer, Gabriel Bolafi, Marc Augé, dentre outros, a autora delineia uma visão geral do centro das cidades definindo-o como “fruto do processo natural do desenvolvimento dos assentamentos humanos”. Neste sentido, cita Henry Lefebvre que afirmava não existir realidade urbana sem um centro: comercial, simbólico, de informações, de decisão. Para ele, a reprodução das relações sociais que sustentam o sistema capitalista depende dos efeitos da aglomeração e é realizada através de uma forma espacial, o centro da cidade.

Um dos autores mais citados por Fonseca é o urbanista, Flávio Villaça, cujos estudos procuram compreender o processo de urbanização das metrópoles. Conforme

diz Villaça, o surgimento do centro se deu a partir dos deslocamentos obrigatórios e necessários para o desenvolvimento das várias funções urbanas. Por permitir maiores possibilidades de contato e pela facilidade de acesso, acaba por se tornar objeto de disputa pelos membros da comunidade que ali pretendem instalar pontos comerciais. Ocorre, então, uma valorização imobiliária, tanto da terra, quanto das edificações.

Fonseca ressalta que o valor simbólico dos centros ocorre por condensarem usos e significados. Geralmente esses locais são ocupados por instituições de comando da sociedade ou pelas elites econômicas, religiosas e /ou políticas. No Brasil, apesar de ser um lugar compartilhado pelos indivíduos de todas as classes sociais, era o ponto mais valorizado da cidade, abrigando suas principais funções. No entanto, à medida que a cidade se desenvolvia, o centro se transformava influenciando a ocupação de novas áreas ao seu redor.

Segundo a autora, um fator que influenciou o deslocamento das elites para novas áreas residenciais - como no caso dos condomínios fechados construídos em alguns bairros periféricos - foi, a partir dos anos 1960, a difusão do automóvel particular entre as classes média e alta facilitando, desse modo, a sua locomoção. No Brasil, essa fuga das elites tem levado ao processo de decadência do centro, pois, ao não despertar mais o interesse das mesmas, “essas áreas passam a ser destinadas ao comércio e serviços para a população de baixa renda, agora seus principais usuários”.

Concomitante a isso, ocorre certo abandono do centro por parte do poder público e, tal fato se caracteriza pelo deslocamento das funções administrativas para novos setores. De acordo com Fonseca, todas essas transformações se assemelham ao que ocorre na cidade de Uberlândia. Sendo assim, o objetivo de sua tese é ampliar a compreensão a respeito dessas transformações e verificar de que maneira isso ocorre em Uberlândia. Sua abordagem procura responder a algumas questões importantes, tais como, a relação das áreas centrais com as demais áreas e as possíveis configurações que o centro pode assumir dentro de um contexto urbano marcado pela dispersão e multipolaridade devido ao crescimento acelerado da população cuja conseqüência é uma qualidade de vida baixa devido à precária infra-estrutura que foi planejada para atender a um número menor de habitantes. Considerando a importância da abordagem realizada por Fonseca, cuja análise é orientada pelas preocupações suscitadas na área da arquitetura, minha intenção foi refletir sobre o papel dos sujeitos sociais frente a este

processo de transformação da cidade enfatizando os aspectos históricos e as diversas relações sociais que se estabeleceram e/ou estabelecem conforme ocorreu a apropriação do espaço público em Uberlândia.

Em relação às permanências, Mauricio Goulart Carrijo discute as possibilidades de preservação do patrimônio cultural, no município de Uberlândia (MG). Investiga se e como esse controverso tema incorporou-se às preocupações do governo local e dos cidadãos. Destaca a resistência, encontrada na comunidade, à idéia de se manterem para as gerações futuras algumas estruturas arquitetônicas e urbanísticas, selecionadas por serem portadoras de diversos valores, vinculados à trajetória histórica daquela cidade.

Esse sentido do patrimônio urbano também é destacado por Rodrigo Moretti. Segundo Moretti, ele corresponde à ação de formar, constituir e proteger um conjunto de bens materiais e simbólicos com intenção de preservá-los às futuras gerações, por meio do instrumento de tombamento ou processos intuitivos. Ele estuda o Bairro Fundinho, um bairro histórico, onde se originou a cidade entre as décadas de 1980-90, e quando se iniciou claramente a criação de sua forma territorial sobre o núcleo urbano. Procurou considerar os dois discursos do patrimônio: o de preservá-lo no tempo para alimentar a memória com as lembranças dos lugares e o de preservar o patrimônio no espaço para alimentar as arquiteturas como “lugares de memória”.

Dentre outros autores selecionados destaco Antônio Augusto Arantes Netto cujo livro, “Paisagens Paulistas” chama a atenção para a maneira como os usuários do centro da cidade reinventam novas formas de viver se apropriando da paisagem urbana como se fizessem parte dela. Ali é possível observar a exposição pública de domesticidades que antes se restringiam ao espaço da casa e que é decorrente da “moradia no espaço público”. Sob esse aspecto então, a área central da cidade deve ser considerada como um espaço marcado por territorialidades múltiplas definidas conforme os interesses daqueles que dela se apropriam. Além dele, vários artigos e estudos que discutem os inúmeros problemas por que passam as áreas centrais das metrópoles foram analisados porque alguns desses problemas se assemelham àqueles que marcam o contexto das cidades médias como Uberlândia.

Em seu livro, Um historiador fala de teoria e metodologia, Ciro Flamarion Cardoso, reúne uma série de ensaios independentes e diversos entre si, mas cuja preocupação principal consiste na prática teórica e metodológica que norteia o trabalho

do historiador e chama sua atenção para o fato de que esse trabalho não consiste apenas a reproduzir conhecimentos, mas enfrentar os autores que seleciona como fonte bibliográfica. Para isso é necessário identificar o autor e seus pressupostos, pois, só a partir disso se pode verificar com quem ele dialoga.

Para Cardoso, e nisso ele difere de Koselleck, a história tem um lugar que define como real. Ela é construída a partir de um *locus* onde o acontecimento não se explica por si só, pois existe uma estrutura econômica e social responsável pelo seu desencadeamento e tal estrutura é organizativa. É necessário compreender que os acontecimentos são diferenciados e também interpretados de maneira diversa, desse modo, o historiador deve estabelecer mediações. Segundo o autor, essas mediações estão sendo deixadas de lado.

No ensaio, “Repensando a construção do espaço”, Cardoso discute dois temas que considera relevantes para as reflexões contemporâneas acerca do conceito de espaço: alguns dos aportes antropológicos; e a incidência das noções sobre mundialização e globalização. Ao iniciar a discussão desses dois temas, Cardoso embasa sua argumentação no trabalho de André Leroi-Gourhan salientando a importância da domesticação simbólica do tempo e do espaço. Uma domesticação que designa a criação de um espaço e um tempo controláveis, humanizados “na casa” (*domus*) e partindo da casa.⁴⁰ Cardoso estende seu diálogo com outros autores dando destaque para o antropólogo francês Marc Augé, para quem o lugar antropológico define-se como:

A construção ao mesmo tempo concreta e simbólica do espaço, servindo de referência para todos aqueles que são destinados por esse lugar a uma posição - não importa se central, intermediária ou periférica - no sistema dos valores, da hierarquia, do poder. Assim definido, proporciona uma base de sentido para os que nele vivem; e torna-se fundamento da inteligibilidade para a pessoa de outra cultura interessada em observar e entender aquela comunidade em que o lugar em questão foi construído. O lugar antropológico caracteriza-se por garantir simultaneamente identidade, relações e história aos membros do grupo cuja cultura o constituiu.⁴¹

No entanto, diferentemente de Augé, Cardoso considera a evidência de que a própria “Modernidade também é criadora de novos lugares antropológicos, além de

⁴⁰ LEROI-GOURHAN, 1975, apud CARDOSO, 2005. p. 41.

⁴¹ AUGÉ, 1995, apud CARDOSO, 2005, p. 43.

integrar a si aqueles que o passado pré-moderno criara”.⁴² Quanto à definição de um “não-lugar” proposta por Augé, entendo que certos espaços ao serem apropriados pelos usuários, como a Praça Tubal Vilela, por exemplo, agrega uma rede de relações e sociabilidades que orientam novas práticas e novas maneiras de viver. Ali as pessoas se encontram no espaço publicizando as relações sociais. Nestes espaços, o olhar do pesquisador imóvel pode vislumbrar inúmeras atividades que ocorrem num espaço delimitado e, ao longo do tempo, torna-se possível configurar as relações sociais, os conflitos, os jogos de poder e a violência. “Não em movimento, mas ocupando um lugar fixo, reconhecem-se dramas, a sucessão de tramas até o início do novo enredo”⁴³.

Francoise Choay, no artigo intitulado, O reino do urbano e a morte da cidade⁴⁴, o campo urbano na Europa entre 1850 e 1950 reflete sobre a relação de três termos: cidade, urbanismo e técnica. Desses três termos, gostaria de chamar a atenção para a importância da técnica na mutação da cidade destacando algumas das inovações que inauguraram e demarcaram esse período: a) a construção, com a utilização de novos materiais (aço, concreto, vidro); b) os transportes; c) as telecomunicações.

Segundo a autora, neste período, vários planos urbanísticos foram propostos para regularizar a expansão das cidades européias, mas, para ela, tais planos nada mais são do que a anulação da cidade, a qual sobreviverá apenas “sob a forma de fragmentos, imersos na maré do urbano, faróis e balizas de um caminho a inventar”⁴⁵. Neste artigo a autora trata também do conceito de cidade *bifrons*⁴⁶, ressaltando que a cidade pode ser:

Benéfica segundo alguns, efígie do progresso e da beleza, fermento da vida social até no anonimato das multidões; maléfica segundo outros, sinônimo de caos, de perversão, de um desnudamento e de uma feiúra, enfim, da qual a estética soberana do cinema soube se apropriar. No entanto, à medida que passa o tempo, tanto uns como outros designam igualmente, o acúmulo progressivo das pessoas, a multiplicação das trajetórias e a aceleração da velocidade, o gigantismo contagioso das

⁴² CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 43.

⁴³ ARANTES NETTO, Antonio Augusto. Paisagens Paulistanas: transformações do espaço público. Campinas: Editora da Unicamp, 1999, p. 118.

⁴⁴ CHOAY, Françoise. O Reino do Urbano e a Morte da Cidade. In: *Projeto História: revista do Programa de Pós-Graduados em História do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo: EDUC, 1981, p.

⁴⁵ Idem, p. 89.

⁴⁶ Duas frentes. Referência à antiga divindade de Roma, Janus, guardião das portas de entrada e saída da cidade, representado com dois rostos.

construções verticais e horizontais, a disseminação periférica, e para terminar, uma figura de ausência⁴⁷.

Quanto à preservação de patrimônio, essa mesma autora, afirma em outra obra que, a conservação de edifícios e monumentos encontra-se sempre “na dependência do domínio público e político, envolve mecanismos idílicos, econômicos, sociais, psicológicos complexos, que geram conflitos e dificuldades”.⁴⁸ Em relação à integração de edifícios na vida contemporânea - e cito como exemplo o Mercado Municipal, Museu Municipal, Casa da Cultura, dentre outros - Choay salienta que ao invés de transformá-lo em museu, o uso normal pode poupá-lo dos riscos do desuso, mas, ao mesmo tempo o expõe ao desgaste e usurpações do uso. Essa nova destinação que lhe será dada deve ser pensada levando-se em conta o estado material do edifício, requerendo também uma avaliação do fluxo dos usuários potenciais.

A análise dos inventários dos bens tombados contribuiu para a pesquisa porque possibilitaram a compreensão de como se deu esse processo. Percebi que nem sempre, os processos de tombamento obtiveram a aprovação da sociedade, por isso procurei investigá-los com intuito de visualizar os conflitos e tensões que permearam essas discussões e influenciaram na tomada de decisões quanto ao que deveria ser preservado ou não, ou ainda, o que era considerado importante para a construção da história da cidade.

Discuti o discurso progressista veiculado nos jornais locais e, por meio deles pude perceber o período que foi marcado pelas demolições dos prédios que eram considerados como obstáculo ao progresso da cidade. Que políticas urbanas nortearam esse processo? O que era considerado antigo e o que era o moderno? É preciso ressaltar que a imprensa é um lugar onde se constrói memória, então, ela também, assim como as políticas públicas, museus e arquivos, se constituem como lugares de memória porque esse processo de construção de memórias se faz em vários lugares.

A preservação pode ser entendida de várias formas e a fotografia é uma forma de representação. No entanto, elas são passíveis de interpretações variadas e significados múltiplos. Para Kossoy, o objetivo do trabalho iconográfico é “analisar as fontes fotográficas, bem como dar maior aprofundamento em questões relativas à sua

⁴⁷ CHOAY, Françoise. op. cit. p. 68.

⁴⁸ CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: UNESP, 2001, p. 52.

interpretação enquanto documentos históricos portadores de múltiplas significações,⁴⁹ e então, procurei interpretá-las levando em conta o recorte que lhes são inerentes. Assim como Gilson Carrijo, encontrei alguma dificuldade ao analisá-las, pois depois de “horas de observação elas matinha-se mudas”⁵⁰ até que vislumbrava um indício qualquer que pudesse contar sobre o modo de vida dos diferentes sujeitos sociais que compunham o quadro fotografado.

Segundo Kossoy, quando nos propomos a analisar uma série de fotografias é necessário considerar as intenções dos fotógrafos ao produzi-las, além das várias construções interpretativas por parte dos receptores, que poderão compreender o entorno de maneira diversificada. A sua utilização como fonte documental pode ser importante, desde que o pesquisador faça uma análise da imagem, tendo em mente que sua visão de determinada fotografia é diferente do objetivo que direcionou o fotógrafo ao produzi-la. Contudo, é imprescindível ao historiador, ter a capacidade de decifrar a imagem retratada procurando descobrir possíveis ligações entre os espaços como projetos sociais e a diversidade cultural que, no caso das praças, é uma constante. Por meio desta análise, pude resgatar características perdidas, tradições que estão sendo esquecidas, principalmente por causa da relação do homem com a modernidade. Preocupando-se apenas em ser moderno, compactuando com os avanços tecnológicos mais recentes, ele vai se esquecendo, aos poucos, das tradições e deixando para trás elementos importantes de suas raízes.

Já para Ane Marie Granet-Abisset⁵¹, toda fotografia destina-se a ser olhada. A foto sugere, a foto questiona. Ela pode mesmo suscitar problemáticas. No trabalho do fotógrafo há uma objetividade aparente, pois quando ele desenvolve sua arte o faz dentro da subjetividade inerente à escolha do melhor ângulo, o enquadramento, luz e sombra que escolhe. É necessário ressaltar, que a fotografia por ser um vestígio do real permite a verificação de elementos momentaneamente ocultados ou definitivamente desaparecidos. Ela possibilita vários domínios de pesquisa e é muito importante fazer

⁴⁹ KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. São Paulo: Ática, 1989.

⁵⁰ CARRIJO, Gilson Goulart. *Fotografia e a Invenção do Espaço Urbano: Considerações sobre a Relação entre Estética e Política*. Dissertação. Uberlândia: UFU, 2002, 101.

⁵¹ GRANET-ABISSET, Ane Marie. *O historiador e a fotografia*. In: Rev. Projeto de História, Jun/2002.

sua interlocução com as fontes orais. No caso deste estudo posso dizer que a pesquisa oral completou necessariamente elementos que a fotografia não possibilitava avançar.

Ane Marie trata a fotografia e a fonte oral como complementares uma da outra. Além disso, ela ressalta a necessidade de se levar em conta a pluralidade de significações e interpretações sem ter a pretensão de apreender a totalidade do sentido e da simbologia da fotografia, contudo, a análise do ato fotográfico ou o objeto fotografado permite clarear o sentido de um discurso ou compreender atitudes e mentalidades.

A análise das fontes históricas foi feita com cautela, pois acredito que suas escolhas não dependem apenas dos objetivos da pesquisa, mas da delimitação e recortes efetuados tendo em vista a problemática a ser desenvolvida. Nesse sentido, procurei me orientar alguns autores que me levaram a questionar o documento com senso crítico, considerando sua origem e sua ligação com a sociedade que o produziu.

Iniciei a pesquisa no Jornal O Correio de Uberlândia, sob a guarda do Arquivo Público Municipal, observando a maneira como esse veículo de comunicação tratava a temática “desenvolvimento urbano”, pois acredito que, por meio da leitura dos jornais é possível perceber não só a constituição de territórios, mas também a rede de relações que ali se estabelece gerando campos de disputas e conflitos. Contudo, considerei a preocupação que permeia o processo de comunicação de massa por meio do qual a experiência comunicativa apenas se completará se, ao ser emitida, contiver ingredientes simbólicos e culturais capazes de suscitar a atenção do receptor potencial e conduzi-lo à apreensão e compreensão da mensagem, pois, sabemos que “as condições sociais de acesso à leitura, bem cultural - condições de acesso e condições de produção - reproduz, no nível simbólico, as condições sociais do mercado dos bens materiais”.⁵² Por causa disso, procurei me atentar para as estratégias de convencimento da população utilizadas por tal meio de comunicação.

Ao analisar os Planos Diretores procurei estabelecer um diálogo com as experiências dos sujeitos históricos e as políticas de intervenção, as quais, na maioria das vezes, são elaboradas com o objetivo de se reafirmar ou modificar hábitos e/ou experiências. Em relação ao Plano Urbanístico de Otávio Roscoe, poucas informações

⁵² SOARES, M. B. . *As Condições Sociais da Leitura: Uma Reflexão Em Contraponto*. Leitura: Perspectivas Interdisciplinares. São Paulo: Atica, 1988, v. , p. 0018-0029.

constam das páginas do jornal *Correio de Uberlândia*. De um período de dois anos encontrei apenas uma menção a ele em entrevista concedida ao jornal pelo prefeito, Tubal Vilela, publicada na coluna intitulada “O Rosário do Prefeito”.⁵³ Já em relação ao Plano de 1994, foi elaborado uma edição especial para discussão e revisão intitulada “Plano Diretor e Estatuto da Cidade: o novo planejamento urbano tem você na gestão”. Este encarte foi distribuído à população com o objetivo de “torná-la participante ativa do processo de reorganização do espaço urbano”, no entanto, essa participação, na maioria das vezes, não se efetiva pois a intenção consiste em se criar estratégias para manter o “povo” afastado e ignorante quanto às decisões tomadas pela administração. Nesta ocasião foi emitido um parecer sobre a versão preliminar do Plano Diretor e do código de urbanismo do município de Uberlândia por uma comissão designada pelo Reitor da UFU, Prof. Antonio Martins da Silva Júnior através da portaria n. 802/91 de 30 de outubro de 1991. Tal parecer emitia críticas em relação à postura autoritária em que o plano foi concebido sendo submetido à sociedade para análise depois de concluído. A crítica consiste no fato de que, mesmo que tenha sido apresentado como versão preliminar, os prazos propostos para discussão e análise foram insuficientes e isso demonstrou pouca preocupação com o que pensa a grande maioria da sociedade uberlandense.

Neste plano, abordo apenas alguns de seus aspectos devido à sua amplitude, porém, procurei verificar o que levou a modificação de certos hábitos. Exemplo disso é o que ocorre hoje na Avenida Afonso Pena. O trânsito de pedestres é acentuado de segunda a sexta-feira, mas ocorre principalmente em função dos bancos e do comércio. Ela não é mais a rua em que se ia para olhar vitrines. É interessante chamar a atenção para isso, pois, o traçado das ruas passa a ser importante na construção de territorialidades.

Estudar os Processos da Câmara Municipal e as leis municipais contribuiu pela relação direta que tiveram com a revolução e transformação urbana da cidade. Neles consta parte da documentação que lhe é anexada e que diz respeito às solicitações dos vários segmentos sociais. Neste caso, não considere apenas os projetos de lei que foram aprovados, mas também os rejeitados por me permitirem vislumbrar qual era a política urbana praticada na cidade e em que grau a comunidade participava das decisões. Da

⁵³ O ROSÁRIO do Prefeito. *Jornal Correio de Uberlândia*. Uberlândia, p. 10-12, 04 fev. 1954.

mesma forma, as Leis Orçamentárias nos revelaram como se definem os gastos do Município para o ano subsequente, o que norteia o planejamento das obras que se propõe construir.

As atas da Câmara permitiram que percebêssemos de que modo se estabelecem as discussões, como por exemplo, para instalação do distrito industrial ocorrida em 15 de fevereiro de 1954. Nelas também pudemos notar os conflitos que se originam dos interesses divergentes dos vereadores, cada um defendendo o seu ponto de vista como o mais importante para a elaboração de políticas que atendam à população - e a si mesmos.

Para a estruturação dos capítulos observei que os processos de ocupação e crescimento urbano influenciam o modo de utilização das áreas centrais de diversos municípios levando, algumas vezes, ao seu esvaziamento e decadência caracterizados, principalmente, pela redução de moradores, existência de imóveis vazios e subutilizados, degradação do patrimônio histórico e concentração de atividades informais, sendo assim, nos propusemos a desenvolver a presente pesquisa com o objetivo de melhor compreender tal dinâmica. Os caminhos trilhados foram carregados de tensões, contradições e conflitos, mas também se caracterizaram como um desafio ao trabalho do historiador, o qual deve utilizar bom senso nas escolhas que faz da bibliografia e na maneira como interpreta as fontes selecionadas. Pensando nestes aspectos, nossa proposta de estruturação da tese se baseia nos estudos e análises realizados até o momento e foram considerados alguns artigos publicados no jornal Correio de Uberlândia, Atas da Câmara Municipal, decretos-lei, além de fotografias e outros documentos citados no corpo do texto.

No capítulo I, “...e a cidade se faz moderna”, analiso os fatores que contribuíram para o processo de urbanização das cidades no período pós-Revolução Industrial. Em seguida discute-se como se deu esse processo nas cidades brasileiras e em que medida as práticas de planejamento urbano têm contribuído para uma melhor qualidade de vida por meio da elaboração e implementação de planos diretores, principalmente, depois da aprovação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal em 1988 e do Estatuto da Cidade em 2001.

No capítulo II, “As propostas de urbanização em Uberlândia: de quem? para quem?” procurei partir do âmbito nacional para compreender o local, ou seja, em que

medida o processo de urbanização nacional foi paradigma para nortear as políticas de urbanização adotadas pela administração pública em Uberlândia. Juntamente com as mudanças, novas contradições permeiam as vivências cotidianas dos cidadãos. Procurei não só evidenciar tais contradições, como também compreendê-las dentro deste processo de modernização e desenvolvimento proposto pela administração pública municipal. Para a construção deste capítulo, a ênfase da análise recaiu sobre os planos diretores de 1954 e 1994, além dos documentos oficiais produzidos pelo Município e matérias publicas nos jornais locais.

No capítulo III “Os lugares de memória: mobilidades e permanências no Centro da cidade” analisei a formação de uma complexa rede de territórios, lugares e não-lugares que resulta na formação de configurações espaço-temporais mais efêmeras e híbridas do que os territórios de identidade. Ressalto que o espaço comum, principalmente dos bairros centrais, é cotidianamente trilhado se transformando em suportes físicos de significados e lembranças que são compartilhados pelos agentes sociais que dele se apropriam fazendo com que as fronteiras simbólicas sejam construídas coletivamente pelos usuários conforme delimitam seus territórios. Esse espaço central não se encontra esvaziado como quer alguns estudiosos, ao contrário, é palco para o desenrolar de uma série de tensões e conflitos que permeiam as relações que são ali publicizadas a todo momento. A análise de algumas crônicas publicadas no *Jornal Fundinho Cultural* possibilitou a compreensão da relação entre o processo de urbanização e a construção de “lugares de memória”, dentre os quais, alguns permanecem na paisagem urbana.

Não se pretende, com este estudo, esgotar todas as discussões acerca da temática das cidades e, por mais saturado que possa parecer o problema, é necessário lembrar que sempre existem novas questões a serem abordadas, as interpretações são diferenciadas e o conhecimento é provisório, portanto, a produção acadêmica sempre refletirá um momento específico da reflexão de cada um.



I

...e a cidade se faz moderna!

I

...e a cidade se faz moderna!

No processo de transformação das sociedades, a cidade ocupa um papel singular, de passado - presente, que também singulariza culturalmente a transformação, em vez de impedi-la.

Francoise Choay, 1997.

A reflexão acerca do espaço urbano tem resultado em inúmeros estudos provenientes de várias áreas, tais como, História, Geografia, Sociologia, Antropologia, Arquitetura, Urbanismo, dentre outros, os quais abordam, além de sua dimensão física, a sua dimensão imaginária e simbólica. O enfoque dado pela citação acima evidencia a necessidade de se refletir sobre os espaços que permanecem ou persistem - apesar dos processos de transformação das cidades - por meio do levantamento de questões referentes ao uso que se faz dela, as relações que as pessoas estabelecem com os lugares, a maneira como deles se apropriam e os significados que a eles atribuem.

No processo histórico contemporâneo, o espaço urbano tem concentrado, cada vez mais, grande contingente populacional ocasionando novas formas de controle sobre os usos dos espaços e do mobiliário urbano⁵⁴ cuja integração dependerá da sua disposição física. Conforme destaca Mourthé, é a preocupação com esse aspecto que permitirá a integração entre o espaço, o mobiliário e o usuário, como é o caso de Paris:

⁵⁴ A respeito dessa expressão, ver: MOURTHÉ, Claudia. *Mobiliário Urbano*. Rio de Janeiro: 2AB, 1998. Conforme a autora, o mobiliário urbano sempre esteve presente nas cidades com o objetivo de complementar sua urbanização. Transformações no ritmo de vida das grandes cidades ocorreram modificando a estrutura urbana e trazendo à tona novas necessidades, as quais têm sido supridas pela utilização de novos equipamentos que dividem espaço com o mobiliário antigo. Segundo Mourthé, “tais equipamentos - telefones, bancos eletrônicos, caixas de correio, abrigos de ônibus e latas de lixo, entre outros -, de lazer, de comércio, de sinalização, de publicidade ou elementos decorativos - como esculturas e painéis - são produtos de uso público. Contudo, os usuários deste mobiliário não o escolhe, portanto, a intenção presente em projetos de mobiliário urbano é procurar atender da melhor forma possível as necessidades da população usuária do espaço público em questão”. Considerando que as necessidades dos usuários são diversas, torna-se necessário adequar o projeto a essas necessidades, e, quando isso não acontece, as consequências serão a má utilização ou a não utilização deste mobiliário urbano, pois sua função de interatividade entre espaços públicos e usuários influencia e é influenciada pelos comportamentos sociais e expressões culturais regionais. O mobiliário urbano se insere nos ambientes de forma personalizada - como ocorre em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro - ou padronizada em toda uma cidade - como ocorre em Curitiba. Segundo a autora, essa personalização do espaço pode tornar a cidade legível, pelo fato de que suas freguesias, sinais de delimitação ou vias são facilmente identificáveis e passíveis de agrupamentos em estruturas globais. Quando os projetos são voltados para a regionalização, permite-se expressar uma identidade própria da região onde esteja instalado.

Em frente ao Museu do Louvre, as cadeiras são soltas e cada pessoa senta-se voltada para o lado que quiser. Isso permite aos usuários sentarem-se voltados uns de frente para os outros ou mesmo voltarem-se para assistir o pôr-do-sol. Em Curitiba, os bancos de madeira na Rua XV - ou Rua das Flores, como é conhecida - são organizados como numa sala de estar, visando a convivência.⁵⁵

Contudo, cabe-nos questionar se essa proposta de integração é aplicada da mesma forma para toda a cidade? Os bairros periféricos são beneficiados pelo mesmo mobiliário que integra as áreas centrais e/ou bairros onde vivem as classes privilegiadas da sociedade? Sabemos que principalmente nas grandes cidades da atualidade, é comum a diferenciação de territórios - bairro boêmio, centro de negócios, distrito industrial - o que acaba resultando na segregação social e exclusão de bairros inteiros quanto aos investimentos em projetos de urbanização. Raquel Rolnik⁵⁶ chama a atenção para o fato de que a segregação é patente na visibilidade da desigualdade de tratamento por parte das administrações locais que assumem posturas políticas discriminatórias em relação às imensas periferias sem água, luz ou esgoto; ou ainda onde o lixo, ao invés de ser recolhido, é jogado em aterros sanitários que nem sempre obedecem as normas de higiene.

A partir de que momento é possível perceber a evidência da segregação espacial nas cidades? Rolnik destaca que esse processo começa a tomar forma à medida que avança a mercantilização da sociedade e se organiza o Estado Moderno. A autora recorre à organização da cidade medieval e sua dissolução para refletir a respeito desse aspecto. Para ela, na cidade medieval não havia segregação devido ao fato de que o local de residência também era o local de produção, mercado e vida social, pois os artesãos e aprendizes trabalhavam no mesmo local em que residiam. “Enquanto os homens se evolviam no artesanato, mulheres e crianças também participavam da produção doméstica”.⁵⁷ Desse modo, a casa do artesão pode ser entendida como uma unidade de consumo e produção na qual se podia contar com a participação de adultos, jovens e crianças, os quais compunham a família. Neste momento não se percebe separação entre o mundo do trabalho e o mundo da família. No burgo medieval não existiam “regiões/trabalho e regiões/moradia, praças da riqueza, praças da miséria”.⁵⁸ No entanto, conforme Rolnik, as diferenças de classe ou posição social eram expressas

⁵⁵ MOURTHÉ, Claudia. Op. cit. p. 23.

⁵⁶ ROLNIK, Raquel. *O que é Cidade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998, p. 42.

⁵⁷ Idem. P. 44.

⁵⁸ Ibidem. p. 45.

na maneira de vestir, na gestualidade, na atitude arrogante ou submissa, e essa hierarquia era obedecida de maneira rigorosa porque tinham um fundamento moral. É necessário ressaltar que nas cidades medievais os núcleos populacionais não ultrapassavam o número de trinta, quarenta mil habitantes.⁵⁹

Com o processo de mercantilização da sociedade e organização do Estado Moderno, grandes projetos de edifícios públicos são implementados para abrigar um aparelho de Estado sendo que a edificação desses conjuntos representava a permanência deste poder no coração da cidade. De acordo com Rolnik:

Para aqueles cujo poder e fortuna estavam mais diretamente relacionados a estas fontes de autoridade, isto é, para os principais funcionários do Estado e para os grandes comerciantes e banqueiros, os locais de residência passavam a se separar do local de trabalho. Com isto, novos bairros exclusivamente residenciais e homogêneos do ponto de vista social começam a surgir. Este é um primeiro movimento de segregação - com ele vem o bairro dos negócios (o CBD americano) e uma reconceituação da moradia, que em sua acepção burguesa vem sob o signo da privacidade e isolamentos”.⁶⁰

Conforme Rolnik, o movimento de segregação se amplia após a disseminação do trabalho assalariado, por meio do qual o trabalhador rompe o vínculo com o espaço do patrão porque cada um passa a comprar no “mercado imobiliário a localização que for possível com a quantidade de moeda que possuir”.⁶¹ É a partir desse momento que a questão da segregação ganha um conteúdo político, de conflito, pois a proximidade do território popular representa um risco permanente de contaminação, de desordem. Contudo, Rolnik destaca que o “próprio processo de segregação acaba por criar a possibilidade de organização de um território popular, base da luta por trabalhadores pela apropriação do espaço da cidade”.⁶² Desse modo, a segregação é produto e

⁵⁹ Neste sentido ver: LE GOFF, Jaques. *Por Amor às Cidades: conversações com Jean Lebrun*; tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 17. Le Goff chama a atenção para o fato de que “com a instalação de uma nova classe dominante, originada dos bárbaros ou, com mais freqüência, da fusão entre populações romanas antigas e populações bárbaras estabelecidas no território do antigo Império Romano, aparece uma forma de poder cujas origens são germânicas e que se denomina banalidade, o direito de banalidade. [...] Mas esse termo, a banalidade, diz respeito também ao território urbano e, sobretudo, suburbano”. Segundo Le Goff, a partir do século X inicia-se um processo de urbanização a partir de núcleos que são dominados por um senhor eclesiástico ou um senhor leigo pertencente à aristocracia, os quais governam a partir de seu palácio episcopal ou de seu castelo, e, em torno deles constituem-se dois tipos de territórios: “de um lado, a cidade propriamente dita, cingida em torno deles e entremeada de campos, e, de outro, os burgos da periferia”. Conforme destaca o autor, desde o século XII, a cidade lança seu poder sobre certa extensão em volta, na qual exercerá seus direitos mediante coleta de taxas: é isso que se chamará de subúrbio.

⁶⁰ ROLNIK, Raquel. p. 45.

⁶¹ Idem. p. 48.

⁶² Idem. p. 51

produtora do conflito social que se torna mais acirrado à medida que a cidade é dividida em diferentes territórios. Segundo a autora, no final do século XVII ocorre uma reviravolta na definição do poder em relação ao urbano, o qual passa a se concentrar nas mãos do grupo social diretamente envolvido na acumulação do capital nas esferas dominantes e, como resultado disso, o próprio espaço urbano se torna campo de investimento do capital. A terra passa a ser dividida em lotes geométricos, “facilmente mensuráveis para que a eles se possa atribuir o preço” e a lógica capitalista passa a orientar uma política de ocupação da cidade reordenando as relações sociais de exploração agravando os problemas que afetam a qualidade de vida da população que se encontra segregada no âmbito das relações econômicas. A intervenção no espaço urbano torna-se, então, necessária e, para exercê-la todo um aparelho de Estado será organizado.

Quanto a este aspecto, em entrevista a Jean Lebrun, Jaques Le Goff⁶³ aborda a proximidade entre a cidade contemporânea - apesar das grandes transformações - e a cidade medieval. Para o autor, a cidade da Idade Média abrigava uma sociedade abundante, concentrada em um pequeno espaço o qual se apresentava como um lugar de produção e de trocas em que se mesclavam o artesanato e o comércio alimentados por uma economia monetária. É nesse momento também que surge um novo sistema de valores orientado pela prática do trabalho, do gosto pelo negócio e pelo dinheiro, que resulta em um ideal de igualdade e uma divisão social da cidade. Porém, devido à disposição de um forte poder de consumo por parte da aristocracia, as atividades econômicas que se instalam no coração da cidade⁶⁴ são essencialmente os locais de abastecimento. A Paris Medieval era dividida em três espaços principais:

O econômico, o político e o universitário. O primeiro é a margem direita, em torno dos mercados construídos por Philippe Auguste, com o porto, a Place de Grève, onde se situa também o mercado de mão de obra. Os equipamentos aí são extremamente rudimentares. O que quer que aconteça, esse lugar é estimulado pelo comércio por via fluvial - controlado pela guilda dos mercadores-barqueiros - que sobe o Sena de Rouen. [...] A Île de La Cité é o lugar do poder político e eclesiástico, o rei e o bispo, depois o parlamento, a partir do fim do século XVIII. Por fim, na margem esquerda concentra-se a cidade escolar, universitária e intelectual. Essa tripartição marca ainda fortemente a fisionomia de Paris.⁶⁵

⁶³ LE GOFF, Jacques. Op. Cit. p. 28.

⁶⁴ Le Goff se refere à cidade de Paris, na França, durante o século XIV.

⁶⁵ Idem. p. 29.

De acordo com o autor, quando se pensa na longa duração e para além do caso de Paris, conclui-se que as funções essenciais de uma cidade são a troca, a informação, a vida cultural e o poder. Le Goff destaca que as cidades passam por um processo de desruralização no século XIX e desindustrialização no século XX, no entanto, a cidade contemporânea perdura e sua essência está na função da troca. É na cidade também que se dá a grande valorização do trabalho. É nela que são vistos “os resultados criadores e produtivos do trabalho”. Entretanto, é necessário lembrar que seu espaço é também marcado pelas desigualdades sociais, pelo agravamento do conflito e das contradições provenientes das lutas pelo controle e apropriação do seu espaço. Nela se estabelecem territorialidades diversas compartilhadas por sujeitos que reivindicam o seu “direito à cidade”. Segundo Henri Lefbvre, o conflito entre os poderosos e os oprimidos e o contraste entre a riqueza e a pobreza não impedem o apego à cidade, pois as lutas e confrontos políticos apenas reforçam o sentimento de pertencer.

Em sua obra, “O Direito à Cidade”, Lefbvre retoma aspectos da cidade oriental, da cidade arcaica grega, da cidade medieval e da cidade capitalista, a qual será a base para sua reflexão. O autor considera seus processos de adensamento, centralização e descentralização de funções destacando que quando se criam subúrbios afastando as classes trabalhadoras da cidade, ela acaba por perder o sentido de “obra”.

Segundo Lefbvre, é conforme se dão as relações sociais que a cidade irá se transformar. A cidade, para ele, pode ser vista como uma obra que se desenvolve num processo histórico e é construída por grupos sociais determinados sob condições de sua própria história. Quando surge a cidade industrial o valor de troca se impõe e a visão da cidade como valor de uso é alterada pelo capitalismo o qual se apropria do seu espaço transformando-o em mercadoria, o que influencia no empobrecimento e homogeneização da vida cultural. O autor sugere que para transformar o processo de urbanização capitalista deve-se compreender que o direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (a atividade participativa) e o direito à apropriação (bem distinto do direito de propriedade) estão implicados no direito à cidade.⁶⁶

As reflexões de Lefbvre sobre a cidade, apesar de terem sido publicadas pela primeira vez em 1968, denotam muita atualidade, principalmente quando procuramos

⁶⁶ LEFBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2001, p. 13.

compreender o espaço urbano atual e percebemos a sua conversão em mercadoria sendo que, até mesmo aqueles locais portadores de simbologia - e por isso mesmo tornam-se passíveis de serem preservados - constituem-se em lugares propícios à negociação devido ao potencial turístico e/ou cultural que apresentam.

O núcleo urbano torna-se produto de consumo para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos e sobrevive graças a esse duplo papel: lugar de consumo e consumo do lugar. Desse modo, para Lefbvre, os antigos centros assumem o seu valor de troca, contudo sem perder o seu valor de uso devido à permanência dos espaços oferecidos para atividades específicas.

Hoje o valor de troca prevalece a tal ponto sobre o uso e o valor de uso que quase suprime este último. Esta noção, portanto, não tem nada de original. A criação que corresponde a nossa época, as suas tendências, no seu horizonte ameaçador não seria o *centro de decisões*? Este centro que reúne a formação e a informação, as capacidades de organização e de decisões institucionais surge como um projeto, em vias de realização de uma nova centralidade, a do *poder*. [...] Na prática, o *núcleo urbano* (parte essencial da imagem e do conceito da cidade) está rachando, e no entanto consegue se manter; transbordando, frequentemente deteriorado, às vezes apodrecendo, o núcleo urbano não desaparece.⁶⁷

Sobre este aspecto, surge uma série de indagações: Será necessário deixar que o centro se desenvolva espontaneamente ou deve-se intervir nele por meio do planejamento? O que deve ser feito no sentido de requalificá-lo? A quem interessa essa requalificação? Quem são os responsáveis pelas intervenções nas áreas centrais? Quando surgiram as primeiras preocupações com o planejamento urbano das cidades no mundo? E no Brasil?

1.1 - NA CIDADE DO CAPITAL... PLANEJAR É PRECISO!

Ao se tornar campo de investimento do capital, o espaço urbano passa a ser alvo da pressão da classe capitalista, a qual exerce influência nas ações do Estado com o objetivo de se beneficiar com o retorno de investimentos. Raquel Rolnik destaca que assim que se define a forma de ocupação da terra urbana, ela é “dividida em lotes geométricos, facilmente mensuráveis para que a eles se possa atribuir o preço. A lógica

⁶⁷ LEFBVRE, Henri. Op. Cit. p. 20-21.

capitalista passa a ser então um parâmetro essencial na condução de uma política de ocupação da cidade, que se expressa também na intervenção do Estado”.⁶⁸ Desse modo, torna-se necessário a organização de um aparelho de Estado cuja estratégia consiste na emergência do plano, intervenção previamente projetada e calculada, com vistas à organização da cidade de forma a possibilitar a otimização do seu funcionamento.

Ressalta-se como traços essenciais do desenvolvimento da cidade capitalista, a privatização da terra e da moradia, a segregação espacial, a intervenção reguladora do Estado, a luta pelo espaço. Além disso, é necessário chamar a atenção para a produção em grande escala. A indústria tem um efeito desterritorializador porque opera rupturas nos espaços onde penetra, modificando rotinas habituais, acelerando a migração para as cidades. Françoise Choay, para situar as condições nas quais se colocam os problemas do planejamento urbano, no século XIX, também destaca que a revolução industrial é “quase que seguida por um impressionante crescimento demográfico das cidades, por uma drenagem dos campos em benefício de um desenvolvimento urbano sem precedentes”.⁶⁹ Por causa das mudanças por que passam as velhas cidades européias e das necessidades de adaptá-las às novas funções urbanas, uma nova ordem é criada.

Neste sentido, o Barão de Haussmann realiza uma ampla reforma na cidade de Paris cuja dimensão das suas transformações foi marcante no mundo todo, servindo de referência para vários países na Europa e nas Américas.

O que destacou a reforma de Haussmann das outras reformas já vistas foi sua abordagem total das mudanças a serem feitas e dos problemas a serem sanados. Os diferentes setores que sofriam modificações se conectavam por um plano global de cidade planejada. Na proposta de organização urbana de Haussmann ficam nítidos os principais problemas, preocupações, anseios e valores considerados centrais no desenvolvimento social da cidade nas últimas décadas do século XIX. Para realizar seus projetos de intervenção global, foi necessário o estudo de diversas áreas, bem como das condições agrícolas, industriais e históricas, que eram muitas vezes complementadas com informações de locais estrangeiros e contavam com uma equipe dos mais renomados profissionais de diferentes áreas científicas.

⁶⁸ ROLNIK, Raquel. Op. Cit. p. 56.

⁶⁹ CHOAY, Françoise. *O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*; trad. Dafne Nascimento Rodrigues. São Paulo: Perspectiva, 2010, p. 3.

No aspecto financeiro, onde o prefeito foi mais duramente criticado, havia o plano de fazer investimentos rentáveis e utilizar a receita municipal no pagamento dos juros e no abatimento dos empréstimos contraídos, não sobrecarregando deste modo o contribuinte. Uma obra de tal dimensão só poderia ser feita com recursos igualmente enormes, já que se propunha a atingir todas as regiões e habitantes da cidade. As novas opções de lazer representadas pelos grandes jardins e parques mudaram a vida social do parisiense, que passou a fazer passeios regularmente contando com o apoio de médicos e higienistas.

Preocupou-se com a racionalização das vias de comunicação por meio da abertura de grandes artérias e a criação de estações. Choay ressalta:

A especialização bastante ativada dos setores urbanos (quartirão de negócios do novo centro, agrupados nas capitais em torno da Bolsa, nova Igreja; bairros residenciais na periferia destinados aos privilegiados). Por outro lado, são criados novos órgãos que, por seu gigantismo, mudam o aspecto da cidade: grandes lojas, grandes hotéis, grandes cafés, prédios para alugar. Finalmente, a suburbanização assume uma importância crescente: a indústria implanta-se nos arrabaldes, as classes média e operária deslocam-se para os subúrbios e a cidade deixa de ser uma entidade espacial bem delimitada”.⁷⁰

O principal objetivo almejado por Haussmann, era modernizar a cidade, a qual ainda mantinha muito de sua estrutura medieval, cujo centro era composto por muitos quarteirões insalubres. O projeto consistia em redesenhar o traçado urbano compondo uma nova cidade, mais racional, organizada e harmoniosa, mesmo que para isso fosse preciso realizar grandes demolições. Entretanto, várias críticas apontam o objetivo de cercear e controlar as manifestações populares, uma vez que a ampliação e o alargamento das avenidas, facilitava a atuação da repressão policial.

Choay ressalta que, o estudo da cidade, no século XIX, por um lado, observa a cidade de maneira crítica e normativa visualizando-a como um processo patológico e designando-a por meio das metáforas do câncer e do tumor. Por outro, movidos por sentimentos humanitários, estudiosos reúnem-se para denunciar a higiene física deplorável das grandes cidades industriais; o habitat insalubre do trabalhador é comparado com covis; criticam as grandes distâncias que separam o local de trabalho do de habitação, os lixões fétidos amontoados e a ausência de jardins públicos nos bairros populares. “A higiene moral também é considerada: há contraste entre os bairros

⁷⁰ CHOAY, Françoise. Op. Cit. p. 4.

habitados pelas diferentes classes sociais, chegando à segregação, fealdade e monotonia das construções para o maior número”.

Quando fala dos dois modelos de cidade propostos no período do pré-urbanismo, Choay destaca que o racionalismo, a ciência, a técnica devem ser colocados a serviço da resolução de “problemas colocados pela relação dos homens com o meio e entre si.”⁷¹ Segundo Choay, esse modelo denota um pensamento otimista voltado para o progresso, para futuro, sendo que o espaço deve ser aberto, porém, rompido por “vazios e verdes” podendo ser aplicado a qualquer agrupamento humano, em qualquer tempo e qualquer lugar. Contudo, é necessário destacar que, ao valorizar a impressão visual e a estética, a cidade progressista recusa qualquer herança artística do passado e, além disso, nessa proposta o espaço de localização é fragmentado e os sistemas acabam por se apresentar como “limitadores” e “repressivos”. Segundo a autora, em todos as propostas de cidades pelos estudiosos do pré-urbanismo, denota-se um autoritarismo político que dissimula uma terminologia democrática:

Está ligado ao objetivo comum, mais ou menos bem assumido, do rendimento máximo. Podemos vê-lo em Owen, que não hesita em comparar, para a rentabilidade a esperar dele, o bom tratamento dos instrumentos mecânicos como o “bom tratamento dos instrumentos vivos”. Essa é também a obsessão de Fourier, que traduz em termos de rendimento as vantagens do “garantismo” e da “harmonia” sobre os estádios históricos precedentes.⁷²

Opondo-se ao modelo progressista, surge o modelo culturalista que tenta construir uma cidade mais humana, em sua escala e na forma de relacionar-se de seus moradores. Choay destaca que:

Seu ponto de partida crítico não é mais a situação do indivíduo, mas a do agrupamento humano, da cidade. Dentro desta, o indivíduo não é uma unidade intermutável como no modelo progressista; por suas particularidades e sua originalidade própria, cada membro da comunidade constitui, pelo contrário um elemento insubstituível nela. O escândalo histórico de que falam os partidários do modelo culturalista é o desaparecimento da unidade orgânica da cidade, sob a pressão desintegradora da industrialização. [...] O ponto capital ideológico desse modelo não é mais o conceito de progresso, mas o de cultura.⁷³

Os partidários do modelo culturalista, inspirados nas cidades medievais, criticam o desaparecimento da antiga unidade orgânica da cidade e a idealizam onde, em seu

⁷¹ CHOAY, Françoise. Op. Cit. 8

⁷² Idem. p. 11.

⁷³ CHOAY, Françoise. Op. Cit. 10

interior, não haja nenhum traço de geometrismo e, enquanto fenômeno cultural deve formar um contraste sem ambigüidade com a natureza, a qual deverá ser conservada no seu estado mais natural.

Choay faz uma crítica aos autores dos dois modelos da cidade do futuro, preconizadas no “pré-urbanismo, pelo fato deles imaginá-la em termos de modelo e nunca ser pensada como um processo ou problema, mas sim como uma coisa, um objeto reprodutível que, ao ser extraído da temporalidade concreta acaba por se tornar, “no sentido etimológico, utópica”.

Em relação aos modelos propostos por Marx e Engels, Choay chama a atenção para as críticas que estes pensadores fizeram às grandes cidades industriais contemporâneas sem recorrer ao mito da desordem, nem propor como contrapartida, o modelo da cidade futura. “A cidade tem, para eles, o privilégio de ser o lugar da história”.⁷⁴ Eles não opõem à ordem existente na cidade industrial, uma nova ordem, pois, para eles “a cidade é apenas o aspecto particular de um problema geral e sua forma futura está ligada ao advento da sociedade sem classes” e, por isso, “as certezas e exatidões de um modelo são recusadas em benefício de um futuro indeterminado, cujos contornos só aparecerão progressivamente, na medida em que se desenvolver a ação coletiva”. Entretanto, essa recusa por um modelo, conforme afirma Choay, somente será assumida em raríssimas vezes.

Entretanto, as preocupações em relação à estruturação das cidades, somente serão marcadas por um caráter reflexivo, crítico, científico, no início do século XX - fase denominada por Choay de “urbanismo” -, quando se buscam soluções para os problemas causados pela introdução da indústria e das máquinas na realidade cotidiana da humanidade. Nesse momento, as propostas de estruturação urbana foram orientadas pelo modelo progressista e difundidas, posteriormente, por meio dos CIAMs.⁷⁵ É

⁷⁴ Idem. p. 15.

⁷⁵ Os Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna (do francês Congrès Internationaux d'Architecture Moderne ou simplesmente CIAM) constituíram uma organização e uma série de eventos organizados pelos principais nomes da arquitetura moderna internacional a fim de discutir as propostas a serem seguidas nos vários domínios da arquitetura (Paisagismo, Urbanismo, Exteriores, Interiores, Equipamentos, Utensílios, entre outros). Fundados em 1928 na Suíça, os CIAM foram responsáveis pela definição daquilo que costuma ser chamado *international style*: introduziram e ajudaram a difundir uma arquitetura considerada limpa, sintética, funcional e racional. Os CIAM consideravam a arquitetura e urbanismo como um potencial instrumento político e econômico, o qual deveria ser usado pelo poder público com o objetivo de promover o progresso social. Talvez o produto mais influente dos CIAM tenha sido a Carta de Atenas, escrita por Le Corbusier baseada nas discussões ocorridas na quarta conferência

quando o conceito de arquitetura racionalista foi utilizado pelos estudiosos da arquitetura, após se encerrar o conflito da Primeira Grande Guerra, os quais criaram o estilo internacional ao difundirem-no para outros países. Em 1919, é fundada a escola de *Bauhaus*, durante a República de Weimar⁷⁶, na Alemanha, durante o período de 1918 a 1933. Esta escola tinha por objetivo a síntese das artes e da indústria por meio da elaboração de um plano que visasse a produção em série.

É necessário também destacar a importância de Le Corbusier e seu livro, *Vers une architecture* (Por uma arquitetura, na tradução em português), com o qual lançou as bases do movimento moderno de características funcionalistas. A pesquisa que realizou envolvendo uma nova maneira de enxergar a forma arquitetônica baseado nas necessidades humanas revolucionou (juntamente com a atuação da Bauhaus na Alemanha) a cultura arquitetônica do mundo inteiro. Segundo Yves Chalas, o urbanismo de Le Corbusier é semelhante ao urbanismo espacialista no qual o espaço construído transcende a vida social para o melhor e para o pior, então, desse modo, pode-se dizer que o urbanismo teorizado é necessariamente espacialista, por meio do qual procura-se:

mudar a sociedade para torná-la melhor, para salvá-la dela mesma, para regenerá-la, é, mudar o espaço construído de maneira radical, isto é, mudar inteiramente a cidade, fazê-la e refazê-la como se fosse uma tabula rasa, de grandes gestos de arquitetura urbana sobre vastas porções de territórios e de utopias ou de cidades ideais imaginadas a longo prazo.⁷⁷

Por meio de sua obra, ao negar características histórico-nacionalistas, Le Corbusier abriu caminho para o que mais tarde seria chamado de *international style* ou estilo internacional, que teria representantes como Ludwig Mies van der Rohe, Walter Gropius, e Marcel Breuer. Ele foi um dos criadores dos CIAM (Congrès Internationaux d'Architecture Moderne). A sua influência estendeu-se principalmente ao urbanismo e ele foi um dos primeiros a compreender as transformações que o automóvel exigiria no

da organização, em 1933, porém publicada apenas em 1944. A Carta praticamente definiu o que é o urbanismo moderno, traçando diretrizes e fórmulas que, segundo seus autores, são aplicáveis internacionalmente. A Carta considerava a cidade como um organismo a ser planejado de modo funcional, na qual as necessidades do homem devem estar claramente colocadas e resolvidas. Entre outras propostas revolucionárias da Carta está o de que toda a propriedade do solo urbano da cidade pertence à municipalidade, sendo, portanto público.

⁷⁶ Processo histórico permeado por transformações e convulsões que marcaram as três primeiras décadas do século 20 na Alemanha. A fragilidade da república instituída em 1919 contribuiu para a expansão de movimentos radicais e para fortalecer os nazistas.

⁷⁷ CHALAS, Yves. *O Urbanismo: pensamento “fraco e pensamento prático*. In: PEREIRA, Manoel (org.) *Planejamento Urbano no Brasil: conceitos, diálogos e práticas*. Chapecó: Argos, 2008, p. 30.

planejamento urbano. A cidade do futuro, na sua perspectiva, deveria consistir em grandes blocos de apartamentos assentes em pilotis, deixando o terreno fluir debaixo da construção, o que formaria algo semelhante a parques de estacionamento. Ele defendia que todos os edifícios deveriam ser brancos, pois, dessa forma, dispensava-se qualquer esforço artificial de ornamentação, portanto, as estruturas por ele idealizadas, de uma simplicidade e austeridade espartanas, foram largamente criticadas por serem monótonas e desagradáveis para os peões. Várias críticas também foram direcionadas ao grupo dos CIAM, as quais alegaram que seus autores foram ingênuos ao confiar exageradamente nas possibilidades do estado de bem-estar social e no poder de intervenção e mediação do Estado, o qual ignorava as contradições inerentes à sociedade capitalista. Segundo os críticos, suas propostas não atendiam nem aos interesses do Capitalismo nem do Socialismo.

A partir da década de 1970, com a revisão do movimento moderno, essas críticas foram ampliadas, seja pela monotonia das paisagens urbanas por ele criadas, seja pelo fato de a Carta de Atenas exagerar na quantificação das necessidades dos indivíduos. Experiências diversas ao redor do mundo que adotaram os ideais modernos em geral tenderam a criar "espaços-de-ninguém", nos quais a definição entre o espaço público e o espaço privado não ficava clara. Os encontros desse grupo ocorrem até a segunda metade da década de 1950 e suas influências nas propostas e projetos de planejamento urbano em inúmeras cidades do mundo todo, foram expressivas, inclusive no Brasil.

Para a historiografia clássica⁷⁸, a origem do planejamento moderno remonta ao final do século XIX e início do século XX e é resultado das experiências do Movimento Moderno e das resoluções dos CIAM. Conforme tal interpretação histórica, cabia a arquitetos e urbanistas se responsabilizarem pelo processo de planejamento das caóticas cidades capitalistas⁷⁹ por meio de ações principalmente influenciadas pelo ideário

⁷⁸ Sobre esse assunto, ver: QUINTO JR., Luiz de Pinedo. A contribuição da cultura técnica do planejamento urbano no Brasil numa perspectiva comparada com a gênese da Gestão Urbana na Europa. In: PEREIRA, Manoel (org.) *Planejamento Urbano no Brasil: conceitos, diálogos e práticas*. Chapecó: Argos, 2008, p. 43. O citado artigo é resultado do processo de discussões estabelecidas no seminário "Planejamento Urbano no Brasil e na Europa: um diálogo ainda possível?", ocorrido em Florianópolis no período de 23 a 25 de outubro de 2006. O evento reuniu pesquisadores de várias instituições de pesquisa do Brasil e da França com o objetivo de se questionar os caminhos e divergências do planejamento urbano brasileiro e europeu.

⁷⁹ Segundo Quinto Jr., mesmo os países que se industrializaram tardiamente, como a Alemanha, a Itália, a Rússia e o Japão, passaram por um processo de crescimento acelerado e isso resultou no desencadeamento de inúmeros conflitos decorrentes dos novos problemas que surgiam como por exemplo, a falta de moradia, de infra-estrutura e de áreas industriais.

modernista, o qual norteou o estabelecimento dos princípios que compuseram a Carta de Atenas. Contudo, sabemos que esse processo histórico e político se apresentou muito mais complexo, em parte, devido à dimensão das lutas políticas e sociais entre a aristocracia e burguesia e os trabalhadores pela:

Construção do espaço da nova cidade do capital e das necessidades de reprodução ampliada dos trabalhadores industriais. Na Alemanha, que passou pelo capitalismo tardio no final do século XIX, o processo de transformação da cidade política na cidade lócus da produção foi extremamente conflituoso, gerando uma experiência de gestão reformista que vai configurar as bases do planejamento urbano.⁸⁰

Entretanto, para compreender esse processo é necessário questionar o papel dos sujeitos sociais perante as transformações do espaço em que viviam, e, conseqüentemente, das suas experiências de vida decorrentes das novas propostas de ordenamento urbano. Qual foi sua participação na elaboração dessas propostas? As escolhas e encaminhamentos refletiam o seu desejo e respondiam as demandas da população? De que modo resistiam à dominação imposta pela cidade do capital? Como se deu a apropriação do espaço urbano e a constituição de territórios diversos conforme os interesses e sentimentos de pertencimento que permeavam as relações estabelecidas entre os variados grupos que compunham a sociedade de então?

Sabemos que com a Revolução industrial e o crescimento das cidades, as condições de trabalho eram precárias e punham em risco a vida e a saúde do trabalhador, seja por causa das doenças provenientes dos locais insalubres de trabalho ou devido aos inúmeros acidentes que ocorriam graças à exploração pelos seus empregadores. Essas péssimas condições de trabalho fizeram com que as lutas se ampliassem e surgissem as primeiras organizações operárias com suas reivindicações por melhores condições de trabalho e de vida por meio de manifestações de resistência em relação à ordem instituída construindo estratégias de intervenções na sua prática cotidiana, pois:

Esses homens e mulheres também retornam como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura.⁸¹

⁸⁰ QUINTO JR., Luiz de Pinedo. Op. Cit. p. 44.

⁸¹ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 182. Além dessa obra, A formação da classe operária inglesa, desse mesmo autor, permite uma melhor compreensão do papel do operário nas lutas de resistência à sua exploração pelo capital.

Quando homens e mulheres constroem sua experiência de vida, devem fazê-lo acreditando que são sujeitos do seu tempo, que se relacionam com outros sujeitos em espaços carregados de significados nos quais estabelecem laços afetivos ou não, podendo viver situações de conflito e/ou de classe. Cada um deles se apropria a seu modo da cidade tornando-a um lugar de sociabilidade, e, lembrando Lefbvre, citado no início deste capítulo, a cidade se transforma na medida em que se dão as relações sociais e ela se desenvolve num processo histórico, no qual, o direito à cidade e à sua apropriação está implicado no direito à sociedade, à liberdade, ao habitat e ao habitar.

Sobre a importância da mobilização social e suas lutas no urbanismo do final do século XIX, Quinto Júnior argumenta que na segunda metade da década de 1960, uma revisão historiográfica desenvolve outra interpretação da História do Urbanismo na qual a contra-hegemonia e o discurso da luta de classes são dados como elemento de explicação dos processos de construção da cidade capitalista e da importância do movimento operário ao longo do século XIX e XX como construtores da cidade e da sua configuração sócio-espacial. Tal interpretação, “procurava no processo concreto dos conflitos e na luta de classes que ocorreram na Europa, principalmente no caso Alemão e Russo, outra abordagem para explicar as intervenções urbanas que produziu as origens desta nova forma de pensar a cidade”.⁸² É a partir desses estudos que as lutas operárias e os conflitos delas provenientes foram pensados como elementos que explicam a modernização como fruto da reforma social e urbana e o planejamento urbano como um processo social.

Segundo Quinto Júnior, depois de 1870, as cidades alemãs sofrem mudanças radicais na sua estruturação devido ao processo de industrialização tardio, o qual resulta no crescimento acelerado da população, gerando, assim, uma grande crise por falta de habitação. Por volta de 1890, as grandes greves operárias eram responsáveis pela paralisação de vários setores econômicos nas principais cidades alemãs, “colocando a perspectiva de crise na construção do jovem Estado alemão, dirigido por Bismarck, e transformando a crise política e econômica os projetos de expansão e de crescimento do Império alemão”.⁸³

⁸² QUINTO JR., Luiz de Pinedo. Op. Cit. p. 44.

⁸³ Idem. Op. Cit. p. 46.

Em busca de soluções para a crise em andamento, o Estado alemão desenvolve uma série de políticas sociais de caráter redistributivo por meio da criação do primeiro Sistema Nacional de Previdência Social e de Políticas Urbanas, cujo objetivo consiste em promover a produção da habitação de interesse social:

Em 1893, o Burgmeister Franz Adickes desenvolve um projeto de controle sobre a expansão urbana baseado em dois princípios: 1) só poderia ocorrer a alteração do perímetro urbano com a existência de um plano regulador da expansão, tendo o poder público o direito de preferência (preempção) das novas áreas de expansão urbana; 2) seria a definição das áreas quanto ao tipo de uso naquilo que ficou denominado “zoneamento” moderno incorporadas como uma forma de gestionar os conflitos urbanos, principalmente no que se relacionava ao problema da alta demanda por habitação, resultante de um rápido crescimento das cidades industriais. Junto com este processo passavam a existir instrumentos como direito de preferência, expropriação de terras e a formação de banco de terras municipais visando à realização de sua política habitacional.⁸⁴

A experiência alemã foi uma das primeiras relativas à intervenção do Estado capitalista no controle dos custos de reprodução da força de trabalho por meio da criação de instrumentos voltados para regular o mercado fundiário urbano e a produção de habitação de interesse social. Esse modelo de urbanização seria difundido nos Congressos Nacionais sobre Gestão de Cidades como o de Dresden, realizado em 1903, quando se “divulgou a experiência de 214 cidades alemãs e seus planos diretores”, e orientou mundialmente, por meio de suas concepções, métodos e instrumentos, as novas formas de organização do espaço urbano, inclusive no Brasil, mesmo que tenha sido com um atraso de mais cem anos, com a criação de um capítulo específico sobre política urbana na Constituição de 1988. Os instrumentos propostos para orientar o planejamento urbano no Brasil, após a aprovação da constituição, dizem respeito ao direito de preferência ou preempção, desapropriação com títulos da dívida pública, imposto progressivo no tempo e nas alíquotas, dentre outros, como veremos a seguir.

1.2 - NOTAS HISTÓRICAS SOBRE O PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL

No Brasil, a intervenção do Estado no espaço urbano remonta à época colonial quando as normas para a construção das cidades eram orientadas pelos princípios

⁸⁴ QUINTO JR., Luiz de Pinedo. Op. Cit. p.47.

geométricos propostos pelo urbanismo europeu. A influência espanhola na organização do espaço de algumas cidades brasileiras colonizadas por espanhóis pode ser notada pela adoção do plano xadrez e na valorização das praças, as quais eram consideradas o centro de reunião da vida urbana, o local onde se realizavam as cerimônias cívicas e toda sorte de festividades, religiosas e recreativas, além de servirem aos mercados e feiras. No traçado dos centros urbanos na América Espanhola a praça servia de base para o traçado das ruas: as quatro principais saíam do centro de cada face da praça. De cada ângulo saíam mais duas, havendo o cuidado de que os quatro ângulos olhassem para os quatro ventos.⁸⁵ Por se localizar, normalmente, no centro da cidade, ali se concentravam os edifícios principais, oficiais ou religiosos, como por exemplo, a casa da Câmara, a Casa dos Governadores, a Igreja Matriz, dentre outros, e, desse modo, acabavam por exercer a função social por se apresentar como um local onde as atividades e relações humanas que acontecem “se desdobram em termos de produção econômica, ordem política e criação cultural”. O espaço público favorece o contato humano e é essencial para as pessoas, podendo influir diretamente nas suas atitudes.

Nesse momento, conforme destaca Paul Dieter Nygaard, a preocupação municipal era com a conservação das ruas, praças e prédios públicos. Em relação ao abastecimento de água, sua captação e condução será implementada apenas no final do século XVII. As transformações espaciais nos centros urbanos sofriam uma política de controle por parte da Coroa, o que foi acompanhado pela administração das Câmaras, as

⁸⁵ HOLLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 90. Hollanda ressalta que, ao contrário dos espanhóis, denominados por ele de “ladrihadores”, os portugueses construíam as cidades conforme a topografia do terreno, e, por isso o autor os denominou de “semeadores”. Os colonizadores espanhóis eram metódicos em seu trabalho, se estabeleceram no interior da colônia, buscando um clima semelhante ao europeu; ao contrário dos portugueses que permaneceram no litoral, como que afirmando o caráter mercantil na facilidade para o escoamento do fruto de sua exploração. Os espanhóis vinham para ficar, os portugueses, para enriquecer e voltar. Os espanhóis foram mais rígidos; os portugueses, mais liberais, frouxos e indisciplinados. As casas de suas cidades são dispostas segundo os caprichos de seus moradores, de forma irregular. Não há vontade criadora, construtora, pois a colonização portuguesa foi orientada pela rotina, com desleixo, com o abandono, seu trabalho é realizado sem planejamento e sem métodos. Com os espanhóis ocorre o oposto. Os semeadores representam o colonizador português que ao chegar ao Brasil, não demonstram esforços de colonização no sentido de desenvolver uma extensão do império português, apenas jogam suas sementes ao vento, de forma aparentemente “desleixada”. Trata-se apenas de um local para exploração, de passagem, sem grandes necessidades de investimentos ou desenvolvimentos sólidos, não havia intenção de aqui construir raízes. Essa primazia acentuada da vida rural concorda bem com o espírito da dominação portuguesa, cuidou menos em construir, planejar ou plantar alicerces do que em feitorizar uma riqueza fácil e quase ao alcance da mão. A colonização espanhola caracterizou-se largamente pelo que faltou à portuguesa. A sua visão de projeto de uma nação foi baseada em fazer do país ocupado, uma extensão do seu. Quando observamos a malha urbana original das cidades brasileiras percebemos que essa característica predomina em sua maioria.

quais passaram a legislar de forma crescente sobre as questões relativas ao ordenamento do espaço urbano. Contudo, segundo o autor, é somente no final do século XIX e início do XX que se iniciam estudos voltados para a elaboração de planos com vistas a enfatizar o saneamento, as vias, a beleza e a expansão da cidade, por meio da realização de grandes obras de saneamento e infra-estrutura:

No início do século XX, os planos diretores para cidades brasileiras configuravam-se como simples planos viários, exemplificados de forma eloqüente pelo Plano de Avenidas (1930) em São Paulo e pelo Plano Maciel (1914) em Porto Alegre. [...] Esses planos viários eram basicamente planos de obras; obedecê-los e executá-los significava construí-los. Já durante a década de 30, e especialmente durante os anos 40, os planos diretores passaram a se preocupar, além das vias, também com o saneamento, em especial com o abastecimento de água.⁸⁶

Já para Quinto Júnior, o surgimento dos primeiros planos urbanísticos de caráter moderno ocorreu em função da crise do funcionamento das cidades portuário-exportadoras e do complexo agroexportador no final do século XIX e sua meta principal consistia em garantir a realização dos fluxos de mercadorias, ou seja, era garantir que o fluxo de mercadorias não fosse interrompido para os mercados externos devido ao colapso criado pelas epidemias e a falta de saneamento que paralisava a exportação dos produtos como café, açúcar, algodão, dentre outros. Procurando solucionar tais problemas, investiu-se no urbanismo sanitário como principal indutor das mudanças e planejamento das cidades litorâneas, contudo, a questão da habitação de interesse social não era vista, ainda, como elemento estratégico. O que importava era dotar a cidade de infra-estrutura urbana para permitir os fluxos de circulação da mercadoria, deixando para segundo plano a dimensão social e os problemas de habitação.

Regina Helena A. Silva⁸⁷, em “A Invenção da Metrópole”, também trata o processo de urbanização das cidades como uma das questões colocadas pelo mundo moderno e que foi resultado do processo advindo com a Revolução Industrial. Segundo a autora, no século XIX surge um discurso civilizador que prega a técnica como fator essencial para a reordenação do espaço das cidades, o qual se apresenta como um vasto campo de contradições, lutas e disputas. Silva também fala das intervenções feitas nas cidades européias e as influências que exerceram no processo de urbanização das

⁸⁶ NYGAARD, Paul Dieter. *Planos Diretores de Cidades: discutindo sua base doutrinária*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, p. 26-27.

⁸⁷ SILVA, Regina Helena A. *A Invenção da Metrópole*, 1997. Tese - Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de São Paulo, 1997, p. 34.

cidades brasileiras salientando que o mais importante não é confirmar se houve cópia do modelo europeu, mas sim como se deu essa transferência de modelos e padrões de planejamento urbano de um país a outro. Enquanto que nas cidades européias, as intervenções eram pensadas para remediar uma situação já existente, no Brasil elas foram feitas como uma preparação das cidades para a fase industrial do capitalismo e eram resultantes das relações de dominação estabelecidas no país, as quais não levavam em conta as necessidades reais dos habitantes. Assim como Quinto Júnior, a autora destaca que seu objetivo principal era “organizar” as cidades para o avanço do capitalismo e a maioria da população era excluída de qualquer benefício urbano.

Segundo Silva⁸⁸, com a instauração da República foi necessário dar uma nova face ao país, a qual iria se contrapor ao estigma de país atrasado e subdesenvolvido. As intervenções urbanas que começaram a ser feitas ocorreram de maneira localizada, não considerando a cidade como um todo. Foram priorizados os planos de melhoramentos, embelezamento e expansão, sendo que a modernização se tornou o princípio norteador dessas intervenções, pois, era necessário preparar as cidades para a construção de novas paisagens urbanas criando outra visibilidade para o poder.

Em várias capitais, como o Rio de Janeiro e Belo Horizonte as intervenções se apresentaram como vitais, porque a imagem de uma cidade organizada seria responsável pela inserção do país nos ideais de desenvolvimento difundidos pelo mundo. Em relação a esse assunto Sandra Mara Dantas diz que:

O Rio de Janeiro, capital nascente da república brasileira, necessitava de uma reformulação para abrigar os sonhos de novos tempos que se abriam no final do século XIX. Com técnicos e urbanistas formados na escola francesa, a cidade foi reformulada, pois que como capital federal fazia-se imprescindível que aparentasse as esperanças de uma nova sociedade. Em Minas Gerais, a nova capital também obedeceu a esses princípios. A colonial Ouro Preto de ruas estreitas e tortuosas e arquitetura barroca cedeu lugar à cidade planejada de Belo Horizonte porque era necessário apagar os vestígios do período imperial, inaugurando o novo mundo dominado pela racionalidade, técnica e eficiência.⁸⁹

A necessidade de uma transformação da imagem do Brasil para que alcançássemos o progresso leva à transformação urbana de suas cidades e, uma das primeiras experiências nesse sentido foi a mudança da capital de Minas Gerais, pois o

⁸⁸ SILVA, Regina Helena A. Op. Cit. p. 35.

⁸⁹ DANTAS, Sandra Mara, 2001. Op. Cit. p.154.

federalismo amplo que se estabeleceu então determinou, para as capitais, novas e ampliadas questões administrativas, o que, para os políticos mineiros, inviabilizava Ouro Preto como capital. Era necessário que a capital fosse uma cidade voltada para o progresso, o desenvolvimento econômico e deveria estar situada numa região de igual característica. Para eles, Ouro Preto passou a significar o passado. O futuro estava em outras regiões, daí a necessidade da mudança.⁹⁰

Então, a cidade de Belo Horizonte é projetada antes mesmo da escolha do local em que seria edificada. “*Seria uma nova proposta e não uma reforma do tecido*”.⁹¹ Quanto ao local, escolhido posteriormente – “Curral Del Rei” – ocorre sua total destruição comandada pelos engenheiros, não se respeitando as relações e experiências que o constituíram e lhe deram significado. O projeto da nova cidade também excluiu os moradores de Curral Del Rei, porque os mesmos não pertenciam ao novo projeto, pois a cidade deveria ser habitada por aqueles que conseguissem se integrar e compreender a proposta de progresso contida no mesmo. Contudo, à medida que a cidade cresce, a imagem de perfeição se desvanece e se modifica.⁹²

No Rio de Janeiro, apesar das intervenções que preconizam a melhoria da imagem do país no estrangeiro; como a modernização da zona portuária, o aterramento e construção de novas avenidas de ligação com outras regiões da cidade, os projetos de saneamento e higienização como a vacinação obrigatória, levaram a uma série de lutas e conflitos como a Revolta da Vacina. Durante o período de 1902 a 1906, na gestão de Francisco Pereira Passos, o objetivo de modernizar a cidade consistia na materialização dos elementos funcionais e simbólicos existentes na Avenida de Champs Elysées de Paris, “com seus amplos eixos de circulação de veículos, as generosas calçadas à sombra para o passeio do *flâneur* “baudelaririano”, protegidas pelas frondosas árvores, e os decorados edifícios”.⁹³ Marisol Rodrigues Sosa⁹⁴ destaca que no Rio de Janeiro, o processo de construção da cidade teve dois momentos intensos no início do século XX, sendo o primeiro deles, o conjunto de obras iniciadas por Pereira Passos entre 1902 e 1910 e a eliminação do Morro do Castelo realizada pelo Prefeito Carlos Sampaio entre

⁹⁰ SILVA, Regina H. A. *op. cit.*, p.27.

⁹¹ Idem. p.28.

⁹² Idem. p. 29.

⁹³ QUINTO JÚNIOR. *Op. Cit.* p. 79.

⁹⁴ SOSA, Marisol Rodrigues. *O Rio de Janeiro de Agache e a Havana de Forestier: a Escola Francesa de Urbanismo nos centros urbanos latino-americanos*. Dissertação. (Mestrado). Rio de Janeiro: PROURB/FAU/UFRJ, 2003.

1920 e 1922, cujo objetivo era liberar a área entre a praia de Santa Luzia e a Ponta do Calabouço, terrenos necessários para a montagem da Exposição Universal em comemoração ao Centenário da Independência em 1922.

Em relação ao aterramento do Morro do Castelo, Lucia Helena Pereira da Silva desenvolve uma análise por meio da qual tenta compreender os interesses que nortearam a elaboração do projeto. Sua pesquisa compreende dois grandes momentos da história da emergência urbanística no Rio de Janeiro - o do arrasamento do Morro do Castelo em 1920 e a urbanização de sua esplanada e da abertura da mega avenida Presidente Vargas com o fim da Praça Onze em 1940, e procura perscrutar o desaparecimento desses dois territórios da cidade, procurando entender como os moradores vivenciaram, concretamente, tais processos de aniquilamento. O objetivo era seguir as propostas dos discursos urbanistas, ignorando a população que vivia na cidade.

As experiências sociais constituídas nos territórios desaparecidos por força do surgimento do urbanismo são a matéria prima utilizada pela autora. Sua pretensão não foi só “descortinar várias leituras da cidade, mas perceber o aniquilamento de alguns territórios que carregavam consigo vários modos de vida que não estavam em sintonia com aqueles pregados pelas classes dominantes.”⁹⁵

As questões que nortearam a tese analisada buscaram a compreensão do por que da necessidade de aniquilamento de alguns lugares em detrimento de outros e, principalmente como os moradores vivenciaram esse processo. Para isso foi feito um confronto das diversas leituras da cidade, não só dos urbanistas, mas de outros grupos sociais que nela viviam. Essa postura possibilitou a narrativa de uma história conhecida e documentada pelos urbanistas, mas com o olhar que privilegia o território, pois, por meio do seu estudo, o historiador pode compreender as contradições sociais produzidas pelas relações cidadinas. Silva diz que, ao procurar perceber a construção da moderna configuração da cidade como guerra de lugares, o que ela faz é resgatar o aspecto político contido no processo, o qual é sempre escamoteado pelos discursos urbanísticos tidos como técnicos e neutros. Ela estabelece uma diferença entre espaço e território e se questiona: quando o espaço desaparece, acaba-se a história?

⁹⁵ SILVA, Lúcia Helena Pereira da. *Luzes e Sombras na Cidade: no rastro do Castelo e da Praça Onze – 1920/1945*. Tese (Doutorado). São Paulo: PUC, 2002, p. 29.

Nesse sentido, a autora recompõe o que pode ser considerado o espaço e avança ao aliar o estudo dos grandes projetos com outras fontes como as crônicas sobre a cidade, pois isso lhe permite vislumbrar o exercício da cidadania lembrando que a cidade é uma construção dos homens e não pode ser estruturalmente racional. Conforme Silva, não se apaga a idéia de que a cidade é memória, passado e vivências nos territórios, sendo que tais vivências encontram-se impressas em registros que deverão ser objeto de análise para o historiador. Ela junta perspectivas diferenciadas para mostrar que o espaço só se constitui em território pelos embates que nele ocorrem, e nisso sua premissa assemelha-se a de Antônio Augusto Arantes em “Guerra dos Lugares”⁹⁶. Ao tratar do “arrasamento” do Morro do Castelo, Silva ressalta que a presença do povo e a sua maneira de viver representava tudo aquilo que a elite condenava e questiona se ao demolir o Morro, este modo de vida, esta tradição desaparece? Acredito que não, pois sabemos que as pessoas reinventam novas formas de se apropriar dos espaços transformando sua paisagem de acordo com seus interesses e cujos simbolismos encontram-se inscritos nos locais que adquirem valor simbólico conforme traduzem referências culturais, a partir das quais compõem suas memórias sobre os processos de intervenções.

A revisão da bibliografia mostrou que a partir da década de 1920, devido ao crescimento acelerado da população urbana, as estruturas funcionais, em particular o sistema viário, tornam-se objeto de discussões dos especialistas, e, segundo Sosa, não existia na capital, até aquele momento, um plano diretor que orientasse o crescimento urbano. Para atender as necessidades de modernização como a construção de altos edifícios e a configuração dos novos espaços disponíveis por meio de um plano de remodelação mais abrangente, a administração do Presidente Washington Luis contratou o arquiteto Alfredo Agache. Esse plano funcionou como um laboratório de idéias e representou a possibilidade de abrir as perspectivas da cidade moderna carioca e brasileira por meio da experimentação das idéias que circulavam no contexto europeu de então e deixava transparecer uma intenção espacial que procurava “materializar os valores e gostos de uma época”.⁹⁷ Porém, a imagem do Rio de Janeiro como cidade capital não se consubstanciou e, posteriormente, na década de 1960, o Rio perde seu

⁹⁶ Conforme Antonio Augusto Arantes afirma, propicia a formação de uma complexa rede de territórios, lugares e não-lugares que resulta na formação de configurações espaço-temporais mais efêmeras e híbridas do que os territórios de identidade.

⁹⁷ SOSA, Marisol Rodrigues. Op. Cit. p. 76.

papel de capital político-administrativa para Brasília, também uma cidade totalmente projetada.⁹⁸

A modernidade de Brasília está calcada na ação do homem sobre a natureza, redefinindo espaços e desafiando o clima e o solo moldando-o de acordo com seus interesses. Tanto Belo Horizonte quanto Brasília, são cidades que foram planejadas e pensadas segundo critérios modernos de arquitetura urbanística; duas cidades criadas para serem capitais; especialmente, duas cidades concebidas a partir de Minas Gerais. Em certo sentido, BH acaba sendo um experimento que fortaleceria a concretização da construção de Brasília. Em ambos os casos, a transferência da capital visava a integração das várias regiões buscando a centralização política e geográfica. Era preciso preservar o ideal de centralidade e unidade dando estabilidade à República. Contudo, pode-se dizer que a arquitetura moderna de Brasília é resultado da vontade das elites e é dedicada à preservação de status e desigualdade.⁹⁹

O projeto arquitetônico de Brasília seguiu o modelo urbano progressista cuja concepção baseia-se na idéia de um indivíduo humano como tipo padronizado, independente do lugar, do nível político ou do tempo onde está inserido. Setoriza a vida dos seus habitantes em morar, trabalhar, divertir-se e locomover-se. A preocupação com a estética caracteriza a cidade progressista como cidade espetáculo, porém não segue os padrões artísticos do passado, submetendo-a apenas às leis de uma geometria natural de inspiração cubista, onde o ortogonismo rege as relações dos edifícios entre si e com as vias de circulação. A idéia central era a de modernidade: a cidade deveria mostrar contemporaneidade em todos os sentidos.

O resultado desse modelo de planejamento não cumpriu os objetivos propostos de promoção da cidadania, uma vez que o automóvel passou a ser mais valorizado, aparecendo como o modo de o homem se inserir nesse novo contexto “moderno”. Projetos que desconheciam o real funcionamento das cidades foram promovidos, seguindo os princípios da Carta de Atenas¹⁰⁰. Dentro da doutrina da Carta de Atenas,

⁹⁸ SOSA, Marisol Rodrigues. Op. Cit. p. 33.

⁹⁹ Em relação ao planejamento de Belo Horizonte e Brasília, ver: BOMENY, Helena. Utopias de cidade: as capitais do modernismo. In: Gomes, Ângela de Castro (Org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002, p.201-223. 2002.

¹⁰⁰ “Os setores industriais devem ser independentes dos setores habitacionais e separados uns dos outros por uma zona de vegetação” p. 20. A Carta, que trata da chamada Cidade Funcional, preconiza a separação das áreas residenciais, de lazer e de trabalho, propondo, em lugar do caráter e da densidade das cidades tradicionais, uma cidade-jardim, na qual os edifícios se desenvolvem em altura e localizam em

muitas mudanças no contexto urbano foram impostas às cidades, pois, dividiram-nas em zonas priorizando para cada uma delas, uma diferente função urbana (morar, trabalhar, recrear). Com isso os cidadãos necessitavam locomover-se de uma zona para outra, de casa ao trabalho, o que resultou na valorização das vias de circulação, especialmente para os automóveis.

Entretanto, sobre as propostas de planejamento urbano para as cidades brasileiras antes da década de 1960, de acordo com Quinto Júnior, devido às grandes mudanças nas estruturas intra-urbanas das aglomerações brasileiras, no final da década de 1940, surgem os primeiros cursos especializados em urbanismo no país. Nesse momento a necessidade de gestação de uma política de habitação popular pelo Estado, torna-se necessária. É, a partir de 1937, que recursos dos Institutos de Previdência do Ministério do Trabalho - IAPs, passam a ser destinados para a produção de habitação de caráter social. Contudo, o autor destaca que o objetivo político dos institutos consistia em elevar sua margem de lucro e, além disso, é necessário levar em consideração que os recursos financeiros alocados pelo Governo Federal não foram suficientes para a construção de conjuntos habitacionais.

O processo de urbanização no Brasil, assim como na maioria dos outros países, se intensifica após a Segunda Guerra Mundial, quando, sob o impacto da industrialização, grande parte da população migra para as cidades. Além disso, a política de interiorização posta em prática desde o governo de Getúlio Vargas, principalmente por meio da Marcha para o Oeste¹⁰¹, se, por um lado, estimulou a

áreas verdes, por esse motivo, pouco densas. Tais preceitos influenciaram o desenvolvimento das cidades européias após a Segunda Guerra Mundial e a criação do Plano Piloto de Brasília por Lúcio Costa. Contudo, esse modelo acabou por apresentar vários problemas, alguns deles ocasionados pela dependência de veículos para a locomoção dos cidadãos no espaço urbano.

¹⁰¹ O governo Vargas, principalmente durante o Estado Novo (1937-1945), pretendeu construir um Estado capaz de criar uma nova sociedade e de produzir um sentimento de nacionalidade para o Brasil. Uma dimensão-chave desse projeto era a geopolítica, que tinha no território seu foco principal. Criada em 1938, por meio da política nacionalista do Estado Novo, “A Marcha para Oeste” tinha como intuito ocupar os imensos vazios demográficos existentes no centro do país. A proposta fazia parte da política desenvolvimentista implantada por Getúlio Vargas, a qual tomava como bandeira a unidade e a segurança nacional. Por meio da criação de algumas instituições, o Estado a formular e implementar suas políticas destinadas a vencer os “vazios” territoriais e a pouca interação da rede urbana e seus objetivos consistiam em promover a política demográfica de incentivo à migração; a criação de colônias agrícolas; a construção de estradas; a Reforma Agrária; e o incentivo à produção agropecuária de sustentação. Algumas questões preocupavam o governo, dentre elas, quem trabalharia no país? Como se movimentariam esses contingentes de mão-de-obra? Onde se fixariam? Com que objetivo? Com que tipo e alcance de supervisão do Estado? A primeira área a ser atingida por esse deslocamento era a imigratória (entrada de estrangeiros: perigo para a nacionalidade), pois os imigrantes deveriam passar a ser entre nós, um fator de progresso e não de desordem política, por isso, o Departamento Nacional de Povoamento,

entrada para a zona rural, também favoreceu o aparecimento e o crescimento de cidades que abrigariam uma parcela da população que demandou o interior. O Estado investiu no patrocínio desses deslocamentos com o intuito de ampliar os mercados para sustentar a instalação de um parque industrial que se implantava, e ainda, reforçar o comércio exportador.

Em 1945, surge a proposta de criação da Caixa Nacional da Habitação, o que seria o germe do Banco Nacional de Habitação - BNH, a qual não extrapolou os debates políticos da época. Somente com a modernização e industrialização retardatária após 1940, o Governo Federal ampliará, através da Caixa de Aposentadoria e Pensão, a produção de conjuntos habitacionais para os bancários, industriários, comerciários, mas com um caráter pontual e seletivo e não uma ação de maior impacto quanto ao volume de demanda nos estados e municípios, que fica esquecida.

Então, torna-se necessário implantar uma lei de desenvolvimento urbano federal por meio da qual os municípios sejam instrumentalizados para enfrentar os inúmeros problemas urbanos e sociais decorrentes das altas taxas de crescimento populacional. Nesse momento é importante destacar a posição da classe trabalhadora em São Paulo que, no período de 1943-1953, retoma a organização dos trabalhadores em seus locais de trabalho se impondo diante dos líderes sindicais que apoiavam o atrelamento dos sindicatos ao governo. Apesar de reconhecerem as dificuldades financeiras pelas quais passava o operariado, as lideranças condenavam a onda de greves enfatizando a necessidade de se apoiar as autoridades no sentido de evitar redução da produção, pois, se o contrário ocorresse, diminuir-se-iam também as possibilidades de criação de riqueza, cuja consequência natural são maiores possibilidades também de assistência social.¹⁰²

O período de 1940 a 1950 foi marcado por um grande número de greves e manifestações por meio das quais se reivindicava melhoria nas condições de trabalho e de vida e apesar da postura pelega dos sindicatos, estratégias foram utilizadas pelos grevistas para amenizar os problemas que enfrentavam devido à paralisação. A criação

encaminha para o interior do país uma quantidade de elementos sem trabalho que ameaçavam a ordem pública. Sua fixação nas cidades não interessava, por isso deveriam ser conduzidos para o trabalho no campo.

¹⁰² COSTA, Hélio da. Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953). In: Fortes, Alexandre e outros. *Na luta por direitos: estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999, p. 96.

da União dos Bancários de São Paulo em 1949 se caracterizou como uma das poucas experiências positivas. Nesse sentido, é importante destacar também a importância das comissões de fábrica na Greve dos 300 mil. O movimento ficou inteiramente confiado a uma comissão eleita em assembléia e pelo departamento jurídico. A diretoria, propriamente dita, assumia apenas um papel decorativo, isto é, só assinava papéis, e a justificativa utilizada pelos líderes consistia no fato de que a diretoria não deveria ficar presa aos interesses de elementos ligados a partidos políticos de espécie alguma.

Os sindicatos foram palco de conflitos permanentes em que os interesses da classe estavam explicitamente colocados, diferente do que idealizavam o governo e os empresários. Ao contrário do que se afirmava, os trabalhadores demonstraram uma arrojada disposição de luta, um forte espírito de coesão, sendo assim, percebe-se que as lutas eram um legado aos trabalhadores. A luta dos trabalhadores e a questão social nesse período influenciam a discussão e a maneira de se pensar a cidade capitalista periférica. Nesse sentido, vale ressaltar a importância do Movimento Ação Social da Igreja Católica, no início da década de 1940, ao contratar o Padre Lebre, do Movimento Economia e Humanismo, para realizar um dos mais importantes estudos urbanísticos sobre a estruturação da aglomeração da metrópole paulistana:

Neste estudo a metrópole é vista por uma ótica sócio-espacial, analisando as carências de infra-estrutura, equipamentos, serviços urbanos e da qualidade de vida e moradia. Esse trabalho possibilitou uma avaliação do funcionamento da estrutura urbana da grande metrópole e do funcionamento da sua segregação urbana no Brasil, onde se localizavam as principais atividades econômicas ligadas aos serviços, ao comércio *Central Business District* (CBD), e como os bairros das elites e classe média tinham um forte vínculo com os empregos dos colarinhos brancos do CBD, as áreas industriais e os bairros operários próximos das ferrovias, apontavam um dado importante, que é a formação de uma grande periferia totalmente desamparada no extremo-leste da metrópole.¹⁰³

Apesar de ter sido engavetado por Ademar de Barros em 1956, a experiência do Padre Lebre serviu como instrumento de capacitação técnica e da formação de uma

¹⁰³ QUINTO JÚNIOR, Luis Pinedo. op. cit. p. 52-53. Sobre o projeto elaborado pelo Padre Lebre, ver: PAULA, Zuleide Casagrande de. *A Cidade e os Jardins: Jardim América, de projeto urbano a monumento patrimonial* (1915-1986). São Paulo: Editora UNESP, 2008.

nova geração de urbanistas e planejadores urbanos.¹⁰⁴ Segundo Quinto Júnior, os anos 1950 foram importantes no sentido de se questionar os paradigmas que propunham o embelezamento de setores da cidade que eram do interesse das elites, mas também no sentido de pensar a cidade a partir de suas carências urbanas resultantes de uma sociedade marcada por uma divisão sócio-espacial excludente e injusta por não atender os setores segregados da população principalmente aqueles que não se encontravam ligados aos empregos formais.

A influencia da idéias do Padre Lebre, orientaram ainda, a elaboração de planos diretores para as estâncias climáticas, turísticas e balneárias, durante o período de 1959 a 1963, por meio de um convênio estabelecido com o Governo do Estado de São Paulo. Esse convênio contribuiu para a formação da cultura técnica para cidades de pequeno porte e de acúmulo de experiências essenciais para o entendimento dos instrumentos urbanísticos e formação de equipes técnicas para a elaboração dos planos diretores. Contudo, o que se conclui é que nesse momento o planejamento urbano também foi direcionado para as elites do país, uma vez que foi voltada para organizar espaços que seriam usufruídos apenas pelos detentores do capital.

Traçando um paralelo entre as experiências, européia e brasileira, até nesse período, pode-se dizer que, enquanto na Europa a experiência do plano diretor foi um importante instrumento de gestão e produção da cidade enquanto um mecanismo de regulação social, no Brasil o processo institucional assumiria um caráter descombinado, pois a política urbana vigente era desarticulada e despolitizada e, durante as décadas de 1940 e 1950, o Governo Federal pouco realizou no sentido de elaborar uma política urbana capaz de dotar as cidades e municípios de instrumentos institucionais, de legislação urbana e fundiária. Ao criar os IAPs com o objetivo de investir na produção de habitação social para os trabalhadores, direciona os recursos para financiar a indústria da construção civil propiciando o *boom* imobiliário, e isso resultou na escassez de recursos financeiros para a Fundação da Casa Popular como um instrumento de política social e, além disso, como já foi dito, não existia ainda uma legislação urbanística moderna com instrumentos capazes de construir uma cidade mais justa.

¹⁰⁴ Vale ressaltar a importância da criação do curso de Arquitetura e Urbanismo na USP, em 1948 e do Centro de Pesquisa e de Estudos Urbanísticos-CEPEU, cuja orientação metodológica baseia-se bastante nos estudos do Padre Lebre.

A partir da década de 1950, os planos nacionais se evidenciavam como forma de garantir o desenvolvimento da produção e do mercado capitaneado pelo Estado. Com o Plano de Metas, o Presidente Juscelino Kubsticheck pretendia intensificar o desenvolvimento econômico, o que acabou por intensificar também os fluxos migratórios entre as regiões, e o crescimento urbano foi preponderante sobre o rural. A construção de Brasília, já citada neste capítulo e meta síntese deste plano, exerceu grande influência nesse processo de urbanização do Brasil.

Na primeira fase do desenvolvimentismo de JK, os grandes problemas urbanos se concentraram no eixo Rio - São Paulo e costumavam ser enfrentados pelos governos municipais por meio de intervenções, algumas bem importantes, que buscavam ordenar o espaço físico das cidades que agregavam grandes contingentes populacionais. Nesse momento, as políticas propostas pelo Governo Federal visavam as áreas da saúde, educação e transporte e ficavam a cargo dos poderes estaduais e municipais, ficando para o âmbito federal, a implantação de uma infra-estrutura voltada para a sustentação do parque industrial, o qual significava as chances de dinamização econômica do país.

A partir da década de 1960, inicia-se a trajetória da luta pela reforma urbana no Brasil, época em que os segmentos progressistas da sociedade brasileira demandavam reformas estruturais principalmente na questão fundiária. A principal bandeira era a realização da Reforma Agrária no campo, que já integrava o plano das “Reformas de Base” no governo do presidente João Goulart. Na década anterior percebeu-se o avanço dos movimentos sociais e surgimento de novos atores, como por exemplo, as Ligas Camponesas fundadas em 1955, sob a liderança de Francisco Julião e membros da Igreja Católica no Nordeste, cujo objetivo consistia em defender os camponeses contra a expulsão da terra, a elevação dos preços dos arrendamentos e a prática do cambão.¹⁰⁵

Em 1961, ocorre em Belo Horizonte o I Congresso Nacional de Trabalhadores Agrícolas com o intuito de discutir a condição do trabalhador do campo que, até aquele momento, não usufruía dos direitos trabalhistas propostos para o trabalhador urbano, contudo, somente em 1963 tais reivindicações serão, em parte, atendidas por meio da Lei que dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural, o qual prevê como seus direitos a

¹⁰⁵ Neste sentido, ver: MOREIRA, Vânia Maria Losada. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.18, nº 35, p. 329-360. 1998. LEOPOLDI, Maria Antonieta P. *Crescendo em meio à incerteza: a política econômica do governo JK (1956-60)*. In: GOMES, Angela de Castro (org.). **O Brasil de JK**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

Carteira de trabalho; educação do trabalhador, observância do salário mínimo, direitos como repouso semanal e férias remunerados.

Entretanto, conforme destaca Vito Giannotti, a política do governo se caracterizava como populista e os ideólogos do governo e os dirigentes sindicais trataram de fortalecer o esquema. Este deveria assentar-se na colaboração entre o Estado, onde se incluíam os oficiais nacionalistas das Forças Armadas, e os intelectuais formuladores da política, a classe operária organizada e a burguesia nacional. “O Estado seria o eixo articulador dessa aliança cuja ideologia básica era o nacionalismo e as reformas de base”, dentre as quais se destacam as reformas agrária, urbana, eleitoral, tributária e administrativa.¹⁰⁶ Não se propunha um alinhamento com o socialismo, mas modernizar o capitalismo reduzindo as desigualdades sociais por meio da ação do Estado.

A proposta de uma reforma urbana nas cidades brasileiras foi inicialmente formulada no Congresso de 1963¹⁰⁷, promovido pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil, cujas propostas eram voltadas para a busca de soluções para os problemas decorrentes da desproporção cada vez maior, nos centros urbanos, entre o salário ou a renda familiar e o preço de locação ou de aquisição de moradia e pelo déficit crescente de disponibilidade de prédios residenciais, em relação à demanda do povo brasileiro, uma vez que o significativo número de habitações construídas era destinado quase que exclusivamente às classes economicamente mais favorecidas.

Em janeiro desse ano, o índice inflacionário no país alcança o patamar de 54,8% e, na tentativa de controlá-lo, o economista Celso Furtado, então no governo, elabora o Plano Trienal por meio do qual se propunha combinar crescimento econômico, reformas sociais e o combate à inflação. No entanto, os setores que se beneficiavam da inflação não tinham interesse no êxito das medidas e, além disso, os movimentos operários se

¹⁰⁶ GIANNOTTI, Vito. Do fim da Segunda Guerra à Ditadura Militar. In: *História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 246.

¹⁰⁷ SILVA, Éder Roberto da. O movimento nacional pela reforma urbana e o processo de democratização do planejamento urbano no Brasil. São Carlos: UFSCar, 2003. Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2003. Segundo o autor, deste Seminário participaram, aproximadamente, setenta profissionais, de diversas áreas, como arquitetos, engenheiros, sociólogos, economistas, advogados, assistentes sociais, técnicos, líderes sindicais, estudantes e representantes de entidades civis, entre outros. O propósito era diagnosticar e elaborar soluções para o enfrentamento dos problemas urbanos daquele período, com o intuito de inserir a temática do urbano nas discussões das reformas de base de João Goulart. Naquele momento, havia uma mobilização em torno das reformas de base com vistas a estabelecer uma nova linha política para o país.

recusavam a aceitar restrições nos salários e os credores estrangeiros mostravam-se reticentes quanto à negociação da dívida externa.

A partir de 1963 cresce a radicalização das diferentes posições: no campo os proprietários rurais encaram a reforma agrária como catástrofe; o movimento das ligas, sindicalização e invasão de terras ganham ímpeto e, em 1963, o Congresso rejeita a Emenda Constitucional que autorizava a desapropriação de terras (movimentos na ilegalidade). Ocorre em São Paulo a última grande paralisação operária, a greve dos 700 mil¹⁰⁸, a qual atinge os setores metalúrgico, químico, de papel e papelão. O momento político era bastante tenso. A campanha liderada pela oposição ao governo Goulart disseminava o medo de que uma nova “república sindicalista” se instalasse no país.

O Governo de João Goulart, mesmo enfrentando esse momento de crise política, opta por implementar as Reformas de Base por meio de decretos e reúne grandes massas em uma série de atos onde seriam anunciadas as reformas, sendo o primeiro comício realizado em treze de março, no Rio de Janeiro, conseguindo aglutinar um contingente de 150 mil pessoas. Anunciam-se, nesse ato, dois dos decretos assinados: 1) desapropriação das refinarias de petróleo que não estavam nas mãos da Petrobrás; 2) declarava sujeitas a desapropriação de propriedades subutilizadas. Contudo, no dia 31 de março, o poder já não mais se encontra nas mãos dos civis, pois, o fim da experiência democrática ocorre com a deflagração do Golpe Militar, o qual se constituiu como um regime político autoritário que durou até 1984 e que inviabilizaria a efetivação de todas essas reformas, e, segundo Moysés Aristides¹⁰⁹, nesse momento as questões urbanas passam a ocupar destaque nas discussões estabelecidas.

O Estatuto da Terra, foi criado pela lei 4.504, de 30/11/1964, sendo, portanto, uma obra do regime militar que acabava de ser instalado no país através do golpe militar e sua criação foi conseqüência do clima de insatisfação reinante no meio rural brasileiro

¹⁰⁸ Desde meados de 1962, o Comando Geral dos Trabalhadores - CGT e o Pacto de Ação Conjunta - PAC atuavam como entidades centralizadoras dos sindicatos, tendo conquistado algumas vitórias, entre elas o salário família, a realização do plebiscito, o abono de Natal e o não decreto do estado de sítio. A Greve dos 700 mil representou um momento importante para a história do movimento da classe trabalhadora, devido ao avanço das reivindicações e negociações travadas durante o movimento paredista, que visava amplas mudanças nas relações entre patrões e empregados.

¹⁰⁹ ARISTIDES, Moisés. Políticas Urbanas no Brasil nos Últimos Trinta Anos. In: *Cidade, Segregação Urbana e Planejamento*. Goiânia: Ed. Da UCG, 2005. Este artigo foi resultado das discussões desenvolvidas no Seminário Nacional Metrôpoles, Desigualdades Socio-espaciais e Governança Urbana, realizado em Goiânia/GO, durante o mês de maio de 2003. O objetivo do seminário foi divulgar os resultados de pesquisas referentes ao processo de urbanização das regiões metropolitanas brasileiras.

e do temor do governo e da elite conservadora de que ocorresse a eclosão de uma revolução camponesa nos mesmos moldes da Revolução Cubana, em 1959, e da implantação de reformas agrárias em vários países da América Latina. No Brasil, apesar de as lutas camponesas terem começado a se organizar desde a década de 1950, assumiram grandes proporções no início da década de 1960. No entanto, esse movimento foi praticamente aniquilado pelo regime militar instalado em 1964. A criação do Estatuto da Terra e a promessa de uma reforma agrária foi a estratégia utilizada pelos governantes para apaziguar, os camponeses e tranquilizar os grandes proprietários de terra.

As metas estabelecidas pelo Estatuto da Terra eram basicamente duas: a execução de uma reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura, contudo, sua maior contribuição foi no sentido de apressar a saída de um grande contingente populacional rural para as cidades num processo que se intensificou com a política de crédito voltada para a modernização dos procedimentos agrícolas na agricultura e para o financiamento de máquinas agrícolas, o que teve como consequência, a liberação de um número significativo de trabalhadores do campo.

A iniciativa dos militares ao proporem a reforma administrativa do País, foi no “sentido de distanciar a participação popular do crescimento da riqueza produzida e, também, desencadear uma nova fase de ampliação da industrialização e o aumento da produção geral”.¹¹⁰ Quanto às políticas urbanas, buscava-se alcançar níveis de crescimento econômico elevados mantendo seu controle, além de investir na capitalização das regiões que permaneciam com baixa produtividade de forma que fossem integradas às tecnologias mais modernas, por meio da construção de estradas e da criação de cidades que dessem suporte administrativo ao processo que iniciava. Tal fato pode ser verificado por meio dos dados que compõem a tabela 1, os quais demonstram que houve um crescimento do número de municípios que foram criados principalmente no período entre as décadas de 1960 a 1990.

¹¹⁰ ARISTIDES, Moisés, 2005. Op. Cit. p. 248.

Tabela 1 - Número de municípios nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 1960/2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	1960	1970	1980	1990	2000	2010
Brasil	2.766	3.952	3.991	4.491	5.507	5.565
Região Norte	153	195	203	298	449	449
Região Nordeste	903	1.376	1.375	1.509	1.787	1.794
Região Sudeste	1.085	1.410	1.410	1.1.432	1.666	1.668
Região Sul	414	717	719	873	1.159	1.188
Região Centro-Oeste	211	254	284	379	446	466
Minas Gerais:						
Municípios	483	722	722	723	853	853
Distritos	1.202	1.342	1.399	1.433	1.568	1.633
Vilas	717	620	677	709	715	780

Fonte: Tabela organizada pela autora com base nos dados do IBGE, Censo Demográfico 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

(1) Inclusive o Território Federal de Fernando de Noronha.

(2) Inclusive o Distrito Estadual de Fernando de Noronha, criado em 06.10.1988.

Durante o Regime Militar, a necessidade de se conduzir o processo de expansão da economia, fazia com que a preocupação com o controle físico das cidades e o desenvolvimento das atividades urbanas fosse ampliada. Segundo Aristides:

Foi uma fase com forte tendência para o planejamento em vários níveis - global, regional e local -, além de terem surgido programas especiais setoriais com abrangência ampla. Procurou-se sistematizar, por intermédio dos planos, as ações de governo, o que não significa que grande parte delas tenha sido implementada, ou que os resultados das que foram executadas tenham sido aqueles preconizados como efetiva solução para os problemas de pobreza que se manifestavam de uma maneira geral e particularmente nas cidades.¹¹¹

O fator que contribuiu para o investimento ampliado em políticas urbanas nesse período diz respeito à facilidade de captação de recursos financeiros internacionais que levou à proliferação de planos, propostas e estudos sobre cidades e regiões, os quais eram respaldados por ampla legislação e introduziram modelos que, conforme afirma Aristides, marcaram a história do planejamento urbano e regional brasileiros. O objetivo era realizar um projeto de crescimento controlado das cidades por serem elas centros de consumo e locais de aglomeração de pessoas, da produção industrial, intelectual e de serviços, sobre os quais o controle poderia ser exercido de maneira mais eficiente. O fato é que a sua deterioração dificultaria a concretização dos projetos governamentais,

¹¹¹ ARISTIDES, Moysés. op. cit. p. 250.

porque, apesar do uso da força, “os riscos de tensão seriam maiores e os controles poderiam se tornar mais difíceis”.

Por meio do Programa de Ação Econômica do Governo - PAEG, das Metas e Bases para o Planejamento e os Planos Nacionais de Desenvolvimento I, II e III - PNDs, procurou-se dar uma resposta às questões urbanas, como habitação, transporte urbano, normas para o planejamento urbano, estudos de viabilidade para atividades geradoras de empregos e implantação de distritos industriais. Cabe destacar que, nesse momento, houve uma grande centralização dos recursos orçamentários com a criação do Banco Nacional de Habitação - BNH, cujos recursos eram provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e da Caderneta de Poupança, além dos recursos oriundos do Banco Mundial. Os recursos a serem aplicados nas intervenções propostas seriam distribuídos pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo - SERFHAU¹¹² e, para isso, foram instituídos os Planos de Desenvolvimento Integrados - PDIs, necessários para a alocação dos recursos disponíveis:

Segundo as normas estabelecidas, os PDIs deveriam conter estudos que diagnosticassem os municípios no seu todo (zona urbana e zona rural) e propostas de medidas a serem tomadas pelos governos municipais que contemplassem os aspectos econômicos sociais e o tratamento do espaço físico, de forma a maximizar os investimentos a serem feitos, dando especial relevância às questões habitacionais. Essas questões, em princípio, estariam mais voltadas para o atendimento das populações que constituíam os segmentos de mais baixa renda.¹¹³

Conforme ressalta Aristides, em 1967 veio a público o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, o qual traça as diretrizes gerais para a formulação de uma política de desenvolvimento regional e urbano mais abrangente. Propunha-se diminuir as diferenças entre as regiões aproveitando suas potencialidades, no sentido de torná-las autônomas e auto-sustentáveis por meio do aproveitamento das especialidades locais dotando-as de infra-estrutura econômica e social. O que movia os militares era o temor

¹¹² Ver: VIZIOLI, Simone Helena Tanoue. *Planejamento Urbano no Brasil: a experiência do SERFHAU* enquanto órgão federal de planejamento integrado ao desenvolvimento municipal. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FAU/USP, 1998. O SERFHAU foi criado no ano de 1964 e extinto em 1975. Sua função consistia desde promover pesquisas relativas ao déficit habitacional até assistir os municípios e elaborar seus planos diretores. Vizioli trata da relação entre o SERFHAU e o Banco Nacional de Habitação apresentando as condições históricas de criação desses dois órgãos e sua contribuição para o desenvolvimento urbano do país. Destaca ainda, a metodologia adotada pelo referido órgão e analisa alguns dos planos urbanísticos elaborados por seus técnicos.

¹¹³ ARISTIDES, Moisés. Op. Cit. p. 254.

causado pelas grandes aglomerações e pelos problemas que elas poderiam causar em momentos de tensão, além dos altos custos para sustentar o chamado crescimento caótico das cidades. Isso justificava a política urbana adotada e que prevaleceu desde o final da década de 1960 até a década de 1980. Contudo, o autor chama a atenção para os inúmeros problemas decorrentes desse sistema político centralizador, sem opositores e sem interlocução popular e do aparato tecno-burocrático encarregado do desdobramento das diretrizes em projetos específicos e da sua execução.

Dentre os problemas citados, destacam-se a falta de pessoal qualificado para elaborar os projetos, o que incentiva a formação de escritórios voltados para conseguir o acesso aos financiamentos para execução das obras levando à reprodução de modelos em série dos planos que deram certo em determinados municípios, independente da grande diversidade existente nas cidades brasileiras. Nesse ponto, acredito que o que ocorria naquele momento, não difere do processo atual, quando planos diretores obedientes às normas propostas pela Constituição de 1988 e pelo Estatuto da Cidade têm sido encomendados por inúmeras cidades brasileiras que se viram na obrigação de cumprir tal exigência.

1.3 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E O ESTATUTO DA CIDADE.

Conforme vimos até o momento, no Brasil, a institucionalização do planejamento urbano municipal se ampliou a partir da década de 1970, quando o Governo Militar implementou uma série de políticas com o intuito de atingir o desenvolvimento integrado e equilibrado das cidades como forma de combater os problemas urbanos que decorreram do crescimento e modernização das redes urbanas. “O conceito chave desta intervenção nos espaços do país era o da integração nacional: completar a ocupação e unificação do país, sob a organização territorial urbano-industrial e capitalista”.¹¹⁴

É necessário destacar, conforme indica Rolnik, que, se por um lado os planos reiteravam os padrões, modelos e diretrizes de uma cidade racionalmente produzida, por

¹¹⁴ ROLNIK, Raquel. Plano Diretor Urbano: desafio para a gestão da cidade brasileira dos anos 90. In: *Planejamento Urbano: cenceituação e prática*. São Paulo: USP, 1992, p.25.

outro, o seu destino era negociado conforme os interesses locais e corporativos por meio de instrumentos como cooptação, corrupção, *lobby*, ou outras formas de pressão utilizadas pelos que conseguiam ter acesso à mesa centralizadora de decisões. As propostas de planejamento elaboradas nesse momento eram voltadas para a construção de cidades do futuro cujos espaços seriam organizados por meio de instrumentos como a legislação de uso e ocupação do solo.

Para efetivar as modificações que deveriam ocorrer anualmente, previa-se a participação do poder público municipal na geração de recursos a serem investidos nos diversos setores considerados imprescindíveis para um crescimento urbano ordenado. Rolnik destaca ainda que um dos empecilhos da Lei de uso e ocupação do solo é a fragilidade dos interesses políticos nas formas de organização do espaço urbano e a relação do cidadão com a cidade onde vive. O plano é bom se é pensado na medida em que formula o desenvolvimento de uma cidade “harmônica”, o problema está quando a sociedade o corrompe ou quando o governo o desvia do caminho proposto.

Na maioria das vezes, o que se percebe é uma postura política por parte de um poder central ligado a um Estado forte e rico, que impõe seus projetos aos cidadãos. A crítica de Rolnik, e nesse ponto concordo com ela, consiste no fato de que, ao adotar tal postura, o poder público, além de eliminar a participação da sociedade civil, faz com que se passe a enxergar a gestão dos espaços públicos como de responsabilidade apenas do governo ou Estado. Desse modo, alguns mecanismos acentuam a lógica da produção de cidades, a qual é marcada pela contradição entre os poderes público e privado, o que acaba por direcionar e influenciar as propostas dos planos diretores e seu potencial de ordenamento urbano. Dentre esses mecanismos encontram-se a valorização imobiliária e a legislação urbana.

Nesse sentido, entendo que a valorização imobiliária promove a melhoria de um espaço elevando seu valor e, desse modo, acaba por restringir sua utilização a poucas pessoas e o resultado disso é um processo de exclusão social das classes com poder aquisitivo mais baixo. Este aspecto é derivado da existência da propriedade privada e do conceito de espaço urbano como mercadoria e reserva de valor. A valorização imobiliária causa impactos à estrutura urbana, pois, o livre mercado interfere na função do planejamento social impedindo que o desenvolvimento urbano ocorra de maneira racional porque permite que os especuladores decidam sobre os investimentos a serem

feitos com vistas à melhoria da infra-estrutura dessas áreas centrais. Os bairros centrais são apropriados por uma pequena parcela da população que aí concentram padrões elevados de serviços públicos e privados manipulando o espaço no sentido de facilitar a sua rotina diária. Na maioria das cidades de grande e médio porte, por causa do seu congestionamento, ocorre o processo de verticalização o que, conseqüentemente, exige maior capacidade da infra-estrutura. As periferias, ao contrário, se expandem num processo de horizontalização cujos custos de urbanização se tornam mais elevados por causa dos “vazios urbanos” que permanecem intocados por vários anos a espera de valorização imobiliária.

É necessário perceber que a estrutura de grande parte das cidades brasileiras não se adequou às crescentes demandas produzidas pelo processo de industrialização. Como já foi dito, o investimento em infra-estrutura e serviços urbanos foi escasso e as áreas que receberam e/ou recebem investimentos públicos são poucas e concentram-se nos espaços centrais das cidades, o qual é quase sempre ocupado pelas classes com poder aquisitivo mais elevado, portanto, são mais valorizados que as periferias. Com a valorização dos setores centrais e o achatamento dos salários, ocorre a expansão da área periférica que passa a receber a classe trabalhadora urbana que se vê obrigada a se deslocar e buscar opções mais baratas e distantes para morar. Ao se ver sem alternativas legais para a habitação ela passa a viver na informalidade, em assentamentos precários e responsáveis pelo agravamento de suas condições de vida o que gera uma série de desequilíbrios.

Essa desigualdade de investimentos em relação às áreas centrais e a periferia comprova que a expansão urbana no Brasil, quase sempre ocorreu de forma a privilegiar determinados grupos econômicos em detrimento da grande maioria da população brasileira que sofre com a desigualdade dos investimentos em infra-estrutura e equipamentos coletivos.

Na década de 1980, marcada pelo milagre econômico, a questão urbana passa a ser foco de disputas políticas, sem, contudo, se estender ao planejamento uma vez que se caracterizou apenas por ações pontuais. Entretanto, as discussões são retomadas nos

inúmeros debates sobre “a função social da propriedade, da justa distribuição dos bens e serviços urbanos, da gestão democrática e da recuperação ambiental”.¹¹⁵

Retomando o Seminário Nacional de Habitação e Reforma Urbana, realizado em Petrópolis, Rio de Janeiro, promovido pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil em 1963, percebe-se que a trajetória da luta pela reforma urbana que ali se iniciava, foi interrompida até a última década do Regime Militar e somente será retomada na década de 1980 que foi marcada pelo processo de reabertura democrática “lenta e gradual”. Nesse momento, os movimentos sociais retomam sua postura política e buscam construir um discurso e uma prática social marcada pela autonomia. Procurando reverter as desigualdades sociais com base em uma nova ética social - em que a questão urbana era tratada como questão política e compreendida como elemento fundamental para o processo de democratização - investem na mobilização social.

Em janeiro de 1985 é criado o Movimento Nacional pela Reforma Urbana¹¹⁶, o qual foi o articulador de diversos atores sociais no sentido de recompor as lutas iniciadas em 1963, por uma reforma urbana que tinha, inicialmente, um caráter local, como por exemplo, a reivindicação por moradia. Contudo, com o fim do Regime Militar, novas questões e perspectivas foram acrescentadas aos debates tornando a bandeira da reforma diversificada porque procurava acompanhar as mudanças pelas quais o país passava:

Foi nesse momento, entre os meados e o fim da década de 1980, que amadureceu a concepção progressista de reforma urbana. Essa concepção pode ser caracterizada como um conjunto articulado de políticas públicas, de caráter redistributivista e universalista, voltada para o atendimento do seguinte objetivo primário: reduzir os níveis de injustiça social no meio urbano e promover uma maior democratização do planejamento e da gestão das cidades. Dessa

¹¹⁵ ROLNIK, Raquel. Op. Cit. p.34.

¹¹⁶ Ver: SOUZA, Marcelo Lopes. *Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. Nesta obra, Lopes estabelece uma discussão crítica em relação ao planejamento e gestão urbanos. A importância desse trabalho está na sua interdisciplinaridade, característica que deve ter o planejamento urbano por congrega profissionais com formações variadas e cujo interesse se pauta nas discussões voltadas para a proposição de soluções para os problemas da cidade. Seu objetivo é contribuir para a construção de um planejamento crítico que vê na gestão urbana uma ferramenta de promoção de justiça social e de melhor qualidade de vida. Sobre o MNRU ver também: LOBÃO, Isabella Guimarães. *O Processo de Planejamento Urbano na Vigência do Estatuto da Cidade: os casos dos Planos Diretores de 2006 de São José dos Campos e Pindamonhagaba*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FAU/USP, 2007. É uma análise das transformações apresentadas pelo processo de Planejamento Urbano e da forma como os elaboradores dos planos diretores vêm incorporando os princípios, diretrizes e instrumentos urbanísticos regulamentados pelo Estatuto da Cidade, a partir de 2001.

forma, a reforma urbana diferencia-se, claramente, de simples intervenções urbanísticas, mais preocupadas com a funcionalidade, a estética e a “ordem” que com a justiça social, não obstante ela conter uma óbvia e essencial dimensão espacial.¹¹⁷

Em 1986, o Movimento Nacional pela Reforma Urbana, que havia definido o conceito da reforma urbana como uma nova ética social, não aceita a cidade como fonte de lucros para poucos em troca da pobreza de muitos, assumindo uma postura crítica e de denúncia do quadro de desigualdade social, condenando a dualidade vivida em uma mesma cidade: a cidade dos ricos e a cidade dos pobres; a cidade legal e a cidade ilegal. Condena a exclusão da maior parte dos habitantes da cidade determinada pela lógica da segregação espacial, pela cidade mercadoria, pela mercantilização do solo urbano e da valorização imobiliária, pela apropriação privada dos investimentos públicos em moradia, em transportes públicos, em equipamentos urbanos e em serviços públicos em geral.

Segundo Souza, o Movimento Nacional pela Reforma Urbana articulou o cenário de participação popular em todo o Brasil no processo da Constituinte de 1988, formado por um grupo heterogêneo, cujos participantes atuavam em diferentes e complementares temáticas do campo urbano, reunindo uma série de organizações da sociedade civil, movimentos, entidades de profissionais, organizações não-governamentais, sindicatos. Entre eles a Federação Nacional dos Arquitetos, Federação Nacional dos Engenheiros, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE, Articulação Nacional do Solo Urbano - ANSUR, Movimento dos Favelados, Associação dos Mutuários, Instituto dos Arquitetos, Federação das Associações dos Moradores do Rio de Janeiro - FAMERJ, Pastorais, movimentos sociais de luta pela moradia, dentre outros.

No final da década de 1980 e em pleno debate da constituinte, o Movimento Nacional pela Reforma Urbana propõe uma emenda para a composição da Carta se aproveitando da brecha aberta pelo Congresso Nacional que solicitava à sociedade civil, a elaboração de emendas populares a serem apresentadas para a Assembléia Constituinte. Entretanto, ao longo dos debates, a referida emenda foi alvo de supressões e seu conteúdo foi sendo diluído e o que permaneceu encontra-se presente nos artigos 182 e 183, transcritos abaixo:

¹¹⁷ SOUZA, Marcelo Lopes de. Op. Cit. p. 158.

Art. 182 - A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º - O Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressa no Plano Diretor.

§ 3º - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º - É facultado ao Poder Público Municipal, mediante lei específica para áreas incluídas no Plano Diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento sob pena, sucessivamente de:

I - Parcelamento ou edificação compulsórios;

II- Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - Desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real para indenização e os juros legais.

Art. 183 - Aquele que possuir, como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º - O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independente do estado civil.

§ 2º - Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor por mais de uma vez.

§ 3º - Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.¹¹⁸

Em relação aos artigos da Constituição de 1988 que regulamentam a questão urbana, Quinto Júnior chama a atenção para o fato de que é nesse momento, pela primeira vez, no Brasil, tal questão é colocada tendo como base os princípios e instrumentos urbanísticos iguais aos criados na Alemanha, no ano de 1893, e como já foi citado, tendo como referência pragmática a preempção ou direito de preferência, desapropriação com títulos da dívida pública, imposto progressivo no tempo e nas alíquotas, os quais, mesmo que temporalmente atrasados por mais de cem anos, contribuem para capacitar a política urbana atual como um instrumento importante de gestão urbana no país.

¹¹⁸ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. São Paulo: Editora Tecnoprint, 1998, p. 45.

Pela primeira vez no processo histórico brasileiro, a política urbana aparece como um capítulo específico numa Carta Constitucional, entretanto, “como no Brasil a cultura jurídica não trabalha como leis auto-aplicáveis, foi necessário elaborar uma Lei de Desenvolvimento Urbano, conforme estabelece o artigo 182 da Constituição Federal”.¹¹⁹ Isso só acontece quando o projeto de lei do Senador Pompéu de Souza, denominado Estatuto da Cidade, entra em tramitação logo após a aprovação da Constituição, contudo, a polêmica suscitada pelo tema, acaba por adiar a sua aprovação até 2001. O motivo principal para a demora da aprovação da lei está relacionado à interferência que ela exerceria nas normas institucionais para realização do “processo de lucro relativo à indústria da construção civil, e a produção do capital imobiliário, e, por introduzir novos instrumentos jurídicos e urbanísticos, os *lobbies* da construção civil criaram dificuldades no processo de sua aprovação”.¹²⁰

Analisando as ações de planejamento urbano nas cidades brasileiras nos últimos anos, percebe-se que, após a aprovação do Estatuto da Cidade, ocorre um grande investimento na produção de planos diretores sem que haja por parte do poder público um conhecimento adequado quanto à função social da cidade e isso resulta, para o Brasil, em problemas recorrentes devido à forma diluída e sem sincronia como os seus instrumentos são utilizados.

É válido ressaltar que esses instrumentos são importantes no sentido de contribuir para um processo de gestão municipal e territorial inovador, no entanto, o setor imobiliário apresenta-se como um entrave para a sua viabilização, a qual só será possível se forem aprovadas políticas sociais de controle da especulação imobiliária, e a fragilidade dos recursos financeiros destinados a financiar a habitação de interesse social for superada por meio da captação de recursos objetivos para sua implementação. É necessário o respaldo de fundos públicos significativos alocados no Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, e do Orçamento da União, e, além disso, que tais recursos de fato se transformem em práticas concretas do direito à cidade e à habitação.

Quando analisamos o histórico do planejamento urbano no Brasil e os fatores que contribuíram para o intenso processo de urbanização a partir da segunda metade do século XX, momento em que se consolida a industrialização no país, percebemos que o

¹¹⁹ QUINTO JÚNIOR, Luis de Pinedo. Op. Cit. p. 58.

¹²⁰ Idem, p. 59.

processo de produção do espaço urbano se deu de forma desequilibrada ampliando a desigualdade social e acentuando os contrastes espaciais tanto na questão da moradia como no acesso dos serviços urbanos. Os dados apresentados na tabela 2 confirmam que a densidade populacional nos centros urbanos teve um aumento significativo no século XX.

Tabela 2 - Crescimento da população urbana no Brasil

ANO	% DA POPULAÇÃO URBANA
1900	9,40
1920	10,70
1940	31,24
1950	36,16
1960	44,93
1970	55,92
1980	67,59
1990	75,59
2000	81,23
2010	84,40

Fonte: Tabela organizada pela autora com base nos dados do IBGE¹²¹

Conforme destaca José Eli da Veiga¹²², o entendimento do processo de urbanização do Brasil é complexo devido à regra que considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características. Para o autor, a definição de “cidade”, como a vemos hoje, foi criada pelo Estado Novo por meio da criação do Decreto-Lei 311, de 1938, o qual transformou em cidades todas as sedes de municípios existentes, independente de suas características estruturais e funcionais. Desse modo, até os menores vilarejos são considerados zona urbana. Exemplo disso, é o município de União da Serra no Rio Grande do Sul que em 2000 apresentava uma população de dezoito habitantes a qual, em 2010, subiu para 1487 habitantes. A crítica feita por Veiga é que, mesmo com inúmeros pontos positivos, o Estatuto da Cidade não interferiu na definição de cidade quando dispensa da exigência de plano diretor todas as “cidades” com menos de vinte mil habitantes.

O questionamento levantado pelo autor é em relação à autenticidade dos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, quando enfatiza

¹²¹ http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1866&id
 acessado em 11/07/2011.

¹²² VEIGA, José Eli. *Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. 2. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2003, p. 31.

que a população urbana brasileira atingiu em 2010, a cifra de 84, 40% da população brasileira, pois, se as análises considerassem urbanos os habitantes de municípios pequenos demais que se localizam distantes das áreas metropolitanas, concluir-se-ia que a grande maioria dos municípios brasileiros apresenta uma baixa densidade populacional, pois, dos mais de cinco mil, apenas vinte e oito possuem uma população acima de quinhentos mil e mais de quatro mil tem uma população abaixo de vinte mil habitantes e muitos não se enquadrariam nem no Brasil urbano, nem no Brasil Rural. Desse modo, a porcentagem da população urbana baixaria em quase 30%.

Entretanto, mesmo considerando relevante a crítica feita por Veiga, ainda penso que no momento atual o espaço urbano tem concentrado grandes contingentes populacionais e essa expansão trás uma série de problemas, estruturais e sociais, que vão desde o acesso do cidadão aos serviços públicos básicos, até o acesso aos postos de trabalho devido ao seu caráter mais seletivo e, por isso, mais excludente. Isso se comprova por meio da análise da matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo, em julho deste ano.¹²³ Segundo Washington Novaes, autor da matéria, após dez anos de vigência do Estatuto da Cidade, a realidade urbana das cidades brasileiras praticamente não se modificou e o propósito de implantar planos diretores em todos os municípios com mais de vinte mil habitantes não se efetivou.

Citando o caso da cidade de São Paulo o jornalista destaca que as Câmaras Municipais de trinta e nove municípios da Grande São Paulo criaram há pouco o “Parlamento Metropolitano, que não legislará, fará estudos para aprimorar a legislação nas áreas de transportes, educação, Plano Diretor Metropolitano”. Outra proposta de solução é o projeto São Paulo 2040 - Visão e Planejamento de Longo Prazo para a Cidade de São Paulo, que a Prefeitura paulistana - que já tinha a Agenda 2012 - Plano Diretor Estratégico - encomendou à Fundação de Apoio à Universidade São Paulo, com cinco eixos: promoção do equilíbrio social, desenvolvimento urbano, acessibilidade, melhoria ambiental e oportunidades de negócios. “Sobram planos, falta ação”, observou com toda a razão editorial deste jornal.¹²⁴ Pelos cálculos apresentados na matéria, São

¹²³ A LÓGICA da inércia e a perda do essencial. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 05, 15, jul. 2011.

¹²⁴ Conforme os dados apresentados pelo autor: Na Grande São Paulo, em seis anos foram lançados 3 mil grandes edifícios, com mais de 185 mil apartamentos; em 2010, 781 unidades, com 5,33 milhões de metros quadrados, 1,25 milhão de metros quadrados de terrenos, 133 milhões de tijolos, 6,7 milhões de sacos de cimento, 5,3 milhões de toneladas de areia (Estado, 13/5), no valor de R\$ 15 bilhões. Uma em cada seis pessoas na cidade vive em apartamentos; no Rio de Janeiro, duas em dez; em Santos, 63% da população.

Paulo precisará de mais 740 mil habitações até 2024; o Estado, 1,2 milhão; o País, 5,8 milhões. Desse modo, a conclusão a que posso chegar é que os estudos mostram o quanto os dramas das megalópoles afetam as pessoas, contudo as soluções para os problemas urbanos quase sempre permanecem apenas no papel.

Em relação ao problema da habitação de interesse social, em Uberlândia, cidade que ora estudo, a situação não difere muito das grandes cidades. Sobre o processo de urbanização brasileiro do final do século XX e início do XXI, Milton Santos destaca que a partir da década de 1950 evidencia-se um processo de desmetropolização no país sem que o tamanho urbano da metrópole diminua:

São as cidades médias que aumentam em volume, crescendo sua participação na população urbana. Enquanto as cidades com mais de 2 milhões de habitantes têm sua população urbana multiplicada por 3,11 entre 1950 e 1980, o multiplicador para aqueles entre 1 milhão e 2 milhões era de 4,96%. Esse índice é de 5,9 % para a população urbana vivendo em aglomerações entre 500 mil e 1 milhão é de 5,1 para o conjunto daquelas entre 200 e 500 mil habitantes.¹²⁵

Esse argumento de Milton Santos se comprova atualmente quando se observa que realmente houve um aumento do número de cidades locais e centros regionais cujo crescimento foi maior do que o observado nas grandes metrópoles brasileiras. Os dados que compõem a Tabela 3 demonstram que esta situação ocorreu na cidade de Uberlândia, e, por meio da análise desses dados, observa-se que houve um vertiginoso crescimento populacional principalmente a partir da década de 1970.

Tabela 3 - Crescimento da população urbana em Uberlândia

ANO	POPULAÇÃO URBANA
1940	21.077
1950	36.467
1960	71.717
1970	111.640
1980	231.806
1990	358.165
2000	488.982
2010	587.266

Fonte: Tabela organizada pela autora com base nos dados do IBGE

¹²⁵ SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. 5. ed. São Paulo: Editora da USP, 2005, p. 135.

Segundo Santos, as cidades médias se tornam o lugar do trabalho intelectual, onde se obtém informações necessárias à atividade econômica. Sendo assim, essas cidades necessitam cada vez mais de trabalhadores qualificados, enquanto:

As maiores cidades; as metrópoles, por sua própria composição orgânica do capital e por sua própria composição orgânica do espaço, poderão continuar a acolher populações pobres e despreparadas. Por conseguinte, os primeiros decênios, marcarão ainda um fluxo crescente de pobres para as grandes cidades, ao passo que as cidades médias serão o lugar dos fluxos crescentes das classes médias. Em resumo, a metropolização se dará também como “involução”, enquanto a qualidade de vida melhorará nas cidades médias.¹²⁶

Neste ponto, discordo do autor, pois, em relação a Uberlândia, o que percebo é que essas populações, quando vêm para a cidade, ao invés de melhorar a qualidade de vida, se instalam precariamente em locais insalubres. Essa tendência pode ser comprovada por meio de uma série de matérias publicadas no Jornal Correio de Uberlândia em épocas variadas. Por meio dessa análise foi possível constatar que os interesses das elites dominantes norteiam grande parte dos projetos de intervenção na área urbana. A renda

proveniente do uso do solo no centro da cidade onde a valorização imobiliária é maior se concentra nas mãos de uma parcela de privilegiados e, quando agentes de baixa renda tentam se apropriar desse



Fig. 3: Família sob viaduto. Fonte: Jornal Correio de Uberlândia.

espaço, são dali banidos com a justificativa de que é necessário impor uma imagem ordeira da cidade. No dia 28 de agosto de 2007, o jornal Correio de Uberlândia publica uma reportagem denunciando a precariedade das condições de vida de alguns “cidadãos” que são excluídos pelo processo de produção capitalista. São pessoas que sem ter onde morar se instalam embaixo de viadutos, pontes ou praças. Segundo a notícia:

¹²⁶ SANTOS, Milton. Op. Cit. p. 136.

Debaixo de marquises de concreto, de tapumes ou mesmo de pontes, famílias de moradores de rua improvisam seus "lares" em Uberlândia. Nestes locais, que chegam a abrigar até mais de uma dezena de pessoas, sobra lixo e falta comida. Em condição de miséria absoluta, sem dinheiro e sem destino, eles lamentam a maneira como o problema é tratado pelo poder público municipal. "Eles (assistentes sociais da Secretaria de Desenvolvimento Social) chegam de surpresa para levar a gente embora. Mas nunca falam para onde", afirma José Carlos Medeiros da Silva, morador há mais de dois anos de um vão sob uma ponte na região Oeste de Uberlândia.¹²⁷

As perspectivas de vida para essas pessoas são mínimas, pois, sem recursos financeiros e sem trabalho, tentam sobreviver com as doações que recebem. Na figura 3, a fotógrafa procurou retratar a realidade descrita na reportagem (local insalubre, sem nenhuma infra-estrutura, sem móveis). No entanto, as moradoras ostentam um sorriso ao segurar os cães para a pose. Essa, talvez seja uma forma de ressaltar que apesar dos problemas que batem à porta, ainda encontrem algum alento na companhia desses animais que são inseparáveis do grupo. Aqui cabe ressaltar que a opção pela análise de fotografias, tratando-as como fonte documental, capazes de facilitar a compreensão das transformações ocorridas no centro de Uberlândia, se deu em função de sua capacidade para contribuir com a construção histórica, a qual é propiciada pela observação e análise das cenas passadas e retratadas. Mas é necessário salientar que elas são passíveis de interpretações variadas e significados múltiplos¹²⁸.

Outro aspecto nos chama a atenção. Dependendo do local em que estão instalados - se representam um obstáculo aos objetivos paisagísticos da cidade - essas pessoas são transferidas dali, o que afeta seus meios de subsistência, como nos conta a desempregada Deisiane Souza Ferreira na mesma reportagem:

Ela, o marido e os filhos viviam em um barraco na rua Geraldo Motta Batista (Beira-rio), no bairro Daniel Fonseca. Em outras duas oportunidades, o CORREIO de Uberlândia mostrou a situação de miséria do grupo. Instalados de maneira improvisada em uma área institucional do Município na Avenida Beira-rio, eles foram obrigados a deixar o local. O barraco foi novamente montado, desta vez em um lote vago próxima à Área de Preservação Permanente (APP) do córrego do Óleo, no bairro Jardim Patrícia. A troca de um lugar movimentado, onde muitas pessoas fazem caminhada, por outro mais escondido diminuiu a oferta de mantimentos. Ontem, a equipe de reportagem esteve no local, mas o marido de Deisiane tinha ido para a

¹²⁷ FALTA de moradia faz da rua o lar de muita gente. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 01, 28 ago. 2007.

¹²⁸ PONTE do Val abriga um grupo de 11 pessoas que nunca teve uma casa para morar vive sob o vão da ponte na BR-365. Autor: Muriel Gomes. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 01, 28 ago. 2007.

rua em busca de comida para a família. Ela contou que os barracos foram remontados há alguns meses. "Trouxeram a gente de caminhão e deixaram a gente aqui com as nossas coisas", disse, informando que o caminhão era da Prefeitura. "O pessoal (da Secretaria de Desenvolvimento Social) já veio aqui depois disso e falaram pra (sic) gente que iam arranjar um outro lugar para nós. Uma casa pronta ou um lote. Mas até hoje não voltaram", decepçiona-se.¹²⁹

Esse depoimento nos mostra que, ao retirar os "sem-teto" das vistas dos caminhanes que freqüentam a orla do rio Uberabinha, o poder público também os afasta dos locais onde o movimento é maior diminuindo assim, a quantidade dos gêneros que recebem com as doações. A conseqüência é que suas condições de vida, já



Fig. 4: Ponte do Val abriga sem tetos. Fonte: Jornal Correio de Uberlândia.

precárias, tendem a piorar.

Porém, nos perguntamos o que tem sido feito para mudar essa situação? Segundo a reportagem, a secretária de Desenvolvimento Social, Iracema Marques Barbosa, explica que o acompanhamento de famílias que vivem debaixo

de pontes, sob marquises ou em barracos em áreas públicas de Uberlândia, como as mostradas nesta reportagem, varia conforme cada caso. Sobre a falta de destinação dos grupos após a visita dos assistentes sociais da Secretaria, ela argumentou que não há uma "fórmula" para resolver de maneira definitiva o problema. "Não há uma solução com uma varinha de condão mágica para estas pessoas que estão na rua. O que tem que fazer é inseri-los nos programas que têm no Município e adequar às situações em que eles estão vivendo no momento", afirmou. Não há um levantamento em âmbito municipal sobre a quantidade de pessoas que vivem na rua hoje, em Uberlândia. A secretária enfatiza que nem todos são moradores de rua, na acepção da palavra. "A gente não tem um dado exato. Porque são populações muito flutuantes. Há uma rotatividade das pessoas que permanecem nas ruas. Mas não são moradores de rua", frisou.

¹²⁹ FALTA de moradia faz da rua o lar de muita gente. *Correio de Uberlândia*. Op. cit. p. 1.

Em relação ao grupo que sobrevive debaixo da ponte do Val, ela informou que vai averiguar a situação. "Vamos procurá-los para ver se podemos adequá-los e inseri-los nos programas da Prefeitura. Até pouco tempo não tinha ninguém lá (sob a ponte). Vou mandar olhar e ver como podem ser encaminhadas estas pessoas. Ver se já estavam no Município ou se chegaram agora. Vamos averiguar o que precisam, o que eles querem e o que nós podemos fazer", prontificou-se.

Iracema Marques Barbosa negou que a família desalojada na Avenida Geraldo Motta Batista tenha tido os pertences transportados com um caminhão da Prefeitura para a outra área onde montaram os barracos. "O que eu posso te falar que não fomos nós que retiramos com um caminhão. Desconheço essa situação", afirmou.

Uma situação semelhante é denunciada novamente pelo mesmo jornal em 2009. Pela análise das fotografias que ilustram as duas matérias, percebe-se que as características são semelhantes e as situações se repetem mesmo que os sujeitos sociais sejam outros. A imagem de 2009 retrata a realidade de um grupo de seis moradores de rua que estão instalados há mais de um mês debaixo da ponte do rio Uberabinha, no acesso à Avenida Silvio Rugani, região sul da cidade¹³⁰. Contudo, o tom de denúncia desta vez não é voltado para a precariedade das vivências dos moradores de rua, mas para o fato de que eles têm "tirado a paz de moradores e transeuntes da região. Segundo relatos, eles perseguem os pedestres em busca de dinheiro, jogam pedras e batem nos carros parados no posto de gasolina próximo ao local".

Em relação à situação descrita acima e conforme destaca Fonseca, em 2001, a administração do Prefeito Zaire Rezende enfrenta um grave problema já no início de seu governo - a ocupação de terrenos por várias famílias sem teto. Segundo a autora, essa situação é consequência do fato de que o crescimento da periferia de Uberlândia, desde 1990:

Continuou a ser ditado pelas ações dos especuladores imobiliários, auxiliados pelos programas de financiamento da cã própria do governo federal obedecendo ao mesmo padrão: construção de conjuntos habitacionais para população de baixa renda ou a construção de unidades isoladas em diversos bairros, por meio de programas habitacionais municipais da EMCOP. [...] A construção de

¹³⁰ GRUPO instalado na ponte próximo ao Praia estaria perseguindo as pessoas em busca de esmola. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 02, 14 dez. 2009.

moradias populares, todavia, não eram realizadas de maneira continuada e o problema sempre voltava a acontecer.¹³¹

A comparação entre as duas matérias me levou a perceber que, assim como os discursos proferidos pela classe administrativa, os do jornal também se adequam às situações do momento. Percebemos que a postura dos agentes administrativos se modifica quando procurados pela mídia para informarem sobre a realidade social da cidade. Ou desconhecem que alguns cidadãos vivem em situação precária, ou fazem promessas que nunca são cumpridas. Nestes casos, nota-se uma postura neutra por parte da imprensa, ela informa sem comentar o assunto, procurando justificar a ausência da administração quanto à resolução do problema numa tentativa de ocultar a situação.

Situações semelhantes foram descritas em várias épocas nas páginas dos jornais uberlandenses e é importante lembrar que as precárias condições de moradia e de acesso à saúde pública, apesar de denunciadas, não encontraram solução nos projetos de intervenção desenvolvimentistas. Os jornais apontam as contradições, mas, não propõem soluções, além disso, não se percebe uma posição de neutralidade ou imparcialidade em suas matérias, pois, dependendo do momento, se posicionam a favor ou contra o governo vigente e o momento político vivenciado de maneiras diferentes em épocas também diferenciadas. É preciso lembrar também, que a imprensa, necessariamente, não traduz a realidade como verdade absoluta, pois não existe neutralidade na produção, pois, conforme os interesses dos envolvidos, a função dos jornalistas é com a construção de representações do real¹³².

¹³¹ FONSECA, Maria de Lourdes Pereira. Op. Cit. p. 125. A autora destaca ainda que, os programas de financiamento de casas populares do governo federal não conseguiam atender a todos os trabalhadores, visto que muitos não tinham renda mínima para arcar com a prestação, e as ocupações irregulares prosseguiram. Conforme os dados apresentados, em 1990, existiam na cidade sete focos de favelas: ao longo do Córrego Lagoinha, nos bairros Santo Inácio, Dona Zulmira, Jardim Umuarama, Aclimação, Ponte do Val e no Anel Rodoviário. Em 1970 ocorreu a expansão da periferia pobre de Uberlândia por meio da construção dos conjuntos habitacionais populares, entretanto, em 1990, ocorreu a expansão da periferia rica, por meio da construção dos condomínios horizontais fechados até mesmo nos bairros onde se concentrava a população de baixa renda, e, conforme Fonseca, isso se tratou de uma estratégia do mercado imobiliário para aumentar o lucro e o valor de terras baratas na periferia. Quanto à construção de conjuntos habitacionais e aos investimentos em habitação popular, a autora ressalta que foi também uma estratégia adotada pelos administradores com vistas a garantir um ritmo de crescimento diferenciado da cidade em relação à região consolidando-a como centro regional.

¹³² Nesse sentido, ver: MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa - 1880/1920. In: FENELÓN, Déa Ribeiro ET AL (Org.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004, p. 15. Argumentando sobre a utilização da imprensa como fonte histórica, Laura Antunes Maciel destaca que não devemos lidar com ela em nossa prática de pesquisa tomada como espelho ou expressão de realidades passadas, pois como expressão de relações sociais, assimila “interesses e projetos de diferentes forças sociais que se opõem em uma dada

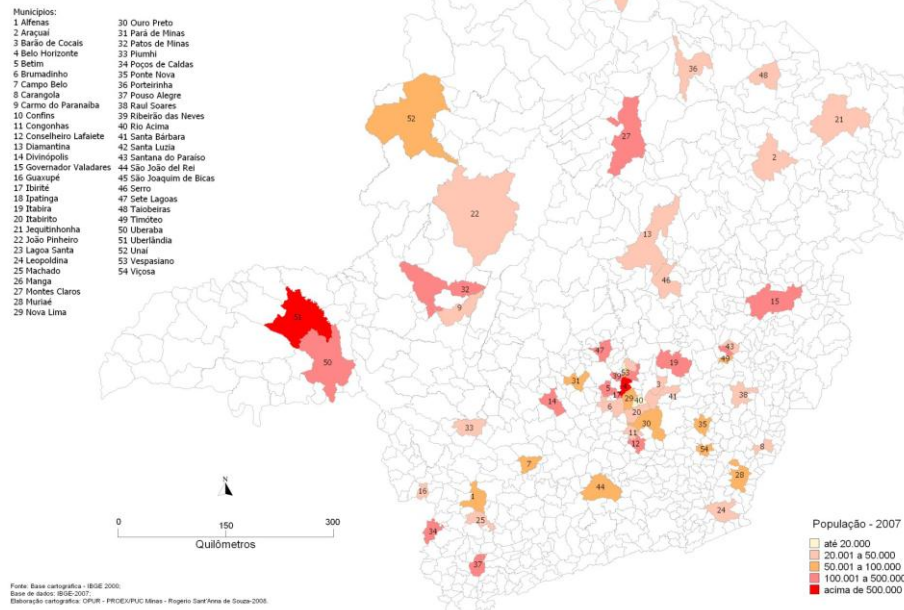
As matérias citadas vão de encontro aos argumentos de Santos quando ressalta que as cidades médias tendem a se tornar centros regionais constituídos por uma classe média. O que pude apreender por meio da análise é que, apesar de exercer um papel fundamental no fornecimento de produtos de consumo para toda sua região de influência no Triângulo Mineiro, Uberlândia apresenta problemas sérios em relação ao seu processo de urbanização, o qual acaba por excluir uma boa parcela da população de baixa renda. Em relação aos planos diretores elaborados para ordenar seu espaço urbano, percebe-se que muitas das propostas não chegaram a ser colocadas em prática, ou, quando foram executadas, o tempo gasto para a sua efetivação quase sempre foi longo. O mapa abaixo mostra a distribuição da população de alguns dos municípios selecionados para análise de como têm sido implantados os Planos Diretores no estado de Minas Gerais, desde a aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001. Nesse sentido, o relatório¹³³ realizado pelo Estado de Minas Gerais, com o intuito de averiguar a situação dos cinquenta e quatro municípios, que podem ser visualizados no mapa, no que diz respeito ao acesso à terra urbanizada (zoneamento, controle do uso e ocupação do solo, instrumentos de política fundiária); acesso aos serviços e equipamentos urbanos, com ênfase na habitação, saneamento ambiental e ao transporte e mobilidade urbana; e sistema de gestão democrática, trás informações importantes.

sociedade e conjuntura, mas os articula segundo a ótica e a lógica dos interesses de seus proprietários, financiadores, leitores e grupos sociais que representa”.

¹³³ O presente relatório, que se refere a Minas Gerais, é um produto do projeto nacional “Avaliação e Capacitação para a Implementação dos Planos Diretores Participativos com foco no acesso a terra bem localizada para todos”. Este projeto está localizado no âmbito da “Rede de Avaliação e Capacitação para Implementação e Capacitação dos Planos Diretores Participativos”. Uma rede nacional de pesquisadores, universidades, movimentos sociais, ONGs e conselheiros das cidades, de todos os estados, constituída para organizar um processo de avaliação qualitativa de 526 planos elaborados e/ou revisados para municípios brasileiros distribuídos pelos estados da federação, bem como organizar um processo de capacitação para implementação e/ou revisão destes Planos. Quanto ao déficit habitacional as informações são que, em 2007, foi estimado em 6.273 milhões de domicílios, dos quais 5.180 milhões, ou 82,6%, estão localizados nas áreas urbanas. Na região Sudeste encontra-se grande número de tal déficit, 2.335 milhões, 37,2% do total. Ela é seguida de perto pela Nordeste, com 2.144 milhões, 34,2%. Temos, ainda, as regiões metropolitanas, 29,6%, ou 1.855 milhão do total do déficit brasileiro In: REDE DE AVALIAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS DIRETORES PARTICIPATIVOS. Minas Gerais: Relatório Estadual, mar. 2009.

ESTADO DE MINAS GERAIS

Distribuição da população dos municípios selecionados para avaliação do Plano Diretor



Fonte: REDE DE AVALIAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS DIRETORES PARTICIPATIVOS. Minas Gerais: Relatório Estadual, mar. 2009.

Dentre as tendências apontadas pelo relatório destacam-se os seguintes aspectos:

- Os Planos, especialmente os de municípios com até 50.000 habitantes, apontam apenas de forma genérica suas estratégias para o desenvolvimento dos municípios, utilizando em alguns casos da citação de artigos do Estatuto da Cidade para apresentar seus objetivos e não estabelecendo vinculações com a realidade local ou a definição do zoneamento e respectivos coeficientes;
- Os municípios situados em regiões de grandes mineradoras apresentam algumas diretrizes para o desenvolvimento local em relação ao impacto ambiental, bem como a estratégia do estabelecimento de parcerias com as grandes empresas localizadas no município (sobretudo as mineradoras) e o desenvolvimento de ações articuladas com os municípios vizinhos, privilegiando-se a participação nas diversas associações de municípios;
- Especialmente em municípios da Região Metropolitana com extensa área ambiental, verificou-se a estratégia sócio-territorial de elitização do município por meio do incentivo à constituição de enclaves de alta renda. Foram permitidos parcelamentos em áreas ambientalmente frágeis, legitimados pelo discurso de uso sustentável devido ao elevado tamanho mínimo exigido para os lotes;

- As políticas ambientais definidas pelos Planos Diretores, com algumas exceções, são de baixa aplicabilidade. Isso decorre da fragilidade das definições de diretrizes e instrumentos para a gestão dessa política, denotando a pouca importância atribuída comparativamente à questão ambiental;
- Apesar do discurso de grande preocupação com a necessidade de cumprimento da função social da propriedade urbana, o macro-zoneamento proposto pelo PD e, posteriormente, seus parâmetros urbanísticos especificados na lei de uso e ocupação do solo do município, indicam certa restrição da lei para a absorção de loteamentos populares, ficando estes mais restritos às áreas compreendidas pelas ZEIS;
- Sobre a redação dos PDs, de um modo geral, é predominante a linguagem técnica, específica de textos legais, dificultando sua compreensão pela população,. Estão presentes as definições de alguns termos utilizados ao longo do texto, mas não são suficientes para maior esclarecimento dos seus significados no PD. Apesar de poder ser considerado um plano bastante abrangente e completo de acordo com as determinações do Estatuto da Cidade, muitas vezes as informações são dispersas e algumas estratégias só ficam evidentes a partir de uma leitura aprofundada;
- Em relação ao orçamento, os PDs, em sua maioria, apenas reproduzem o Estatuto da Cidade ao estabelecer que “Os Planos Plurianuais e a Lei de Diretrizes Orçamentárias deverão definir os investimentos prioritários e compatibilidade com as diretrizes deste Plano Diretor”, Não são determinadas no texto do PD quais são as ações prioritárias, não estabelecendo correlações com as políticas previstas;
- Ainda sobre o financiamento às políticas urbanas, na maioria dos PDs foram definidos fundos específicos ou um fundo geral de desenvolvimento urbano. Entretanto, grande parte deles não definiu fontes de recursos e diretrizes específicas para seu uso, não assegurando, assim, a estabilidade e constância de investimentos necessários para as políticas urbanas municipais.

Por meio do relatório foi possível perceber que, apesar de alguns instrumentos¹³⁴ contidos no Estatuto da Cidade ser desenhados para incluir os diversos setores da

¹³⁴ São quatro os instrumentos: Os Conselhos de Desenvolvimento Urbano ou Conselhos das Cidades são órgãos colegiados, com representação de governo como de diversos setores da sociedade civil; são parte integrante do poder executivo, mas independente dele. O conselho, a princípio, é o órgão em que a sociedade civil participa do planejamento e a gestão do cotidiana da cidade. As Conferências da Política Urbana (ou Conferências das Cidades) são encontros, repetidos periodicamente, que podem alcançar um grande número de participantes. Nesses encontros, a princípio, são definidos políticas e plataformas de desenvolvimento urbano encaminhadas para o Conselho e o Executivo. São momentos importantes do

sociedade no debate da política urbana, como é o caso dos conselhos de desenvolvimento urbano; as conferências de política urbana e os debates, consultas e audiências públicas, a participação da população ainda é pequena, o que pode ser constatado pelos dados apresentados na tabela 4:

Tabela 4 – Instrumentos e mecanismos de controle social prescritos no Plano Diretor

Faixa Populacional	Conselho	Audiências	Conferências	Consultas
Até 20.000	1		1	
De 20 a 50.000	21	16	4	5
De 50 a 100.000	10	8	2	2
De 100 a 500.00	15	11	4	4
Acima de 500.000	2	2	2	2

Fonte: Tabela organizada pela autora com base nos dados apresentados pelo Relatório Estadual.

Comprovando o que foi dito acima, dentre os quatro instrumentos, o Conselho é que está mais presente nas leis avaliadas, aparecendo em quarenta e nove municípios. As Audiências Públicas aparecem em trinta e sete, seguidos das Conferências em treze municípios e as Consultas Públicas também em treze municípios. No entanto, tais instrumentos encontram-se presentes apenas no documento escrito, pois, sua prática efetiva não se realizam porque o fato de os conselhos serem previstos não significa, necessariamente, a participação ou representação da sociedade civil. Desse modo, torna-se necessário destacar que a representação garantida de alguns seguimentos, o porcentual maior ou menor de representantes da sociedade civil ou governo pode inferir no peso das decisões, em especial, no caso da política urbana, naquela que tem incidência direta no mercado imobiliário, nos zoneamentos, dentre outros aspectos, portanto, atende a interesses de uma classe específica.

No próximo capítulo, discutiremos os projetos urbanísticos e planos diretores propostos para ordenar o espaço urbano de Uberlândia, enfatizando os planos de 1954 e 1994, com o objetivo de compreender em que medida as práticas de planejamento tem contribuído para a solução e/ou manutenção das desigualdades sócio-espaciais na estrutura urbana da cidade.

debate sobre a política urbana, no qual abre-se um espaço para possíveis consensos e pactos entre o poder público e os diversos setores da sociedade. Os debates, consultas e audiências públicas são apresentações e discussões, nas quais são expostos e debatidos análises e projetos de interesse público, para sua crítica ou avaliação pelos diversos setores da sociedade. Além desses instrumentos, detalhados a seguir, existem outras dimensões da gestão democrática.



II

As propostas de urbanização em Uberlândia:

De quem? Para quem?

II

As propostas de urbanização em Uberlândia:

De quem? Para quem?

O planejamento tenta criar um mundo como ele deveria ser e não como ele é. Propõe metas para o futuro. Trata-se de uma condição da produção compulsiva e viciosa da modernidade. O planejamento setorial, territorial, urbano, rural, ambiental visa a um mundo de ordem, de formas “adequadas” de apropriação do território, da produção do espaço.

Arlete Moysés Rodrigues, 2008.

Várias foram as estratégias voltadas para o ordenamento do espaço urbano no Brasil e por meio delas, procurou-se adequar as cidades aos interesses de determinados grupos sociais. No capítulo anterior destacou-se importância dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 e a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001. Com o estabelecimento do plano diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, todo município com mais de vinte mil habitantes deveria repensar as questões urbanísticas de forma a seguir as premissas constantes no plano diretor e nas leis de uso e ocupação do solo, os quais passaram a ser considerados os principais instrumentos de política urbana.

Contudo, tem-se concluído que, na maioria das vezes, muitas das propostas de ordenamento urbano são elaboradas somente para cumprir as exigências legais ou justificar a execução de obras que interessam à administração das cidades. Uberlândia se enquadra nessa nova realidade e, conforme destaca Fonseca, “foi objeto de proposta de intervenção urbana de diversos enfoques, desde planos diretores à propostas de zoneamento”.¹³⁵ Entretanto, segundo Fonseca, na maioria das cidades brasileiras, tais propostas tiveram pouca influência no seu desenvolvimento, talvez porque elas serviram apenas como instrumentos ideológicos para a manutenção do poder hegemônico das

¹³⁵FONSECA, Maria de Lourdes Pereira. op. cit. p. 149.

elites, o que se justifica pela grande quantidade de planos diretores elaborados para cumprirem as exigências da Constituição Federal, mas que nem sempre foram executados.

Como já foi dito, o crescimento urbano acelerado e sem planejamento na maioria das cidades, acarreta uma série de problemas que afetam a maioria da população e não se percebe uma preocupação por parte das elites em resolvê-los. Desse modo, tais propostas são elaboradas, “não para serem executadas ou servirem de guia da ação do governo municipal, mas simplesmente como discurso para ocultá-los, dar a falsa impressão de que a busca de soluções para os problemas está sendo realizada”.

Conforme Villaça, a implementação dos planos diretores ao longo do século XX, não passou de estratégias das elites locais¹³⁶ para difundir um discurso, quase sempre descolado da realidade. A história do planejamento urbano no Brasil pode ser dividida em três períodos: 1875 a 1930, correspondente à fase dos planos de melhoramentos e embelezamento; 1930 a 1990, época do planejamento integrado; e a partir de 1990, tendo como característica principal o planejamento participativo. Em todos esses períodos, o que norteava as premissas urbanísticas era ordenar o espaço com vistas a preservar os interesses do capital, cujo objetivo consistia no controle desse espaço urbano. Segundo o autor, foram quatro as etapas pelas quais o planejamento no Brasil passou: 1) planos de embelezamento (1875 – 1930); 2) planos de conjunto (1930 – 1965); planos de desenvolvimento integrado (1965 – 1971); planos sem mapas (1971 – 1992).¹³⁷

Os planos de embelezamento consistiam, principalmente, no alargamento de vias, erradicação de ocupações de baixa renda nas áreas mais centrais, implementação de infra-estrutura, especialmente de saneamento, e ajardinamento de parques e praças, além da criação de uma legislação urbanística que orientava a elaboração desses planos. Porém, conforme afirma Villaça, as intervenções eram realizadas em algumas áreas específicas, na maioria das vezes o Centro da cidade, que se beneficiava com a abertura

¹³⁶ Por elites locais entendo quem detém o capital e, de alguma forma usufrui do seu poder para intervir no espaço urbano, dentre os quais destaco quem se beneficiava das atividades agrícolas e pecuárias e da especulação imobiliária.

¹³⁷ VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DÉAK, Csaba; SHIFFER, Sueli Ramos. *O Processo de Urbanização no Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999, p. 193.

de novas avenidas interligando os bairros da cidade aos pontos de maior importância. Outro fator a ser destacado é a tentativa de erradicação de áreas consideradas insalubres. Um exemplo importante desse tipo de plano é o de Pereira Passos para o Rio de Janeiro. Por ter ocupado um cargo administrativo no Município, participou da elaboração do Plano de Melhoramentos de 1875. Depois de eleito prefeito da cidade, adotou uma nova versão desse plano de melhoramentos, publicada em 1903, e que previa uma série de obras para o embelezamento da cidade.

Os planos de embelezamento tinham como norte as propostas do Barão de Haussmann para Paris entre os anos de 1850 e 1875, citado no capítulo um. Esse modelo de urbanização influenciou as obras de modernização realizadas em todo o mundo e foi responsável não apenas pela renovação das áreas centrais da cidade, como também pela criação de novos bairros, fator responsável pela segregação social.

De acordo com vários estudos realizados sobre Uberlândia, a urbanização da cidade ocorreu sem um planejamento inicial, com ruas tortuosas, casas precárias e improvisadas¹³⁸. Entretanto, já no início do século XX, essa imagem de cidade atrasada não era bem quista pelos políticos que aqui habitavam, os quais almejavam adequar a cidade às:

Possibilidades de acumulação do capital, de modo que a cidade simbolizasse o progresso, indicativo das novas condições econômicas implementadas pela atividade comercial. Para atingir esse objetivo, era necessário criar uma nova concepção de cidade e de sociedade, pela qual seriam impostos aos seus personagens novos valores, atitudes e comportamentos, que, sem dúvida, criariam uma nova urbanidade.¹³⁹

Buscava-se o progresso e a modernidade e, para isso, tornava-se necessário intervir na sua forma urbana planejando o espaço para adequá-lo ao comércio, ao lazer e à residência das classes mais abastadas. É importante destacar, que neste momento, Uberlândia vivia sob a influência da implantação da primeira estação ferroviária, ocorrida em 1895, e, segundo Soares, a estação norteou o crescimento da cidade por muitos anos. A presença da estação transformou o espaço urbano - e o núcleo inicial que hoje corresponde ao bairro Fundinho, se expandiu em direção a ela.

¹³⁸Sobre esse assunto ver a síntese que compõe o documento “Informações básicas sobre o Município”, produzido no mandato do Prefeito Virgílio Galassi, durante o período de 1977 a 2000.

¹³⁹ SOARES, Beatriz Ribeiro. Op. Cit. p. 100.

Nesse momento, tornou-se necessário modificar a paisagem local, uma vez que o objetivo das elites era criar uma imagem de cidade que pudesse se equiparar aos grandes centros urbanos e se destacasse na região, e, para isso, era preciso reestruturá-la por meio da abertura de grandes artérias viárias. Segundo Soares, isso se tornou possível após a elaboração de um plano urbanístico pelo Engenheiro Mellor Ferreira Amado¹⁴⁰, o qual previa além da ampliação do perímetro urbano, a criação de uma nova área central. Com a abertura de cinco avenidas paralelas¹⁴¹ e oito ruas transversais. Formou-se uma estrutura urbanística conhecida como tabuleiro de xadrez, o objetivo almejado era contrapor esse ideal de cidade moderna ao velho bairro Fundinho, antigo, “de ruas estreitas e tortuosas”, e que representava o atraso.

Com o investimento na construção de imóveis comerciais nas avenidas Floriano Peixoto e Afonso Pena, e residências luxuosas nas avenidas João Pinheiro e Cipriano Del Fávero, configurou-se, gradativamente, o que viria a ser o novo centro da cidade. Segundo Soares, “a opção pelo traçado retangular foi facilitada pela estrutura física da área, com terrenos pouco inclinados, que favoreceram a expansão da cidade”.¹⁴²

Entretanto, em relação a esse primeiro plano urbanístico para a cidade de Uberlândia, Lopes destaca que, por meio da análise dos mapas que compreendem este espaço físico, e isso pode ser observado na figura 5, nota-se que existe diferença entre as vias citadas acima e as vias primitivas, porém, conforme afirma a autora, a pesquisa realizada que resultou em sua Dissertação, não viabilizou a obtenção de nenhuma documentação que pudesse dar sustentação à indicação da existência de um plano de expansão da cidade entre os anos de 1907 e 1908. Apoiando-se em outras fontes, Lopes afirma que, “se, por um lado, a documentação oficial nos sugere uma dada representação dos fatos, por outro, as diversas fontes divulgadas, sem esta pretensão, também nos ajudam a entender o caminho deste processo”.¹⁴³ De acordo com Lopes, outras fontes sugerem que para as primeiras ruas abertas no novo centro a perspectiva

¹⁴⁰ Há divergências sobre o nome do Engenheiro nas fontes pesquisadas. Enquanto Salazar Filho, na matéria: UBERLÂNDIA e seus naturais privilégios. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, 27, fev. 1970, afirma que seu nome era Mellor Ferreira Amado, o memorialista Tito Teixeira o denomina de James John Mellor, em sua obra: *Bandeirantes e pioneiros do Brasil Central*. História da criação do município de Uberlândia. Uberlândia: Uberlândia Gráfica, 1970, 1v.

¹⁴¹ Hoje: Av. Cesário Alvim, Av. Floriano Peixoto, Av. Afonso Pena, Av. João Pinheiro e Av. Cipriano Del Fávero.

¹⁴² SOARES, Beatriz Ribeiro. Op. Cit., p. 104.

¹⁴³ LOPES, Valéria Maria Cavalcante. Op. Cit. p. 44.

era alcançar os trilhos da Mogiana para interligar política e financeiramente o município à região.



Fig. 5: Mapa de Uberlândia em 1927. Fonte: Beatriz Ribeiro Soares, 1995, p. 106.

Tratando ainda do plano Mellor, Fonseca ressalta que em Uberlândia, as influências das propostas urbanísticas ocorrem mais na forma da cidade do que em planos urbanos, pois, “o que então era considerado a ‘cidade nova’ era um conjunto de ruas, avenidas e praças de traçado cartesiano que uniam o núcleo antigo da cidade até a estação da ferrovia”.¹⁴⁴ Conforme suas argumentações, a proposta de Mellor se restringiu apenas a fazer um levantamento daquilo que já existia, portanto, não se tratou de um plano de expansão, pois, até a década de 1950, as decisões em relação ao destino da cidade e sua forma urbana, eram tomadas pelas empresas imobiliárias e proprietários urbanos, os quais elegiam áreas específicas e as dotavam da infra-estrutura necessária com o intuito de valorizá-las no mercado. As novas ruas que uniam o centro à estação permitiram a expansão do povoado e a formação de uma nova área de comércio,

¹⁴⁴ FONSECA, Maria de Lourdes Pereira. Op. Cit. p. 152.

serviços e residência da burguesia emergente. Desse modo, aumentou-se consideravelmente a área urbanizada.

Contudo, as três autoras concordam que, já nesse momento, percebia-se o interesse em ordenar o espaço urbano, e a remodelação da cidade seguia um modelo que materializava os princípios políticos, econômicos e culturais das elites locais ao mesmo tempo em que se procurava introjetar no cotidiano dos moradores, valores e modos de vida que pudessem criar uma imagem forte de Uberlândia na divisão inter-regional do espaço mineiro, num primeiro momento e, posteriormente, no âmbito nacional. As novas vias públicas, serviram para materializar o discurso do progresso e modernização que passou a ser difundido nos jornais locais por meio da publicação de matérias que enalteciam o desenvolvimento da cidade e o grande número de construções novas em substituição às “casas velhas” que enfeavam o centro da cidade. “Em quase todas as ruas erguem-se novos e elegantes prédios, attestadores do nosso bom gosto. Bendicta pois em todo caso, essa febre que nos agita continuamente na jornada do progresso”.¹⁴⁵

A imagem de cidade difundida nesse momento pelos jornais, como se denota pelo conteúdo das matérias, era compartilhada com as elites locais, necessário se faz lembrar que eram essas elites as proprietárias dos jornais, portanto, constroem um ideal urbano em que não havia espaço para “casas velhas”. Bendizia-se a construção de “novos e elegantes prédios” em substituição às residências antigas, as quais deveriam ser erradicadas para abrir espaço ao “progresso. Como já foi dito, esses discursos eram recorrentes entre as classes administrativas locais que se empenhavam em tornar a cidade moderna e civilizada. Contudo, ele não era voltado para “aglutinar os diferentes grupos sociais”. Dantas destaca que:

Ao projetar a cidade, as elites uberabinhenses projetam a si mesmas, convencidas de sua condição de adiantamento, de atualização aos moldes ditos civilizados. Como projeto excludente, seria preciso convencer os diferentes grupos a colaborarem para atingir as metas projetadas. A paisagem urbana se assemelhava ao espaço rural, faltavam infra-estrutura e serviços básicos, os hábitos e costumes dos moradores não possuíam grau de refinamento; todavia crendo no progresso evolutivo, acreditava-se que as condições para alteração desse quadro eram reais, devendo incentivar e instruir os demais uberabinhenses”.¹⁴⁶

¹⁴⁵ Sem título. *A Tribuna de Uberabinha*. Uberabinha, p. 01, 02, Nov. 1919. apud SOARES, 2005.

¹⁴⁶ DANTAS, Sandra Mara. Op. Cit. p. 100.

A autora argumenta sobre a importância da imprensa para a construção dos ideais de progresso entre os cidadãos, difundindo uma imagem positiva da cidade para, desse modo, cumprir com sua “missão civilizadora”. No entanto, é necessário notar que os detentores desses veículos de comunicação¹⁴⁷ estavam ligados aos grupos políticos e por esse motivo, suas páginas também eram usadas pela Câmara Municipal para apresentar seus relatórios de prestação de contas, divulgação das atas de reuniões, publicação de leis, mas, também eram permeadas por artigos que difundiam uma imagem de cidade ideal e organizada, principalmente após a implantação da Mogiana e da elaboração do plano Mellor:

Criaram-se outras projeções na sua paisagem urbana. Os tentáculos das ruas estenderam-se para cima. As casas mudaram o feitio das fachadas. Alinharam-se com maior regularidade. A estrada de ferro lá no alto da rampa, atraindo, chamando os habitantes para mais perto. Agitando novidades com a chegada dos comboios. O cerrado povoou-se.¹⁴⁸

A matéria acima destaca a importância da estrada de ferro e a maneira como influenciou na construção da paisagem urbana e, nesse momento, talvez fosse importante mostrar aos leitores que o ordenamento do espaço no início do século XX tinha surtido os efeitos desejados. Procurava-se, por meio dessas matérias, divulgar mensagens que permitissem vislumbrar o ideal de desenvolvimento e modernização tão pregado pelas elites.

No entanto, as matérias que enalteciam a urbanização da cidade escassearam entre o período de 1920 a 1940, e, acredito que o motivo possa ser explicado por Lopes. Em sua abordagem sobre a construção do espaço urbano em Uberlândia no início do século XX, ressalta que as elites locais procuraram intervir na sua forma por meio da confecção de mapas e estudos que viabilizassem a materialização do seu discurso. Várias matérias são veiculadas nos jornais locais defendendo a demolição de um grande número de edificações, pois, pretendia-se adequar a estrutura urbana de modo que a

¹⁴⁷ Ver: SANTANA, Eliene Dias de Oliveira. Op. Cit. p.21. Este aspecto também é tratado por Santana ao analisar o Quebra-Quebra de 1959. Conforme argumenta, o jornal *Correio de Uberlândia* era o porta-voz do partido dominante na cidade, a UDN. Suas reportagens reforçavam o imaginário de cidade pacata, ordeira e progressista elaborado pelas elites dirigentes. Já o jornal *O Repórter*, tinha um perfil mais liberal, uma vez que não estava comprometido diretamente com a UDN. Nele, era possível encontrar matérias que noticiavam os problemas sociais. Sobre o posicionamento político do jornal *Correio de Uberlândia*, ver também: FERNANDES, Orlanda Rodrigues. Op. Cit. p. 26. A autora destaca que a visão de mundo apresentada pelo jornal era influenciada pela presença política da UDN por meio de seus proprietários e diretores.

¹⁴⁸ O CERRADO, a cidade. *O Reporter*. Uberlândia, 01, 02, jul. 1944.

cidade simbolizasse o progresso, indicativo das novas condições econômicas implementadas pela atividade comercial. Tornava-se necessário criar uma nova concepção de espaço impondo novos valores, atitudes e comportamentos aos cidadãos criando uma nova urbanidade. “Foi assim que Uberabinha renovou-se em Uberlândia. Com esse surto de atividades, as casas velhas desapareceram, surgiram os palacetes, o perímetro urbano ampliou-se, formaram-se as avenidas”.¹⁴⁹

Entretanto, conforme nos diz Lopes, os mapas e projetos são interrompidos em 1927 e apenas reaparecem no final da década de 1940 e início de 1950, quando se começa a discutir a possibilidade de elaboração de um novo plano urbanístico para a cidade. No período em que interventores¹⁵⁰ nomeados por Getúlio Vargas governaram Uberlândia, praticamente não se investiu nas práticas de ordenamento urbano, e essa situação somente se modifica com a eleição de José Fonseca e Silva, cuja administração compreende o período de 1948 a 1950. É nesse momento que se iniciam as discussões com vistas a organizar o espaço urbano e programar as ações a serem executadas no futuro por meio do Plano de Urbanização para a Cidade de Uberlândia, o qual foi finalizado apenas em 1954.

2.1 - PLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE UBERLÂNDIA - 1954

Conforme afirma David Harvey¹⁵¹, após a primeira Guerra Mundial, o mundo passou por uma profunda crise de organização urbana devido às novas condições de produção, circulação e consumo. Fatores como a pobreza, aglomeração urbana, levaram a uma busca por soluções para os problemas psicológicos, sociológicos, técnicos, organizacionais e políticos da urbanização maciça que ocorria naquele momento. Esses fatores resultaram no modernismo, cuja visão caminhou no período entre guerras

¹⁴⁹ UBERABINHA. *O Repórter*. Uberlândia, 01, 07, Nov. 1942.

¹⁵⁰ Ao assumir o governo em 1930, Getúlio Vargas toma providências no sentido de controlar a situação política do país, dentre as quais destacamos a suspensão da Constituição de 1891; o fechamento do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Municipais, além disso, nomeou interventores ligados ao Tenentismo para os cargos administrativos estaduais e municipais. Seu objetivo era desmontar a estrutura oligárquica da República Velha, baseada no poder dos coronéis. Em 1937, a ditadura do Estado Novo é implantada no país e perdurou até 1945. Durante esse período, Getúlio Vargas mantinha em suas mãos amplos poderes e, por causa disso, os estados brasileiros perderam autonomia política, ficando submetidos ao governo federal.

¹⁵¹ HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

assumindo um forte cunho positivista de acordo com o avanço das formas científicas e do domínio técnico. Depois da segunda Guerra Mundial, a fé no progresso linear, nas verdades absolutas e num planejamento racional das ordens sociais, influenciou o pensamento de urbanistas do modernismo, para os quais o planejamento e o desenvolvimento deveriam se orientar por projetos de grande alcance e tecnologicamente racionais, cuja arquitetura fosse despojada de ornamentos. O espaço deveria ser organizado em função dos objetivos sociais baseado numa visão estrutural da cidade e do seu território circundante com vistas a promover o seu desenvolvimento de forma integral.

Nesse sentido, Villaça argumenta que os problemas urbanos são consequência do crescimento caótico das cidades e sua solução dependeria da adoção de um planejamento integral. Ele denomina os planos concebidos no período de 1930 a 1965 de “planejamento integral” ou “planos de conjunto”¹⁵², porque nesse modelo de planejamento procura-se incluir toda a cidade cujas diretrizes são voltadas para a integração de todo o território do Município. Propõe-se a articulação entre o centro e os bairros com a criação de vias de transporte, as quais deixam de ser pensadas apenas como elemento responsável pelo embelezamento do espaço urbano. Segundo o autor, um dos principais representantes desse novo tipo de plano é o Plano de Avenidas de Prestes Maia para São Paulo, elaborado em 1930. Apesar do nome, o plano tratava sobre vários aspectos do sistema urbano, tais como as estradas de ferro e o metrô, a legislação urbanística, o embelezamento urbano e a habitação. Entretanto, o destaque foi mesmo o plano de avenidas, que possuíam um caráter monumental. Outro exemplo é o Plano de Alfred Agache, para o Rio de Janeiro, também elaborado em 1930, já citado no capítulo I. Esse plano marca uma transição dos planos de embelezamento, para os super-planos, que viriam a ser desenvolvidos nas décadas de 1960 e 1970. Ele traz também a idéia de cientificismo à elaboração de planos urbanos, como se os problemas da cidade só pudessem ser realizados com o auxílio da ciência e da técnica. Com efeito, uma das características desse plano é o extenso diagnóstico realizado.

A conjuntura político-econômica no Brasil neste momento era marcada pelo estímulo à industrialização proposto por Vargas e este foi um fator que influenciou os altos índices médios de crescimento da população urbana, bem como de decréscimo da

¹⁵² VILLAÇA, Flávio. Op. Cit. p. 206.

população rural dos municípios brasileiros. O crescimento acelerado das cidades também ocorreu de maneira caótica e, aqui também se difundia a ideologia da supremacia do progresso e a crença de que a ciência e a técnica, por meio do diagnóstico e prognóstico científico, solucionariam os problemas urbanos. Durante o período getulista, grande número de trabalhadores rurais ocorreu para as cidades em busca de melhores condições de vida, e, a consequência foi o desenvolvimento urbano acelerado das principais cidades do país. Em Uberlândia, o crescimento ocorre de maneira semelhante sendo que a questão da migração também esteve presente e foi destaque nas páginas dos jornais:

Os fatores que contribuem para o seu desenvolvimento, talvez estejam mesmo ligados à quantidade de forasteiros que por aqui existe, em geral gente dinâmica, progressista e dotada de força de vontade realmente notável. Uberlândia, a cidade- menina, continua crescendo. Novas ruas surgem onde há pouco era campo. Construções arrojadas. Comércio intensíssimo (o maior do Triângulo e do Brasil-Central), belíssimas vias públicas, notável clima quente durante o dia com rajadas frescas durante a tarde e a noite.¹⁵³

Nessa matéria, a imagem criada em torno do migrante é positiva, pois, ele é visto como responsável pelo crescimento da “cidade-menina” e como um instrumento capaz de propagar o progresso por sua incrível força de vontade. Entretanto, entendo que o crescimento econômico e suas contradições acirram os antagonismos, e a concentração do capital permanece nas mãos de uma minoria que domina a política e a economia da cidade. O migrante, que nesse momento é considerado como aquele que contribui para o desenvolvimento da cidade, décadas mais tarde será encarado como um entrave para o seu progresso e, desse modo, tornar-se-á necessário criar estratégias para escamotear sua presença.

Difunde-se a idéia de que o progresso da cidade e o caráter ordeiro de seus habitantes é um privilégio, e que a cidade nasceu, cresceu e vem se consolidando sob o signo do desenvolvimento. Conforme a mensagem emitida, isso é possível graças à determinação de um povo que almeja construir uma Uberlândia que consegue conciliar o crescimento econômico com qualidade de vida da sua população.

Uberlândia atravessa uma fase que não pode evitar a expansão de sua área. Ao mesmo tempo, em que se constroem os palacetes luxuosos, surgem as indústrias e cresce o comércio. A

¹⁵³ UBERLÂNDIA: Metrópole do interior. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 02, 09 jul. 1957.

primeira destas circunstâncias ocasiona a valorização dos terrenos centrais que só podem ser utilizados para grandes construções; a segunda exige a edificação de prédios modestos para os que se dedicam aos trabalhos correspondentes. Para conciliá-los, só estendendo os subúrbios, onde os lotes se vendem a preços módicos, reservando-se as avenidas e ruas principais para os projetos de valiosa arquitetura.¹⁵⁴

A pretensão das elites consistia em viabilizar o desenvolvimento da cidade e a sua expansão econômica mantendo o seu controle e sua dominação. Nesse sentido, Soares nos diz que, o ordenamento urbano de Uberlândia, principalmente de sua área central e seu estilo arquitetônico, refletia apenas as necessidades e interesses dos incorporadores e de sua clientela, não sendo jamais levados em conta os interesses e benefícios da população em geral e que “a ausência ou a não aplicação de leis de uso e ocupação do solo urbano em Uberlândia, durante toda a sua história, incentivou a especulação imobiliária por parte dos proprietários de terra, incorporadores e gestores públicos.”¹⁵⁵

Segundo a autora, durante longo tempo, a preocupação da administração municipal consistia em ordenar o crescimento da cidade, no que diz respeito ao controle e tamanho das edificações no centro da cidade; ao alinhamento das casas e, em certa medida, ao seu uso e qualidade, entretanto nunca foram tratadas questões referentes ao parcelamento do solo. Ela destaca que os Códigos de Obras e Posturas de 1950 e 1970 “legislavam apenas quanto às questões de eugenia e higiene do espaço público, ao decoro urbano, ao controle e à observação de leis de trânsito e a algumas regras para a construção civil.” Interessava-lhes ordenar a sua área central e seu estilo arquitetônico, com vistas a atender os interesses dos incorporadores e de sua clientela, não sendo jamais levados em conta os interesses e benefícios da população em geral. Contudo, houve necessidade do poder local criar estratégias para erradicar tudo aquilo que se identificava com o arcaico, antigo, atrasado e tradicional. Nesse momento, é preciso modificar a paisagem urbana de forma a adequá-la às novas tendências de planejamento que norteiam o crescimento das grandes capitais do país, mesmo que para isso seja necessário “arrasar” com determinados territórios por meio da demolição de edifícios

¹⁵⁴ ESPECULAÇÃO. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 02, 15 ag.. 1944.

¹⁵⁵ SOARES, Beatriz Ribeiro. Op. Cit. p. 137.

que outrora simbolizaram o início de uma nova época. Nesse sentido, a matéria publicada no jornal *Correio de Uberlândia* em 1953 nos diz que:

Uberlândia progride, e o progresso tem exigências que atentam contra as tradições. A Avenida Floriano Peixoto, a segunda via pública comercialmente falando, não podia permanecer com aquele edifício antiquado ocupando um terreno que se presta para uma construção predial de três andares, como o que lhe está fronteiro. E assim a picareta dos operários conclui a sua demolição quando estas linhas estiverem sendo lidas em letras de forma. Outros prédios semelhantes - poucos embora - ainda existem pela cidade, inclusive na Avenida Afonso Pena, que foi a pioneira da nossa civilização e que hoje já vai perdendo para outras no aspecto arquitetônico. Parece que teimam em lembrar a fisionomia de antanho, quando não havia calçamento e as lojas não tinham vitrinas nem portas de aço. A seu tempo, porém, terão que sofrer a queda, cumprindo a lei da fatalidade ou da sucessão, que substitui os homens por outros homens, as casas por outras casas, as cidades por outras cidades e até as idéias por outras idéias.¹⁵⁶

A matéria indica que para atender as exigências advindas com o progresso, o projeto de renovação da paisagem urbana não deve se prender a nostalgias e valores ligados à tradição e que o espaço vai sendo moldado a partir de suas contradições, mas sempre com o intuito de corresponder aos interesses políticos e econômicos que norteiam os projetos administrativos. Os discursos progressistas vão de encontro a esta cidade que abriga “edifícios antiquados” e que ainda permanece convivendo com o atraso de “antanho”, tempo em que os cidadãos se locomoviam pelas ruas poeirentas e sem calçamento. Defende-se o “arrasamento de territórios”¹⁵⁷ como se fosse uma fatalidade inevitável orientada apenas pela lei da natureza e que o projeto civilizador pede a ordenação do espaço por meio de novas vias públicas, ricas residências e modernos edifícios em substituição àqueles “escuros e antiquados” que ali permanecem impedindo o desenvolvimento da “cidade que sobe loucamente para o alto”¹⁵⁸, pois, as construções antigas não correspondiam mais aos interesses modernos. Desse modo, as construções também deveriam se adequar à posição ocupada por Uberlândia como a que mais crescia no interior de Minas “numa marcha ciclópica para o progresso”, e na qual a crise econômica passava a distância.

¹⁵⁶UMA demolição. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, 15 jan. 1953.

¹⁵⁷ Sobre o arrasamento de territórios, ver: SILVA, Lúcia Helena Pereira. Op. cit.

¹⁵⁸ UBERLÂNDIA sobe loucamente para o alto. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, p. 08, 06, fev. 1962.

Nesse sentido, Soares ressalta que a obsessão das elites locais pelo progresso, mediado pela ordem e estética urbana, já era recorrente desde o início da ocupação do município. Contudo, a partir do momento em que a cidade passou a ser considerada como um entreposto comercial, com seus equipamentos, suas obras arquitetônicas:

Seu desenho urbano deveria obedecer aos preceitos de modernidade, enfim de tudo aquilo que se traduzia na expansão das relações capitalistas. Para que isso acontecesse era preciso, segundo essa visão, acabar com a memória da cidade velha, carcomida, assim sendo, era inevitável a demolição de prédios antigos para dar lugar aos novos empreendimentos imobiliários; a remodelação e a conservação constante dos edifícios; a limpeza das ruas e praças, principalmente nas áreas mais centrais. Essas eram algumas das estratégias do poder local, no que diz respeito à erradicação de tudo aquilo que se identificava com o arcaico, antigo, atrasado e tradicional.¹⁵⁹

Nesse momento, o moderno era sempre identificado com algo novo e a mudança consistia na construção daquilo que se opõe ao atraso, ao tradicional. Então, para construir a modernidade devia-se superar o atraso da cidade por meio da imposição de novos valores capazes de produzir uma nova urbanidade. Para alcançá-la era preciso apagar/arrasar todo elemento arquitetônico que relembresse um passado a ser esquecido. “Era preciso eliminar das áreas públicas, os sinais de desordem, impondo uma nova conduta que levasse à construção de um espaço limpo, belo e saudável, e, conseqüentemente, colocasse a cidade na rota do progresso.”¹⁶⁰

Para essas elites, a nova cidade deveria apresentar “um traçado bonito”.¹⁶¹ Foi com esses ideais que, em 1952 - segundo ano do mandato do Prefeito Tubal Vilela da Silva - o engenheiro Otávio Roscoe, proprietário da empresa Urban-Engenharia-Projetos-Topografia-Urbanismo Ltda - sediada na cidade de Belo Horizonte - foi contratado para elaborar um plano de arborização para a cidade, o qual foi executado em 1953. “Sendo um serviço para várias administrações, o governo deu início aos

¹⁵⁹ SOARES, Beatriz Ribeiro, 1995. Op. Cit. p. 130.

¹⁶⁰ Idem, p. 140. A autora reforça sua argumentação por meio de várias matérias publicadas nos jornais da época, dentre elas: *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 04, 14 mar. 1944. “Somente aquele que não têm olhos para enxergar os passos agigantados que tem dado na estrada luminosa do progresso e que, sem favor algum, nos coloca hoje num plano de excelência. Aí estão a corroborar com esta verdade, as construções que se têm feito ultimamente vazadas todas, sob os mais impecáveis traços da arquitetura moderna, imprimindo um aspecto de majestade e graça às principais artérias de nossa urbe.” apud, SOARES, 1995, p. 137.

¹⁶¹ COISAS e graças de uma cidade chamada Uberlândia. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, p. 05, 22, mai. 1956.

primeiros trabalhos de arborização, cabendo aos sucessores a tarefa de embelezar a cidade, obedecendo a um plano tecnicamente perfeito”.¹⁶²

A imagem difundida sobre Uberlândia¹⁶³ era a de uma cidade jardim, com intensa arborização e praças bem cuidadas, e isso se efetivaria por meio da execução do Plano de Urbanização para a Cidade de Uberlândia, entregue pela equipe do engenheiro Otávio Roscoe, em 1954.¹⁶⁴ O modelo que orientou a elaboração desse plano diretor foi o movimento “City planning” dos EUA, cujo lema consistia na realização de um planejamento caracterizado pela defesa de uma ação coordenada de funções destinadas a tornar a cidade higiênica - como a pavimentação e a iluminação das ruas, o abastecimento de água e a rede de canalização de esgoto, a coleta de lixo, o controle dos incêndios, ou seja, a higiene em geral deveria ser tratada pelas regras ditadas pela ciência.

No caso do plano a ser executado em Uberlândia, os planejadores realizaram um trabalho de conjunto que, segundo argumentaram, o resultado foi um plano de urbanização voltado para a coletividade, porém, se fugisse à rotina imposta, o número de descontentes seria grande e geraria má vontade por parte de muitos. Propõem a execução do plano fazendo o “máximo com o mínimo de despesas”, por isso evitaram criar novos traçados em zonas já edificadas para não enfrentar o processo de desapropriação, o qual seria oneroso para o município. Entretanto, é válido ressaltar que projetos políticos como esse são produzidos dentro dos gabinetes dos órgãos públicos e em parceria com empresas privadas de Uberlândia, e, sendo assim, a cidade é remodelada conforme a imagem que esses sujeitos sociais pretendem incutir na

¹⁶² QUEIROS, João Batista de. *Administração do Prefeito Tubal Vilela da Silva (1951-1955)*. Uberlândia: Tipografia Manhães, 1955, p.55. Além dessa obra, ver ainda os Processos da Câmara Municipal da Lei n. 330 de 19/11/1952 e Lei n. 413 de 25/11/1953. Em relação à ampliação do Centro e melhoramentos da comunicação com os bairros mais próximos, ver o Processo da Lei Orçamentária para o ano de 1949 e da Lei 475 de 23/11/1954.

¹⁶³ FERNANDES, Orlanda Rodrigues. Op. Cit. p. 29. Em relação ao papel desempenhado pela imprensa na difusão do ideal desenvolvimentista em Uberlândia, Fernandes chama a atenção para o fato de que “grande parte da rede de comunicação na década de 1960 pertencia a uma classe dirigente que se beneficiava das atividades agrícolas e pecuárias e da especulação imobiliária”. Desse modo, a disputa consistia na luta pela aprovação dos projetos cujos investimentos possibilitariam o alcance ao dito desenvolvimento e, sendo assim, conforme nos diz a autora, se as medidas governamentais não fossem ao encontro dos interesses dos proprietários dos jornais, elas não teriam o respaldo dos jornais.

¹⁶⁴ Ver o ofício n. 33, emitido pelo Departamento Geográfico em 09/02/1954. O plano urbanístico em questão foi elaborado durante o mandato do Prefeito Tubal Vilela da Silva. Ele havia sido eleito vereador em 1936. Em 1937, criou a Empresa Imobiliária Uberlandense, a qual facilitou a construção residências para as classes de baixa renda. Este fato deve ser considerado na análise de plano diretor de 1954, pois, certamente o interesse imobiliário influenciou na sua execução.

população. Então, novos valores e modos de vida são introjetados no cotidiano de seus moradores.

Neste sentido, para alcançar os objetivos propostos pelo plano, tornava-se necessário convencer os cidadãos dos benefícios oferecidos e, para isso “a opinião pública constitui força preponderante para tornar realidade as novas idéias”.¹⁶⁵ A orientação para que se formasse um ambiente favorável à conquista da opinião pública consistia no investimento em uma campanha de grande impacto entre a população por meio da imprensa, rádio, associações esportivas e, até mesmo, uma campanha educacional voltada para a “mocidade” com o intuito de “fazê-la compreender o valor e o alcance do plano de urbanização”.

A documentação analisada¹⁶⁶ mostra que houve empenho no desenvolvimento da campanha, no entanto, pude perceber que as propostas de ordenamento do espaço

¹⁶⁵ ROSCOE, Otávio. *Plano de Urbanização para a Cidade de Uberlândia*. Belo Horizonte, 1954, p. 6. “Não façamos planos pequenos; eles não têm o mágico poder de animar o espírito dos homens e provavelmente não seriam nunca realizados. Façamos grandes planos, ponhamos espírito elevado e esperança no trabalho, recordando que o nobre e lógico programa, uma vez traçado nunca morre, que será depois de nossa ausência, uma coisa viva, confirmada sempre com crescente insistência. Recordamos que os nossos filhos farão as coisas que a nós fizeram vacilar. Roguemos para que sua divisa seja a ordem e seu guia a beleza.” Esse fragmento do texto que apresenta o Plano de Urbanização foi citado por vários estudiosos da cidade de Uberlândia, dentre eles destacamos: SOARES, Beatriz Ribeiro, 1995, p. 143; LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante, 2002, p. 67; RAMOS, Geovanna de Lourdes Alves, 2007, p. 49. Sobre a execução do Plano de Urbanização para a Cidade de Uberlândia de 1954, além dessas autoras, ver: MACHADO, Maria Clara Tomaz, 1990; FONSECA, Maria de Lourdes Pereira, 2005; FERNANDES, Orlanda Rodrigues, 2008. Dessas análises, segundo meu ponto de vista, as mais abrangentes são realizadas por Fonseca, Soares e Machado. Fonseca argumenta que, quanto ao zoneamento, não se pretendia definir critérios rígidos, e sendo assim, propunha-se que fosse realizado na zona comercial, todavia, a preocupação dos autores se concentrava na relação estabelecida entre o comércio e as residências. Além disso, o plano não propunha elementos jurídicos para coibir o grande crescimento do tecido urbano e seus vícios que já começava a se delinear. O plano se restringiu a confirmar o já existente e incentivar o adensamento. Contudo, representou a primeira tentativa de adoção do planejamento como novo paradigma de gestão da cidade, porém, consistia mais em um plano de obras cujo objetivo era “ordenar o sistema viário e dar à cidade um princípio de zoneamento, reunificando alguns de seus equipamentos urbanos”. Soares aponta que, apesar de se ter proposto um planejamento “global”, um trabalho “de conjunto”; isso aconteceu parcialmente na área central, devido ao fato de as vilas e os subúrbios crescerem segundo a ordem dos proprietários de terra e dos incorporadores imobiliários. Tomaz destaca que mesmo que todas as diretrizes do desenvolvimento tenham sido traçadas - e isso seria o embrião da maior parte das transformações pelas quais a cidade iria passar no decorrer das três décadas posteriores à sua implantação - aquilo que não foi intocado, como por exemplo os conflitos e problemas sociais já existentes, afloraram a partir da década de 1970. As autoras concordam que o plano, nunca foi implantado na sua íntegra, ainda que várias construções/reformulações ali sugeridas tenham sido realizadas vários anos mais tarde.

¹⁶⁶ Além de várias outras matérias destaca-se: UBERLÂNDIA não tem praças. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, p. 01, 2 jan. 1953. “Nada de praças! É preciso vender todo o rico terreninho, mesmo que o lote não dê 300 m2 mínimos exigidos pela Lei Municipal. Antes de ser construída, Uberlândia já está sendo urbanisticamente condenada. [...] Os loteamentos também não se ligam com as plantas da cidade. E não tem a menor intenção de prestar atenção à nova planta que se está fazendo. Cada qual para seu lado”.

urbano por meio do plano referendavam um projeto de cidade que atendia em grande parte as necessidades de controle dos diversos grupos que dele se apropriavam. Por ali as pessoas ou carros circulavam, atividades comerciais ou não eram desenvolvidas, práticas de sociabilidade aconteciam, portanto, era preciso preparar esse espaço de forma a moldar comportamentos para que a construção do ideal desenvolvimentista se efetivasse. Em relação a esse projeto de cidade, Fernandes discorda de Lopes ao argumentar que:

As medidas de transformação para a cidade propostas pelos idealizadores desse planejamento são racionais para as classes que o elaboram, mas não podemos dizer que outros projetos não tinham racionalidade ou que a cidade não a possuía da forma como estava organizada até então. O que transmite essa aparência de irracionalidade é a forma como as mudanças no espaço urbano aparecem como extremamente necessárias no jornal *Correio de Uberlândia* e como as notícias constroem a idéia de que a não aceitação e o não apoio a tais transformações indicam o não entendimento do momento por que passa a cidade ou mesmo egoísmo individual de quem não sabe preservar em primeiro lugar os interesses de toda uma coletividade.¹⁶⁷

Assim como Fernandes, acredito que as inúmeras práticas de convencimento utilizadas pelo jornal acabam por se tornar um instrumento hegemoneizador da sociedade em questão ao colocar as mudanças urbanas como necessárias para o desenvolvimento da cidade. A imprensa procura demonstrar uma neutralidade que, na maioria das vezes é fictícia, porque, o seu objetivo real consiste apenas em informar a população sobre as resoluções tomadas pela classe administrativa em parceria com uma pequena parcela da população que detém em suas mãos o poder econômico. Além disso, conforme indicam algumas matérias, os jornais, algumas vezes se posicionam de modo diferente perante a imagem que se quer difundir da cidade, e, enquanto uns denunciam problemas que afetam a realidade das periferias, outros enaltecem a sua modernidade:

Depreende-se da matéria uma crítica à maneira como os loteamentos foram sendo realizados, sem que houvesse uma preocupação em seguir as propostas de ordenamento urbano constantes do plano de Roscoe. Além disso, conforme mostra a documentação analisada, os terrenos para a implantação de praças, escolas e outros equipamentos públicos eram escassos, por isso, era comum a desapropriação de terrenos por parte do município. Nesse sentido ver: Processo da Câmara Municipal n. 814, de 05/08/1954, o qual trata da aprovação de solicitação para loteamento de novos bairros feitos pela Imobiliária Tubal Vilela, então prefeito da cidade. A aprovação dos novos loteamentos passava pela Câmara Municipal, e como os proprietários das empresas imobiliárias eram ligados ao poder público, as exigências de normatização eram pequenas.

¹⁶⁷ FERNANDES, Orlanda Rodrigues. Op. Cit. p.39.

Não têm água, com que sirvam nas suas labutas. A iluminação das ruas também lhes falta, sem explicações convincentes. Impõe-se por consequência, ação mais eficiente por parte do Governo Municipal no sentido de propiciar melhor nível de vida àqueles que continuam asfixiados por angustiantes problemas.¹⁶⁸

As formas anatômicas de aço e granito coloreem as ruas de Uberlândia, onde centenas de portas de comércio tragam e expõem milhares de pessoas na sinfonia alegre do desenvolvimento. Esqueletos enormes preenchem os vazios, vaticinando crescimento de uma cidade que não pára. Tem de tudo o comércio de Uberlândia. Os luminosos à noite no pisca-pisca "metropolitano" lembram as grandes cidades adormecidas.¹⁶⁹

Enquanto o posicionamento do jornal *Repórter*, em 1955, se volta para a denúncia das condições de precariedade dos bairros¹⁷⁰, à época, considerados periféricos, como o abastecimento insuficiente de água e a inexistência de energia elétrica nas ruas; o jornal *Correio de Uberlândia*, em 1957, apenas dois anos depois, divulga outra imagem da cidade na qual as edificações seguem as últimas novidades advindas com o avanço da tecnologia. Apresenta uma Uberlândia que tem tudo a oferecer em termos de qualidade de vida a seus moradores comparando o seu desenvolvimento ao das grandes metrópoles como se fosse resultado de ações planejadas. É essa cidade, que apresenta realidades tão distintas, que será objeto da intervenção urbanística proposta pela equipe de Otávio Roscoe.

Dentre os problemas encontrados pelos planejadores no momento da elaboração do plano destacam-se o fato de a área levantada para expansão ser reduzida (9.319.000 metros quadrados) e, além disso, estabelecer um plano de expansão para uma área que já contava com grande número de loteamentos sem planejamento já aprovados pela prefeitura, tornava-se quase irrealizável. Entretanto, afirmavam que “o seu lançamento deverá ser atacado aos poucos, sem obrigatoriedade de execução imediata no seu todo”.

¹⁶⁸ Sem título. *Jornal Reporter*, Uberlândia, p. 02, 19 abr. 1955.

¹⁶⁹ UBERLÂNDIA caminha rumo ao progresso. *Jornal Correio de Uberlândia*. Uberlândia, p. 02, 15 ago. 1957.

¹⁷⁰ Até o início da década de 1950, Uberlândia, de um modo geral, apresentava uma série de problemas de infra-estrutura como o abastecimento de água e coleta de esgoto, energia elétrica, e, como comprova a documentação analisada, esses problemas foram temas discutidos na Câmara Municipal. A respeito, ver: Processo da Câmara Municipal de 02/02/1958; Processo da Câmara Municipal de 12/05/1949; Processo da Câmara Municipal da Lei n. 509 de 15/12/1954, o qual regulamentava o novo serviço de abastecimento de água da cidade. É importante destacar que esse serviço não atingiu a todos os bairros, como por exemplo, a Vila Saraiva. Entretanto, os problemas de abastecimento perduraram até 1963, momento em que foi aprovada a Lei 1.262 de 19/11/1964 autorizando a execução das obras referentes ao atendimento à Vila Saraiva. Em 1967 foi aprovada a Lei n. 1.474 que criava uma autarquia pública para administrar esses serviços.

Mais uma vez, referem-se à necessidade de se evitar as desapropriações¹⁷¹ em massa como forma de não desagradar os proprietários e ainda, angariar o seu apoio. Dentre os pontos de maior interesse eleitos no plano, destacam-se cinco setores:

1) Tráfego

- Abertura de avenidas de dasafogo para melhoria do tráfego urbano;
- Abertura de artérias de penetração para suportar o tráfego pesado entre o centro comercial e os bairros;
- Abertura de artéria de cinturão distribuindo o tráfego por toda a cidade.

2) Urbanização

- Arruamentos.
- Quadras retangulares.

3) Zoneamento

- Nova estação ferroviária;
- Nova estação rodoviária;
- Sistema recreativo;
- Centro Administrativo (Palácio da Municipalidade, agrupamento das repartições Públicas, biblioteca pública;
- Centro cívico. Monumento Patriótico. Museu;
- Comércio;
- Escolas “play ground”;
- Estádio Municipal;
- Cemitério

4) Arborização.

5) Secção Técnica.

Com referência ao tráfego, a proposta consistia em “aprimorar” a área central por meio da abertura de novas vias que se encarregariam de distribuir o trânsito pela cidade descongestionando as ruas mais estreitas, além das “artérias de penetração”, que

¹⁷¹ Em relação aos processos de desapropriação pós-1954 ver os Processos da Câmara Municipal: 512 de 16/02/1955, 522 de 05/03/1955, 528 de 06/06/1955, 541 de 23/08/1955, 601 de 01/09/1956, 672 de 28/11/1957, 704 de 24/05/1958, 729 de 27/11/1958, 742 de 06/12/1958, 747 de 27/02/1959, 760 de 23/05/1959, 761 de 30/05/1959, 776 de 01/09/1959, 834 de 19/12/1959.

seriam responsáveis por estabelecer a comunicação das diversas rodovias e os veículos que não se destinavam às cidades. Essas vias formariam um conjunto de avenidas de contorno que circundariam a cidade com o fim de distribuir o tráfego urbano e, futuramente unir “bairros localizados na periferia. Quanto à abertura das novas avenidas, optou-se pela canalização dos cursos d’água sendo elas traçadas de forma evitar ao máximo o movimento de terra, o que oneraria a obra. Em relação a esse aspecto, concluímos que a proposta de criação de anéis de contorno ao redor do centro com o intuito abrir avenidas de desafogo do tráfego, principalmente por meio da canalização dos cursos d’água, caracterizou-se como uma solução inadequada, pois, a canalização acarretou sérios problemas uma vez que as galerias não suportam o grande volume de água na estação chuvosa.

É necessário destacar que, com o crescimento da cidade, ocorreu a impermeabilização do solo dificultando a infiltração da águas pluviais e, desse modo, seu escoamento torna-se superficial e acelerado. O resultado é a intensificação da ocorrência de enchentes cujos impactos ambientais, além de agravar o problema de drenagem urbana, desestabilizam as condições naturais dos cursos d’água. Até hoje, a cidade enfrenta problemas relacionados a enchentes dos córregos canalizados na época das chuvas, e as avenidas necessitam ser constantemente reconstruídas. Essa situação pode ser constatada pela análise da fotografia publicada no *site* do jornal Correio de Uberlândia que abre este capítulo. Ela retrata uma das inúmeras enchentes ocorridas no cruzamento das avenidas João Naves de Ávila e Rondon Pacheco no primeiro trimestre de 2011.

Em relação à urbanização, assim como argumentou Soares, foi possível perceber que a expansão física da cidade não sofreu uma grande intervenção, visto que os bairros existentes já estavam implantados com infra-estrutura e existiam terrenos vagos, os quais precisavam ser ocupados. Quanto ao traçado urbano, a autora destaca que:

Foi muito pouco reformulado, uma vez que sua forma em tabuleiro de xadrez, segundo o parecer dos técnicos, oferecia desvantagens econômicas, técnicas, que, sobretudo, dificultavam proposições alternativas para a questão do trânsito. A única proposta, quanto ao desenho urbano, possível de ser implementada rapidamente, foi a adoção do formato retangular para o parcelamento dos quarteirões, que, até aquele momento, eram quadrados. Ainda assim, isso ocorreu apenas para o núcleo

central, devido ao fato de as vilas e os subúrbios crescerem segundo a ordem dos proprietários de terra e dos incorporadores imobiliários.¹⁷²

No setor referente ao Zoneamento, a primeira proposta consistiu na construção de uma nova estação ferroviária, pois, a passagem da ferrovia pela área central era considerada um problema sério devido às inúmeras travessias de nível, por isso se recomendava o deslocamento da estação para uma área mais periférica e a área sugerida foi a Avenida São Pedro (atual Rondon Pacheco). “Previu-se grande área fronteira à estação, com espaço suficiente para estacionamento”.¹⁷³ Os planejadores ressaltaram que a mudança do traçado da estrada de ferro beneficiaria consideravelmente a cidade, pois seu atual leito seria transformado em ampla avenida apta a suportar o tráfego pesado urbano e, dessa forma, evitaria o congestionamento do trânsito.

Apesar de empenho das elites políticas locais em aprovar leis visando a mudança da estação, isso não se realizou com a rapidez que se pretendia. A partir de 1960, as discussões na Câmara Municipal se ampliaram resultando, em 1964, na aprovação de uma lei de desapropriação¹⁷⁴ dos imóveis pertencentes à Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, cujo fim era a destinação da área ocupada pela estação para a instalação de uma futura praça cívica. Nesse momento, os jornais¹⁷⁵ difundiam uma intensa campanha a favor da transferência sendo que ela se realizou definitivamente no final de 1969, com a assinatura do convênio de doação dos terrenos da empresa ao Município. Desse modo, em 1971, inaugurou-se a nova estação ferroviária no Bairro Custódio Pereira, e com a demolição da edificação antiga possibilitou a continuidade das avenidas Afonso Pena, João Pinheiro e Cipriano Del Fávero, além da construção da Avenida João Naves de Ávila.

Segundo Fonseca, essa mudança beneficiou o bairro Operário e o comércio do centro alcançou toda essa área. Entretanto, aqui cabe uma questão: quem foram os beneficiados com o processo de reordenamento espacial da área? Os trabalhadores que moravam na Vila Operária? Sabemos que não. Nesse sentido, entendo a cidade como

¹⁷² SOARES, Beatriz Ribeiro, 1995. Op. Cit. p. 147.

¹⁷³ ROSCOE, Otávio, 1954. Op. Cit. p. 12.

¹⁷⁴ Ver o Processo da Câmara Municipal n. 562 de 22/02/1954.

¹⁷⁵ LEMBRADA novamente a mudança do local da estação da Cia. Mogiana. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, p. 01, 01 mai. 1958. Ver também: EM JANEIRO construção da nova estação da Mogiana. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, p. 01, 08 e 09 dez. 1967; MUDANÇA dos trilhos da estação. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, p. 05, 14 abr. 1970.

resultado de situações históricas específicas, cuja realidade social é constantemente construída e essa realidade se molda conforme as tensões existentes no âmbito político e social. Daí resulta inúmeros territórios, sendo que alguns são permeados por conflitos sociais que explicitam na concretude da cidade, a desigualdade social. Então, ao visualizar a construção da nova configuração da cidade como nos sugere Arantes¹⁷⁶, sob o prisma de uma “guerra de lugares”, percebi que além dos planejadores em parceria com as elites políticas, outros sujeitos sociais também disputavam os territórios e cujas lutas acabavam sendo escamoteadas pelos discursos urbanísticos tidos como técnicos e neutros.

Nesse sentido, Lopes destaca que o cotidiano da população sofre interferências quando as intervenções urbanas são efetivadas e a vida das pessoas que têm relações afetivas com esses “lugares de memória” também se transforma, pois elas estabelecem ali, laços de afetividade transformando-os em territórios. Segundo a autora, “estes planos urbanísticos transformam muito além da paisagem. A estação ferroviária não era somente um lugar de passagem, embarque, ou de chegadas e partidas”¹⁷⁷. Aquele espaço era representativo para os habitantes de classes sociais distintas por motivos diversos. Enquanto algumas pessoas viam a estação de Uberlândia como mais uma parada do trem, outras estabeleciam com ela sentimento e emoções¹⁷⁸ que o tempo não conseguia desfazer. Ela era:

¹⁷⁶ ARANTES NETTO, Antonio Augusto. Op. Cit. p. 121.

¹⁷⁷ LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante, 2002. Op. Cit. p. 117.

¹⁷⁸ Ver: CALVO, Célia Rocha. A autora analisa o modo como se processou a materialização do projeto de construção de Uberlândia como uma Metrópole, o qual impôs mudanças nos lugares dos viveres urbanos dos moradores. Segundo a autora, esse sujeitos vivenciaram no seu dia-a-dia, o processo de reordenação dos espaços organizados em torno da ferrovia, os quais surgem das suas memórias como lugares simbólicos e a paisagem aparece como um pedaço da cidade. Para alguns dos depoentes, esse processo de transformação era justificado como necessário ao progresso da cidade. Já para outros, como por exemplo, os integrantes das famílias dos ferroviários, esse tempo (o da demolição) é lembrado com tristeza e falar desse passado é como trazer à tona aquelas lembranças que se queria esquecer. Referendando-se em Calvo, Ramos desenvolve uma reflexão sobre as relações e experiências estabelecidas entre os moradores que habitavam os bairros acima da estação e os próximos a ela. Sua escolha se justifica pelo fato de haver uma segregação, a qual lhe foi apresentada por um depoente ao afirmar que “a cidade começava abaixo da linha e que na parte de cima residiam as pessoas pobres.” Por meio do seu estudo é possível perceber a adoção de estratégias por parte dos trabalhadores no sentido de burlar as regras impostas pelos empresários que procuravam adequar as empresas aos imperativos impostos pelo capital. Ela aborda a forma como os costumes dos sujeitos sociais se modificam conforme se interfere na paisagem urbana destacando que “os mesmos passaram e passam por diferentes formas de tensão, de disputas e de pertencimento à cidade e que não estão alheios ao que se passa no meio social, pelo contrário, identificam e interagem com o que denominam injustiça e desigualdade.

Tanto o lugar onde a prostituição e a mendicância faziam o seu ponto, como também era o local da festa do 1º de maio, da missa daquele dia nas escadarias da estação, de onde se assistia a revoada de pombas brancas *estrelando* o céu, ou do Natal das crianças que esperavam o Papai Noel, não aquele que vinha sobre as renas do pólo sul, mas um “real”, que chegava no vagão da Mogiana trazendo presentes e jogando balas para todos; era também um lugar marcado pelas tristes despedidas de dona Julieta, quando seus filhos retornavam a São Paulo para dar continuidade aos estudos. Despedidas breves, outras eternas.”¹⁷⁹

De acordo com Lopes, apesar dessa afetividade e das relações que os moradores mantinham com a estação¹⁸⁰, ela foi “erradicada”, sob a justificativa de que “estava estragando a paisagem”¹⁸¹ e isso nos mostra que havia antagonismo quanto ao que se queria para o local naquele momento. Isso pode ser percebido por meio da análise da documentação da Associação do Bairro Bom Jesus¹⁸², a qual se encontra sob a guarda do Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU. Conforme a documentação analisada, os moradores do bairro Bom Jesus se organizaram para lutar pela retirada dos trilhos da Avenida Monsenhor Eduardo no final de 1983¹⁸³, sendo que em setembro de 1984¹⁸⁴ entregaram um abaixo assinado solicitando a retirada dos trilhos da FEPASA, contendo 807 assinaturas. Segundo a correspondência encaminhada ao Prefeito Zaire Rezende, uma série de motivos os levou a agir, dentre eles, o grande número de acidentes e atropelamentos na região da linha, o barulho causado pela máquina, a interrupção das ruas que davam acesso ao bairro. A mobilização desse grupo surtiu o efeito esperado apenas no dia dezoito de junho de 1986, dia em que a diretoria da FEPASA desativaria a linha férrea.¹⁸⁵

A maioria das obras previstas no plano, por exigirem investimentos de vulto muito superiores às possibilidades municipais, foram executadas apenas 20 ou 30 anos depois, ainda que com novos projetos arquitetônicos e em novas localizações. Dentre

¹⁷⁹ LOPES, Valéria Maria de Queiroz Cavalcante. Op. Cit. p. 117.

¹⁸⁰ Lopes realizou uma série de entrevistas com os moradores dos arredores da estação. Além disso, foram utilizadas entrevistas gravadas para o Projeto Depoimentos/Arquivo Público Municipal.

¹⁸¹ Ver: ESTRAGANDO a paisagem. *Jornal A Tribuna*. Uberlândia, 01, 04 jan. 1931.

¹⁸² Sobre a atuação da Associação do Bairro Bom Jesus ver: SILVA JÚNIOR, Renato Jales. *Memórias e narrativas de viveres urbanos no Bairro Bom Jesus*. Uberlândia-MG 1960-2000. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2006.

¹⁸³ Ver a ATA DA TERCEIRA SESSÃO DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 1983, 07/11/1983

¹⁸⁴ ZAIRE recebe documento com 8.293 assinaturas. *Jornal Primeira Hora*. Uberlândia, 01, 27 set. 1984.

¹⁸⁵ Ver: FATO consumado: trilhos da Fepasa serão retirados. *Jornal Primeira Hora*. Uberlândia, 02, 18 jun. 1986. TRILHOS da Monsenhor Eduardo serão desativados brevemente. *Jornal Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 01, 18 jun. 1986. Várias outras matérias foram veiculadas nos jornais locais.

elas, podemos citar: a estação ferroviária, inaugurada em 1972, no bairro Custódio Pereira; estação rodoviária, em 1976, no bairro Martins; Centro Administrativo, em 1993, no bairro Santa Mônica. Quanto ao Centro Cívico, a proposta de transformação da atual Praça Clarimundo Carneiro, se efetivou, pois o edifício onde funcionava a Prefeitura Municipal foi transformado em museu assim como previa o plano:

A praça de Antônio Carlos, onde se acha localizado atualmente o edifício da Prefeitura, deverá ser transformada em “Centro Cívico”. [...] Na praça de que estamos tratando seriam realizadas as paradas cívicas, militares e as escolares, nos dias de celebração nacionais. [...] O edifício onde funciona a Prefeitura Municipal será transformado em museu e exposição de artes em geral.¹⁸⁶

Conforme já foi dito, a chegada da ferrovia em Uberlândia, em 1895, gerou um eixo de circulação entre o antigo núcleo e a estação, criando a necessidade de expandir o centro e qualificar as novas áreas. Essa operação resultou na abertura de uma nova praça no lugar do cemitério, transferido para a periferia, e desde o princípio, ela se constituiu num local privilegiado para a realização de eventos políticos e desfiles militares, que a transformavam no ponto central da cidade tornando-se o lugar de lazer preferido pela população, com apresentações da banda municipal, realizações de quermesses, feiras religiosas, dentre outros eventos. Porém a cidade continuou crescendo e tal crescimento trouxe consigo a necessidade de se ampliar espaços e estruturas capazes de abrigar as novas funções administrativas. O Plano Diretor de 1954 propôs, para a Praça Clarimundo Carneiro, a consolidação de seu caráter cívico, com a construção de um monumento patriótico e a transformação do edifício da Câmara Municipal em museu, o que, todavia somente aconteceria na década de 1980.

Segundo informações constantes no dossiê de tombamento da Praça, o Município de Uberlândia foi criado pela Lei nº 3.643 de 31 de agosto de 1888; sua instalação se deu em 14 de março de 1891, tendo como sede um imóvel alugado. A Lei Municipal n. 7, de 1898, determinou a construção do Paço Municipal. O local escolhido, atual Praça Clarimundo Carneiro, criou polêmica, pois parte do terreno fora ocupado por um cemitério. O projeto e a construção ficaram a cargo de Cipriano Del Fávero e sua inauguração se deu em 1917. Foi o primeiro edifício de dois pavimentos na cidade e, durante algum tempo, o único. Entretanto, com o crescimento da cidade, o

¹⁸⁶ ROSCOE, Otávio. 1954. Op. Cit. p. 19

prédio tornou-se insuficiente para atender ao programa de necessidades, gerando a transferência do Poder Executivo e dos gabinetes dos vereadores para o imóvel situado na esquina da Rua Bernardo Guimarães com a Praça Clarimundo Carneiro, antiga sede do Banco do Brasil.

É necessário destacar que, na década de 1950, uma série de discussões relativas à reconstrução dos países que participaram da Segunda Guerra Mundial se estabelece em várias partes do mundo. Sobre esse assunto, Judith Primo¹⁸⁷ ressalta que uma série de encontros acontece, e é como um reflexo dessa conjuntura que vários profissionais se reúnem em 1958 com o objetivo de discutir a função educativa dos museus, considerado por muito tempo como espaço adequado para se exercer a educação formal. O documento produzido no Rio de Janeiro é o primeiro documento analisado por Primo. Trata-se do resultado do Seminário Tegional da Unesco sobre a Função Educativa dos Museus, realizado em 1958. Ela lembra que o panorama socio-econômico e político brasileiro foi marcado pelas reformas trabalhistas da Era Vargas, pela modernização do tecido industrial, pelas mudanças políticas decorrentes do suicídio de Vargas em 1954. Posteriormente, pela construção de Brasília e pelo golpe militar em 1964. No mundo instaura-se de forma generalizada, o processo de descolonização. Além disso, desenvolvia-se na China e em Cuba, movimentos que se orientaram pelo ideal do Comunismo. Dentre outros fatores, destaca-se também a modernização da indústria na Europa, implantam-se ditaduras na América Latina, sem contar que vários territórios encontravam-se destruídos pela Segunda Guerra Mundial. É nesse contexto que ocorre a criação do Conselho Internacional de Museologia-ICOM, sob a proteção da Unesco. Nesse momento, a função dos museus como “depósitos de coisas velhas”, começou a se modificar e isso pode ter influenciado a proposta de criação do Museu Municipal de Uberlândia no prédio que abrigava as funções administrativas do município.

A Declaração de Santiago do Chile foi elaborada em 1972, e pode ser considerada como a primeira reunião interdisciplinar que procura discutir o papel do Museu na sociedade. Suas propostas consistem em enfatizar o papel da instituição museal a qual passa a ser entendida enquanto instrumento de mudança social, como

¹⁸⁷PRIMO, Judite Santos. *Pensar Contemporaneamente a Museologia*. In: Cadernos de Sociomuseologia, n. 16, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. Lisboa/Portugal: Edições Lusófonas, 1999, p. 7.

agente de desenvolvimento social e assume como responsabilidade principal a educação da comunidade. Coincidentemente, essa preocupação com a ação educativa nos museus ocorre no mesmo momento em que novas correntes pedagógicas buscam soluções mais democráticas para o processo educativo e, a partir desse momento, torna-se praticamente impossível ignorar o papel do museu como agente decisivo na educação da comunidade, propiciando o seu desenvolvimento. É também na década de 1970 que ocorre o tombamento do Palácio dos Leões.

Em 1978, é sancionada a Lei n. 2.854 por meio da qual o prédio ocupado pela Câmara Municipal é tombado, contudo, nesse momento, não se define a cargo de quem ficará o imóvel. Isso só ocorrerá com a sua revogação pela Lei 3.190 de 22/09/1980, a qual estabelece novas disposições e deixa o prédio sob a responsabilidade da mesa diretora da Câmara. Em 1985, a proteção é ampliada para o entorno da praça e em 1986, pela Lei n. 4.376, cria-se o Museu de Ofícios de Uberlândia. Em 1993, a criação da Lei 5.790 altera o artigo quarto da Lei 4.209 propondo a criação do Museu Histórico de Uberlândia e dá outras providências. “Tão logo se inaugure o novo prédio da Câmara Municipal, no atual prédio situado na Praça Clarimundo Carneiro, após sua completa restauração, será implantado o Museu Municipal de Uberlândia, composto dos seguintes museus: a-Museu Histórico de Uberlândia; b-Museu de Ofícios; c-Museu Histórico da Câmara Municipal.”¹⁸⁸

Em recente reportagem publicada no Jornal Correio de Uberlândia, foi realizada uma enquete com cidadãos e suas respostas foram desanimadoras, pois, em sua maioria, afirmaram nunca ter frequentado os museus da cidade. Muitos deles nem sabiam de sua existência ou localização como afirma Lamunier Vieira Lemes Júnior, 24 anos, bancário, ao ser questionado se já havia visitado algum museu em Uberlândia: “Nunca fui. Até que tenho interesse, mas sempre falta tempo. Além disso, nem sei onde eles ficam”. Apenas 10% da população da cidade afirmou visitar um dos oito espaços dedicados à preservação da memória.

Acredito que é necessário desmistificar a imagem negativa que se criou, ao longo dos anos, sobre os Museus. Lembrados erroneamente como lugar de velharia, os

¹⁸⁸ Essas informações foram obtidas em pesquisa realizada no IEPHA, em Belo Horizonte, no dia 21/07/2008 e constam nos documentos arquivados na pasta n.3. Dentre os documentos, encontram-se vários dossiês de tombamento de bens imóveis de Uberlândia.

Museus guardam muito mais do que a exposição de obras etnográficas e artísticas. São instrumentos de busca da transformação social e da perpetuação de aspectos da cultura viva. As instituições culturais, como centros de documentação, arquivos, bibliotecas, museus foram “freqüentemente apontados como castelos, repletos de tesouros de valor inestimável, comparáveis, todavia, a templos sagrados intocáveis e inatingíveis. Hoje, apesar da imagem negativa, aquelas instituições ressurgem da inanição, reagem, buscam atualizar-se tentando compensar o tempo perdido. Assistimos à revisão de conceitos e à valorização e alargamento dos serviços que desenvolvem. Esses serviços poderiam ser representados através da figura simbólica de pontes levadiças, que põem em comunicação os interessados com os conjuntos documentais, valiosos acervos zelosamente conservados naqueles castelos. Considerando que os acervos custodiados nos castelos não sejam conjuntos fechados, estáticos, mas ao contrário sejam enriquecidos continuamente, os serviços têm que se atualizar em ritmo dinâmico, para não envelhecer antes de completar-se, isto é, antes de atender o usuário”¹⁸⁹.

Atualmente, o Museu Municipal de Uberlândia, é um dos poucos atrativos que permanecem na Praça Clarimundo Carneiro, mesmo que alguns passantes ainda “façam o sinal da cruz” ao passar pela sua frente imaginando ser aquele edifício pomposo, uma igreja. Quanto à proposta do Plano de 1954, além da instituição do Museu:

Erigir-se-ia um monumento patriótico, também de proporções imponentes, de jeito a despertar na consciência pública ardor patriótico, de que tanto precisamos. Consideramos assunto preferível para esse momento uma estátua gigantesca dedicada ao “Pracinha de Uberlândia”. Justa homenagem àqueles que tombaram no cumprimento do dever em defesa da democracia.¹⁹⁰

Percebe-se uma intenção de transformar em heróis aqueles bravos soldados que lutaram na Segunda Guerra Mundial. Denota-se no discurso dos planejadores uma tentativa de consolidar o local da Praça em um ponto de referência para a nova concepção de cidade que “impunham”. Ali era considerado o berço da cidade. O Palácio dos Leões representava um passado glorioso no qual as elites sempre estiveram à frente, tomando decisões sobre as mudanças pelas quais a cidade deveria passar. Tais mudanças se

¹⁸⁹ GONÇALVES FILHO, José Moura. Memória e sociedade. In: *Revista do Arquivo Nacional*, n. 200, São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico Municipal, 1992, p 130.

¹⁹⁰ ROSCOE, Otávio. 1954. Op. Cit. P. 19.

refletiam no cotidiano de todos os moradores da cidade, entretanto, desde aqueles tempos, apenas uma minoria da população participativa dos processos decisórios. Por que escolher o Palácio dos Leões com o fim de transformá-lo em um museu? Porque, desse modo, a memória das elites seria resguardada. Quanto à “gigantesca estátua dedicada ao Pracinha de Uberlândia”, ela passou a compor a paisagem daquele espaço somente quando ocorreu a transferência do monumento erigido aos “pracinhas” que fora trazido da Praça Osvaldo Cruz para a Clarimundo Carneiro em maio de 1995.

O espaço da Praça atualmente é palco para um evento anual, de grande projeção, promovido pela Secretaria Municipal de Cultura: O Festival de Dança do Triângulo. Nesta praça instala-se um de seus palcos e, durante 10 dias, atrai um numeroso contingente de espectadores para os diversos estilos de dança que aí são apresentados. Outros eventos ocorrem esporadicamente e, se antes eram as atividades de lazer que a povoavam, “hoje é sua localização que a torna um ponto de convergência tanto para os transeuntes no centro da cidade, quanto para os usuários do transporte urbano que tem aí um de seus pontos centrais, para onde convergem ônibus de todos os bairros da cidade”.¹⁹¹

2.2 - PLANO DIRETOR DE 1994.

A partir de 1980, com a aceleração do crescimento populacional que, segundo dados do IBGE¹⁹² - de uma população de 111.466 habitantes residentes na zona urbana em 1970, Uberlândia passou a abrigar, em 2010, uma população urbana de 604.013 habitantes. Na década de 1970 as contradições que já eram evidentes, tomam mais corpo no processo de produção da cidade como a área urbana central congestionada em vários aspectos, surgimentos de grandes conjuntos habitacionais na periferia separados do centro por inúmeros vazios criados pela especulação imobiliária, além de uma expansão horizontal muito acelerada. Em vista de todas essas dificuldades, a elaboração de um Plano Diretor começou a ser discutida no início da década de 1990. Segundo destaca Villaça, essa fase do planejamento urbano é denominada de planos sem mapas e

¹⁹¹ SOUSA, Maria Núbia Alves Martins & LIMA, Sandra Cristina Fagundes de, 1996. Acessado em julho de 2011 e Disponível em: http://www.uberlandia.mg.gov.br/v1/cidade_museu.php?id=727

¹⁹² IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados fornecidos pelo censo de 2010.

abrange o período de 1971 a 1992, o que foi provavelmente uma resposta aos maus resultados provenientes da não aplicação dos super-planos ou planos de desenvolvimento integrado, modelo utilizado no período de 1965 a 1971, os quais acabavam sendo relegados às prateleiras. Assim, os planos elaborados a partir dessa época, abriam mão dos diagnósticos técnicos extensos e dos mapas, sendo feitos pelos próprios técnicos municipais, “sem diagnósticos técnicos ou com diagnósticos reduzidos se confrontados com os de dez anos antes”.¹⁹³ As características desses planos apenas enumeravam um certo conjunto de objetivos e diretrizes genéricas e, assim, acabavam ocultando os conflitos inerentes à diversidade de interesses relativos ao espaço urbano. Ao contrário do exposto por Villaça, quando afirma que tais planos eram elaborados pelos próprios técnicos municipais, em Uberlândia, contratou-se uma equipe especializada para definir os novos rumos do planejamento urbano da cidade, contudo, entendo que este aspecto foi um agravante uma vez que essa equipe não conhecia a realidade sócio-espacial de Uberlândia. Desse modo, muitas das ações voltadas para as políticas de interesse social não foram tratadas conforme a importância que representação para a construção de cidade mais justa e igualitária. Em relação à opção da administração municipal pela contratação da equipe de Jaime Lerner, Fonseca argumente que:

O que se buscava era o respaldo de um escritório de renome para implantar as obras pretendidas. Na época de sua contratação, Lerner era prefeito de Curitiba pela terceira vez. Liderava um grupo político que permaneceu no poder por quase trinta anos, período em que se consolidou a imagem de Curitiba como cidade modelo no país. Essa imagem começou a ser fabricada no início dos anos 1970, época do “milagre econômico”, do regime militar e, [...] a experiência de renovação ali realizada passou a ser veiculada como versão urbana do milagre brasileiro, tornando a cidade a vitrine urbana do Brasil desenvolvido e moderno.¹⁹⁴

Considerando a argumentação de Fonseca, entendo que neste momento, em Uberlândia, mais uma vez os interesses das elites nortearam as discussões em torno da elaboração do plano e isto pode ser percebido pelas críticas realizadas pela equipe da Universidade Federal de Uberlândia,¹⁹⁵ a qual apontou como ponto negativo a não

¹⁹³ VILLAÇA, Flávio. Op. Cit. p. 221.

¹⁹⁴ FONSECA, Maria de Lourdes Pereira. 2005. Op. Cit. p. 157.

¹⁹⁵ Nesse sentido, uma comissão composta por professores e técnicos administrativos designada pelo Reitor da UFU elaborou o Parecer sobre a Versão Preliminar do Plano Diretor e do Código de Urbanismo do Município de Uberlândia. A comissão critica o não cumprimento do aspecto quanto à participação da

participação da sociedade nas discussões. Os debates estabelecidos para definir os novos rumos a serem adotados para o planejamento da cidade, mais uma vez, conta com a participação de um grupo seletivo, cujos interesses, na maioria das vezes, estiveram ligados à especulação imobiliária, como já foi dito. Nesse ponto, concordo com Fernandes quanto ao fato de que a elaboração de grandes planos urbanísticos voltados para uma determinada forma de desenvolvimento para a cidade, “não visam apenas a normatização do espaço público, atendem a interesses específicos escondendo problemas sociais que não se quer mostrar e resolver”.¹⁹⁶ Desse modo, entendo que as ações do poder público quando voltadas para ordenar o espaço urbano por meio dos planos diretores, tem sido uma estratégia política, econômica e cultural, cujo objetivo é impor a necessidade de intervenção nesse espaço como uma tentativa de legitimar o projeto proposto como o mais coerente e autorizado.

Quanto às propostas apresentadas nas décadas que antecederam ao Plano Diretor de 1994, Fonseca argumenta que, em 1978, sob a administração do Prefeito Virgílio Galassi, contratou-se a empresa paulista Hidroservice Consultora de Projetos, com o objetivo de elaborar um plano diretor para o sistema viário. Em sua primeira fase, a proposta consistiu na elaboração do Plano de Ação Imediata de Tráfegos e Transportes, cujo objetivo era intervir na reorganização dos deslocamentos existentes com vistas a adequar e racionalizar a estrutura viária e seus equipamentos. Sua implementação, no entanto, aconteceu de maneira pontual melhorando a circulação do tráfego e realizando pequenas alterações na rede de transporte coletivo.

Faziam parte desse plano, o conjunto de obras da Praça Sérgio Pacheco e da Avenida Rondon Pacheco. De acordo com Fonseca, foram poucas as ações colocadas em prática e quanto às ações do sistema de transporte, foram implementadas também de maneira desarticulada das ações previstas para o controle do espaço e da legislação para loteamentos e zoneamento de uso e ocupação do solo. Tal desarticulação permeou os outros planos que foram elaborados até 1991, quando a administração municipal

sociedade, pois o plano que lhe foi apresentado já se encontrava pronto, em versão preliminar, e, desse modo, a sociedade não teve oportunidade para discutir as idéias e princípios que deveriam nortear a sua elaboração. Além disso, alguns conceitos que deveriam sustentar o plano, tais como, qualidade de vida e cidadania, são genéricos e com conteúdo político que denotam a falta de interesse na implementação de ações voltadas para os interesses populares, uma vez que notou-se a ausência de políticas voltadas para os problemas dos bairros periféricos e zona rural, além de enfatizar a região central da cidade.

¹⁹⁶FERNANDES, Orlanda Rodrigues. 2008. Op. Cit. p. 63.

contratou os serviços do Escritório Jaime Lerner de Planejamento Urbano¹⁹⁷, com o objetivo de assessorar a elaboração do Plano Diretor da cidade.

Levando em conta a constituição de 1988 - e os artigos 182 e 183 já citados - que tornam obrigatória a elaboração de um Plano Diretor para as cidades com mais de 20 mil habitantes, a equipe técnica da Prefeitura Municipal de Uberlândia finalizou a primeira versão em 1991, a qual foi aprovada pela lei complementar 078 de 27 de abril de 1994. Contudo, várias críticas foram feitas ao Plano, pois, conforme salienta Beatriz Ribeiro Soares¹⁹⁸, não houve o envolvimento direto com a sociedade e não se levou “em conta, nesse processo a atuação, as reivindicações das diversas instâncias da sociedade, bem como sua efetiva participação na elaboração do mesmo”.

O Plano Diretor aprovado em 1994 foi pensado como uma solução para resolver os problemas da malha urbana uberlandense. Conforme nos diz Soares, ele foi dividido em duas partes: a primeira, apresentando um diagnóstico contendo dados em relação aos aspectos históricos, físico-ambientais, demográficos, infra-estrutura, sociais e econômicos e na segunda proposta, diretrizes e ações que norteariam as ações para o planejamento municipal.

Algumas das propostas de estruturação urbana contidas no Plano Diretor foram implantadas e, dentre elas podemos citar a construção do Sistema Integrado de Transportes de Uberlândia - SIT; elaboração e aprovação da Lei de Parcelamento e Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo - Lei n. 245/2000; implantação parcial do Eixo Estrutural Sudeste, que coincide com a avenida João Naves de Ávila, ligando o centro à região dos bairros Santa Mônica, Segismundo Pereira, Santa Luzia, São Jorge e Laranjeiras; implantação do Eixo Estrutural Oeste, formado pelas avenidas Getúlio Vargas e Imbaúbas, ligando o centro à região dos bairros Luizote de Freitas e Mansur; despoluição e recuperação de trechos do Rio Uberabinha e implantação do Projeto do

¹⁹⁷ O arquiteto e planejador urbano Jaime Lerner nasceu em Curitiba, em 1937. Foi prefeito nomeado da capital paranaense por duas vezes e eleito em 1989. Exerceu o cargo de diretor da Escola de Arquitetura de Curitiba e, em 1995, foi consultor de urbanismo da Organização das Nações Unidas. Foi eleito governador do Paraná em 1994 e reeleito em 1998.

¹⁹⁸ SOARES, Beatriz Ribeiro. RODRIGUES, Maria José. O Plano Diretor e o Sistema Integrado de Transportes em Uberlândia (MG). In: *Caminhos da Geografia* 8(13)158-174, Out/2004. Uberlândia.

Parque Linear¹⁹⁹ em suas margens; implantação do projeto de geoprocessamento que auxilia no tráfego viário.

Por meio da Lei de Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo, dentre outras orientações, definiu que o desenvolvimento do centro de negócios se daria em direção à Praça Sérgio Pacheco incentivando o seu prolongamento ao longo dos eixos de transporte²⁰⁰; a preservação e revitalização do bairro Fundinho. A cidade foi dividida em onze zonas. Nesse momento, é meu interesse discutir algumas das intervenções realizadas na Zona Central 1 (ZC1), a qual compreende o Centro e os arredores da Praça Sérgio Pacheco, local onde se concentram as atividades comerciais, de serviços, alta densidade habitacional e diversos equipamentos sociais e comunitários.

O Plano Diretor, na sua Seção II - Da Estruturação da Área Central, a orientação para o centro que se estende “entre as Praças Clarimundo Carneiro e Sérgio Pacheco e em torno desta, terá o adensamento habitacional e de serviço estimulado. Deverá ser ampliada a oferta de vagas para estacionamento de veículos nas vias transversais à Av. Afonso Pena e em torno da Av. Sérgio Pacheco.” Neste caso, foi possível observar que o adensamento habitacional foi intensificado por meio da construção dos condomínios verticais, em sua maioria de luxo, voltados para abrigar as classes médias e altas da população, contudo, notou-se ainda, uma expulsão da população de baixa renda para as periferias pobres da zona urbana.

Quanto à ampliação da oferta de vagas para estacionamento de veículos, mesmo que se tenha investido nessa área, o crescimento intenso do volume de veículos nas ruas da cidade, que, em 2008, atingiu a marca de 235.155 e foi apontada como a segunda maior do Estado,²⁰¹ tem gerado uma série de transtornos em relação ao trânsito, como por exemplo, engarrafamentos, acidentes muitas vezes graves, dentre outros.

Em relação à apropriação do espaço na área que compreende o centro de negócios, pude observar que, apesar de inúmeras tentativas por parte da administração pública em disciplinar o seu uso, os sujeitos sociais sempre criam estratégias para burlar as regras. Exemplo disso é o fato ocorrido em 1992, momento em que, numa tentativa

¹⁹⁹ Sobre esse assunto, ver: FREITAS, Sheylle Soares de. Op. Cit.

²⁰⁰ FONSECA, Maria de Lourdes. 2005. Op. Cit. p.172.

²⁰¹ CRESCIMENTO da frota de veículos aquece negócios. Jornal Correio de Uberlândia. Uberlândia, p. 02, 15 mar. 2008.

de expulsar os camelôs que ocupavam o espaço da Praça Tubal Vilela e sob o pretexto de reformar o local, a administração municipal, fechou-o com tapumes durante o período de março a novembro²⁰².

Sabemos que a experiência urbana contemporânea tem recebido atenção especial por parte tanto da classe dirigente como de parte dos cidadãos e, conforme Antonio Augusto Arantes afirma, propicia a formação de uma complexa rede de territórios, lugares e não-lugares que resulta na formação de configurações espaço-temporais mais efêmeras e híbridas do que os territórios de identidade. O espaço comum, principalmente dos bairros centrais, é cotidianamente trilhado se transformando em suporte físico de significados e lembranças que são compartilhados pelos agentes sociais que dele se apropriam. As fronteiras simbólicas são construídas coletivamente pelos usuários conforme delimitam seus territórios. Esse espaço central não se encontra esvaziado como quer alguns estudiosos, ao contrário, é palco para o desenrolar de uma série de tensões e conflitos que permeiam as relações que são ali publicizadas a todo momento. Ali se expõe publicamente a falta de direitos de grande parte da população da cidade, o que se identifica na incidência de assaltos, no comércio e ostensivo consumo de drogas, na construção de moradias “invisíveis”, no subemprego, na mendicância e na oferta de uma vida melhor por meio das loterias, das poções milagrosas e das pregações religiosas. Ali se pratica a vigilância ostensiva, ao “mesmo tempo que instituições políticas e assistenciais proclamam suas palavras e teatralizam suas práticas salvadoras.”²⁰³

A situação enunciada por Arantes diz respeito ao espaço da Praça da Sé, em São Paulo, no entanto, quando observamos as características urbanas com que descreve o amplo leque de relações que o compõem, percebemos uma enorme semelhança com as práticas que ocorrem na cidade de Uberlândia. Aqui, o bairro central também tem sua história marcada pelas apropriações que tem sofrido ao longo dos tempos. Suas calçadas são ocupadas por vendedores ambulantes com suas barracas móveis impedindo o trânsito dos pedestres, mendigos instalam suas moradias “invisíveis” nas praças e embaixo de viadutos e pontes, alguns dos elementos arquitetônicos, cuja função

²⁰² Ver: TUBAL Vilela é cercada para reestruturação. Jornal Correio de Uberlândia. Uberlândia, p. 01, 25 mar. 1992; PRAÇAS estão sendo revitalizadas em Uberlândia. Jornal Correio de Uberlândia. Uberlândia, p. 05, 08 ago. 1992.

²⁰³ ARANTES, A. A. Op. Cit. p. 107.

desempenhou papel importante na construção da história da cidade, encontram-se em estado de degradação, além de uma série de outros fatores. Porém, a vida no centro é pulsante e, nem mesmo o medo e o risco de ser flagrado pelo policiamento constante fazem com que esses “habitantes das ruas” abandonem a escolha que fizeram de ali permanecer. Contudo, segundo Arantes:

o comportamento humano básico de aproximar-se de outrem e buscar, no contato físico, o reconhecimento de si como pessoa humana, neste contexto, provoca a repulsa de quem não quer ser contaminado por corpos repulsivos ou o repúdio dos que temem a agressão física, desde logo identificada como comportamento provável de tais seres *fora de lugar*.²⁰⁴

É no centro da cidade que inúmeras pessoas buscam os meios de sobrevivência. É naquele local que as coisas acontecem, que os comerciantes com suas “ofertas imbatíveis” expostas nas vitrines procuram atrair a clientela responsável por garantir sua fonte de renda. É ali que ocorrem diversas práticas de sociabilidade que, em algumas vezes, ultrapassam as fronteiras simbólicas; é lá que novas relações são estabelecidas a partir de valores, sentimentos e interesses variados. Esse cenário híbrido tem sido destaque da imprensa uberlandense ao longo dos anos. No dia 31 de agosto de 2006, o jornal *Correio de Uberlândia* publica uma reportagem especial em comemoração ao aniversário da cidade que comemora 118 anos, destacando a Praça Tubal Vilela em cujo entorno estão instaladas a Igreja Matriz de Santa Terezinha e as principais instituições bancárias. O texto jornalístico procura ressaltar as contradições que habitam seu espaço:

As praças que já deram a Uberlândia o nome de cidade-jardim há muito perderam o brilho e hoje são sinônimo de abandono e descaso. Das 202 praças, 51 são urbanizadas e apenas seis foram reformadas este ano. Das pedras do calçamento a cada muda de árvore ou centímetro de grama, tudo é construído com dinheiro do povo, arrecadado na forma de impostos, tributos ou taxas. Utilizar bem a estrutura da praça quando disponível é aproveitar o próprio dinheiro. Degradá-la ou sujá-la implica o contrário.²⁰⁵

Neste fragmento da matéria, denota-se a intenção do jornalista em ressaltar que o espaço das praças uberlandenses com seus jardins bem cuidados, foi responsável, em outras épocas, pela sua qualificação como “cidade jardim”²⁰⁶. No entanto, a situação apresentada por ele no momento em que a matéria é publicada, demonstra que o

²⁰⁴ ARANTES, A. A. Op. Cit. p.108.

²⁰⁵ PRAÇAS são cenários de contrastes. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 01, 31 set. 2006.

²⁰⁶ Ver: SANTANA, Eliene Dias de Oliveira. Op. Cit.

abandono e depredação passam a compor a paisagem antes elogiada destacando que são decorrentes do mau uso por parte dos cidadãos. Valendo-se de valores como a sua responsabilidade como pagador de impostos, procura envolver o leitor de forma a convencê-lo da sua responsabilidade quanto à manutenção e preservação desses espaços.

[...] Num dos lados, fica a igreja matriz. Mesmo na correria, muitos devotos param para fazer o sinal da cruz e pedir bênçãos a Santa Terezinha. O lugar, para alguns, é sinônimo de lazer. Diariamente, a dentista Ana Flávia leva a filha e o cachorro para passear. "Fico horas aqui olhando as plantas, os pombos e o vaivém de gente e até esqueço que preciso voltar para casa."²⁰⁷

A sensação que o jornalista transmite ao leitor nesse fragmento se relaciona com os aspectos da religiosidade representada pela Igreja Matriz chamando a atenção para a simbologia construída em relação ao ato de “fazer o sinal da cruz e pedir bênçãos a Santa Terezinha.” Ao mesmo tempo, o tom poético que empresta ao depoimento da dentista Ana Flávia, tem o objetivo de convencer os usuários das sensações agradáveis que permeiam os momentos de lazer ali vividos, da beleza da paisagem descrita por ele de maneira bucólica e da necessidade de cuidados para a manutenção dos hábitos cotidianos ali vividos. Para que isso aconteça, ele procura despertar no leitor o sentimento de responsabilidade para os cuidados com um patrimônio que lhe pertence, pois, se esse patrimônio existe é graças ao dinheiro arrecadado com o pagamento dos impostos. Contudo, a praça apresentada também é o espaço do trabalho:

Para outros é o endereço do ganha- pão. É dali que o jornaleiro Martin Lourenço e a cigana Elsinia Campos conseguem o dinheiro de cada dia. Ele é dono de uma banca de jornal e há 38 anos comercializa de gibis a revistas científicas. Cego de bengala nas mãos, aos gritos, oferece cartões da loteria. Um palhaço faz malabarismo, um passageiro atrasado quase derruba a banca de balas ao correr para tomar o ônibus e alguém grita ao ter a bolsa levada por um bandido. Essa é realidade de uma praça por onde passam diariamente cerca de 200 mil pessoas. É a praça do povo e de seus contrastes.²⁰⁸

Nesse fragmento, o trabalho informal realizado na praça e nas ruas mais movimentadas emerge também com uma conotação poética, como se os trabalhadores que dali tiram seu “ganha pão” fossem personagens de uma história diferente da experiência real vivida por eles.

²⁰⁷ PRAÇAS são cenários de contrastes. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 01, 31 set. 2006.

²⁰⁸ PRAÇAS são cenários de contrastes. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 01, 31 set. 2006.

Duas fotografias compõem outra reportagem²⁰⁹ e, por meio delas é possível visualizar duas imagens que representam situações diferenciadas. Para analisá-las, cabe ao historiador observar uma série de fatores. Aqui cabe ressaltar que a opção pela análise de fotografias, tratando-as como fonte documental, capazes de facilitar a compreensão das transformações ocorridas no centro de Uberlândia, se deu em função de sua capacidade para contribuir com a construção histórica, a qual é propiciada pela observação e análise das cenas passadas e retratadas. Mas é necessário salientar que elas são passíveis de interpretações variadas e significados múltiplos.

Partindo de uma reflexão quanto à análise das fontes em questão, é necessário interpretá-las observando o recorte que lhes são inerentes. Para Kossoy, o objetivo do trabalho iconográfico é “analisar as fontes fotográficas, bem como dar maior aprofundamento em questões relativas à sua interpretação enquanto documentos históricos portadores de múltiplas significações”.

Fazer uma análise da imagem, levando em consideração que a visão do historiador em relação à determinada fotografia, é diferente do objetivo que direcionou o fotógrafo ao produzi-la é de suma importância. Contudo, é imprescindível que ele tenha a capacidade de decifrar a imagem analisada, numa tentativa de descobrir possíveis ligações entre os espaços como projetos sociais e a diversidade cultural que permeiam as relações entre os diversos sujeitos sociais que serão responsáveis pela composição da trama. Por meio desta análise, podem-se resgatar características perdidas, tradições que estão sendo esquecidas, principalmente por causa da relação do homem com a modernidade. Preocupando-se apenas em ser moderno, compactuando com os avanços tecnológicos mais recentes, ele vai se esquecendo, aos poucos, das tradições, deixando para trás, elementos importantes de suas raízes.

Nesse sentido, Ane Marie Granet-Abisset salienta que uma análise como a sugerida acima pode levar a uma maior compreensão sobre a função da fotografia como documento. Para essa autora, toda fotografia destina-se a ser olhada. A foto sugere, a foto questiona. Ela pode mesmo suscitar problemáticas, possibilitando vários domínios de pesquisa, e é muito importante fazer sua interlocução com as fontes orais, pois, elas devem servir como complemento para desvendar elementos que a fotografia não

²⁰⁹ PMU faz queda-de-braço com camelôs. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 04, 10 ago. 2006.

possibilita avançar como idade, datas, funções de cada pessoa nas fotos, relações sociais dentre outras. A maior dificuldade em se trabalhar com fotos é justamente essa precariedade de informações.

Nossa intenção com a análise de séries fotográficas é diferente daquela que move o fotógrafo no ato da sua produção. Sendo assim, devemos considerar o direcionamento proposto pelos autores citados, nossa tarefa se constitui em uma análise mais completa da fonte em questão. No caso das fotografias citadas, seu objetivo principal foi ilustrar a reportagem e, sendo assim, podemos dizer que as intenções do fotógrafo foram orientadas para a construção do texto que seria veiculado no referido jornal. A imagem da figura 7, mostra um espaço ordenado, limpo, onde a beleza é o

objeto do fotógrafo. O espaço destinado aos caminhantes é composto por pedras pretas e brancas que se combinam em linhas paralelas e formas geométricas delimitam os canteiros que abrigam a vegetação em que se percebe a ausência colorida das flores. Quase não se nota a presença das pessoas e a impressão que se tem é a de um espaço ordenado e



Fig. 07: Praça Tubal Vilela tornou-se cartão-postal da cidade e tem sido até hoje ponto de referência para moradores e visitantes. Fonte: Correio de Uberlândia.

limpo e que esse ordenamento se estende à cidade em seu conjunto, talvez porque a intenção do fotógrafo fosse congelar, por meio de sua câmera, a imagem propícia para o cartão postal, ou seja, uma imagem da praça ideal, da cidade ideal.

Contudo, ao observarmos a figura 08, a visão que temos se contrapõe à primeira, pois a imagem nos põe em contato com a praça real, com seu espaço abarrotado de vendedores ambulantes, os quais disputam um lugar privilegiado e bastante visível onde seja possível atrair o cliente e fazer a venda a qualquer custo. Ali é possível encontrar bancas móveis de CDs e DVDs piratas. Nas calçadas dos imóveis que compõem o entorno da praça, espalham-se tênis falsificados, além de dezenas de mini-bancas desmontáveis de meias, cintos, carteiras, relógios, bonés, acessórios para o cabelo, pulseiras e chaveiros ao longo da avenida. A situação de insegurança é uma constante



Fig. 08: Comércio ambulante ocupa boa parte do espaço da praça.
Fonte: Correio de Uberlândia

no cotidiano dos vendedores ambulantes que podem ser surpreendidos a qualquer momento por uma operação da Prefeitura.

Apenas a suspeita da presença de fiscais por perto

já é motivo para desmontar a banca e sair correndo no meio

da multidão. "Tenho de fugir. Às vezes saio empurrando o carrinho até mesmo na contramão dos carros", revelou a vendedora. A agilidade na hora da fuga e o instinto de sobrevivência e de proteção das mercadorias só são adquiridos com os anos de experiência nas ruas. A artesã Dádía Medeiros, 51 anos, que comercializa tapetes e bolsas de crochê, afirma que não é fácil sobreviver na atividade clandestina. Ontem, por exemplo, até as 13h, ela já havia recolhido toda a mercadoria três vezes por causa da presença dos fiscais na região. "É difícil agüentar, porque os fiscais estão marcando em cima. Estou vendendo o meu artesanato e nunca comercializei coisas piratas. Não tenho outra oportunidade a não ser essa daqui", declarou. Dádía vai ao Centro somente duas vezes por semana. A tentativa de deixar os produtos em uma loja não teve sucesso. "Eles querem pagar muito barato pelos meus tapetes e eu nunca vou ter lucro. Já as feiras cobram caro para ter uma barraca e eu não tenho condições", lamentou.²¹⁰

Considerando a afirmação de Dádía é possível perceber a exploração que os camelôs sofrem por parte dos comerciantes já estabelecidos no centro, sendo que muitos deles são proprietários de lojas especializadas em artesanato de luxo. A mercadoria adquirida por um baixo custo da artesã é revendida por um valor muitas vezes superior. Essa exploração é vivida por boa parte de trabalhadores "autônomos", e, apenas quando se resiste ao sistema, como no caso de Dádía, é possível garantir que o direito de cidadania seja garantido.

As tensões que se estabelecem entre os distintos grupos dizem respeito à desigualdade de interesses que permeiam suas relações e se acirram quando o grupo que

²¹⁰ PMU faz queda-de-braço com camelôs. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 04, 10 ago. 2006.

representa a administração municipal se imiscue no poder e coloca em prática a expulsão dos camelôs do centro comercial. De certo modo, ao assim agirem, vão ao encontro dos interesses daqueles para quem a presença dos camelôs represente inconveniências, ou seja, uma parcela da sociedade que os encara como um estorvo na sua rotina diária.²¹¹

Até meados da década de 1990, os camelôs se apropriavam do centro da cidade para comercializar os seus produtos e viviam em constante tensão com os proprietários dos estabelecimentos comerciais da região, os quais, quase sempre reivindicavam à prefeitura a retirada das barracas alegando que elas atrapalhavam a circulação dos seus possíveis clientes e prejudicavam a visibilidade dos produtos expostos nas vitrines. Além disso, acusavam os camelôs de ser concorrentes desleais devido ao fato de eles não arcarem com as mesmas obrigações em relação ao pagamento de impostos.

Vários conflitos se estabeleceram entre esses grupos. Outra questão levantada diz respeito ao argumento utilizado pela classe administrativa da cidade quando procurava justificar a retirada dos camelôs. Seu discurso defendia a integridade do centro, cujo espaço era prejudicado pela presença das inúmeras barracas que se estendiam pelas principais ruas e enfeavam a paisagem urbana denotando um aspecto de descuido. Apesar das inúmeras tentativas, os camelôs ainda permanecem no centro comercial. A notícia veiculada no jornal *Correio de Uberlândia* vai ao encontro do que foi dito:

O hipercentro de Uberlândia continua abarrotado de vendedores ambulantes, sobretudo nas avenidas Floriano Peixoto, Afonso Pena, João Pessoa e praça Tubal Vilela. Embora a fiscalização da Prefeitura tenha sido intensificada há cerca de um mês, o que se percebe ao caminhar pelas calçadas do Centro é que a situação está longe de ser solucionada. Isso porque não há fiscais e nem estrutura suficientes que consigam conter as artimanhas e as estratégias utilizadas pelos camelôs. A maioria já teve suas mercadorias apreendidas várias vezes, mas não se intimidam com o fato e acabam retornando para os pontos-de-venda.²¹²

O medo e o risco fazem parte do cotidiano dos vendedores, mas, são solidários na hora da fuga. Ali tudo se vende, desde plantas medicinais (os raizeiros) a artigos pessoais e alimentícios. Os ambulantes se organizam neste pequeno comércio de rua

²¹¹ UBERLÂNDIA. Lei 4.230, de 5 de novembro de 1985. A referida lei é responsável por regulamentar o comércio ambulante e atividades afins na cidade.

²¹² PMU faz queda-de-braço com camelôs. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 04, 10 ago. 2006.

procurando se instalar na área central da cidade como forma de manter contato com os transeuntes que se constituem em possíveis clientes. Ali, crianças, adolescentes e mendigos reinventam novas formas de viver se apropriando da paisagem urbana como se fizessem parte dela. Ali é possível observar a exposição pública de domesticidades que antes se restringiam ao espaço da casa e que é decorrente da “moradia no espaço público”. Sob esse aspecto então, a Praça não deve ser considerada como um “não-lugar”, mas sim um espaço marcado por territorialidades múltiplas definidas conforme os interesses daqueles que dela se apropriam²¹³. Podemos pensar, então, que a ocupação do espaço público diz respeito à sociedade? Se assim for, as propostas de organização do espaço urbano são elaboradas de acordo com os interesses coletivos? Qual é o direito dos camelôs em relação à sua permanecerem do centro da cidade?

Entendo que a retirada dos camelôs tinha como principal objetivo, transmitir a idéia de que essa classe administrativa se preocupava em garantir uma boa gestão do patrimônio urbano. Para uma melhor compreensão do seu discurso, reporto-me a Jerome Monet quando afirma que:

As políticas de proteção ao patrimônio urbano são verdadeiros instrumentos de gestão das cidades. Entretanto, essas políticas têm a imensa desvantagem de parecerem... apolíticas! Longe de aparecerem como projetos políticos enquanto tais, com consequências sobre a sociabilidade urbana, emprego ou habitat, correspondendo a articulações precisas e a interesses claramente identificáveis, essas medidas ocultam sua dimensão propriamente urbanística.²¹⁴

Os confrontos entre camelôs e os fiscais da prefeitura em Uberlândia sempre foram constantes e muitos deles, como se verificou pelas matérias citadas, permearam as páginas do Jornal Correio de Uberlândia. Entretanto, a postura adotada pelo referido jornal, quase nunca foi a favor dos camelôs. Em várias delas, denota-se a intenção de criar uma imagem negativa sobre a permanência dos trabalhadores no centro. Contudo, torna-se necessário perguntar de que forma os camelôs resistiram às ações encetadas pelos fiscais? De que modo se organizaram para fazer valer seus direitos: Como se desenrolaram as negociações referentes à sua transferência para os camelódromos e como reagiram frente ao controle do espaço que ocupavam?

²¹³ ARANTES NETO, 2000. Op. Cit. pp. 132.

²¹⁴ MONET, Jerome. Op. Cit. p. 226.

Como se sabe, os camelôs ocuparam o lugar antes destinado aos mascates e vendedores ambulantes que viajavam de cidade em cidade comercializando seus produtos. Somente a partir do século XX, a presença dos mascates foi sendo substituída e os camelôs passaram a se fixar em locais estratégicos da cidade, principalmente nas ruas centrais de maior movimento. Devido à conjuntura econômica do país na década de 1990, ocorre no Brasil a ampliação das práticas econômicas urbanas informais em que se constituem todos os modos não-regulamentados de produção econômica. As taxas de desemprego tiveram uma sensível elevação em todas as regiões do país e o que restou às pessoas foi se adequar a novas alternativas de trabalho. Além desses fatores, outras vantagens também se afiguraram, como por exemplo, maiores possibilidades de ganhos mensais, ausência de patrões, flexibilidade na carga horária de trabalho, possibilidade de participação familiar, dentre outros. Desse modo, a informalidade apresenta-se como estratégia que permite não apenas o aumento da renda, como também ocupa vários membros da família.

Outro aspecto a ser considerado é a relação custo-benefício, a qual se torna mais favorável na informalidade principalmente pelos baixos custos da legalização, contudo, é necessário ressaltar que não se pode contar com a proteção dos sistemas institucionais. Entretanto, pode-se dizer que a informalidade está relacionada com a experiência dos trabalhadores, os quais constroem significados e, a partir deles, definem suas intenções e suas ações. Dessa forma, respondem às condições oferecidas pelo mercado, tais como, baixos salários, péssimas condições de trabalho, dentre outras. Os camelôs se apropriam do espaço público conforme seus interesses, desse modo a rua acaba por assumir um papel multifuncional, pois, nela circulam pessoas de baixa renda que se interessam pelos produtos, cujos preços são populares e que se encontram à venda nas barracas.

A apropriação do espaço central da cidade de Uberlândia pelos camelôs já é antiga, e, mesmo com a construção dos “camelódromos” e da transferência da maioria deles para esses locais, o centro ainda é ocupado por vendedores ambulantes como comprova as matérias do Jornal Correio, aqui apresentadas. O camelô se apropria do espaço urbano, se impõe criando suas próprias regras, uma vez que, para ali se fixar, burla a lei, além de criar um processo de poluição visual um comércio desorganizado e ilegal, passando a fazer parte do cotidiano urbano, criando novos territórios e estabelecendo novas fronteiras. Como forma de resistir à ordem instituída, alguns deles

procuram se organizar em associações, como foi o caso da regulamentação, em janeiro de 2011, da Associação dos Ambulantes de Uberlândia - ASSAMBUR. A associação é uma tentativa dos ambulantes de assegurar o seu direito de continuar trabalhando nas ruas do centro, porém, “respeitando a lei”. Segundo dados divulgados pela Associação, atualmente existem cerca de duzentos ambulantes trabalhando na região central e, somente na Praça Tubal Vilela, eles são em número de cinquenta.

Conforme afirma Fabiano Lima D’Abadia Brito, gestor da ASSAMBUR, após a assinatura do Estatuto, da ata de criação da Associação e do registro em cartório e na Receita Federal, o projeto será votado na Câmara. Segundo ele, a união dos ambulantes servirá para resguardar o seu direito de trabalhar e iniciar um processo de regularização da categoria frente ao município e ao poder público. Entretanto, é necessário lembrar que a aprovação do estatuto da Associação regulamentará a presença dos ambulantes no centro e nas suas principais ruas e, como se sabe, a permanência das barracas e carrinhos que vendem produtos variados incomoda moradores e comerciantes das redondezas. Além disso, como foi destacado, o comércio ambulante “enfeia” o espaço urbano.

Nesse sentido, vale ressaltar que a cidade exibe símbolos e impõe uma dada percepção sobre sua história. Ela vai sendo inventada e sua imagem é construída conforme os múltiplos interesses definem os suportes de intervenção da técnica no seu espaço urbano. Desse modo, criam-se discursos cujo objetivo é justificar a necessidade de impor projetos urbanísticos que visem a prevenção da “ordem” e a obtenção do “progresso”. Contudo, por trás das representações de progresso e desenvolvimento que vão sendo criadas em relação à paisagem urbana, existe uma “cidade informal, clandestina, por vezes indesejável, cujos moradores, como forma de sobrevivência, burlam a lei estabelecida”.²¹⁵

Assim, entendo que por trás dos projetos de ordenamento do espaço urbano em Uberlândia - que consolidam as práticas políticas das elites - percebe-se que outra cidade é construída por outros sujeitos sociais que ocupam e se apropriam desse espaço de forma criativa, enfrentando um universo de contradições. Esses sujeitos escrevem sua própria história e ela se contrapõe à história oficial. A contradição permeia as

²¹⁵ LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante. Op. Cit. p. 127.

relações sociais estabelecidas entre os diversos grupos e serve como justificativa para a necessidade das elites imporem regras que normatizem as formas de utilização do espaço público. Na maioria das vezes, o resultado é a ocorrência dos confrontos sociais que revelam a existência de uma tensão constante entre os sujeitos sociais.

Quanto ao espaço da Praça Tubal Vilela, as propostas do Plano Diretor de 1954, já reconheciam a sua importância na ordenação das atividades econômicas da cidade, propondo transformá-la também na sede administrativa com a construção, ali, da sede da Prefeitura, o que, todavia, não aconteceu. Em 1958, a praça mudou novamente de nome, passando a chamar-se Tubal Vilela, em homenagem ao ex-prefeito da cidade. Nessa mesma época a cidade conheceu seus primeiros edifícios altos, construídos na Avenida Afonso Pena, nos seus arredores, denotando a nova fase desenvolvimentista da cidade. Por essa razão, a Praça, mais uma vez, passou por remodelações, adquirindo uma fisionomia moderna dada pelo projeto do arquiteto João Jorge Cury, inaugurada em 1962. O projeto concebeu a praça como um grande espaço de convivência e de manifestações públicas, cujo centro livre sobressai em sua organização, sendo enfatizado pelos acessos em forma de diagonais que convergem das esquinas para o centro. A sofisticação e o embelezamento do espaço foram completados pela construção da concha acústica, fonte sonoro-luminosa, espelho d'água, banheiros públicos, grandes bancos contínuos e estacionamentos.²¹⁶

A partir dessa época, pouco a pouco, as residências situadas no seu entorno foram dando lugar a importantes instituições financeiras, empresas comerciais, lojas de departamentos, cafés, restaurantes, bares e hotéis da cidade. O tráfego nas vias que a contornam, como já foi dito, se intensificou, sendo que os pontos de todas as linhas de ônibus se localizavam ali. A praça já se configurava como um Centro de Negócios de âmbito regional, ou seja, um espaço com forte significado simbólico e econômico da cidade.

A construção da Praça Sérgio Pacheco, uma alternativa à expansão do centro da cidade, não interferiu na sua dinâmica, visto que os diversos projetos para aquele espaço não se efetivaram e isso propiciou a continuidade das funções até então desempenhadas pela Praça Tubal Vilela. Ainda hoje, segundo Fonseca, ela permanece “como o centro

²¹⁶Ver: FONSECA, Maria de Lourdes Pereira. Op. Cit.

nevrálgico da cidade, como o coração da cidade.” No entanto, entendo que ela deve ser vista também como um espaço de disputa, marcado por tensões, conflitos e confrontos em que os sujeitos sociais lutam para garantir o seu “direito à cidade”.

Na seção IV - Da Cultura, destaco o inciso I do artigo 45 - criteriosa preservação do patrimônio arquitetônico, artístico, documental, ecológico, arqueológico e qualquer outro relacionado com a história e a memória local; e o inciso IV do artigo 46 - regulamentar a utilização e manutenção dos prédios tombados e de outros, cujas características arquitetônicas ou históricas mereçam preservação, através de legislação específica.

A partir da análise do processo de tombamento da Praça Clarimundo Carneiro, exposto no item anterior, percebi que o mesmo foi marcado por discussões e conflitos entre os responsáveis pela iniciativa. A fala da professora Olga Helena da Costa demonstra que a política de preservação na cidade no momento destes tombamentos era confusa:

A partir do momento em que se criou a lei, eu tombei a Casa da Cultura; (...) tombamos a Oficina Cultural. Aquilo ali já mexeu com o pessoal! Então, já que estávamos tombando isso tudo, já tinha a Câmara que seria o Museu... (...) Então, tombou-se o Coreto, o Antônio Jorge [vereador] tombou a praça [Clarimundo Carneiro, onde ficam a Câmara Municipal e o Coreto], o Amir Cherulli [vereador] tombou aquela árvore da João Pinheiro²¹⁷.

Ao ler o depoimento da educadora, pode-se pensar que cada um dos vereadores citados tinha nas mãos o poder de decidir por si, o destino dos bens arquitetônicos que se encontravam ameaçados. No entanto, sabemos que não basta uma vontade isolada para que se proceda ao tombamento. É importante destacar que, dos quatro tombamentos ocorridos em 1985, três foram aprovados pouco antes da promulgação da Lei 4.240, de 14 de novembro de 1985. Então, fica evidente que as propostas de proteção desses imóveis foram elaboradas concomitantemente à sua elaboração. Após sua promulgação, o instituto do tombamento é trazido para o âmbito municipal, uma vez que todo o aparato de gestão do patrimônio cultural surgiu com a criação da Secretaria

²¹⁷ Olga Helena da Costa. apud. CARRIJO, Mauricio Goulart, 2005. Por iniciativa da educadora, ligada ao movimento negro e a associações de moradores da periferia da cidade, que pela primeira vez elegeram representantes para o Poder Legislativo – foi aprovada a Lei 4.240, de 14 de novembro de 1985. Com um conceito de patrimônio muito semelhante ao Decreto-lei 25/ 1937, essa lei “organiza a proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural do município de Uberlândia” (ementa) e autoriza a criação do Conselho Consultivo Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (art. 2º).

Municipal de Cultura que incluiu no seu organograma a Divisão de Patrimônio Histórico (DPH). Contudo, a Divisão de Patrimônio Histórico enfrentou dificuldades ao ser implantada devido à falta de profissionais especializados, e ao fato de que a proteção do patrimônio necessitava de uma legislação mais ampla de uso e ocupação do solo. Se considerarmos as políticas preservacionistas adotadas no país, nos deparamos com uma série de dificuldades principalmente quando se trata de dar uma nova destinação aos edifícios antigos mantendo sua originalidade:

Os trabalhos de infra-estrutura exigem uma competência técnica especial e têm um custo às vezes proibitivo. É por isso que é difícil garantir que a reutilização seja rentável, o que em geral só se consegue em prejuízo da funcionalidade. Neste caso, resta apenas uma casca vazia de seu conteúdo por “curetagem”: procedimento discutido quando se trata de preservar a morfologia de uma malha urbana; procedimento inadmissível quando se resume ao sacrifício das estruturas e o ambiente interno de um edifício.²¹⁸

Neste sentido, podemos dizer que as opiniões são diferenciadas e atualmente existe uma complexidade de políticas e normas que regem as práticas de preservação. Em relação a esse assunto, Heloísa Buarque de Hollanda salienta a dificuldade que enfrentou para responder “adequadamente ao desafio de enfrentar os paradigmas correntes da reflexão sobre o patrimônio e, sobretudo de tentar superar a dicotomia entre o saber especializado dos técnicos e a compreensão de um processo cultural em evolução”.²¹⁹ Desse modo, quando nos deparamos com as políticas de preservação e as práticas voltadas para a conservação de determinados elementos arquitetônicos, percebemos que apenas uma elite seleta que se julga conhecedora do assunto, define as regras a serem seguidas, então, grande parte das pessoas, que possuem relação íntima com eles é excluída do processo. Então, algumas vezes, o ato da preservação acaba por se caracterizar como elitista, estratificante ou mesmo, excludente. Resta-nos dizer que o saber especializado é fundamental para o desenvolvimento de nossas políticas de patrimônio, mas é necessário também levar em conta a opinião das pessoas cuja experiência de vida se relaciona com o bem ou a prática cultural a ser preservada. A autora ressalta ainda que:

Pode-se mesmo observar que, conjugado ao direito ao saneamento, habitação e transporte, as políticas públicas em relação ao espaço

²¹⁸ CARRIJO, Mauricio Goulart. Op. cit. p.139.

²¹⁹ HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Cidade ou Cidades*. In: Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, (23), 1994, p. 11.

urbano expressam agora a preocupação com uma novíssima reivindicação, o “direito à cidade”. Este direito seria, mais ou menos, o direito de todos os cidadãos ao gozo do espaço urbano como duplo exercício da história e da estética.²²⁰

Porém, apesar de a reivindicação existir, não se constata que as práticas do poder público estejam voltadas para o seu atendimento, pois o que se vê é que os órgãos administrativos das cidades estão relegando a planos secundários quaisquer ações que objetivem a preservação das tradições e da história daqueles que habitam as cidades. As ações realizadas acabam se restringindo, principalmente, aos maiores centros urbanos.

Quando se trata da preservação do patrimônio arquitetônico e cultural, apesar de considerar que algo deve ser feito privilegiando uma conscientização maior neste sentido, me reporto novamente a Jérôme Monnet. Para ele, a questão do patrimônio é problemática, pois, ao admitirmos que tudo é patrimônio, conseqüentemente, admitimos que tudo deve ser conservado. No entanto, quando se trata da cidade e do país, sabemos que isso é impossível. Então, é necessário fazer antes uma crítica radical e interrogar-se sobre o uso do conceito de patrimônio, sobre os supostos da palavra. Segundo essa lógica, não há dúvida de que tudo pode ser considerado patrimônio. Mas ele só existe porque protegemos algo que nomeamos assim. Designação e proteção vão juntas. Segundo Monnet, quando postulamos um objeto como sagrado, deduzimos que ele deve ser preservado e, “do fato mesmo de protegê-lo, o sacralizamos, isolando-o do destino habitual das coisas; por ser sacralizado, ele deve ser protegido”.²²¹

Constatamos também que o processo histórico que ocorre em Uberlândia está em sintonia com os acontecimentos em esfera estadual e nacional. De um modo geral, a maioria das cidades brasileiras têm passado por essas transformações e, no Brasil, somente a partir da década de 1930, vislumbraram-se as primeiras iniciativas voltadas para a preservação do patrimônio histórico e artístico. A noção de patrimônio, tal como é concebida hoje, começou a se delinear no cenário brasileiro em 1936, por meio do projeto de autoria do escritor paulista Mário de Andrade. Até então, os interesses preservacionistas se restringiam a um ou outro colecionador ou intelectual que, de vez em quando, reivindicava a preservação de algum monumento arquitetônico, mas não havia nenhuma preocupação com a preservação do patrimônio popular. Os governantes mantiveram-se apáticos, por bastante tempo, em relação à questão do patrimônio

²²⁰ HOLLANDA, Heloísa Buarque de. op. cit. p.13.

²²¹ MONNET, Jérôme. Op. Cit. p. 228.

histórico cultural. Por meio do projeto escrito por Mário de Andrade, foi possível agrupar as obras de arte que comporiam os bens a serem preservados como patrimônio, e, desse modo, a abrangência desse conceito estendeu-se para além dos monumentos arquitetônicos, incorporando tudo aquilo que significasse arte.

Para a historiadora Déa Ribeiro Fenelon, a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, em 1937, foi de grande importância e teve a participação dos intelectuais mineiros e paulistas, que tinham como objetivo a “descoberta do Brasil”, valorizando temas, objetos, sons cores, construções brasileiras, principalmente no interior do país:

Em suas falas e em suas memórias, os intelectuais do SPHAN sempre se consideraram não apenas como portadores de uma grande autonomia em relação ao Estado, mas também como vanguardas de cunho liberal que propugnavam a identificação, a defesa, a restauração e a conservação dos grandes monumentos e obras de arte que dariam consistência à chamada cultura Brasileira.²²²

Em Minas Gerais, no ano de 1971, cria-se, por iniciativa do Governo do Estado, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA, uma fundação do Sistema Operacional da Cultura, cuja função é registrar, preservar e proteger um dos maiores e mais importantes acervos do patrimônio cultural do país, que se constitui em bens móveis, conjuntos urbanísticos, sítios arqueológicos e paisagísticos de interesse de preservação distribuídos por todos os municípios mineiros e seus distritos, dentre eles, incluem-se as cidades históricas.

No que tange às primeiras ações de tombamento ocorridas em Uberlândia, constata-se que elas foram voltadas especificamente para elementos arquitetônicos. Segundo Carrijo, o primeiro bem tombado em esfera municipal foi a Capela Nossa Senhora do Rosário, em 1968. Construída em meados do século XIX, no distrito de Miraporanga, a capela possuía valor histórico regional. “Pode-se afirmar que a Capela Nossa Senhora do Rosário foi tombada por sua antiguidade, graças à sua condição de único bem remanescente, no município, do início da ocupação do Sertão da Farinha Podre - como era conhecido o Triângulo Mineiro”²²³. Depois disso, a preocupação com o patrimônio histórico ressurgirá na década de 1980 quando se tomba o Conjunto

²²² FENELON, Déa Ribeiro. Políticas culturais e patrimônio histórico. *O Direito à Memória: políticas culturais e patrimônio histórico*. São Paulo: Departamento DPH, 1992, p.29.

²²³ CARRIJO, Maurício Goulart. Op. Cit. p. 109.

Arquitetônico da Praça Clarimundo Carneiro, que, como já foi dito, resultou de três propostas isoladas.²²⁴

Tomando como referência a conjuntura politico-social e cultural em Uberlândia na segunda metade do século XX, pode-se dizer que a década de 1980 foi marcada por discussões e debates acerca de temas como cultura, sociedade e política. Em meio a uma série de articulações, a sociedade se une em torno do debate referente à preservação do patrimônio cultural brasileiro discutindo normas para definir a política de preservação a ser adotada. Percebe-se, nesse contexto, uma preocupação quanto ao que deveria ser preservado, considerando-se a onda de demolições decorrente da ideologia do progresso que norteava as ações de uma sociedade cujo objetivo, principalmente por parte de alguns grupos sociais, era ostentar o título de cidade desenvolvida e progressista.

Em meio a esse debate, procurou-se cooptar o apoio dessa sociedade exigindo seu posicionamento frente à questão do patrimônio histórico. É importante ressaltar que, nesse momento foram criadas leis no âmbito federal, estadual e municipal, as quais normatizaram as ações preservacionistas e o próprio conceito de patrimônio é rediscutido evidenciando interesses entre diversos sujeitos e projetos sociais que estavam em disputa naquele momento histórico.

Em Uberlândia, estas discussões eram compartilhadas por parte da classe administrativa e alguns intelectuais, seja se posicionando contra, em defesa de interesses financeiros, e outros se posicionando a favor, por ver a necessidade de preservar lugares, construções, hábitos, em síntese tudo aquilo que é representativo de práticas sociais; culturas. Não podemos deixar de lado ainda, “aqueles sujeitos e projetos que simplesmente são deixados de lado, tanto das discussões, quanto da participação naquilo que é preservado enquanto patrimônio cultural, o que evidencia dificuldades de democratização da política patrimonial²²⁵”.

Com a aprovação da ementa da lei 4.240, processo de proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural do município por meio da criação do Conselho Consultivo

²²⁴ Carrijo destaca que a sede da Câmara Municipal, atual Museu Municipal, embora não fosse protegida anteriormente, era o único edifício cuja preservação constava no Plano de Urbanização da Cidade (MINAS GERAIS, 1954). No entanto, a função prevista no plano somente se efetivou na década de 1990, após a transferência da Câmara para as novas instalações no Bairro Santa Mônica.

²²⁵ ROSA, Amanda Marques. *Centro de Documentação Popular: memórias e histórias, sonhos e utopias* (Uberlândia, 1985-1995). Monografia. Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, 2008, p. 98.

Municipal de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural - CONPHAC, passou a ser regulamentado. Em seu artigo primeiro constata-se que o Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Uberlândia é constituído pelo conjunto de bens móveis e imóveis existentes no Município, quer por seu excepcional valor artístico, tanto biográfico como etnográfico e cultural como documental. Segundo Rosa, a aprovação desta lei ocorre no mandato do prefeito Zaire Rezende, 1983/89. Nos dois mandatos do referido prefeito, 1983/89 e 2001/04, “observou-se maior abertura para a discussão do tema patrimônio, bem como para a explicitação de conflitos e também houve uma maior interação entre o Município e o Conselho”.²²⁶

Entretanto, entendo que a garantia para a manutenção do órgão é a existência do Programa Estadual ICMS Patrimônio Cultural criado por meio da promulgação da Lei Estadual 12.040/1995, a Lei “Robin Hood. Por meio dessa Lei, conforme já foi dito, apesar de seus recursos serem escassos e insuficientes para repor as perdas de municípios como Uberlândia, deve-se ao seu programa a reativação do CONPHAC e a emergência de uma política de preservação que, buscou superar a mera sucessão de tombamentos ocorrida até então. O interesse em investir na preservação do patrimônio tanto nas cidades mineiras como em Uberlândia, foi incentivado pela possibilidade de reverter para os cofres públicos, pelo menos uma parte do ICMS pago pelo município e, esse fator, tem despertado as administrações municipais para a necessidade de desenvolver ações voltadas para sensibilizar a população quanto a valorização desse patrimônio. Por meio da realização de uma série de ações preservacionistas, o município consegue alcançar a pontuação necessária que definirá a porcentagem do imposto a ser restituído.

Pensando no fortalecimento das políticas de preservação, tomou-se a decisão de se incluí-la como um dos critérios para o repasse do ICMS aos municípios, os quais, tiveram que atender a uma norma estrategicamente concebida pelo IEPHA que, a princípio, foi de fácil cumprimento, para, nos anos subseqüentes, ser aprofundada. Isso, por um lado, possibilitou um amadurecimento gradativo e monitorado de processo de preservação em Minas, mas por outro, fez com que a elaboração de projetos neste sentido fosse ampliada sem que se levasse em conta a realidade urbana de cada cidade mineira e nem a grande diversidade existente entre os municípios. Desse modo, não se

²²⁶ Idem. p. 99.

atribuiu os mesmos significados à preservação do patrimônio cultural. Outros resultados interessantes vieram da Lei:

o enriquecimento do banco de dados do IEPHA; a ampliação da preocupação com os acervos documentais, levando à criação de arquivos e museus municipais; a valorização das equipes locais responsáveis por cumprir as metas que garantem a pontuação, muitas delas reforçadas com a contratação de arquitetos restauradores e historiadores, abrindo mercado de trabalho para esses profissionais.²²⁷

No entanto, há muito a ser feito, pois conforme nos diz Ricardo Oriá, nos últimos anos tem-se discutido a importância da educação ambiental, no entanto, a grande maioria dos programas de educação ambiental tem sido omissos no tocante à dimensão cultural do meio ambiente, no qual se inclui, necessariamente, a discussão relativa à preservação do patrimônio histórico. O autor chama a atenção para o valor do nosso patrimônio histórico como forma de se construir uma identidade nacional, assentada na pluralidade de nossas raízes e matrizes étnicas. “Somente o conhecimento da cultura, em suas múltiplas dimensões, daria condições de o Brasil inserir-se no concerto das nações e esse trabalho deveria iniciar-se juntamente ao processo de escolarização”.²²⁸ O inciso III do artigo 46, da Seção IV-Da Cultura, prevê que o município deverá “promover a divulgação da memória e educação patrimonial e preservacionista, mediante palestras, seminários, mostras, exposições temporárias e itinerantes, publicações de documentos, pesquisas, depoimentos e campanhas educativas que ressaltem a importância da preservação dos acervos, bens públicos, prédios e logradouros públicos”.

Neste sentido, ao analisarmos as ações voltadas para a educação patrimonial adotadas pela administração municipal de Uberlândia, Brasil, após a criação da Lei “Robin Hood” e seu impacto na comunidade escolar, percebemos que houve maior envolvimento por parte das escolas públicas municipais do que pelas escolas públicas estaduais e nos questionamos sobre o porquê desse aspecto. Nos museus e instituições culturais da cidade, as ações educativas ocorriam, principalmente, no mês de maio, durante a Semana de Museus. Pesquisas realizadas na Secretaria de Cultura

²²⁷ MACHADO, Jurema. *Espaço Público, Patrimônio e Cultura no Planejamento Urbano*. GUM – Brasília, julho/2000.

²²⁸ ORÍÁ, Ricardo. Op. Cit. p. 2.

comprovaram que apenas alguns cursos foram voltados para a capacitação de multiplicadores, o que, segundo nosso ponto de vista, é fundamental para a sensibilização dos alunos quanto à mobilização das comunidades pela preservação dos bens culturais de sua cidade. Um dos princípios básicos que respaldam as ações do IEPHA é a compreensão do patrimônio como instrumento de cidadania e promoção do ser humano, pelo seu potencial de preservar fatores de identidade, reconhecimento e coesão de grupos sociais, de despertar consciência crítica acerca do ambiente em que se vive.

Neste sentido, as outras atividades educativas, dentre elas destacamos exposições itinerantes, oficinas e palestras, apesar de sua grande importância, acabaram por se caracterizar como ações isoladas e não atingiam o público-alvo, composto por alunos da rede pública municipal e estadual, de forma abrangente. Entendo como necessidade o desenvolvimento de projetos de capacitação de professores para que a educação patrimonial componha os currículos escolares e possa ser trabalhada cotidianamente no ambiente da sala de aula, pois, é na escola que se forma o cidadão participativo e crítico.

A política de incentivo à cultura, tema de uma discussão estabelecida por Soares, tem sido responsável pelo financiamento de uma série de atividades educativas no município. Segundo a autora, um projeto desenvolvido pelas Secretarias Municipais de Serviços Urbanos, Cultura e Educação, da cidade de Uberlândia, iniciado no ano de 1999, teve como intuito evidenciar por meio de cartilhas, exposições itinerantes, palestras e visitas a escolas, marcos eleitos e constantemente retomados para explicar e compor a história da cidade. Esse material, divulgado por diferentes meios, mas com um mesmo conteúdo, apresenta a trajetória de alguns sujeitos, sendo eles: políticos, comerciantes, fazendeiros, escritores. Esse material reforça a noção de que esses sujeitos sociais expressam a história da cidade:

Pensando nessa diversidade de produções, as quais expressam disputas por projetos de cidade, que elaboram modos de liberdade com os valores e anseios dos sujeitos sociais, considerei a entrevista sobre o Álbum de Figurinhas produzido por George Thomaz pertinente para essa trajetória de construção da minha problemática. Na matéria em questão, o fotógrafo enuncia que o trabalho produzido foi “um jeito de mostrar a história e passá-la de forma mais divertida para as crianças, apesar de que os adultos adoraram a idéia e a possibilidade de lembrar a infância”. A partir de sua fala, Thomas

indica a potência de sua produção, que chega ao público como um dos materiais sobre a cidade de Uberlândia, como fomento da Lei de Incentivo à Cultura. A recorrência desse “jeito de mostrar a história” alimenta minhas inquietações: que modos de viver estão sendo evidenciados? Que disputas se passam pelo direito à cidade quando ela é apresentada enquanto diversão, modo de educar, informação de uma história verídica?²²⁹

Concordo com algumas das críticas feitas pela autora, no entanto penso que seja importante investigarmos qual é a recepção desse material pelas escolas e como ele é encaminhado e/ou trabalhado pelos professores? Mesmo que percebamos a evidência de problemas, devemos analisá-los criticamente para propor soluções. O que percebi durante a pesquisa, é que a exposição itinerante percorreu várias escolas municipais, principalmente no momento em que foi organizada, contudo, nos últimos anos, essa ação não foi desenvolvida e, além disso, a maioria das escolas estaduais têm acesso muito pequeno às propostas de ação educativa implementadas pela administração municipal.

Quanto à Cartilha do Patrimônio, em 2007 propus o desenvolvimento do projeto intitulado, “Os Lugares de Memória: para além das políticas públicas de preservação do patrimônio histórico e cultural”, junto aos alunos de sétima e oitava séries da Escola Estadual Tubal Vilela da Silva, localizada em Uberlândia, Minas Gerais. Naquele momento, a Cartilha citada foi utilizada por mim como recurso didático de apoio para as discussões que estabeleci com os estudantes, porém, procurei mostrar-lhes que nenhum conhecimento está pronto e acabado, mas, ao contrário disso, que todo conhecimento é passível de ser revisto, que é possível fazermos leituras críticas principalmente se quisermos encontrar soluções para os problemas que são debatidos atualmente em todo o mundo.

Por meio da aplicação dessa ação educativa pude perceber que existe uma grande ignorância por parte dos estudantes em relação à temática do patrimônio e à história da sua cidade. No entanto, o resultado favorável obtido com a experiência motivou-os a procurar compreender os significados que possuem os remanescentes do passado e as “referências da memória” quanto aos bens “consagrados” e “não-consagrados” da cidade. É importante lembrar que ações desse tipo são muito pouco trabalhadas nas escolas públicas estaduais da cidade. Neste sentido, Ricardo Oriá nos

²²⁹ FREITAS, Sheille Soares. Op. cit. p. 32.

informa que, nos últimos anos tem-se discutido a importância da educação ambiental, no entanto, “a grande maioria dos programas de educação ambiental têm sido omissos no tocante à dimensão cultural do meio ambiente, no qual se inclui, necessariamente, a discussão relativa à preservação do patrimônio histórico. O autor chama a atenção para o valor do nosso patrimônio histórico “como forma de se construir uma identidade nacional, assentada na pluralidade de nossas raízes e matrizes étnicas. Ele ressalta que somente o conhecimento da cultura, em suas múltiplas dimensões, daria condições de o Brasil inserir-se no concerto das nações e esse trabalho deveria iniciar-se juntamente ao processo de escolarização.

Ao analisar as ações voltadas para a educação patrimonial adotadas pela administração municipal de Uberlândia após a criação da Lei Robin Hood e seu impacto na comunidade escolar, percebi que houve maior envolvimento por parte das escolas municipais do que em relação às escolas estaduais. Acredito que tais ações devem ser ampliadas, pois é na escola que se prepara o estudante para o exercício da cidadania, para que ele se torne um sujeito social participativo e crítico. Considerando o exposto acima, penso que uma medida importante a ser tomada pelos órgãos competentes seria oferecer cursos de educação patrimonial cujo objetivo seja capacitar professores que atuem na educação básica das redes municipal e estadual procurando despertar a o interesse de estudantes e comunidade para a importância de se conhecer a história da cidade.

Procurei ressaltar que o patrimônio cultural de um povo não se trata somente dos bens móveis e imóveis, mas toda a manifestação que tenha contribuído para consolidar a identidade de um grupo social em alguma época. Esse patrimônio serve como um elo entre presente e passado, dando um sentido de continuidade e, sendo assim, a preservação do patrimônio pressupõe um projeto de construção do presente, por isso vale a pena, na medida em que esse patrimônio esteja vivo no presente, para as pessoas que o cercam e possam, de algum modo, usufruir dele.

O primeiro passo dado ao iniciarmos o projeto foi estabelecer com os estudantes uma série de discussões acerca da história de Uberlândia para que pudéssemos selecionar alguns bens de valor histórico ou que fossem significativos para a comunidade, os quais seriam nosso objeto de estudos. Uma série de questionamentos foram elaborados para

discussão em sala de aula, dentre os quais destaco os seguintes: por que o comércio que anteriormente se concentrava no bairro Fundinho, se deslocou para as avenidas Afonso Pena e Floriano Peixoto? E hoje, por que se investe tanto na construção dos *Shopping Centers*? Quais suas implicações no cotidiano dos cidadãos uberlandenses? Posso pensar que ocorre aí, uma segregação entre as pessoas que freqüentam as lojas do Centro e aquelas que fazem suas compras nos *Shopping Centers*? Que fatores influenciam a concentração dos centros comerciais em determinados locais? O êxodo dos moradores da região central para as áreas mais nobres ou para a periferia modificou os usos e costumes no centro. O que pensam esses sujeitos e de que maneira as várias mudanças afetaram suas atividades cotidianas, seja em relação ao trabalho, lazer e moradia. O que pensam os cidadãos uberlandenses sobre a preservação de alguns prédios localizados no centro, os quais se tornaram elementos importantes na construção da história da cidade. O que pensam os administradores públicos em relação ao processo de revitalização de determinados locais?

O Mercado Municipal, devido à sua importância para o comércio uberlandense em épocas passadas, instigou-nos a averiguar se as funções que exerce atualmente atingem os objetivos para os quais foi construído. De início, percebeu-se que o antigo Mercado continuava a exercê-las, e que, apesar da aparência descuidada do prédio, em 2007, a presença das pessoas ali era constante. No entanto, se considerarmos o prédio da antiga Câmara Municipal, situada na Praça Clarimundo Carneiro, notamos uma situação diferenciada. Esse prédio também foi tombado e hoje exerce a função de museu histórico municipal, porém o número de visitantes que recebia na época do projeto, era menor. Então, seria correto concluir que os usos atribuídos a determinados locais devam ser pensados conjuntamente com a população que vivenciou suas experiências nesses ambientes? Neste sentido, o que tem sido feito em Uberlândia que é voltado para essa interação com a comunidade?

Outro fator observado em relação à preservação do patrimônio arquitetônico e histórico é que, na maioria das vezes, ao invés de restaurar, realizam-se reformas que são responsáveis pelo desaparecimento de aspectos que poderiam ser importantes na construção da história da cidade. Segundo informações colhidas no Inventário de pesquisa de fontes em Uberlândia e Região, volume cinco, arquivado no Centro de Documentação e Pesquisa em História - CDHIS/UFU, originalmente, nas paredes do

Mercado Municipal viam-se quadros de artistas uberlandenses que, à época da realização do projeto, encontravam-se recobertos pelas camadas de reboco e tinta utilizadas nas inúmeras reformas ali realizadas. Hoje, após outra reforma, as pinturas estão visíveis novamente.

Qual o significado que a estação da Mogiana tinha para aqueles que vivenciaram ali, seu cotidiano? A sua preservação não traria benefícios para a área central da cidade? Deveria trabalhar com a hipótese de que a destruição de alguns territórios pode significar a eliminação de espaços que carregavam consigo vários modos de vida que não estavam em sintonia com aqueles pregados pelas elites locais? Até que ponto os interesses dessa parcela da sociedade influenciam na escolha do que deve ou não ser preservado? Que subterfúgios são utilizados para convencer os cidadãos de que “demolir é preciso”?

Após as discussões, propusemos que os estudantes investigassem a maneira como a população enxergava a demolição de prédios antigos para que fossem erigidos em seu lugar, outros que seguissem os parâmetros da modernidade. Verificamos que a maioria dos estudantes desconheciam a história da sua cidade e, conseqüentemente, dos bens tombados pelo Conselho Municipal de Patrimônio Artístico e Cultural - COMPHAC. Por desconhecerem essa história, pouco ou nenhum valor davam aos bens públicos de um modo geral. Percebemos que, a partir do momento em que iniciaram as pesquisas, sua apatia foi se transformando em interesse e esse interesse os levou a compartilhar momentos de sociabilização do conhecimento que adquiriram com os colegas por meio da apresentação de seminários.

Acredito que o investimento em ações educativas pode resultar em uma redução das ações depredatórias ao patrimônio público, além de sensibilizar a população quanto à importância dos bens materiais ou imateriais de cunho cultural e histórico. Desse modo, ao tornar-se sua guardiã, essa população não permite atos de vandalismo e passa a exigir do governo atitudes de conservação e requalificação. Por causa disso, passei a encarar a educação patrimonial como fator importante na formação escolar, pois ela se utiliza dos lugares e suportes da memória (museus, monumentos históricos, arquivos, bibliotecas, sítios históricos, vestígios arqueológicos, etc.) no processo educativo, a fim

de desenvolver a sensibilidade e o interesse dos estudantes e dos cidadãos para a importância da preservação desses bens culturais.

Segundo Ricardo Oriá, a educação patrimonial nada mais é do que uma proposta interdisciplinar de ensino voltada para questões atinentes ao patrimônio cultural, o qual, compreende desde a inclusão, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de temáticas ou de conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a conservação do patrimônio histórico, até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para os educadores e a comunidade em geral, a fim de lhes propiciar informações acerca do acervo cultural, de forma a habilitá-los a despertar, nos estudantes e na sociedade, o senso de preservação da memória histórica e o conseqüente interesse pelo tema²³⁰.

Neste ponto cabe uma pergunta: quem são os responsáveis, atualmente, pelas decisões quanto ao que deve ser preservado? Uma certa elite cultural? Será, então, que essa elite se preocupará com os interesses e anseios da maioria na hora de decidir? Uma participação mais efetiva por parte da população quanto à preservação de sua história, suas tradições e seus monumentos, não seria importante para a elaboração de políticas cujo objetivo seja voltado para essa preservação? Qual o papel da memória quando se trata de rememorar um tempo passado? Entendo que, para que ocorra uma participação efetiva da população nas questões patrimoniais, torna-se necessário o desenvolvimento de estratégias com vistas a propiciar a aquisição de conhecimentos sobre a preservação por meio do olhar de cidadão. É necessário despertar nesse cidadão o interesse pelo conhecimento de sua história, da história da sua cidade, pois só se protege algo quando se ama, e só se ama quando se conhece. Dessa forma, é importante incluir a comunidade nas discussões que ocorrem para debater essa temática.

Outro fator agravante quando se trata da preservação de edifícios particulares é que, se tombado pelos órgãos públicos, a sua conservação fica a cargo do proprietário. Sendo assim, não há interesse de sua parte quanto ao fato de sua propriedade ser considerada de valor histórico, portanto passível de ser tombada e, desse modo, ela não lhe renderia os dividendos que obtém ao alugá-la a terceiros ou destinar-lhe novos usos.

A especulação imobiliária passa a orientar os modos de utilização dos edifícios que se localizam nas áreas mais movimentadas das cidades. Mesmo que eles possuam

²³⁰ ORIÁ, Ricardo. *Educação patrimonial: conhecer para preservar*. In: <http://www.aprendebrasil.com.br>.

um valor histórico expressivo constatamos que não existe, por parte do poder público, nenhum interesse em destinar verbas para a preservação de tais edifícios; a não ser quando a valorização do patrimônio histórico representa um empreendimento lucrativo. Em Uberlândia, o caso da demolição do Cine Regente,²³¹ ilustra bem esse aspecto. Em maio de 2003, o tombamento do Cine Regente foi solicitado ao COMPHAC por um membro da comunidade, como forma de impedir sua demolição. O imóvel havia sido desocupado e as cadeiras da platéia retiradas juntamente com as instalações elétricas, a tela de projeção, as louças sanitárias e tudo que poderia ser reaproveitado²³². O imóvel havia sido vendido, com essa finalidade, em fevereiro do mesmo ano.

Baseando-se em um inventário sobre o imóvel, as providências foram tomadas no sentido de aprovação do pedido de proteção pelo Conselho. Entretanto, alguns dias após receber a notificação do tombamento pela Prefeitura, o proprietário preparou o pedido de impugnação a que tinha direito. Conforme parecer anexado ao processo, suas razões eram justificadas pelo fato de que não lhe interessava e nem concordava com o tombamento, uma vez que pretendia construir ali um edifício moderno com 72 apartamentos, ressaltando que não vislumbra nenhum valor histórico, arqueológico, artístico, cultural, arquitetônico ou paisagístico que justifique o interesse público na conservação do bem, tendo discordado também de sua avaliação.²³³

Desse modo, num intervalo de apenas dois dias, os últimos do mês de maio de 2003, o proprietário solicitou alvará de demolição e, descumprindo o prazo de um mês que a prefeitura teria para autorizá-la, iniciou a destruição do edifício. Sua postura foi apoiada por outros sujeitos sociais, os quais, inclusive se posicionaram por meio de cartas enviadas ao jornal O Correio de Uberlândia criticando o Conselho por não deixar a cidade crescer e se desenvolver como uma cidade de grande porte:

Na minha opinião, tinha-se de esquecer que existe este conselho... e fazer, sim. Deixar eles de lado. Senão, a praça vai ficar igual ao Cine Regente, parada igual às cabeças destas

²³¹ O Cine Regente foi construído pela CPT – Companhia Paulista de Teatro – e inaugurado em 1952. Era, então o segundo maior cinema da cidade, com 1.434 lugares. (...) Em 1959, foi vítima do “Quebra-Quebra”, nome pelo qual ficou conhecido o tumulto popular ocorrido na cidade em que os cinemas e outros estabelecimentos comerciais foram depredados e saqueados. O estopim do tumulto foi o acréscimo de 70% nos preços dos ingressos dos cinemas, na época, a maior e mais popular forma de diversão da cidade. Fonte: Inventário de proteção do acervo cultural, 2003, ficha Cine Regente.

²³² INVENTÁRIO de proteção do acervo cultural, 2003, ficha Cine Regente.

²³³ PARECER PGM nº 3868/ 2003, p. 2-3, anexado ao Processo de tombamento do Cine Regente.

peças que não se desenvolvem e ficam a viver no passado. Deixem o empresário construir e a Prefeitura fazer. Assim, teremos uma cidade de exemplo nacional.²³⁴

Apesar das tentativas em despertar os cidadãos para as questões relativas à preservação - o que foi proposto pelo Plano de 1994 - percebe-se que, ainda hoje, a especulação imobiliária se apresenta como um empecilho para as políticas de preservação. No entanto, também se constatou que, quando a sociedade se mobiliza, o rumo dado aos bens tombados pela classe administrativa pode ser modificado e isso se comprovou quando pessoas da comunidade se uniram para “abraçar” a Biblioteca Municipal Juscelino Kubstchek que esteve sob ameaça de demolição quando da proposição de um plano de requalificação para o centro da cidade, em 2009. A sugestão foi que a praça Cícero Macedo seja o marco zero da cidade e, no lugar, construído um obelisco e um estacionamento subterrâneo, entre as ruas Quinze de Novembro, Felisberto Carrejo e Coronel Manoel Alves. Para isso, seria necessário a demolição do prédio.

A Biblioteca ocupa atualmente o prédio que foi construído em 1943, sob o governo de Vasconcelos Costa, para ser a primeira estação rodoviária de Uberlândia, na Praça Cícero Macedo. Em 1976, a rodoviária foi transferida para o bairro Martins e o prédio foi aproveitado para abrigar a biblioteca, que na época funcionava na Avenida João Pinheiro. A construção de um prédio para abrigar a Biblioteca Municipal já havia sido proposta no plano de 1954, contudo, até hoje, isso não se efetivou.

Diante da possibilidade de sua demolição, moradores, comerciantes do bairro e da região central de Uberlândia, escritores, funcionários da biblioteca, organizaram movimento contrário ao projeto formando uma Comissão de Apoio e Preservação da Biblioteca Pública Municipal.

A escritora Martha de Freitas Azevedo Pannunzio é um dos membros da comissão e considera a proposta de demolição “um golpe na memória da cidade. O bairro Fundinho e tudo que ele significa está impregnado de ancestralidade nossa. Quando um relicário corre perigo; tocar nele é tocar em vespeiro”, disse. A comissão elaborou um abaixo-assinado que será entregue ao prefeito quando reunir mais de mil adesões. Até a tarde de ontem, do documento constavam 306 assinaturas. “Queremos sensibilizar a comunidade, vereadores e o prefeito para esta situação. É um absurdo destruir este prédio, que faz

²³⁴ CARTAS. Jornal Correio de Uberlândia. Uberlândia, p. 05, 11 abr. 2004.

parte da nossa história”, afirmou Zélia Gomide, membro da comissão.²³⁵

Em relação ao prédio da Biblioteca Municipal, a postura adotada por parte da sociedade foi diferente daquela quando aconteceu a demolição do Cine Regente. Atualmente, a temática da preservação tem permeado uma série de discussões e isto tem resultado em uma compreensão maior por parte da população e a sua mobilização para proteger a Biblioteca demonstrou que outros valores passaram a nortear as discussões estabelecidas. Além disso, conseguiram mudar o destino que seria dado ao prédio garantindo a sua “permanência” naquela paisagem.

O parágrafo primeiro, da seção II, do Capítulo III-Dos Eixos de Estruturação Urbana, orienta que “o Fundinho deverá ser preservado mediante legislação específica, que disporá sobre locais tradicionais e edificações de valor histórico, cultural e arquitetônico”.²³⁶ Em relação a este aspecto, é válido ressaltar que, com o desenvolvimento econômico e demográfico da cidade a partir da década de 1970, o setor de construções adquiriu um novo ritmo, o que pressionou a substituição das estruturas arquitetônicas antigas pelos edifícios modernos e verticalizados. O bairro Fundinho não ficou imune a esse processo, pois foi alvo de uma forte especulação imobiliária por se apresentar como uma área de grande interesse para os novos investimentos imobiliários, o qual foi responsável pela ocorrência de um intenso processo de verticalização e substituição de suas funções e estruturas originais. A partir de 1994, por meio da implementação da Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo²³⁷, a área do bairro foi delimitada conforme indica a figura 6. Com a delimitação, o bairro passou a ser caracterizado como área de revitalização, estabelecendo-se índices distintos da área central e a preocupação se concentrou em “vetar” a verticalização.

²³⁵ PROJETO de demolição da biblioteca gera protesto. Correio de Uberlândia. Uberlândia, 01, 06 jan. 2009.

²³⁶ PLANO DIRETOR E ESTATUTO DA CIDADE. Prefeitura Municipal de Uberlândia, 2004, p. 21.

²³⁷ Nesse sentido, ver: ATTUX, Denise Elias. 2001. Op. Cit.

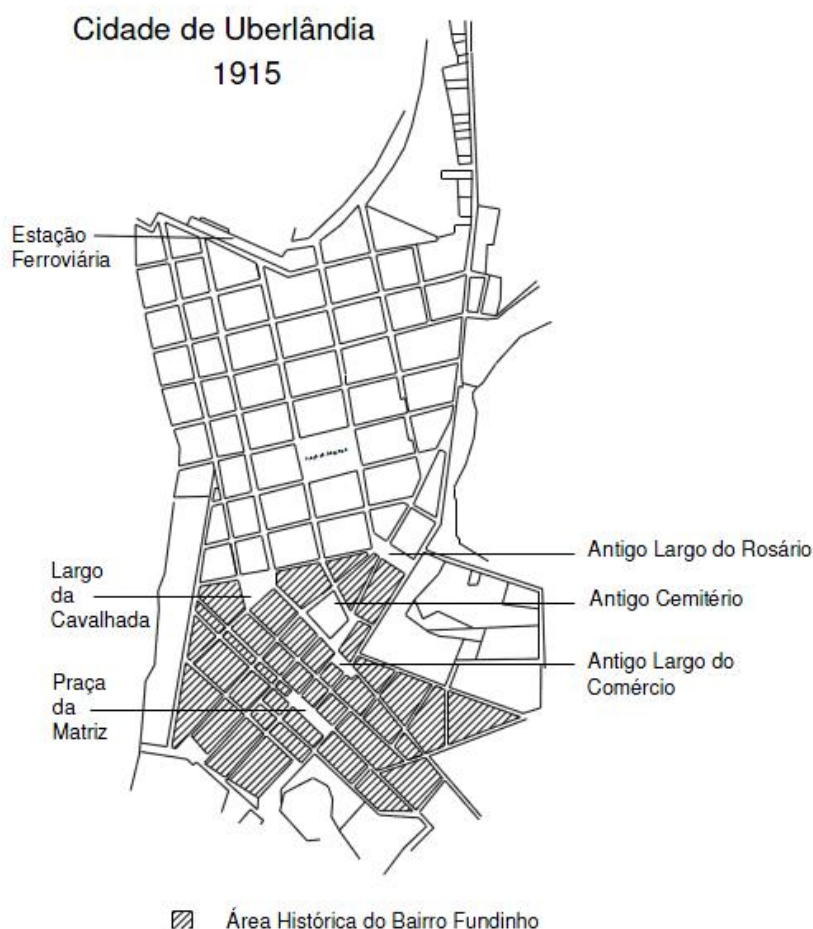


Fig. 6: Mapa da cidade em 1915. *apud* ATTUX, 2001.

Porém, o que se percebe ao caminhar pelas suas ruas, atualmente, é que o alcance dessa lei em relação à sua preservação foi pequeno, pois a paisagem é marcada por uma grande heterogeneidade de estilos arquitetônicos e edificações, os quais, na maioria das vezes, sofreram e/ou sofrem reformas e adaptações. Desse modo, antigas residências foram transformadas em lojas de comércio sofisticadas, restaurantes, galerias e escritórios de profissionais liberais. Esse processo de reformas e demolições das poucas estruturas originais do início da cidade acaba por colocar em risco o patrimônio arquitetônico do Fundinho. Ao contrário de Attux que destaca o interesse dos moradores pela preservação do bairro, percebo que os proprietários, movidos pelo interesse imobiliário, algumas vezes burlam a legislação responsável por normatizar as políticas de preservação implementadas pela administração municipal por meio do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia-CONPHAC. Talvez, esse interesse consista em projetar uma imagem

histórica do bairro como forma de atrair os clientes para o comércio ali instalado, cujo objetivo é atender, em sua maioria, as classes de renda média e alta.

Quanto aos projetos de “revitalização”²³⁸ Attux ressalta que, ao contrário da renovação urbana, a proposta de revitalização apresenta-se com o objetivo de produzir uma nova qualificação funcional nas áreas centrais e centros históricos, tanto do espaço urbano como do patrimônio edificado, resgatando identidades e preservando memórias. Na sua análise, ela constata que, apesar da proteção sugerida pelo Plano Diretor de 1994, a situação de bairros como o Fundinho é extremamente precária. A verticalidade que toma conta dos quarteirões trás sérios problemas para a infra-estrutura do bairro que não estava preparada para se adaptar a essa modernidade. Ela salienta ainda que, apesar da aprovação da lei que dispõe sobre o uso do solo em Uberlândia, quando o bairro Fundinho mais uma vez é considerado como centro histórico, não houve uma preocupação por parte dos envolvidos com a delimitação do espaço do bairro ou propor índices urbanísticos que colaborassem com sua preservação e, muito menos, de criar diretrizes que preservassem o conjunto composto pelas ruas, casas, praças e traçado urbano. Contudo, o bairro que emerge da memória de alguns moradores difere da sua configuração atual.

No próximo capítulo, abordaremos algumas crônicas que compõem o Jornal Fundinho Cultural com o intuito de compreender a constituição da memória da cidade discutindo as mobilidades e permanências que ocorreram no seu espaço urbano ao longo do tempo e como foram vivenciadas por determinados sujeitos sociais.

²³⁸ Após várias discussões sobre o conceito de revitalização, ele foi substituído. Atualmente utiliza-se o conceito de requalificação.



III

Os lugares de memória: mobilidades e permanências no centro da cidade

III

Os lugares de memória:

Mobilidades e permanências no centro da cidade.

Os lugares de memória... se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória viva.

Pierre Nora, 1993.

Nora salienta que a passagem da memória à história impôs a cada grupo a obrigação de redefinir a sua identidade para a revitalização de sua própria história. O dever da memória faz de cada um o historiador de si. O imperativo da história assim ultrapassou, aos poucos, o círculo dos historiadores profissionais e não são apenas os antigos marginalizados da história oficial que alimentam o desejo de recuperar o seu passado desaparecido. São todos os corpos constituídos, intelectuais ou não, que, a exemplo das etnias e das minorias sociais, experimentam o desejo de partir para a pesquisa de sua própria constituição, de reencontrar suas origens.

A grande valorização que vem sendo atribuída a toda referência ao passado incentivando a sua preservação e arquivamento levou à criação da memória histórica, a qual não é considerada memória porque se encontra alheia à experiência do vivido, e nem história, porque destituída do seu valor crítico em relação ao passado. Nora ressalta ainda que não são apenas aqueles que trabalham com história oficial que alimentam o desejo de recuperar o seu passado desaparecido, mas também todos os outros, intelectuais ou não. O autor afirma que os lugares de memória nascem da consciência de que não há memória espontânea, e quando se trata do ato de

lembrar/esquecer - necessitamos criar arquivos. E esses arquivos, com significância material, funcional e simbólica, são variados, de registros escritos a datas comemorativas, passando por celebrações e símbolos, e também pelos museus, bibliotecas, obras de arte. Conforme Nora argumenta, torna-se necessário manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas.

Menos a memória é vivida do interior, mais ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive atrás delas. Daí a obsessão pelo arquivo que marca o contemporâneo e que afeta, ao mesmo tempo a preservação integral de todo o presente e a preservação integral de todo o passado. O sentimento de um desaparecimento rápido e definitivo combina-se à preocupação com o exato significado do presente e com incerteza do futuro para dar ao mais modesto dos vestígios, ao mais humilde testemunho a dignidade virtual do memorável²³⁹

Segundo Nora, a lembrança é passado completo em sua reconstituição mais minuciosa. É uma memória que registra e acaba por delegar ao arquivo, museus e instituições afins, o cuidado de se lembrarem por ela. Reportei-me às palavras de Pierre Nora para iniciar este capítulo, porque elas traduzem um pouco da situação me marca a trajetória dos “lugares de memória” que compõem a paisagem urbana principalmente na área central de Uberlândia. Entretanto, entendo que a memória não deve ser pensada como coisa do passado, mas artimanha do presente e que é resultado do ato de lembrar e esquecer o que passou, tendo em vista o que virá. Sabemos que o passado pode ser observado e narrado de diferentes maneiras, pois, a interpretação de um determinado acontecimento pode ser variada dependendo do modo como foi registrado no tempo próximo de seu acontecimento. Desse modo, um fato concreto pode suscitar diversas memórias dependendo do tempo de quem o relembra, o relê ou o reconta.

Em relação à necessidade que se tem, atualmente de “criar arquivos, com significância material, funcional e simbólica, vejo que os meios de comunicação se apresentam como um espaço de socialização da memória, porque são também local de celebrações e comemorações, local em que decisões políticas são anunciadas, são ainda suporte para os registros da vida cotidiana além de servir como fonte para as experiências de cada um. Foi considerando o exposto acima, que optei por analisar algumas crônicas publicadas no Jornal Fundinho Cultural, lançado em fevereiro de

²³⁹ NORA, Pierre. Nora, Pierre. Os lugares de Memória: a problemática dos lugares. In: *Proj. História*, São Paulo, (10), dez. 1993, p. 10.

2002, por iniciativa do artista plástico Hélyvio Lima, atual morador do bairro Fundinho, localizado na área central, em Uberlândia. Segundo seu depoimento, seu objetivo ao fundar o jornal consistiu na divulgação da arte, da cultura e da história do bairro. Os artigos nele publicados se compõem por depoimentos de moradores do Fundinho, cuja intenção é voltada para revelar aos leitores momentos vividos no bairro em épocas passadas e no tempo presente. Outros artigos relacionados às ações culturais e de entretenimento permeiam as páginas do jornal e, além deles, publica-se ainda o resultado de algumas pesquisas que têm o bairro como objeto de estudo, pois representam uma possibilidade de obtenção de benefícios voltados para a manutenção da sua configuração atual²⁴⁰.

Por meio do jornal, é possível vislumbrar que uma imagem do bairro emerge das lembranças daqueles sujeitos sociais que participaram e ainda participam do processo histórico da cidade, ressaltando as mobilidades ou permanências no seu entorno. Verificou-se que apesar das ações voltadas para a sua preservação²⁴¹, como já citado no capítulo I, a sua paisagem tem sofrido muitas alterações causadas pelas inúmeras reformas que descaracterizam as suas edificações originais - sendo que algumas remontam às origens da cidade, devido a um forte processo de especulação imobiliária. Neste sentido, Rodrigues destaca que por trás dos bens arquitetônicos remanescentes de épocas passadas que ainda se encontram preservados, “estão os moradores antigos, pessoas que resistem até a sua morte para preservar o que lhes é de grande valor, o que não é compartilhado por seus herdeiros, atraídos pela recompensa financeira oferecida pelo setor imobiliário.”²⁴²

Rodrigues chama a atenção para situações que têm ocorrido com frequência em relação aos bens destinados ao tombamento na cidade, como por exemplo, o caso do Cine Regente, destacado no capítulo anterior, em que a demolição, algumas vezes, ocorre na calada da noite como forma de fugir da “imposição” da preservação. Não se

²⁴⁰ Ver os artigos: VALE, Marília M. B. O Bairro Fundinho e a preservação do Patrimônio Cultural em Uberlândia. *Fundinho Cultural*. Uberlândia, p. 10, abr. 2003. ATUXX, Denise Elias. Percepção ambiental e revitalização urbana: o caso do bairro Fundinho. *Fundinho Cultural*. Uberlândia, p. 13, abr. 2003.

²⁴¹ Ver: PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Ofício Circular n. 029/86. O ofício citado acompanhou o Ante-Projeto de Lei que dizia respeito à questão da normatização sobre a construção de prédios no Bairro Fundinho e foi enviado às todas as instituições de Uberlândia em 15 de maio de 1986.

²⁴² RODRIGUES, Geisane Martins. *Viver as transformações no Fundinho: anseios de preservação e reconstrução de memórias (1980-2006)*. Monografia. Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, 2008, p. 14.

importando com o valor histórico agregado ao imóvel do qual são proprietários, não se preocupam com a sua destinação, apenas em garantir que seu espólio seja revertido em forma de capital. Outro aspecto a ser observado é que, os discursos dos arquitetos que pregam a conciliação da cidade moderna com a cidade histórica, e que o “conceito de patrimônio histórico amplia as possibilidades de maior integração do antigo com a dinâmica moderna da cidade”, interferem na configuração daquele espaço urbano por meio da “re-criação” de espaços e ambientes voltados para satisfazer os investimentos relativos ao comércio de luxo. Tal atividade comercial tem se ampliado pelas ruas do bairro e isso leva à intervenção nas fachadas antigas, descaracterizando-as por meio da adaptação de vitrines modernas e chamativas com o intuito de atrair as classes, média e alta que por ali passam.

Por outro lado, o acesso ao jornal também possibilita perceber permanências, algumas relacionadas à memória de seus moradores. De suas lembranças, surge uma imagem do Bairro Fundinho que não condiz com a agitação da vida moderna, o aumento da frota de carros e pedestres que se locomovem pela suas ruas e acarretam sérios problemas. Diferentemente do bairro verticalizado e movimentado por sua proximidade ao centro comercial da cidade, suas “memórias” mostram um “lugar” em que hábitos antigos ainda permanecem, como por exemplo, as relações de vizinhança, as conversas na porta da rua, as rodas de amigos que ainda se reúnem para discutir os problemas advindos com o desenvolvimento urbano e suas interferências no seu cotidiano. É esse bairro que emerge da crônica de Héliúo Lima:

Bom andar por aqui batendo perna. Ruas do Fundinho, permeio a história enquanto a vanguarda nos devora. Um presente numa loja atraente e são tantas... Uma pintura, um desenho, uma gravura, uma escultura para o jardim. Nos restaurantes, diversos sabores perfumam hall de lembranças. No meio do quarteirão a Padaria Mecânica e na esquina o Oscar Mendes. Bem ali o Cine Theatro São Pedro. Entra e sai gente elegante, a orquestra desfia um repertório memorável. Fino trato, mulheres não repetem modelos na passarela da Rua da Boa Vista. Olhares se entrecruzam através dos tempos. Do jornal “O Progresso” de 1907 para o Fundinho Cultural algumas coisas se identificam, mas muita coisa mudou. Fulminante engenho do progresso a computação das imagens é violenta demais para o romântico olhar. Pessoas se foram. Vieram outras. Permaneceu o ideal, a energia do espaço e tudo muito bem...²⁴³

²⁴³ Com as palavras citadas, o artista plástico Héliúo Lima, abre a edição n. 02 do jornal Fundinho Cultural em maio de 2002. As várias edições do jornal foram utilizadas como fonte documental

Citar essa crônica teve como objetivo trazer à tona as mobilidades e permanências no centro de Uberlândia e se justifica porque se apresenta como uma das imagens que são construídas de forma a representarem os discursos que legitimam tanto os ideais de cidadania e qualidade de vida urbana, como também os projetos voltados para o progresso e desenvolvimento. Hélivio Lima tece uma trama mesclando um tempo que passou e suas palavras denotam uma certa nostalgia por não ser mais possível retornar a ele, “pois a vanguarda nos devora”. Vários elementos arquitetônicos que foram simbólicos no passado, surgem na sua narrativa, junto com eles, cheiros, sabores, funcionam como suportes de memória, pois despertam lembranças quase esquecidas de um passado distante. Entretanto, o progresso aparece como um engenho destruidor desse passado, mas a sua finalização, “e vai tudo muito bem”, leva a pensar que, mesmo sentindo saudades daquele passado de outrora, a modernidade também é bem vinda.

Várias crônicas destacam as mobilidades e permanências das praças que compõem a paisagem do bairro, no entanto, é bom lembrar que esses espaços, destacados na figura 08, são marcados por contrastes e isso aparece em forma de denúncia nas páginas do jornal *Correio de Uberlândia*:

Bancos quebrados, brinquedos destruídos, pisos soltos, alambrados caídos, lixo espalhado e rastros de vandalismos por todos os lados. Esta é a situação da maioria das praças de Uberlândia. Os freqüentadores destes espaços dedicados ao lazer, à descontração e ponto de encontro com amigos são unânimes ao apontar o estado de degradação das áreas públicas. Até mesmo o cartão-postal da cidade, a praça Tubal Vilela, não escapa às críticas das pessoas que a visitam.²⁴⁴

Em relação às principais praças de Uberlândia, podemos pensá-las como “lugares que despertam memórias”, porque, estão sempre presentes na lembrança das pessoas e nas histórias que elas nos contam. Na crônica de autoria de Bilá Salazar Drumond, o enfoque é para a Praça Cícero Macedo porque, segundo a cronista, ela é considerada o “berço da cidade” e objeto das “muitas recordações da infância”²⁴⁵.

principalmente para a construção deste capítulo por permitir ao historiador observar aspectos e peculiaridades da realidade estudada.

²⁴⁴ PREFEITURA inicia reforma de praças. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 06, 13 ago. 2005.

²⁴⁵ DRUMOND, Bilá Salazar. Muitas lembranças permanecem vivas quando compartilhadas. *Fundinho Cultural*, Uberlândia, p. 08 mai. 2002.



Fig. 08: O mapa foi modificado pela autora com o intuito de destacar as praças do Bairro Fundinho.

A praça descrita por Drumond remete à dinâmica comum que movimenta a maioria de outras praças. Ela também passou por mudanças, inclusive na maneira como os usuários se apropriavam do seu espaço. Procurando compreender essa dinâmica, muitos pesquisadores têm se interessado em estudar o espaço da praça devido às várias vertentes de análise que apresenta, pois, como espaço de socialização, convívio, lazer e trabalho, ela foi, e continua sendo palco de acontecimentos comuns ao cotidiano de seus freqüentadores representando a realidade vivida por eles de um modo geral. Nelson Saldanha²⁴⁶ define a praça:

Como um espaço amplo, que se abre, na estrutura interna das cidades, como uma confluência de ruas, ou de qualquer sorte uma interrupção nos blocos edificados. Um espaço onde em geral se encontram árvores, bancos, eventualmente monumentos, em alguns casos pequenos lagos artificiais. [...] a praça integra organicamente o conjunto formado pela cidade, mas ao mesmo tempo “está” nele como um espaço - quase uma clareira - surgido pelo distanciamento entre determinadas porções construídas. A praça “nega” a continuidade das edificações, mas ao mesmo tempo ela é, em certo sentido, a essência da cidade.

Saldanha enxerga a praça como o espaço público, obra do viver social permeado pelas relações que se desdobram nesse viver, sendo as mesmas de ordem econômica, política ou de criação cultural. A consagração histórica do fenômeno urbano significa,

²⁴⁶ SALDANHA, Nelson. *O jardim e a praça*. Rio de Janeiro: Atlântica Editora, 2005, p. 13.

no fundo, a consagração ou consolidação da vida pública. Para ele, a praça é mais que um espaço que se abre no meio da cidade, é a própria essência da cidade, visto que, em todos os lugares do mundo, em todas as culturas, as praças se prestam a finalidades mais genéricas da vida social: comunitária, política, econômica, religiosa ou militar. São, portanto, espaços também de caráter ritual, onde se organizam atividades comunitárias, lugares de comemorações, de abrigo de monumentos, construções e objetos em destaque.

Diferentemente das ruas, que são espaços primordialmente de trânsito, as praças, ao contrário, são espaços associados à idéia de momento de pausa na malha urbana, de descontinuidade do tecido. Um espaço de permanência e estar, ainda que provisório. Se comparado aos espaços privados, as praças são espaços de livre uso e atendem a distintos propósitos, em que as pessoas atuam de maneira distinta daquele. É, sobretudo, um ponto de convergência da cidade, que a utiliza para o lazer, para comercializar, para trocar idéias, para encontros românticos ou políticos, para o desenrolar da vida urbana ao ar livre. Assim, o que difere a praça de um simples espaço aberto é a possibilidade de sua apropriação social.

O espaço urbano em Uberlândia foi se constituindo entre praças ladeadas por pequenas e tortuosas ruas que entrecortavam o município. A cidade nasceu em torno da capela Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião que foi construída em meados do século XIX. Segundo Antônio Pereira²⁴⁷, os atrativos para a aglutinação humana no seu entorno se devia à água que chegava através de um rego puxado das cabeceiras do córrego São Pedro e era despejada na praça por uma bica d'água.

A arraia miúda, os artesãos e os pequenos comércios eram abrigados por casebres rudimentares. Esse pequeno ajuntamento de casas em torno da igreja e um pequeno espaço à sua frente onde ergueram um cruzeiro ficou conhecido como “Largo da Matriz”. O largo, ao contrário da praça, era um espaço vazio. A praça, que veio depois, atualmente denominada Cícero Macedo, já era o espaço trabalhado para o lazer do povo.

Ali havia a Matriz Nossa Senhora do Carmo, com suas portas pesadas.
O coro, o som agudo do sino convidando à celebração. O púlpito que

²⁴⁷Ver: PEREIRA, Antônio. Muitas lembranças permanecem vivas quando são compartilhadas. *Jornal Fundinho Cultural*. Uberlândia, p. 08, mai. 2002.

parecia tão alto para o alcance dos olhos infantis. O altar, ostentando a imagem de Nossa Senhora, ladeada por dois anjos perfilados como soldados, tendo nas mãos castiçais, guardiães mudos do cenário que me fascinava.²⁴⁸

O fragmento da crônica citado acima denota a importância do aspecto religioso na constituição das cidades. Contudo, sabemos que “as praças, nas cidades construídas em todos os quadrantes e em todos os âmbitos culturais, relacionam-se a finalidades mais genéricas, pois se ligam ao espaço comum - no sentido comunitário do termo - ao âmbito político, à finalidade econômica, à dimensão religiosa ou militar da vida social”.²⁴⁹ Seguindo esse caminho, constituiu-se o espaço da Praça Cícero Macedo conforme o significado social que a sociedade uberlandense lhe imprimiu ao longo dos anos. Esse espaço maior, “que revela e tende a confundir-se” com a cidade, com suas árvores e símbolos, se modificou conforme o progresso foi chegando, alteraram-se hábitos que, hoje, apenas permanecem nas recordações:

No meio da Praça realizavam-se as barraquinhas, leilões, festividades religiosas, ao som da Banda. Na esquina, o Hotel Vieira cujos proprietários Sr. Misael e D. Constância, solícitos e atenciosos na transferência das orientações para meus pais, novos administradores da “Casa Amarela”. [...] Ao lado, a residência de Monsenhor Eduardo dos Santos. Calçada de degraus altos serviam de andaime para as travessuras de saltar sobre as pedras à despeito do olhar de censura do bondoso sacerdote. O largo, circundado por residências onde a arquitetura da época se fazia notar em detalhes. E o buteco do Chico? (ainda está ao lado da farmácia). Não havia tostões que chegassem para comprar chupeta em forma de pássaros, revólveres, bolas e a famosa bananada em quadrinhos puxentos, cobertas de açúcar cristal. Em meio a esse pequeno grande mundo, a vida despreocupada e muito tempo para pular maré, correr pique, cantar em roda.²⁵⁰

A cronista narra uma série de lembranças que nos remetem aos hábitos de sociabilidade praticados outrora, trazendo à tona a imagem da residência de determinadas famílias uberlandenses que moravam no Bairro Fundinho nos seus tempos de criança, e, por meio do cruzamento de sua história com a história oficial do município, percebe-se que a maioria dos proprietários era pertencente a uma minoria seleta da população. Além disso, aborda as traquinagens da infância de uma forma a nos levar a crer que, nem mesmo o “olhar disciplinador do bondoso sacerdote” as impedia de cometer diabruras. Assim como na crônica de Hêlvio Lima, aqui também se

²⁴⁸ DRUMOND, Bilá Salazar. Op. cit. p. 8.

²⁴⁹ SALDANHA, Nelson. op. cit. p. 15.

²⁵⁰ DRUMOND, Bilá Salazar. Op. cit. p. 8.

encontram presentes os suportes de memória, aroma, sabor e “felicidade”. A imagem criada por ela é a de uma cidade harmônica, sem conflitos, em que era possível viver com tranquilidade. Os hábitos se transformaram e as praças já não cumprem as mesmas funções. Porém, hoje, apesar de parcialmente descaracterizado ao longo dos anos, o local ainda preserva algumas das características originais e testemunhos arquitetônicos e urbanísticos da história da cidade. Além disso, no seu entorno, encontram-se instalados vários edifícios ligados à cultura da cidade, como o Museu de Arte da Universidade Federal de Uberlândia-MUNA, a Biblioteca Municipal e alguns dos bares e restaurantes para onde se dirigem aqueles que buscam opções de lazer e sociabilidade.

A crônica de Drumond é resultado de suas lembranças dos tempos de menina e a memória funcionou como um suporte para que essas lembranças fossem compartilhadas pelos leitores do jornal. Quanto à questão da memória, reporto-me a Françoise Choay, que, referenciando-se em Ruskin, afirma que a arquitetura é o único meio que dispomos para conservar vivo um laço com o passado ao qual devemos nossa identidade, “e que é parte de nosso ser”.²⁵¹ Ao interrogar os monumentos, Ruskin prefere uma abordagem afetiva considerando que o passado é definido pelas gerações humanas que nos precederam. Se assim fosse poderíamos pensar que, ao tomarmos contato com o que viram e tocaram as gerações desaparecidas existe a possibilidade de nos comunicarmos com elas. Mas, esse pressuposto citado pela autora não deve ser considerado como verdade absoluta, pois nem sempre as lembranças necessitam de objetos palpáveis para vir à tona. Um cheiro ou um som, também são responsáveis por despertar nosso subconsciente. Desse modo, acredito que a “permanência” de determinados elementos importantes para nossa história pode ser registrada por outros meios, como por exemplo, uma obra de arte.

Ao visualizar imagens passadas, seja em fotografias ou obras de arte, é possível entrar em contato com um tempo quase esquecido, guardado nos recônditos da memória e lembranças boas de momentos já vividos podem emergir. O artista plástico Hêlvio Lima²⁵² trabalhou com alguns dos temas que têm sido referência para as políticas de preservação e conta que se mudou para o Bairro Fundinho e sempre esteve ligado a

²⁵¹ CHOAY, Françoise. Op. Cit. p. 231.

²⁵² Artista plástico e editor do jornal Fundinho Cultural. Algumas crônicas desse jornal serão analisadas no capítulo 3.

“essas coisas de escrever, de valorizar as pessoas”. Segundo seu ponto de vista, é importante valorizar a história das pessoas que estão envolvidas com o bairro e, a cada nova conversa, ele procura ouvir aqueles que o procuram para lhe informar sobre pessoas mais velhas que têm muitas histórias para contar. É uma tentativa de relembrar a história e a cultura da cidade, pois, por meio de uma conversa é possível acessar lembranças que por muito tempo permaneceram guardadas bastando apenas um pequeno incentivo para que elas aflorem novamente. “Dentre os temas que eu escolhi pintar, está o patrimônio da cidade. Eu busco o aspecto da arquitetura”. E continua: “Quanto à preservação do patrimônio, aqui em Uberlândia é uma preocupação muito recente, mas é importante preservar o patrimônio, resgatar a história... O que eu pinto hoje, amanhã pode estar no chão”.²⁵³.

Na figura 9, a estética da pintura privilegia o Coreto mesclando-o a uma série de elementos que compõem cenas da “cidade habitada”: no canto esquerdo, na parte inferior, sentimos a atmosfera do ambiente doméstico representada pelas flores que enfeitam o vaso. O clima de festa nos chega pelas imagens nuançadas das violinistas



Fig. 9: Festa no Coreto. técnica mista (tinta acrílica, pastel oleoso e lápis de cor sobre papel cartão rígido).

que parecem flutuar rodopiando em volta do Coreto que aqui é emoldurado, dando ao expectador a impressão de que está observando as atividades que se desenrolam na praça, apoiado no parapeito de uma janela. A meu ver, o artista capta as experiências das vivências domésticas no ambiente interno da casa misturando características do ambiente público ao privado. Percebe-se a presença humana na sua obra. Ao me deparar com o quadro “Festa no Coreto”, concluí que por meio dele, o Coreto que compõe a paisagem da Praça Clarimundo Carneiro permanecerá,

mesmo que apenas através de uma imagem, pois, é certo que nos dias de hoje, muito pouca atenção tem sido dada aos elementos que de alguma maneira contribuíram para a construção da história da cidade. Outros elementos simbólicos surgem das crônicas do

²⁵³ Hélyio Lima. Op. cit.

jornal, cujas narrativas possibilitam estabelecer uma relação, mesmo que fugidia, com um passado que não mais existe, mas, por outro lado, nos conta a história dos edifícios que permaneceram e atuam fortemente nesse universo de símbolos que compõem a dinâmica da cidade. A Igreja do Rosário é um desses símbolos e, segundo Antônio Pereira:

A nova construção, que durou anos e anos, foi contratada com Ismael Norberto de Meireles por um conto e seiscentos mil réis pagos em três vezes. Arlindo Teixeira foi o procurador da obra. Dom Eduardo Silva, Bispo Diocesano de Uberaba, foi quem, em visita Pastora, procedeu à benção da capela. [...] Com o passar dos anos essa capela se tornou pequena para abrigar a população e [...] no dia 10 de maio de 1931, com solenes festejos, o terceiro Bispo Diocesano de Uberaba, dom Frei Luiz Maria de Sant’Ana, procedeu à bênção da capela e da imagem. Esta é a última capela que está lá na praça do Rosário, (oficialmente Ruy Barbosa), que é a mais antiga construção religiosa da cidade.²⁵⁴

Pereira coloca em evidência a importância da religiosidade para o processo de construção da cidade e vai ressaltando como se davam os trâmites da administração pública. É possível depreender que quem decidia sobre o destino dos edifícios de maior significado, mesmo que se relacionasse com a cultura negra, eram as elites políticas. Além disso, destaca que dentre as igrejas construídas em Uberlândia é a mais antiga e, conforme já citado, o seu tombamento ocorreu em Patrimônio Histórico Municipal pela Lei nº 4.263 de 9/12/1985. Além da preservação por meio do tombamento, a Igreja do Rosário também permanece, e se tornou um lugar de memória ao ser “imortalizada” no quadro: “Capela e Reisado”, pintado por Hélvio Lima.

Em relação à preservação do patrimônio imaterial, em Uberlândia, Carrijo destaca como exemplo principal a manifestação religiosa do Congado ressaltando que as políticas devem ser bem articuladas uma vez que se trata de uma festa de caráter urbano, que ocupa lugares definidos na cidade. Conforme o autor, a Igreja do Rosário é local representativo para os negros na cidade. O engajamento do movimento negro na luta pela preservação do patrimônio surgiu com a organização não governamental Movimento Negro de Uberlândia Visão Aberta - MONUVA. A organização tinha representação no CONPHAC, no final da década de 1980. Hoje, a celebração é tombada pelo patrimônio histórico como bem imaterial da cidade, talvez, por sua influência ao reivindicar o reconhecimento do valor da cultura negra porque a celebração faz

²⁵⁴ PEREIRA, Antônio. A Igreja do Rosário. Jornal Fundinho Cultural. Uberlândia, 04, fev. 2002.

“referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Héliúo Lima assim se posiciona em relação ao Congado:

Além disso, na congada, por exemplo, eu busco o ser humano que está ali. É o momento que tenho para colocar na minha obra, a figura humana. Eu pintei vários quadros sobre o cotidiano dos operários... e o congado nada mais é do que esse cotidiano... Os operários estão ali. Eu sou muito voltado para o social. Em 1981, fiz uma exposição com uma série chamada operários. Pesquisei de 77 a 81 para fazer essa exposição. De certa forma era uma maneira de homenagear meu pai na figura dos operários que estavam ali.²⁵⁵

Considerando suas palavras e observando sua obra intitulada “Capela e Reisado”, na figura 10, que compõe a série “Anunciação” exposta em réplicas no Colégio Estadual de Uberlândia em dezembro de 2007 durante o evento Janelas Encantadas²⁵⁶, abstraímos a simbologia presente nos movimentos dos participantes que dançam ao ritmo de tambores para homenagear “Reis e Rainhas Congo e louvar Nossa Senhora do Rosário e São Benedito”²⁵⁷. Gabarra destaca que as relíquias expressam a memória ancestral dessa comunidade formando uma composição estética “da dança que registra a visão de mundo dessas pessoas; e, por conseguinte, o seu projeto de futuro”. A simbologia se repete na bandeira que tremula por meio das pinceladas do artista. “Caixas grandes de couro, tamborins de couro, quepes; chapéus, bastões, cajados, cetros; coroas, patuás, balangandãs; mastro de trança de fita, sinos, fardas, rosários, imagens dos santos de Nossa Senhora do Rosário e de



Fig. 10: Capela e Reisado.
Técnica mista (tinta acrílica, pastel oleoso e lápis de cor sobre cartão rígido).

²⁵⁵ Héliúo Lima. Op. cit.

²⁵⁶ O Projeto Janelas Encantadas acontece na semana que antecede o natal. O coral de crianças entoam músicas natalinas posicionadas nas janelas da Escola Estadual de Uberlândia, no bairro Fundinho.

²⁵⁷ GABARRA, Larissa Oliveira. Congado de Uberlândia. In: *Revista História e Perspectiva*, Uberlândia (34): 393-423, jan.jun. 2006.

São Benedito; bandeiras, estandartes são relíquias, objetos-memória do Congado”²⁵⁸. Assim como Kublai Khan entrevistou a cidade de Olívia por meio dos símbolos descritos por Marco Polo²⁵⁹, o congado de Uberlândia pode ser entendido como um ritual católico e africano composto por uma rede de signos profanos e religiosos que se misturam enquanto “louvam, rezam, agradecem, fazem pedidos à Nossa Senhora do Rosário e São Benedito”. Na pintura, vislumbramos resquícios de uma tradição que se mantém apesar das mudanças e da incorporação de novos elementos ao ritual como numa re-elaboração dos valores e representações da festa e da comunidade em questão.

Desse modo, entendo que as relações sociais que se desenvolvem no espaço urbano são marcadas por universos simbólicos distintos por meio dos quais os homens orientam suas ações na construção e reconstrução da vida cotidiana. Essas relações sociais se refletem, de modo particular, na produção da cidade, no momento em que o homem cria seus próprios significados, sua própria cultura.

Contudo, conforme argumenta Geertz a cultura não deve ser vista apenas como um complexo padrão de comportamentos, mas também como um conjunto de mecanismos de controle criado com o intuito de governar o comportamento humano. Por outro lado, ele chama a atenção para o fato de que o homem depende desses mecanismos e/ou símbolos para ordenar seu comportamento, e tais símbolos, na maioria das vezes, lhes são dados. O homem:

Os encontra já em uso corrente na comunidade quando nasce e eles permanecem em circulação após a sua morte, com alguns acréscimos, subtrações e alterações parciais dos quais pode ou não participar. Enquanto vive, ele se utiliza deles, ou de alguns deles, às vezes deliberadamente com cuidado, na maioria das vezes, espontaneamente e com facilidade, mas sempre com o mesmo propósito: para fazer uma construção dos conhecimentos através dos quais ele vive, para auto-orientar-se no curso corrente das coisas experimentadas.²⁶⁰

Portanto, a existência de sistemas organizados de símbolos significantes, acaba por se tornar condição necessária para a governabilidade do comportamento humano e a cultura, por meio de seus sistemas de símbolos significantes, passa a ser uma condição essencial para a existência humana.

²⁵⁸ GABARRA, Larissa Oliveira. Op. Cit. p. 402.

²⁵⁹ CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 59.

²⁶⁰ GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 57.

Cornelius Castoriades vai ao encontro das argumentações apresentadas por Geertz uma vez que defende que o homem sobrevive porque cria a sociedade e as instituições de modo que a forma social pela qual orienta sua existência lhe impõe “a significação imaginária social”. Desse modo, é por meio da sua capacidade de criação que ele recria constantemente seus padrões culturais, ou seja, é por meio dessa capacidade que ele faz surgir aquilo que não estava dado. Para Castoriades, quando abandonamos os usos superficiais dos termos imaginação e imaginário, eles deixam de se apresentar como a capacidade de combinar elementos já dados para produzir outros. Então, “a imaginação é a capacidade de colocar uma nova forma. De um certo modo, ela utiliza os elementos que aí estavam, mas a forma enquanto tal, é nova”.²⁶¹

Assim, pode-se entender que a ordem social é uma construção humana que objetiva a produção de um ambiente adequado onde se realizam suas experiências, e, as instituições assumem fundamental importância na “relação entre a sociedade instituída - conjunto de significações imaginárias sociais que confere sentido à experiência humana - e o homem que é a própria sociedade, pois os indivíduos criados por ela fizeram-na existir, e por sua vez determinarão o próprio ciclo”.²⁶²

Essa noção de cultura pode ser vista como forma de controlar os espaços urbanos. Contudo, é importante pensá-la como um sistema aberto e mutável e que não é externo ao homem, pois cada um se apropria dela e a modifica no decorrer de sua existência conforme os valores que acumula em sua experiência de vida e suas relações com os grupos sociais com os quais convive. Entretanto, não se deve esquecer que a cultura é também produto de um sistema de significações que está atrelado aos sistemas econômicos e políticos, então, está passível de ser controlada e difundida por meio do exercício do poder - instituições, impondo modos de vida e garantindo sua perpetuação.

Em relação à Congada em Uberlândia, entendo que é uma festa que permanece na dinâmica urbana, mesmo que alguns dos seus elementos tenham se adaptado à transformações advindas com os novos tempos, mas, isso não significou que houve uma perda da tradição. Segundo Maria Clara T. Machado:

²⁶¹ CASTORIADES, Cornelius. A Instituição da Sociedade e da religião. In: CASTORIADES, Conelius. (org.). *Os Destinos do Totalitarismo e outros escritos*. Porto Alegre: L&PM, 1985, p. 101.

²⁶² Idem. p. 102.

a cultura é um processo dinâmico e não pode pensar suas transformações como deterioração. A idéia de preservar e valorizar não pode desconhecer as mudanças ocorridas na coreografia e no significado das práticas culturais frente às alterações históricas em que ela se insere. Antes de serem representações discursivas de uma época, foram ou são parte de um mundo real no qual ao se produzirem relações econômicas e sociais está se produzindo também cultura. Esse entrelaçamento da cultura às condições concretas de vida induz a pensar em transformações culturais engendradas no bojo da história concebida enquanto processo.²⁶³

As origens da congada remontam a um tempo em que os negros escravizados, para fugir dos mandos dos proprietários de terra, dissimulavam sua prática religiosa como uma forma de resistência ao processo de aculturação a que eram submetidos ao chegarem à Colônia. Como foi dito acima, devido ao processo de transformações, ela assume diferentes sentidos e é reelaborada conforme os interesses dos sujeitos sociais que se organizam politicamente. Contudo, se adaptar às mudanças que ocorrem com o passar dos anos não significa que há a perda da tradição, ao contrário, essa tradição permanece o continua a orientar os caminhos a serem trilhados pelos seus participantes.

A edição de setembro de 2002 do jornal Fundinho Cultural aborda a manifestação da Congada informando que por ocasião da realização das festividades, é ali no bairro que acontece a tradicional “Macarronada da Dona Nega”. Neste momento, congadas e congadeiros são homenageados em uma festa que reúne os “amigos do Bairro Fundinho”. Um quarteirão é interditado para o trânsito de veículos, e o espaço se torna palco para a permanência desta tradição.

No entanto, as páginas do jornal analisado são também instrumento para as denúncias de alguns dos problemas advindos com o crescimento da cidade. Na matéria, “Charme e sossego: sinal amarelo?” Neusa Gonçalves Travaglia destaca o barulho como uma forma de violência que é imposta aos moradores do bairro, e, segundo afirma, sem que a permissão seja dada, esse barulho proveniente dos estabelecimentos comerciais e dos eventos ali promovidos, invade os seus lares. Em sua opinião, os proprietários e promotores de eventos deveriam se adaptar às características do bairro não permitindo a poluição sonora, pois acredita que agindo desse modo, estarão adotando “procedimentos de cidadania, boa vizinhança, respeito e outros valores.”

²⁶³ MACHADO, Maria Clara Tomaz. Op. Cit. p. 204.

Os hábitos foram se modificando, e como já foi dito, a paisagem do bairro também se modifica. “Aos poucos, os centenários casarios foram sendo substituídos por grandes arranha-céus, escritórios e lojas comerciais”²⁶⁴, alteram-na substancialmente. O autor faz uma crítica a alteração que ocorre na paisagem do bairro em nome do progresso, mas ressalta não ser contrário à modernização do Fundinho, pois acredita que seja possível conciliar o antigo e o novo, por meio de uma “composição de elementos oriundos de São Pedro de Uberabinha com elementos da Uberlândia progressista de agora. Pode-se perfeitamente, modernizar sem destruir.”²⁶⁵

Entretanto, quando em 1991, a delimitação do Bairro Fundinho pela Zona Especial de Revitalização - ZER foi proposta, sugeria-se que alguns edifícios fossem preservados e que se investisse no aspecto da sociabilidade promovendo vários encontros. Em 1994, a proposta de revitalização foi reforçada. Procurou-se resguardar a horizontalidade do espaço, preservando suas características originais. Animados com tais propostas, foi nesse momento que os moradores se uniram para discutir os problemas que ameaçavam o seu cotidiano. É também neste contexto que surge o Jornal Fundinho Cultural.

A função do jornal consiste em divulgar os acontecimentos do bairro. Seus artigos fazem referência ao projeto de revitalização e é possível perceber que esse discurso está sendo introjetado pelos moradores os quais exaltam as iniciativas voltadas para a preservação de alguns edifícios. Segundo palavras que permeiam as páginas do jornal, é “uma abertura para a revitalização das idéias e o redimensionamento do espaço. Novas finalidades são atribuídas ao bairro, “que passou esquecido por um tempo e agora ganha uma nova valorização”²⁶⁶. Ali a verticalização convive com a preservação e as ruas encontram-se em constante processo de construção e “restauração geral para novas leituras do lugar que abriga coleções de memórias.” Ali, a modernidade exerce pouco a pouco a sua interferência e antigos casarões são transformados em pontos comerciais dando ao local um *status* de “*shopping* a céu

²⁶⁴ MOREIRA, Eduardo Henrique Rodrigues da Cunha. *O Fundinho de ontem e hoje*. In: *Jornal Fundinho Cultural*, Uberlândia, 11, dez.2009.

²⁶⁵ Idem, p. 11.

²⁶⁶ LIMA, Hélvio de. O Fundinho de ontem, o Fundinho de sempre. *Jornal Fundinho Cultural*, Uberlândia, 02, set.2004.

aberto.” O jornal pode ser pensado como um espaço em que se estabeleçam ou se articulem elementos importantes para a constituição da identidade.

Contudo, entendo que ele representa uma memória “específica” - a dos moradores do Fundinho. É necessário destacar que a realidade vivida no bairro é diferente daquela vivida pelos moradores da periferia, por exemplo, e desse modo, aquilo que é significativo para uns, pode não ser para outros. Assim, um jogo de interesses permeia as relações sociais mesmo entre os moradores, pois, enquanto uns defendem a sua preservação, outros preferem usufruir dos lucros advindos por meio da especulação imobiliária. Por outro lado, o jornal não trata dos problemas decorrentes dessa modernidade, como por exemplo, o aumento do número de carros que circulam por suas ruas estreitas e tortuosas, suas matérias procuram despertar no leitor valores voltados para fortalecer o seu caráter de bairro histórico.

Entretanto, mesmo que o seu perfil seja apresentado dessa forma, a análise do jornal possibilitou a visualização de como se dá a criação e consolidação de uma determinada imagem da cidade por parte de determinados grupos. Percebi que, mesmo difundindo um discurso que defende a preservação do Bairro Fundinho, os seus moradores não se opõem às mudanças, pois, por causa delas, como disse Rodrigues, o bairro se tornou um lugar “chic” e “galmouroso”. Ali também se cria uma imagem de cidade progressista onde é possível investir em diversas áreas.

Então, essa cidade “que se fez moderna” precisa ser “vendida”!

E foi pensando na possibilidade de “difundir” a imagem de cidade “pulsante” e “moderna” que a Prefeitura de Uberlândia - a convite da Organização das Nações Unidas - ONU, participou, em outubro de 2010, da “Expo Shanghai”, realizada na China. Em um estande especial, mostrou ao mundo como a cidade cresce na economia, com boa qualidade de vida. A mostra organizada pela equipe de assessores preparada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, comanda por Dilson Dalpiaz, ocupou lugar de destaque na exposição por uma semana. Almejou-se, por meio dessa participação, informar aos empresários e agentes governamentais internacionais que foram a Shanghai, sobre as oportunidades de negócios e a realidade social e cultural de Uberlândia na atualidade.

Mostrar o progresso das cidades nas exposições universais já era uma prática desde o final do século XIX. As exposições serviam como instrumento para que um grupo social se tornasse hegemônico, econômica, política e socialmente, portanto, as grandes potências ali se colocavam como modelo universal, símbolos de construção e de propaganda da sociedade industrial que se estruturava. Desse modo, uma quantidade significativa de pessoas participava das exposições atraídas pela representação do novo, do excêntrico, da utopia. Elas ainda continuam a exercer essa função, só que, seus organizadores procuraram acompanhar os debates enfrentados no mundo atual.

A intenção em promover a cidade fora de seus “domínios”, já vem de outras décadas. Nesse sentido, Ramos, referenciado-se em Soares, afirma que na década de 1970, devido à implantação da Cidade Industrial, os grupos empresariais da cidade viajavam pelo país “à caça de industriais”, procurando atraí-los para investirem em Uberlândia por meio da promoção de inúmeras vantagens: “Mão de obra abundante e barata, mercado consumidor, malha rodo-ferroviária para ligar as regiões.”²⁶⁷ Naquela época, os discursos eram pautados na “desqualificação do trabalhador”, contudo, atualmente os tempos são outros e, para continuar crescendo e se desenvolvendo, a classe administrativa entende que é preciso globalizar sua economia. Sendo assim, a oportunidade de expor o “alto nível de qualidade de vida” proporcionado à sua população em uma exposição universal, não poderia ser perdida.

Segundo informações que constam no site oficial da Prefeitura, “a cidade foi escolhida pelos organizadores da Mostra Internacional por causa da diversidade cultural que tem e da qualidade de vida com respeito às diferenças sociais”. No entanto, cabe, neste momento, levantar alguns questionamentos: a construção da imagem da cidade exposta ao “mundo internacional” condiz com a realidade que os cidadãos uberlandenses vivenciam cotidianamente? Qual memória se quer representar? Será que, “assim como Voltaire, se pretendia representar a memória dos progressos do gênero humano, ou, como Michelet, unicamente aquela memória do povo?”²⁶⁸ A intenção em participar da exposição não estaria voltada para o estabelecimento de uma memória

²⁶⁷ RAMOS, Geovanna de Lourdes Alves. Op. Cit. p. 56.

²⁶⁸ Nora, Pierre. Op. Cit. p. 10.

sobre a cidade que fosse mais positiva do que as precedentes, mais globalizante e mais explicativa?

Na Expo Shanghai 2010 “cada país apresentou a sua cultura, a sociedade, os seus avanços tecnológicos e sua competitividade econômica e comercial com o objetivo de aprofundar as relações econômico-comerciais, o intercâmbio tecnológico e cultural, a promoção do desenvolvimento e os laços de amizade entre os países”.²⁶⁹ Segundo o Guia de Participação, a Expo Shanghai 2010 buscou dar ao visitante uma visão das cidades no futuro propondo uma exposição que contemple os seis temas: tecnologia da informação e desenvolvimento urbano; patrimônio cultural e regeneração urbana; ciência e inovação tecnológica e futuro urbano; responsabilidades urbanas e mudanças ambientais; transformações econômicas e relações urbano-rural; cidade da harmonia e vida sustentável. O evento se realizou no período de primeiro de maio a trinta e um de outubro, no espaço de mais de cinco quilômetros quadrados onde foram instalados pavilhões que além de abrigar os 191 países inscritos e 48 organizações internacionais, ainda oferecem locais para atividades culturais, centro de convenções para eventos variados e espaços de convivência.

O Brasil realizou durante a Expo atividades de posicionamento de imagem-país, de promoção de comércio e investimentos, de divulgação de destinos turísticos, de apresentação das inovações tecnológicas e da competitividade do país, de discussões técnico-científicas, de disseminação de melhores práticas de política pública brasileiras voltadas aos temas da exposição além de promover as manifestações culturais brasileiras. Com o tema “Cidades pulsantes: sinta a vida das cidades brasileiras”, o pavilhão apresentará as cidades brasileiras que passam por transformações em busca de soluções urbanas com vista ao desenvolvimento sustentável e ao bem estar dos cidadãos. São cidades que se transformam pela ação coordenada de governos, entidades da sociedade civil, setor produtivo e de seus habitantes por meio de projetos criativos e inovadores. O tema do pavilhão se sustenta em três eixos: Desenvolvimento com sustentabilidade / Bem estar; Espaços democrático / Participação Popular; Diversidade / Cidade Global. O logotipo do pavilhão foi inspirado nos braços abertos do Cristo

²⁶⁹ <http://www.fiemg.org.br/admin/BibliotecaDeArquivos/Image.aspx?ImgId=17912&TabId=1036>. Tais informações constam do Guia de Participação para Empresas e Entidades Setoriais.

Redentor, no intuito de expressar a receptividade do Brasil, reforçando valores como aceitação, afetividade, alegria e diversidade cultural.²⁷⁰

Por meio das informações difundidas no Guia, percebe-se que assim como no século XIX, o que se pretendia “vender” é um modo de vida e que apesar do caráter hegemônico das exposições universais ter se rompido após a Primeira Guerra Mundial, os fundamentos culturais, o didatismo e a exposição de conceito, continuam a orientar os modelos atuais de tais eventos. Penso que também outros motivos movem os organizadores, ou até mesmo que exista uma preocupação com os aspectos social, cultural e mental, contudo, é inegável que a proposta continua voltada para a atração de negócios e investimentos, busca de parceiros comerciais e, por ser realizada na China, ofereceu orientação sobre oportunidades de negócios com o país anfitrião e com países asiáticos.

Permaneceu o caráter de feira industrial com destaque para a exibição e o comércio de produtos, porém, o que modifica são as temáticas. Em Shanghai, percebe-se uma tentativa de “conectar” os seis sub-temas, cujo propósito é possibilitar ao visitante uma visão das cidades no futuro; às problemas que norteiam as discussões no mundo atual. Nesse momento, a preocupação com as questões urbanas e o desenvolvimento sustentável tem sido o fio condutor para vários encontros entre personalidades das diversas áreas e dos diversos países, em congressos e seminários com o intuito de encontrar soluções para os desequilíbrios causados pela intervenção do ser humano no ambiente em que vive.

Segundo o jornalista Ivan Santos, do jornal Correio de Uberlândia, esta cidade foi escolhida pelos organizadores da Mostra Internacional por causa da “diversidade cultural que tem e da qualidade de vida com respeito às diferenças sociais”. Conforme afirma o jornalista a acessibilidade às pessoas com deficiência, nas ruas da cidade, foi comentada positivamente na ONU, que viu nesse pormenor um exemplo para outras cidades do mundo moderno. Também é destaque o ensino superior público e privado que faz de Uberlândia um respeitado centro de pesquisas científicas e tecnológicas. A presença de Uberlândia na Exposição de Shanghai teve por fim promover a interação desta com outras cidades do mundo em desenvolvimento social e econômico com

²⁷⁰ <http://www.fiemg.org.br/admin/BibliotecaDeArquivos/Image.aspx?ImgId=17912&TabId=1036>.

moderna tecnologia e boa qualidade de vida. Uberlândia, como representante do Brasil mostrou na China o modelo de desenvolvimento urbano positivo praticado hoje no país²⁷¹.

As palavras de Ivan Santos são confirmadas pela publicação de uma justificativa para contratação de serviços para a Expo Shanghai 2010. No texto que consta da página 18 do Diário Oficial do Município de 08 de junho de 2010, denota-se o ufanismo que já se tornou característica comum e permanece nos discursos proferidos pela classe dirigente desde as origens da cidade:

Expressivo patamar sócio-econômico e cultural alcançado por Uberlândia e a qualidade de vida aqui ofertada à comunidade, mereceram reconhecimento internacional. Resultou disso especial oportunidade de nossa cidade como participante do projeto Interfaces Brasileiras - *Pavilhão Devnet* na expo 2010, Exposição Mundial de Shanghai. Um raro e oportuno momento de demonstração de potencialidades e abertura de espaço para nosso agigantamento em termos de ordenado e sustentável desenvolvimento – bem à altura do dinamismo empreendedor e progressista do uberlandense. Atente-se, por exemplo, que uma das ações vinculadas a esse evento e que tem como tema “Cidade Melhor – vida melhor”, busca integrar-se à divulgação de formas de planejamento urbano com intercâmbio de tecnologias e resultados, paralelos à interação com o meio ambiente e que venham a oferecer soluções eficientes, reclamadas pelas comunidades.²⁷²

Contudo, até que ponto tal discurso reflete a realidade? A cidade aqui vivida se apresenta como “melhor” e proporciona uma vida “melhor”? Será que as propostas de planejamento urbano atendem as necessidades da população ou servem a interesses isolados de agentes privilegiados que atuam em determinados setores da administração pública? Qual o significado implícito na palavra “melhor” que qualifica a cidade?

Por meio deste estudo, concluí que o discurso que propõe uma melhor qualidade de vida por meio dos melhoramentos urbanos, nem sempre se efetiva e, neste sentido, Maria Stella Bresciani destaca que as palavras podem qualificar as cidades particularizando-as entre outras. Elas hierarquizam o espaço urbano, “designando-lhes

²⁷¹ <http://www3.uberlandia.mg.gov.br>

²⁷² CONTRATAÇÃO de serviços para a Expo Shanghai-2010. *Diário Oficial do Município*. N. 3432, 02, 8 jun 2010.

‘ilhas’ de modernidade, da pós-modernidade, da riqueza afluyente, deixando entrever, ou expondo escandalosamente, lugares estigmatizados, a segregação e a exclusão social das favelas, becos, invasões”. Ao tomar a palavra melhoramentos e a expressão melhoramentos materiais como objeto de análise, a autora constata a sua longa permanência para designar “benefícios feitos nas vias de comunicação, pontes, praças, mercados, e demais lugares de utilização coletiva”²⁷³

Bresciani situa a palavra melhoramentos associada a um lugar comum, cuja compreensão é imediata e considerada do ponto de vista de uma coletividade. “Ou seja, uma palavra que permite as falas vindas de pontos diversos se encontrarem no lugar comum onde as representações das experiências de natureza variada se acumulam e entrecruzam-se, designando, neste caso, sempre um acréscimo positivo a uma situação dada. Constituiria, então, um dos desdobramentos identificáveis da noção mais ampla de progresso”²⁷⁴.

Entendendo que a palavra melhor ou melhoramentos “atua como metáfora, ou seja, algo que articula um sentido a uma representação, ou a uma realização mental sob a forma de imagem”, coloco-me em sintonia com a autora quando ela procura apreendê-la também como metáfora aplicada a múltiplas situações, portadoras de benefícios à cidade e à sua população²⁷⁵. Em relação aos discursos produzidos sobre a cidade de Uberlândia analisados por mim no recorte proposto para delimitar meus estudos, pude perceber uma prolongada permanência dessas palavras, tanto nos escritos daqueles encarregados de ordenar e organizar o processo de desenvolvimento urbano, quanto naqueles que compõem as páginas dos jornais uberlandenses, principalmente o jornal Correio de Uberlândia. Assim como a autora, procurei considerar os três tipos de registros lingüísticos: a fala dos especialistas; a linguagem culta; e o léxico popular. Nesse sentido, entendo que o discurso a que me referi acima partiu da equipe encarregada de “cuidar” da ordenação do espaço urbano uberlandense. Com a exposição fotográfica de Uberlândia, montada no Pavilhão da ONU Habitat, esse grupo pretendeu mostrar uma parte do processo sócio-cultural urbano da cidade “abordando com

²⁷³ BRESCIANI, Maria Stella. Melhoramentos entre intervenções e projetos estéticos: São Paulo (1850-1950). In: *Palavras da Cidade*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001, 76p., p. 343.

²⁷⁴ Idem, p. 344.

²⁷⁵ A coletânea de artigos organizada por Bresciani reúne trabalhos apresentados no I Seminário Latino-Americano do Programa Internacional “Les Mots de La Ville”, realizado nas dependências da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS, em 1999.

destaque a consecução de prioridades direcionadas à habitação, assistência à saúde e lazer do idoso, paralelamente à funcionalidade e conforto no transporte público inclusive com “total” (grifo meu) acessibilidade a portadores de necessidades especiais”.

Percebi nas reportagens publicadas no jornal Correio de Uberlândia foi que, na maioria das vezes, esse veículo de comunicação se posicionou do lado da classe administrativa, apoiando-a principalmente quanto à divulgação da imagem de cidade progressista e desenvolvida construída pelas elites. Contudo, tal postura, em alguns momentos, se torna ambígua, pois outra realidade que se contrapõe à expressão: Cidade Melhor-Vida Melhor aflora de suas páginas. Neste ponto cabe uma pergunta: com que intenção e para quem esses discursos - tanto os oficiais quanto não oficiais - são produzidos?

Assim como José Marques de Melo, acredito que a preocupação com a leitura, principalmente nos processos de comunicação de massa, origina-se na emissão. Conforme afirma o autor, a experiência comunicativa apenas se completará no momento em que a mensagem for emitida e se ela contiver ingredientes simbólicos e culturais capazes de suscitar a atenção do receptor potencial e conduzi-lo à sua leitura - apreensão e compreensão. Nesse sentido:

A elaboração da mensagem não pode prescindir do conhecimento antecipado dos elementos que determinam ou potencializam a leitura. Do contrário, a atividade codificadora corre o risco de não encontrar a correspondência pretendida e esperada. É evidente que tal situação caracteriza o exercício comunicativo que se dá nos marcos da contemporaneidade e da difusão coletiva. Ela possibilita a sintonia entre os agentes da comunicação e facilita a circulação instantânea da mensagem ou imediata da mensagem, pois está codificada a partir de sinais catalisadores dos contornos vigentes naquela conjuntura sociocultural ou naquele contexto histórico”²⁷⁶.

Desse modo, entendo que o jornal local interesse à administração porque assume a função de mediador entre a prefeitura e a comunidade. Por meio do jornal busca-se justificar a participação da cidade na Expo Shanghai noticiando a presença do fotojornalista italiano Alessandro Scotti, encarregado de “registrar as dinâmicas urbanas de expansão” da cidade onde deverá “capturar exemplos positivos, problemas e

²⁷⁶ MARQUES DE MELO, José . O Ensino da Comunicação: Os Desafios da Sociedade Contemporânea. In: Sérgio Mattos. (Org.). Comunicação Plural. Salvador: EDUFBA, 2007, v. , p. 17-31.

soluções adotadas pelo município na promoção do desenvolvimento”. A matéria destaca a importância da “escolha” (grifo meu) de Uberlândia para ser incluída no roteiro da campanha fotográfica mundial proposta pela ONU no projeto voltado para os Assentamentos Humanos, ONU-Habitat, uma das extensões da instituição, a qual busca promover alternativas sociais e ambientalmente sustentáveis de urbanismo e moradia.

Por indicação da organização e do Ministério das Cidades, Uberlândia foi escolhida para representar a América Latina na campanha fotográfica, considerando critérios como: número de habitantes, taxas de crescimento, relevâncias econômica, social e cultural. Outras quatro cidades também foram selecionadas pela UN-Habitat para os registros fotográficos, que começaram em agosto do ano passado: Johor Bahru (Malásia); Tetouan (Marrocos); Hunchun (China) e Onitsha (Nigéria). “São as cidades de porte médio que enfrentam mais desafios na infraestrutura por causa do rápido crescimento. A intenção da ONU é construir trabalhos pautados pela integração com os governos e mostrar não só as coisas boas das cidades, mas também seus problemas e como os solucionaram”, afirmou Scotti.²⁷⁷

No itinerário previsto para ser percorrido pelo fotojornalista, destacaram-se as regiões centrais e periféricas; pontos turísticos; terminal rodoviário; corredores de ônibus; aeroporto; centros esportivos, culturais, educacionais, comerciais e industriais; estações de tratamento de esgoto e água; principais estradas e rodovias que cortam a cidade; novo Hospital Municipal e outros espaços em construção ou recém-construídos pela administração. Segundo suas palavras, a intenção do fotojornalista é representar a realidade urbana concentrando-se em suas peculiaridades, aspectos positivos e contrações. Como resultado do projeto, 150 fotos de Alessandro Scotti compuseram o pavilhão da ONU a que já me referi na mostra “Expo Shanghai 2010 – Melhor cidade, melhor qualidade de vida”, que aconteceu na China.

A imagem de cidade que foi exposta em Shangai condiz com a realidade urbana da Uberlândia atual? A pesquisa apontou para a existência das tensões que permeiam o espaço público do centro da cidade e os sujeitos sociais fazem parte de uma experiência urbana contemporânea “que propicia a formação de uma complexa arquitetura de territórios, lugares e não-lugares, que resulta na formação de configurações espaço-

²⁷⁷ UBERLÂNDIA por um olhar internacional. *Correio de Uberlândia*. Op. cit. p. 6.

temporais mais efêmeras e híbridas do que os territórios sociais de identidade”. Segundo Arantes Neto, os referenciais de tempo-espço a que se refere, são produzidos nos conflitos e nas sociabilidades chamadas marginais, que se constituem nos espaços públicos das grandes cidades.

Observando as premissas acima, o correto seria constatar que houve a preocupação da administração em sanar as contradições advindas com o desenvolvimento urbano, contudo ao nos depararmos com algumas das críticas ao modo como se deu o processo de elaboração do projeto dos Planos Diretores percebemos que as discussões não ocorreram sem conflito. Algumas vezes, devido ao seu caráter tecnicista, ao invés de solucionar os problemas locais via reordenamento do espaço físico, acaba por criar outros, como por exemplo, a elevação do preço dos imóveis no bairro central, os quais passam a abrigar uma parcela da população que detém o capital. Àqueles que possuem poder aquisitivo mais baixo, resta a acomodação na periferia, quase sempre com infra-estrutura precária.

Outro fator que precisa ser considerado é que apenas o Plano Diretor não garante que as premissas propostas por ele serão efetivadas, pois, para isso é necessário a liberação de recursos estaduais e federais. Neste ponto, chamamos a atenção para a seguinte questão: a elaboração do Plano Diretor ocorreu sob a ótica do capital? Que interesses nortearam as discussões? Como ficam as questões relativas ao meio-ambiente? Se considerarmos a idéia de François Chesnais e Claude Serfati perceberemos que as degradações ambientais são transferidas para países e classes mais baixas. Os países ricos apostam em tecnologias cegas, de uma irresponsabilidade social total. Segundo esses autores:

Também é impossível dissociar as formas econômicas da dominação e da violência de suas formas políticas e militares. Tomadas em seu conjunto, as destruições ambientais e ecológicas e as agressões contra as condições de vida dos proletários são resultado dos efeitos cumulativos de mecanismos secretados pelo funcionamento, há décadas, do modo de produção capitalista e da dominação contemporânea, renovada e quase sem limites do capital financeiro.²⁷⁸

²⁷⁸ CHESNAIS, F. E SERFATI, Claude. A questão ambiental. *Crítica Marxista*, n.16, 2003, p.44.

Para eles, a apropriação e o uso do solo voltados para a produção de renda, interfere na busca por soluções para diferentes aspectos da crise ecológica e, além disso, ressaltam a postura dos países ricos, os quais “cuidarão para que as consequências da ‘crise ecológica’, afetem o menos e o mais tarde possível as condições de reprodução do modo de vida dos proprietários do capital, dos seus dependentes e das camadas sociais que fazem causa comum a eles”.²⁷⁹ Partindo desse ponto de vista ao analisarmos o desenvolvimento urbano de Uberlândia, constatamos que os interesses das elites dominante nortearam grande parte dos projetos de intervenção na área urbana. A renda proveniente do uso do solo no centro da cidade onde a valorização imobiliária é maior se concentra nas mãos de uma parcela de privilegiados e, quando agentes de baixa renda tentam se apropriar desse espaço, são dali banidos com a justificativa de que é necessário impor uma imagem ordeira da cidade.

Quanto à discussão sobre as condições de reprodução social de determinadas classes sociais, Chesnais e Serfati salientam que as relações de produção capitalistas são também, relações de dominação, cuja reprodução e expansão se operam no quadro de relações imperialistas renovadas. Em relação à industrialização, percebemos que as inovações tecnológicas alcançaram um patamar que interfere nas condições de reprodução de vida dos cidadãos, pois, a utilização das máquinas acabou por deixar ociosa boa parte da “massa trabalhadora”. Sendo assim, concordo que:

A “salvaguarda do emprego”, tornou-se o objetivo prioritário, senão único, da ação do movimento operário, transformando-se num dos maiores argumentos contra toda proposta séria de limitação do uso do automóvel e até da simples aplicação de textos de lei, bastante limitadas, em matéria de controle de certas poluições, por exemplo, nas indústrias químicas”.²⁸⁰

A consequência da mecanização da indústria tem exigido, cada vez mais, mão de obra qualificada e, a falta de investimentos em educação não tem preparado o trabalhador para o mercado de trabalho onde a tecnologia domina o processo produtivo. Além disso, com o investimento industrial, novas contradições permeiam as vivências cotidianas dos cidadãos. Outro aspecto suscitado na obra de Chesnais e Serfati foi o mecanismo de apropriação ou de exploração dos bens naturais, considerados

²⁷⁹ Idem, p. 44.

²⁸⁰ CHESNAIS, F. E SERFATI, Claude. Op. Cit. p. 46.

inesgotáveis e, portanto gratuitos, como a água e a energia. Percebemos que, à medida que ocorre o crescimento das cidades, tanto a água quanto a energia são bens apropriados pelo poder público com a justificativa de melhor atender os cidadãos. No entanto, se o crescimento urbano ocorre de maneira acelerada e, uma série de problemas decorrentes da falta de planejamento da infra-estrutura é responsável pelos transtornos que comunidade enfrenta. Conforme nos diz Chesnais e Serfati:

a história do capitalismo mostra que a burguesia não construiu o espaço apenas em função de suas necessidades econômicas (a redução “do espaço pelo tempo” como dizia Marx), mas com o objetivo político de evitar que a classe operária encontrasse na concentração espacial, a força necessária ao combate por sua emancipação. A esse respeito, as tecnologias da informação, ao facilitar a desconcentração das unidades de produção, inclusive das indústrias em que os constrangimentos técnicos pareciam levar a imensas concentrações (automóveis, química), enfraqueceram a organização coletiva dos assalariados e sua capacidade de resistência à mundialização capitalista.²⁸¹

Esse enfraquecimento da capacidade de resistência dos assalariados é também discutida por Marcelo Badaró Mattos e David Harvey quando tratam do processo de desindustrialização. A redução da oferta de vagas decorrente deste fenômeno e da adoção de novas tecnologias, ao contrário do taylorismo que possibilitou a contratação de mão-de-obra com pouca qualificação, tem levado a uma disputa acirrada no mercado de trabalho cujo diferencial é, justamente, a qualificação. Outro fenômeno também discutido pelos autores e que tem interferido nas relações de trabalho atuais é o processo de terceirização, que resulta no enfraquecimento dos sindicatos.

Em relação às questões ambientais mais críticas, Chesnais e Serfati destacam a urbanização maciça do planeta, a qual tem levado a um movimento de êxodo rural acelerado cujas conseqüências são as tragédias sanitárias e ambientais a que são sujeitas as populações dos países do “terceiro mundo”. Baseando-se em David Harvey, os autores salientam que a permanência da dominação do capital financeiro proíbe qualquer perspectiva para as populações das megalópolis dos países dominados que não seja a de suas condições de reprodução. Então, Uberlândia e a maioria das cidades brasileiras, estão inseridas neste contexto e se desenvolvem conforme as regras ditadas pela burguesia que concentra em suas mãos, não só o poder político, mas também o administrativo. Além da terceirização que, como foi dito acima, interfere nas relações

²⁸¹ CHESNAIS, F. E SERFATI. op. cit. p. 72.

de trabalho atuais, outro fator observado na dinâmica das cidades é a apropriação do espaço central para o desenvolvimento do trabalho informal.

Percebi que, em Uberlândia, os vários sujeitos sociais também se apropriam do espaço urbano estabelecendo uma rede de territórios e criando estratégias de luta para garantir o seu “direito à cidade” e, mesmo após a adoção de políticas de intervenção urbana por meio da elaboração de planos diretores, essa situação de tensão ainda permanece, e permanece também a situação de desigualdade social.

O perfil industrial da cidade continua a atrair aqueles que vêm na chance de ocupar uma das vagas anunciadas, uma oportunidade para melhorar de vida. Mas, nem sempre o sonho do “emprego” se realiza, pois, as vagas existentes não são suficientes para garantir a contratação de todos que aqui chegam e, a consequência disso é o aumento do número de desempregados para os quais a única alternativa é improvisar novos meios de sobrevivência e moradia, o que chamamos de “moradia invisível”, a qual também é uma das permanências na paisagem urbana de Uberlândia.



Considerações Finais

Considerações Finais

Retomando a citação de Pesavento na epígrafe da introdução deste estudo, pertencer a uma cidade sempre implicou em formas renovadas de se representá-la ao longo do tempo. Seja pela “palavra, escrita ou falada, fosse pela música, em melodias e canções que a celebravam, pelas imagens, desenhadas, pintadas ou projetadas, que a representavam”.

Dessa forma, procurei compreender a constituição de territórios no espaço urbano de Uberlândia e os significados que lhe são atribuídos pelos diversos sujeitos sociais que dele se apropriam e o partilham fisicamente na tentativa de controlá-lo conforme seus interesses mesmo que para isso se estabeleça o confronto e a mistura. Para isso, refleti sobre o processo histórico da prática do planejamento urbano no mundo considerando que seu objetivo consiste na produção da “cidade ideal, a ocupação harmônica e integrada das áreas urbanas, o progresso, o desenvolvimento”.²⁸² Inicialmente, traço um panorama sobre o planejamento urbano no mundo para compreender as influências nas práticas adotadas nas cidades brasileiras.

Em relação ao Brasil, destaquei alguns momentos importantes marcados por mudanças que propunham atender à nova realidade urbana contextualizando-os ao processo histórico nacional como forma de melhor compreender as influências que sofreram. Ênfase a Constituição de 1988 e a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001, momento em que novos valores foram agregados às práticas de planejamento criando uma nova concepção sobre a função da cidade e sobre a importância da participação da comunidade para a elaboração de tais propostas.

A conclusão a que cheguei foi que, apesar da garantia de participação da comunidade, ela não ocorre de maneira sistemática na maioria das cidades e isso se comprovou por meio da análise do relatório realizado pelo Estado de Minas Gerais, com o intuito de averiguar a situação dos cinquenta e quatro municípios, no que diz respeito ao acesso à terra urbanizada (zoneamento, controle do uso e ocupação do solo,

²⁸² RODRIGUES, Arlete Moysés. Op. Cit. p.111.

instrumentos de política fundiária); acesso aos serviços e equipamentos urbanos, com ênfase na habitação, saneamento ambiental e ao transporte e mobilidade urbana; e sistema de gestão democrática, trás informações importantes.

Por meio do relatório foi possível perceber que, apesar de alguns instrumentos contidos no Estatuto da Cidade ser desenhados para incluir os diversos setores da sociedade no debate da política urbana, como é o caso dos conselhos de desenvolvimento urbano; as conferências de política urbana e os debates, consultas e audiências públicas, a participação da população ainda é bastante reduzida e as pessoas permanecem excluídas. Os espaços de participação são criados apenas com o intuito de se fazer cumprir o que a lei propõe.

Apesar da riqueza dos instrumentos criados para facilitar a implementação dos planos diretores, a construção de uma cidade mais justa e acessível a todos só se efetivará a partir do momento em que se compreender que apenas por meio da gestão participativa de fato, eles terão validade, pois atenderão os interesses da população como um todo. Para isso, torna-se necessário mobilizá-la e sensibilizá-la quanto a importância do seu papel frente à tomada de decisões sobre assuntos que dizem respeito à uma melhor qualidade de vida.

No capítulo dois, procurei compreender em que medida o processo de urbanização brasileiro foi parâmetro para a adoção de políticas urbanas em Uberlândia. Ao analisar os planos diretores de 1954 e 1994, conclui que desde os anos de 1950, os problemas urbanos referentes à especulação imobiliária ainda permanecem e norteiam as práticas de planejamento. As leis de zoneamento que foram criadas, favorece a manutenção do espaço a uma parcela da população que pertence às classes média e alta, incentivando a separação entre ricos e pobres.

Pode-se dizer que o Plano Diretor de 1994, em relação à área central, favoreceu a especulação imobiliária mantendo-a como local propício aos investimentos privados, contudo, inúmeros problemas como por exemplo o tráfego intenso, retratado na fotografia que inicia o capítulo e registra um momento de caos no cruzamento das avenidas Afonso Pena e João Naves de Ávila. Além disso, como o Plano Urbanístico de 1954, foi implantado parcialmente e as ações voltadas para a requalificação da área não se efetivaram totalmente e o incentivo para a instalação de atividades capazes de

renovar os seus usos praticamente não ocorreram. As propostas de planejamento realizadas em Uberlândia foram semelhantes às de outras cidades brasileiras, ou seja, muito do que foi elaborado, não chegou a ser aplicado. Os planos diretores propostos para a cidade acompanharam as tendências nacionais nos diferentes períodos históricos.

Em relação às propostas de preservação do patrimônio histórico destacadas no capítulo, percebeu-se que houve um esforço maior a partir da década de 1980, na administração do Prefeito Zaire Rezende, entretanto, nota-se que existe desinformação e esta desinformação leva a uma certa resistência quando se propõe a preservação de determinados bens por meio do tombamento. A tradição e a memória responsáveis pela construção da história da cidade, muitas vezes é deixada de lado, porém, as permanências podem ser notadas e se refletem em alguns bens arquitetônicos e culturais que foram objetos do instrumento de tombamento. Quanto à configuração do Bairro Fundinho e seu papel como bairro histórico, percebi que existe um interesse por parte dos seus moradores em criar uma imagem a seu respeito como o “berço da cidade”, e, desse modo, justificam sua preservação.

No capítulo três, busquei compreender de que forma seu espaço se constitui em suportes físicos de significados e lembranças que são compartilhados pelos sujeitos sociais que ali habitam. A partir da análise de algumas crônicas publicadas no jornal Fundinho Cultural, reflito sobre os suportes de memória responsáveis pela construção de uma imagem de cidade que procura combinar os elementos antigos aos modernos como forma de reforçar uma história que busca ressaltar aspectos que signifiquem boa qualidade de vida. Neste sentido, é válido chamar a atenção para os conceitos de memória e história abordados por Pierre Nora.

De acordo com Nora, memória e história, longe de serem sinônimos, opõem-se uma à outra, pois, a memória é um processo vivido, conduzido por grupos vivos, portanto, em evolução permanente e suscetível a todas as manipulações. Ele ressalta que a memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações.²⁸³ Por outro lado, a história é

²⁸³ NORA, Pierre. Op. Cit. p. 09.

registro, distanciamento, problematização, crítica, reflexão. Os grupos de memória povoam suas lembranças, repetindo religiosamente aquilo que é e sempre foi (tradição).

A história, como operação intelectual, dessacraliza a memória. Para Nora:

A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.²⁸⁴

A intenção dos moradores do bairro é mostrar que as novas finalidades atribuídas ao bairro, não anulam a sua importância como local onde a cidade se originou. Procuram mostrar que é possível a convivência da verticalização com a preservação e, desse modo, as ruas encontram-se em constante processo de construção e restauração geral para novas leituras do lugar que abriga coleções de memórias. A modernidade, como já foi dito, exerce pouco a pouco a sua interferência e antigos casarões são transformados em pontos comerciais dando ao local um *status* de “*shopping* a céu aberto.”

Contudo, entendo que ele representa uma memória “específica” - a dos moradores do Fundinho. É necessário destacar que a realidade vivida no bairro é diferente daquela vivida pelos moradores da periferia, por exemplo, e desse modo, aquilo que é significativo para uns, pode não ser para outros. Assim, um jogo de interesses permeia as relações sociais mesmo entre os moradores, pois, enquanto uns defendem a sua preservação, outros preferem usufruir dos lucros advindos por meio da especulação imobiliária.

²⁸⁴ Idem, p. 09.

Essa imagem de cidade ideal, foi exposta na Expo Changai 2010, na China, e o objetivo da administração foi dar vistas ao progresso e desenvolvimento de Uberlândia, esperando, com isso, atrair investimentos econômicos externos. No entanto, a realidade mostrada, nem sempre se apresenta como a ideal, pois, procurando se adequar às precárias condições de vida, os vários sujeitos sociais se apropriam do espaço urbano estabelecendo redes de territórios criando estratégias de luta para garantir o seu “direito à cidade”.

Partindo desse ponto de vista, ao analisarmos o desenvolvimento urbano de Uberlândia, constatamos que os interesses das elites locais nortearam e ainda norteiam grande parte dos projetos de intervenção na área urbana. A renda proveniente do uso do solo no centro da cidade onde a valorização imobiliária é maior se concentra nas mãos de uma parcela de privilegiados e, quando agentes de baixa renda tentam se apropriar desse espaço, são dali banidos com a justificativa de que é necessário impor uma imagem ordeira da cidade.

Quanto às intervenções sugeridas e realizadas pelo Plano Diretor de 1994, no centro comercial, percebi que muito se modificou, mas também constatei que houve permanências. Os sujeitos sociais continuam a se apropriar desse espaço conforme seus interesses. Ao se deslocarem cotidianamente, eles situam-se no espaço urbano que passa a ser comum e no qual são construídas fronteiras simbólicas que “separam, aproximam, nivelam, hierarquizam ou, numa palavra, ordenam as categorias e os grupos sociais em suas mútuas relações”.²⁸⁵ Desse modo, lembranças e significações são compartilhadas resultando no reconhecimento de identidades, fronteiras de diferença cultural e marcos de pertencimento, os quais podem ser entendidos como zonas de contato, onde se situa uma ordem moral contraditória que coloca em guerra os diversos mundos. A cidade emerge dessas lembranças.

Desse modo, entendo que também em Uberlândia, há muito por fazer no sentido de construir uma cidade mais justa e igualitária. E, mesmo que o ordenamento de seu espaço urbano tenha sido objeto de planejamento em vários momentos, o que pude concluir foi que a gestão urbana como uma ferramenta de promoção de justiça social e de melhor qualidade de vida, nem sempre foi utilizada de maneira correta, pois, na

²⁸⁵ ARANTES NETO, Antonio Augusto. Op. cit. p. 106.

maioria das vezes, foi orientada por uma diversidade de interesses que nem sempre tinham como objetivo o bem comum.

FONTES:

CORREIO DE UBERLÂNDIA

UBERLÂNDIA não tem praças. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, p. 01, 2 jan. 1953.

ESPECULAÇÃO. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 02, 15 ago. 1944.

PROGRESSO urbano. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, 08 jan. 1952.

UMA demolição. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, 15 jan. 1953. p 01.

EXALTAÇÃO de Uberlândia. Trecho de poema. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 02, 01 jan. 1954.

O PITORESCO das cidades velhas. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 02, jan. 1954.

OBRAS do aeroporto Eduardo Gomes. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 02, jan. 1954.

OBSTRUÇÃO dos passeios. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 02, jan. 1954.

QUESTÕES de trânsito. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, jan. 1954.

IMPORTANTES melhoramentos para Uberlândia conseguidos pelo prefeito Tubal Vilela da Silva. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 02, jan. 1954.

TRANSFERÊNCIA do Expresso Triângulo Mineiro S.A. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, fev. 1954.

CONTATOS com a cidade-pedidos de iluminação. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 04, fev. 1954.

O ROSÁRIO do Prefeito. Primeira vez que se fala do plano diretor. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, fev. 1954.

ESTE JORNAL e a Política. *Correio de Uberlândia*, *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, fev. 1954.

A TENDA da sujeira. Mercado Municipal. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 02 E 4, fev. 1954.

AS EXURRADAS. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 04, fev. 1954.

MANIFESTO dos Partidos Políticos Uberlandenses-Eleger políticos ubelandenses. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01 e 4, fev. 1954.

RONDON PACHECO responde a Vasco Gifoni-O PSO na câmara federal tentou prejudicar a pavimentação da rodovia Uberlândia-Itumbiara. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, fev. 1954.

AVES e Pássaros. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 02, mar. 1954.

LEI não aplicada. A lei dos muros em terrenos vagos. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 04, mar. 1954.

TRABALHO e Cooperação. Tubal candidato a deputado. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 04, abr. 1954.

A PREFEITURA e a política partidária. Campanha de Tubal. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, abr. 1954.

REMINISCÊNCIA - Praça da República. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, jun. 1954.

CIDADE sem água – Cidade sem luz. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, ago. 1954.

AOS SÁBADOS em Uberlândia: desfile de miséria. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 06, set. 1954.

NOSSAS Instituições de amparo à criança. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 06, out. 1954.

O LEGISLATIVO e a Mendicância. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 06, out. 1954.

COISAS e Graças de uma cidade chamada Uberlândia. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 05, jan. 1956. *Correio de Uberlândia*, 22/01/56, p 05.

O INÍCIO do asfaltamento da Avenida Afonso Pena. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, 08 abr. 1956.

NÃO nos agradou o asfaltamento. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, 09 jun. 1956.

COISAS e graças de uma cidade chamada Uberlândia. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 05, 22, mai. 1956.

O ASFALTO da Afonso Pena está se derretendo. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, 18 ago. 1956.

UBERLÂNDIA caminha rumo ao progresso. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 02, 15 ago. 1957.

O PÉSSIMO estado em que se encontram as estradas de nossa região. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, mai. 1964.

NA sua marcha ciclópica de progresso, Uberlândia obtém três novos triunfos. *Correio de Uberlândia*, 27/01/57, p 01.

UBERLÂNDIA: Metrópole do interior. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 02, jul. 1957.

UBERLÂNDIA: Metrópole do interior. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 02, 09 jul. 1957.

LEMBRADA novamente a mudança de local da estação da Cia. Mogiana. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, 01 mai. 1958.

DISCURSO do Sr. Renato Humberto Calcagno, ex-presidente da Associação Comercial de Uberlândia. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 02, fev. 1959.

ÁGUA barrenta e imprestável. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, dez. 1960.

UBERLÂNDIA poderá ter plano de metas. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, jan. 1961.

UBERLÂNDIA: 74 anos de vida com progresso e trabalho. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, set. 1962.

UBERLÂNDIA sobe loucamente para o alto. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, p. 08, 06, fev. 1962.

NÃO há regime algum que sobreviva à fome do povo. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 08, fev. 1962.

UBERLÂNDIA: 74 anos de vida com progresso e trabalho. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, set. 1962.

CUSTO de vida subiu 80% em doze meses. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, jun. 1963.

CIDADE, Industrial. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, nº 9.937, 18/12/1964.

CENTRO da cidade não pode comportar prédios de 1 andar. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, 28 fev. 1965. Esta reportagem informa que um vereador propôs uma lei proibindo a construção de edifícios com menos de três andares nas avenidas Afonso Pena e Floriano Peixoto com a finalidade de resguardar a imagem progressista da cidade.

NOVA estação da Cia. Mogiana vai descongestionar trânsito. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, 08 mai. 1965

MUDANÇA da Mogiana: Baldijão quer verba de Mário Andreazza. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, 08 e 09 out. 1967

EM JANEIRO construção da nova estação da Mogiana. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, 08 e 09 dez. 1967.

EM JANEIRO construção da nova estação da Mogiana. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, p. 01, 08 e 09 dez. 1967.

MUDANÇA dos trilhos da estação. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, p. 05, 14 abr. 1970.

MUDANÇA dos trilhos da estação. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 05, 14 abr. 1970.

TUBAL Vilela é cercada para reestruturação. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, 25 mar. 1992.

AMBULANTES conheceram projeto de reforma da Tubal. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. C, 03 abr. 1992.

REFORMA da praça começa a provocar polêmicas. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. C, 11 abr. 1992.

CURADORIA do Meio Ambiente vai intimar Ivan e Novaes. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. C, 15 abr. 1992.

PRAÇAS estão sendo revitalizadas em Uberlândia. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 5, 08 ago. 1992.

FALTA de moradia faz da rua o lar de muita gente. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 28 ago. 2007.

UBERLÂNDIA e seus naturais privilégios. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, 27, fev. 1970.

TRILHOS da Monsenhor Eduardo serão desativados brevemente. *Jornal Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 01, 18 jun. 1986.

TUBAL Vilela é cercada para reestruturação. *Jornal Correio de Uberlândia*. Uberlândia, p. 01, 25 mar. 1992.

PRAÇAS estão sendo revitalizadas em Uberlândia. *Jornal Correio de Uberlândia*. Uberlândia, p. 05, 08 ago. 1992.

CARTAS. *Jornal Correio de Uberlândia*. Uberlândia, p. 05, 11 abr. 2004.

PREFEITURA inicia reforma de praças. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 06, 13 ago. 2005.

PRAÇAS são cenários de contrastes. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 01, 31 set. 2006.

PRAÇAS são cenários de contrastes. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 01, 31 set. 2006.

PMU faz queda-de-braço com camelôs. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 04, 10 ago. 2006.

CRESCIMENTO da frota de veículos aquece negócios. *Jornal Correio de Uberlândia*. Uberlândia, p. 02, 15 mar. 2008.

PROJETO de demolição da biblioteca gera protesto. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 01, 06 jan. 2009.

CONTRATAÇÃO de serviços para a Expo Shanghai-2010. *Diário Oficial do Município*. N. 3432, 02, 8 jun 2010.

JORNAL REPORTER

UBERABINHA. *O Repórter*. Uberlândia, 01, 07, Nov. 1942.

O CERRADO, a cidade. *O Reporter*. Uberlândia, 01, 02, jul. 1944.

PELA industrialização da cidade. *O Repórter*, Uberlândia, p. 3, 13 mar. 1951.

UBERLÂNDIA e seu prefeito. *O Repórter*, Uberlândia, p. 3, 04 abr. 1951.

O ABASTECIMENTO de água. *O Repórter*, Uberlândia, p. 2, 08 out. 1951.

AGRAVOU-SE ontem a tarde a situação da cidade com o choque entre polícia e os comunistas. *O Repórter*, Uberlândia, p. 1, 24 jul. 1951.

UBERLÂNDIA em 18 meses de administração do sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira. *O Repórter*, Uberlândia, p. 1, 01 ago. 1951.

UBERLÂNDIA liderando o custo de vida. *O Repórter*, Uberlândia, p. 2, 12 set. 1951.

ESPANCAMENTOS em Uberlândia. *O Repórter*, Uberlândia, p. 1, 08 juh. 1954.

UBERLÂNDIA. *O Repórter*, Uberlândia, p. 2, 20 out. 1956.

ARROMBAMENTO, pilhagem e incêndio – A nossa pacata cidade foi palco de deploráveis acontecimentos. *O Repórter*, Uberlândia, p. 1, 21 jan. 1959.

JORNAL A TRIBUNA

Sem título. *A Tribuna de Uberabinha*. Uberabinha, p. 01, 02, Nov. 1919.

ESTRAGANDO a paisagem. *Jornal A Tribuna*. Uberlândia, 01, 04 jan. 1931.

FATO consumado: trilhos da Fepasa serão retirados. *Jornal Primeira Hora*. Uberlândia, 02, 18 jun. 1986.

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO

A LÓGICA da inércia e a perda do essencial. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 05, 15, jul. 2011.

JORNAL FUNDINHO CULTURAL

Junho de 2010 - Ano VII

Março de 2010 - Ano VII

Dezembro de 2009 - Ano VI

Outubro de 2009 - Ano VI

Dezembro de 2006 - Ano V

Julho de 2005 - Ano IV

Março de 2005 - Ano IV

Setembro de 2004 - Ano III

Abril de 2004 - Ano III

Dezembro de 2003 - Ano II

Abril de 2003 - Ano II

Abril de 2002 - Ano I

Fevereiro de 2002 - Ano I

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marco Antônio Ramos de Almeida. *O Centro da metrópole: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI*, São Paulo: Editora Terceiro Nome: Viva o Centro: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

ARANTES NETTO, Antonio Augusto. *Paisagens Paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

ARANTES, Jerônimo. A Alta Mogiana. In: *Uberlândia Ilustrada: revista magazine* (14) 10-13, Uberlândia, Pavan, 1947.

ARISTIDES, Moisés. Políticas Urbanas no Brasil nos Últimos Trinta Anos. In: *Cidade, Segregação Urbana e Planejamento*. Goiânia: Ed. Da UCG, 2005.

ATTUX, Denise Elias. *Revitalização Urbana em Centros Históricos: Estudo de Caso do Bairro Fundinho*. Uberlândia: dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. 2001.

_____. Percepção ambiental e revitalização urbana: o caso do bairro Fundinho. *Fundinho Cultural*. Uberlândia, p. 13, abr. 2003.

_____. Percepção ambiental e revitalização urbana: o caso do bairro Fundinho. *Fundinho Cultural*. Uberlândia, p. 13, abr. 2003.

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Trad. Maria Lúcia Pereira. Campinas, SP: Papirus, 1994.

BENJAMIN, Walter. O Narrador - Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov". In: *Obras Escolhidas: Magia, Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOMENY, Helena. Utopias de cidade: as capitais do modernismo. In: Gomes, Ângela de Castro (Org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

BOSI, Ecléa. *O Tempo Vivo da Memória: ensaios da psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003

BOSI, Ecléa. *O Tempo Vivo da Memória: ensaios da psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003

BRESCIANI, Maria Stella. *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

_____. Melhoramentos entre intervenções e projetos estéticos: São Paulo (1850-1950). In: *Palavras da Cidade*. Porto Alegre: E. Universidade/UFRGS, 2001.

BRITO, Diogo de S.; WAPECHOWSCKI, Eduardo M. (Org.) *Uberlândia Revisitada: memória, cultura e sociedade*. Uberlândia: EDUFU/Programa Municipal de Incentivo à Cultura, 2008.

BRITO, Diogo de S.; WAPECHOWSCKI, Eduardo M. (Org.) *Uberlândia Revisitada: memória, cultura e sociedade*. Uberlândia: EDUFU/Programa Municipal de Incentivo à Cultura, 2008.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Trad. Diogo Mainard. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CALVO, Célia Rocha. Muitas Memórias e Histórias de uma Cidade: experiências e lembranças de viveres urbanos - Uberlândia (1938-1990). Tese (Doutorado). Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

CARRIJO, Gilson Goulart. *Fotografia e a Invenção do Espaço Urbano: Considerações sobre a Relação entre Estética e Política*. Dissertação. Uberlândia: UFU, 2002.

CASTORIADES, Cornelius. A Instituição da Sociedade e da religião. In: CASTORIADES, Conelius. (org.). *Os Destinos do Totalitarismo e outros escritos*. Porto Alegre: L&PM, 1985.

CHALAS, Yves. *O Urbanismo: pensamento “fraco e pensamento prático*. In: PEREIRA, Manoel (org.) *Planejamento Urbano no Brasil: conceitos, diálogos e práticas*. Chapecó: Argos, 2008.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural*. Entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

CHESNAIS, F. E SERFATI, Claude. A questão ambiental. *Crítica Marxista*, n.16, 2003.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: UNESP, 2001.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: UNESP, 2001.

_____. O Reino do Urbano e a Morte da Cidade. In: *Projeto História: revista do Programa de Pós-Graduados em História do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo: EDUC, 1981.

_____. *O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*; trad. Dafne Nascimento Rodrigues. São Paulo: Perspectiva, 2010.

CORSI, Elaine. Patrimônio Cultural Arquitetônico e Plano Diretor em Uberlândia: uma proposta de revitalização para os distritos de Miraporanga, Cruzeiro dos Peixotos e

Martinésia. 144f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

COSTA, Hélio da. Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953). In: Fortes, Alexandre e outros. *Na luta por direitos: estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. Patrimônio histórico e cidadania: uma discussão necessária. In: *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.

DANTAS, Sandra Mara. *Veredas do Progresso em Tons Altissonantes: Uberlândia (1900-1950)*. 2001. 168f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2001.

DANTAS, Sandra Mara. *Veredas do Progresso em Tons Altissonantes: Uberlândia (1900-1950)*. Dissertação de Mestrado. Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, 2001.

_____. *Veredas do Progresso em Tons Altissonantes: Uberlândia (1900-1950)*. 2001. 168f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2001.

DRUMOND, Bilá Salazar. Muitas lembranças permanecem vivas quando compartilhadas. *Fundinho Cultural*, Uberlândia, p. 08 mai. 2002.

FENELON, Déa Ribeiro. Políticas culturais e patrimônio histórico. *O Direito à Memória: políticas culturais e patrimônio histórico*. São Paulo: Departamento DPH, 1992.

FERNANDES, Orlanda Rodrigues. *Uberlândia Impressa: a década de 1960*. Dissertação (Mestrado). Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. 2008.

FERRARA, Lucrécia d'Alessio. Cidade: imagem e imaginário. In: SOUZA, Célia Ferraz. PESAVENTO, Sandra Jatahy Pesavento (org.). *Imagens Urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. 2. ed.-Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

FONSECA, Maria de Lourdes Pereira. *Forma Urbana e Uso do Espaço Público: as transformações no centro de Uberlândia, Brasil*. Tese. Programa de Doutorado em Urbanismo da Universidade Politécnica de Cataluña, Espanha, 2007.

FREITAS, Sheille Soares de. *Por Falar em Culturas...* Histórias que marcam a cidade. Tese (Doutorado em História). Instituto de História. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009.

GABARRA, Larissa Oliveira. Congado de Uberlândia. In: *Revista História e Perspectiva*, Uberlândia (34): 393-423, jan.jun. 2006.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIANNOTI, Vito. Do fim da Segunda Guerra à Ditadura Militar. In: *História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GONÇALVES FILHO, José Moura. Memória e sociedade. In: *Revista do Arquivo Nacional*, n. 200, São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico Municipal, 1992.

GOULART, Maurício Guimarães. *Apenas uma fotografia na parede*: caminhos da preservação do patrimônio em Uberlândia. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, 2006.

GRANET-ABISSET, Anne Marie. *O historiador e a fotografia*. In: *Revista Projeto História*, São Paulo. (24), Jun.2002, pp. 9-26.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. 14ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Loyola, 2009.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Cidade ou Cidades*. In: *Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*, (23), 1994.

HOLLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KOGA, Dirce. *Medidas de Cidade*: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC Rio, 2006.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. São Paulo: Ática, 1989.

LE GOFF, Jaques. *Por Amor às Cidades*: conversações com Jean Lebrun; tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. *Crescendo em meio à incerteza: a política econômica do governo JK (1956-60)*. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. SALGUEIRO, Heliana Angoti (Org.) São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

LEROI-GOURHAN, André. *O Gesto e a Palavra II- A Memória e os Ritmos*. Lisboa, Perspectiva do Homem/Edições 70, v. 16, 1975.

LIMA, Hélvio de. *O Fundinho de ontem, o Fundinho de sempre*. *Fundinho Cultural*, Uberlândia, set.2004.

LOBÃO, Isabella Guimarães. *O Processo de Planejamento Urbano na Vigência do Estatuto da Cidade: os casos dos Planos Diretores de 2006 de São José dos Campos e Pindamonhagaba*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FAU/USP, 2007.

LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante. *Caminhos e Trilhas: transformações e apropriações da cidade de Uberlândia (1950-1980)*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Historia. Uberlândia, 2002, p, 14.

MACHADO, Jurema. *Espaço Público, Patrimônio e Cultura no Planejamento Urbano*. GUM – Brasília, julho/2000.

MACHADO, Jurema. *Espaço Público, Patrimônio e Cultura no Planejamento Urbano*. GUM – Brasília, julho/2000.

MACHADO, Jurema. *Espaço Público, Patrimônio e Cultura no Planejamento Urbano*. GUM - Brasília, julho/2000.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. *A Disciplinarização da Pobreza no Espaço Urbano Burguês: Assistência Social Institucionalizada – UBERLÂNDIA, 1965/1985*. Dissertação (Mestrado). SP. Dep. História /USP, 1990.

_____. *Cultura Popular e Desenvolvimento em Minas Gerais: Caminhos Cruzados de Um Mesmo Tempo*. Tese (Doutorado em História) FFLCH, USP. São Paulo, 1998.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa - 1880/1920. In: FENELÓN, Déa Ribeiro ET AL (Org.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

MARQUES DE MELO, José . O Ensino da Comunicação: Os Desafios da Sociedade Contemporânea. In: Sérgio Mattos. (Org.). *Comunicação Plural*. Salvador: EDUFBA, 2007.

MARSON, Adalberto. Reflexões sobre o procedimento histórico. In: SILVA, M. A. da (org.). *Repensando a História*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984, p.37-64.

MATOS, Marcelo B. Políticas Nacionais e Poder Sindical: uma perspectiva comparada. In: MENDONÇA, Sonia e MOTA, Márcia (orgs.). *Nação e poder: as dimensões da história*. Niterói: EdUFF, 1998, p.47-66.

MENEZES, Ulpiano Bezerra. O Museu e o Problema do Conhecimento. In: *Anais do IV Seminário sobre Museus-Casas*. Pesquisa. Organização Magaly Cabral. 2002.

MONNET, Jérôme. O Álibi do Patrimônio: Crise, Gestão Urbana e Nostalgia. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 2002.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.18, nº 35.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. *Crescendo em meio à incerteza: a política econômica do governo JK (1956-60)*. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

MOURTHÉ, Claudia. *Mobiliário Urbano*. Rio de Janeiro: 2AB, 1998.

MURTA, Marcelo Lages. *ICMS Cultural: atores e problemas*. In: Anais eletrônicos XVI Encontro Regional de História - ANPUH/Minas Gerais-2008.

NAKAMUTA, Adriana Sanajotti; JUSTINO, Dayane de Souza. *Arte e Patrimônio de Uberlândia: entre o passado e o presente*. Uberlândia: Ed. Aline, 2009.

NORA, Pierre. Nora, Pierre. Os lugares de Memória: a problemática dos lugares. In: *Proj. História*, São Paulo, (10), dez. 1993.

NYGAARD, Paul Dieter. *Planos Diretores de Cidades: discutindo sua base doutrinária*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

ORIÁ, Ricardo. *Educação patrimonial: conhecer para preservar*. In: <http://www.aprendebrasil.com.br>.

PAULA, Zuleide Casagrande de. *A Cidade e os Jardins: Jardim América, de projeto urbano a monumento patrimonial (1915-1986)*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

PER_____. A Igreja do Rosário. *Jornal Fundinho Cultural*. Uberlândia, 04, fev. 2002.

PEREIRA, Antônio. A Igreja do Rosário. *Jornal Fundinho Cultural*. Uberlândia, 04, fev. 2002.

PEREIRA, Antônio. Muitas lembranças permanecem vivas quando são compartilhadas. *Jornal Fundinho Cultural*. Uberlândia, p. 08, mai. 2002.

PEREIRA, Antônio. Muitas lembranças permanecem vivas quando são compartilhadas. *Jornal Fundinho Cultural*. Uberlândia, p. 08, mai. 2002.

Perspectiva do Homem/Edições 70, v. 16, 1975.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: *Revista Brasileira de História*, (53) jan.-jun., 2007.

_____. *Imagens Urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. Aprendendo com o Patrimônio. In: *Cidade, História e Desafios*. Organizadora Lúcia Lippi de Oliveira. Rio de Janeiro: FGV. 2002.

POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS. Relatório de Gestão 2003/2006.

PRIMO, Judite Santos. *Pensar Contemporaneamente a Museologia*. In: *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 16, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. Lisboa/Portugal: Edições Lusófonas, 1999.

QUEIROS, João Batista de. *Administração do Prefeito Tubal Vilela da Silva (1951-1955)*. Uberlândia: Tipografia Manhães, 1955.

QUINTO JR., Luiz de Pinedo. A contribuição da cultura técnica do planejamento urbano no Brasil numa perspectiva comparada com a gênese da Gestão Urbana na Europa. In: PEREIRA, Manoel (org.) *Planejamento Urbano no Brasil: conceitos, diálogos e práticas*. Chapecó: Argos, 2008.

RAMIRES, Júlio César de L. *A Verticalização do Espaço Urbano de Uberlândia: uma análise da produção e consumo da habitação*. Tese (Doutorado em Geografia).

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 320f. São Paulo, 1998.

RAMOS, Geovana de Lourdes Alves. *Entre trilhos e trilhas: vivências, cotidiano e intervenções na cidade - Uberlândia (1970-2006)*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia: 2007.

REDUCINO, Marileusa de Oliveira. *Uma Praça e seu Entorno: plasticidades efêmeras do urbano. Uberlândia-Século XX*. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de História. Universidade Federal de Uberlândia. 207f. Uberlândia, 2003.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. Plano Diretor Urbano: desafio para a gestão da cidade brasileira dos anos 90. In: *Planejamento Urbano: conceitualização e prática*. São Paulo: USP, 1992.

RODRIGUES, Geisane Martins. *Viver as transformações no Fundinho: anseios de preservação e reconstrução de memórias (1980-2006)*. Monografia, Curso de Graduação em História, Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, 2008.

ROSA, Amanda Marques. *Centro de Documentação Popular: memórias e histórias, sonhos e utopias (Uberlândia, 1985-1995)*. Monografia. Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, 2008.

SALDANHA, Nelson. *O jardim e a praça*. Rio de Janeiro: Atlântica Editora, 2005.

SALDANHA, Nelson. *O jardim e a praça*. Rio de Janeiro: Atlântica Editora, 2005.

SANTANA, Eliene Dias de Oliveira. *Cultura Urbana e Protesto Social: o Quebra-Quebra de 1959 em Uberlândia-MG*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2005.

SANTANA, Eliene Dias de Oliveira. *Cultura Urbana e Protesto Social: o Quebra-Quebra de 1959 em Uberlândia-MG*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2005.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. 5. ed. São Paulo: Editora da USP, 2005

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. 5. ed. São Paulo: Editora da USP, 2005.

SILVA JÚNIOR, Renato Jales. *Cidade e Cultura: memórias e narrativas de viveres urbanos no Bairro Bom Jesus-Uberlândia (1960-2000)*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2006.

SILVA JÚNIOR, Renato Jales. *Cidade e Cultura: memórias e narrativas de viveres urbanos no Bairro Bom Jesus-Uberlândia (1960-2000)*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História. Universidade Federal de Uberlândia. 152f. Uberlândia, 2006.

SILVA JÚNIOR, Renato Jales. *Memórias e narrativas de viveres urbanos no Bairro Bom Jesus*. Uberlândia-MG 1960-2000. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2006.

SILVA, Éder Roberto da. *O movimento nacional pela reforma urbana e o processo de democratização do planejamento urbano no Brasil*. São Carlos: UFSCar, 2003. Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2003.

SILVA, Éder Roberto da. *O movimento nacional pela reforma urbana e o processo de democratização do planejamento urbano no Brasil*. São Carlos: UFSCar, 2003.

SILVA, Lúcia Helena Pereira da. *Luzes e Sombras na Cidade: no rastro do Castelo e da Praça Onze – 1920/1945*. Tese (Doutorado). São Paulo: PUC, 2002.

SILVA, Lúcia Helena Pereira da. *Luzes e Sombras na Cidade: no rastro do Castelo e da Praça Onze – 1920/1945*. Tese (Doutorado). São Paulo: PUC, 2002.

SILVA, Regina H. A. *A Invenção da Metrópole.*, 1997. Tese - Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de São Paulo, 1997.

SILVA, Regina H. A. *A Invenção da Metrópole.*, 1997. Tese - Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de São Paulo, 1997.

SILVEIRA. Anny Jaqueline T. *Acerca da Leitura das Cidades*. In: *Vária História*. Belo Horizonte, Set/96, n. 16.

SILVEIRA. Anny Jaqueline T. *Acerca da Leitura das Cidades*. In: *Vária História*. Belo Horizonte, Set/96, n. 16, p. 79.

SOARES, Beatriz Ribeiro. *Formação e Desenvolvimento dos Bairros Periféricos em Uberlândia*. 1991. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 236f. São Paulo, 1988.

_____. *Uberlândia: da cidade jardim ao portal do cerrado - imagens e representações no Triângulo Mineiro*. Tese. (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia da Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

SOARES, Beatriz Ribeiro. RODRIGUES, Maria José. O Plano Diretor e o Sistema Integrado de Transportes em Uberlândia (MG). In: *Caminhos da Geografia* 8(13)158-174, Out/2004. Uberlândia.

SOARES, M. B. . *As Condições Sociais da Leitura: Uma Reflexão Em Contraponto*. Leitura: Perspectivas Interdisciplinares. São Paulo: Atica, 1988.

SOSA, Marisol Rodrigues. *O Rio de Janeiro de Agache e a Havana de Forestier: a Escola Francesa de Urbanismo nos centros urbanos latino-americanos*. Dissertação. (Mestrado). Rio de Janeiro: PROURB/FAU/UFRJ, 2003.

SOUSA, Maria Núbia Alves Martins & LIMA, Sandra Cristina Fagundes de, 1996. http://www.uberlandia.mg.gov.br/v1/cidade_museu.php?id=727.

SOUZA, Marcelo Lopes. *Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e pioneiros do Brasil Central*. História da criação do município de Uberlândia. Uberlândia: Uberlândia Gráfica, 1970.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VALE, Marília M. B. O Bairro Fundinho e a preservação do Patrimônio Cultural em Uberlândia. *Fundinho Cultural*. Uberlândia, p. 10, abr. 2003.

VEIGA, José Eli. *Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. 2. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2003.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP; Lincoln Institute, 2001.

_____. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DÉAK, Csaba; SHIFFER, Sueli Ramos. *O Processo de Urbanização no Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

VIZIOLI, Simone Helena Tanoue. *Planejamento Urbano no Brasil: a experiência do SERFHAU enquanto órgão federal de planejamento integrado ao desenvolvimento municipal*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FAU/USP, 1998.

REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Editora Tecnoprint, 1998.

BRASIL. Decreto-lei n. 25 – 30 nov. 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. In: FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/MinC/ IPHAN, 2005.

MINAS GERAIS. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. Conselho Curador. Deliberação n. 1 – 11 jan. 2002. Belo Horizonte: IEPHA-MG, 2002. In: MINAS GERAIS. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. Conselho Curador. Deliberação n. 2 – 27 ago. 2002. Deliberação normativa do Conselho Curador do IEPHA/MG para o exercício de 2004 e 2005. Belo Horizonte: IEPHA-MG, 2002. Disponível na internet: <<http://www.iepha.mg.gov.br/>>

MINAS GERAIS. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. Conselho Curador. Deliberação n. 1 – 30 jun. 2004. Belo Horizonte: IEPHA-MG, 2004. Disponível na internet: <<http://www.iepha.mg.gov.br/>>

MINAS GERAIS. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. Conselho Curador. Deliberação n. 1 – 20 dez. 2004. Revisão aprovada pelo Conselho Curador do IEPHA/MG em 20 de dezembro de 2004. Belo Horizonte: IEPHA-MG, 2004. Disponível na internet: <<http://www.iepha.mg.gov.br/>>

MINAS GERAIS. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. Conselho Curador. Resolução n. 1 – 18 fev. 1997. Belo Horizonte: IEPHA-MG, 1997.

MINAS GERAIS. Lei n. 5.775 – 30 set. 1971. Autoriza o Poder Executivo a instituir, sob forma de Fundação, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA/MG) e dá outras providências. Belo Horizonte: s.n.t. Disponível na internet: <<http://www.almg.gov.br/>>

MINAS GERAIS. Lei n. 12.040 – 28 dez. 1995. Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios, de que trata o inciso II do parágrafo único do artigo 158 da Constituição Federal, e dá outras providências. Belo Horizonte: s.n.t. Disponível na internet: <<http://www.almg.gov.br/>>

MINAS GERAIS. Lei n. 13.803 – 27 dez. 2000. Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios. Belo Horizonte: s.n.t. Disponível na internet: <http://www.almg.gov.br/>

MINAS GERAIS. ROSCOE, Otávio. *Plano de Urbanização para a Cidade de Uberlândia*. Belo Horizonte, 1954.

MINAS GERAIS. Rede de Avaliação e Capacitação para Implementação dos Planos Diretores Participativos. Relatório Estadual, mar. 2009.

UBERLÂNDIA. Decreto n. 3.506 – 31 mar. 1987. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Uberlândia – COMPHAC e dá outras providências.

UBERLÂNDIA. Decreto n. 3.545 – 17 ago. 2001. Aprova o novo Estatuto do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia – COMPHAC e revoga os Decretos n. 3.506 de 31 de março de 1987 e 4.000 de 7 de outubro de 1988.

UBERLÂNDIA. Decreto n. 3.999 – 07 out. 1988. Modifica o Decreto n. 3.506, de 31 de março de 1987, que dispõe sobre a criação do COMPHAC – Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Uberlândia.

UBERLÂNDIA. Decreto n. 4.000 – 07 out. 1988. Aprova o Estatuto do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Uberlândia.

UBERLÂNDIA. Lei Complementar n. 78 – 27 abr. 1994. Dispõe sobre o Plano Diretor do município de Uberlândia. In: *Plano Diretor de Uberlândia*. Uberlândia: Prefeitura Municipal, 1994. 50 p. (Folheto)

UBERLÂNDIA. Lei Complementar n. 224 – 23 dez. 1999. Dispõe sobre o parcelamento e zoneamento do uso e ocupação do solo do município de Uberlândia.

UBERLÂNDIA. Lei Complementar n. 245 – 30 nov. 2000. Dispõe sobre o parcelamento e zoneamento do uso e ocupação do solo do município de Uberlândia. In: *O Município*, Uberlândia, ano XIII, n. 1313, 5/dez./2000. 2º Caderno, p. 1-20.

UBERLÂNDIA. Lei n. 2.684 – 09 dez. 1976. Institui o regulamento dos processos de parcelamento do solo.

UBERLÂNDIA. Lei n. 4.240 – 14 nov. 1985. Organiza a proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural do município de Uberlândia.

UBERLÂNDIA. Lei n. 4.433 – 10 nov. 1986. Modifica a Lei n. 4.240 de 14/11/1985.

UBERLÂNDIA. Lei n. 4.808 – 26 out. 1988. Aprova o Código de Obras do município de Uberlândia e dá outras providências.

UBERLÂNDIA. Lei n. 5.013 – 01 dez. 1989. Dispõe sobre o uso e a ocupação do solo na cidade de Uberlândia.

UBERLÂNDIA. Lei n. 7.791 – 12 jun. 2001. Dispõe sobre o COMPHAC– Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia – e dá outras providências.

UBERLÂNDIA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Relatório da Gestão de Virgílio Galassi, 1997/2000.

UBERLÂNDIA. Processos da Câmara Municipal: 512 de 16/02/1955, 522 de 05/03/1955, 528 de 06/06/1955, 541 de 23/08/1955, 601 de 01/09/1956, 672 de 28/11/1957, 704 de 24/05/1958, 729 de 27/11/1958, 742 de 06/12/1958, 747 de 27/02/1959, 760 de 23/05/1959, 761 de 30/05/1959, 776 de 01/09/1959, 834 de 19/12/1959.

UBERLÂNDIA. Processo da Câmara Municipal n. 562 de 22/02/1954.

UBERLÂNDIA. Lei n. 330 de 19/11/1952 e Lei n. 413 de 25/11/1953.

UBERLÂNDIA. Processo da Lei Orçamentária para o ano de 1949 e da Lei 475 de 23/11/1954.

UBERLÂNDIA. Lei 4.230, de 5 de novembro de 1985. A referida lei é responsável por regulamentar o comércio ambulante e atividades afins na cidade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Ofício Circular n. 029/86.

INVENTÁRIO de proteção do acervo cultural, 2003, ficha Cine Regente.

PARECER PGM nº 3868/ 2003, p. 2-3, anexado ao Processo de tombamento do Cine Regente.

UBERLÂNDIA. Lei 4.230, de 5 de novembro de 1985. A referida lei é responsável por regulamentar o comércio ambulante e atividades afins na cidade.

Lei 4.240, de 14 de novembro de 1985. “organiza a proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural do município de Uberlândia” (ementa) e autoriza a criação do Conselho Consultivo Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (art. 2º).

UBERLÂNDIA. Ofício Circular n. 029/86.

UBERLÂNDIA. Decreto-lei 25/ 1937

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Relatório da Gestão de Virgílio Galassi, 1997/2000

REDE DE AVALIAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS DIRETORES PARTICIPATIVOS. Minas Gerais: Relatório Estadual, mar. 2009.

UBERLÂNDIA. “Informações básicas sobre o Município”, produzido no mandato do Prefeito Virgílio Galassi, durante o período de 1977 a 2000.

UBERLÂNDIA. Processos da Câmara Municipal da Lei n. 330 de 19/11/1952 e Lei n. 413 de 25/11/1953. Em relação à ampliação do Centro e melhoramentos da comunicação com os bairros mais próximos, ver o Processo da Lei Orçamentária para o ano de 1949 e da Lei 475 de 23/11/1954.

UBERLÂNDIA. Processo da Câmara Municipal n. 814, de 05/08/1954

UBERLÂNDIA. Processo da Câmara Municipal de 02/02/1958; Processo da Câmara Municipal de 12/05/1949; Processo da câmara Municipal da Lei n. 509 de 15/12/1954

UBERLÂNDIA. Lei 1.262 de 19/11/1964 autorizando a execução das obras referentes ao atendimento à Vila Saraiva. Em 1967 foi aprovada a Lei n. 1.474 que criava uma autarquia pública para administrar esses serviços.

UBERLÂNDIA. Processo da Câmara Municipal n. 562 de 22/02/1954.

UBERLÂNDIA. Lei de Parcelamento e Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo - Lei n. 245/2000

PLANO DIRETOR E ESTATUTO DA CIDADE. Prefeitura Municipal de Uberlândia, 2004

INVENTÁRIO de proteção do acervo cultural, 2003, ficha Cine Regente.

UBERLÂNDIA. PARECER PGM nº 3868/ 2003, p. 2-3, anexado ao Processo de tombamento do Cine Regente.

ATA DA TERCEIRA SESSÃO DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 1983, 07/11/1983.

ATA DA DÉCIMA SESSÃO DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 27/09/1985.

ATA DA TERCEIRA SESSÃO DA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 06/05/1986.

SITES CONSULTADOS

http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1866&id
<http://www.fiemg.org.br/admin/BibliotecaDeArquivos/Image.aspx?ImgId=17912&TabId=1036>
<http://www.fiemg.org.br/admin/BibliotecaDeArquivos/Image.aspx?ImgId=17912&TabId=1036>
<http://www3.uberlandia.mg.gov.br>
http://www.uberlandia.mg.gov.br/v1/cidade_museu.php?id=727